



ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA À
SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO SOB UM OLHAR FREIRIANO**
**Diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais
contemporâneas**

Tese de doutorado
Março de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA
À SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO SOB UM OLHAR FREIRIANO**

Diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Marco André Feldman Schneider

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

BB859c BRISOLA, ANNA CRISTINA CALDEIRA DE ANDRADA SOBRAL
c Competência Crítica em Informação como resistência
à Sociedade da Desinformação sob um olhar freiriano:
Diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as
distopias informacionais contemporâneas / ANNA
CRISTINA CALDEIRA DE ANDRADA SOBRAL BRISOLA. -- Rio
de Janeiro, 2021.
295 f.

Orientador: Marco André Feldman Schneider.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2021.

1. Competência crítica em informação. 2. Paulo
Freire. 3. Desinformação. 4. Dimensões - Competência
Crítica em Informação. 5. Competência em Informação.
I. Schneider, Marco André Feldman, orient. II.
Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

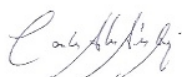
ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA
À SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO SOB UM OLHAR FREIRIANO
Diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas

Rio de Janeiro, 08/03/ 2021.



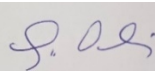
Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider (Orientador)
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ



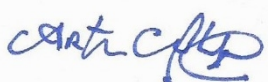
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
PPGCI/UFMG



Prof. Dr. Pablo Nabarrete Bastos
UFF



Profª. Dra. Gilda Olinto de Oliveira
PPGCI/UFSC



Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Começo agradecendo minhas raízes que me forjaram e pedindo perdão por estas mesmas raízes que colaboraram com a opressão. Abraço minhas raízes questionadoras, amorosas, humanas e caridosas e rejeito minhas raízes machistas, racistas, opressoras. Admito meus privilégios de branca, classe média e minha luta feminista e contra qualquer discriminação e opressão. Meu passado histórico pede retratação, meu futuro grita LIBERDADE!

É essa ânsia por um mundo livre da malvadeza que me impeliu à tese, que moveu meu coração e gerou a paixão por Paulo Freire. A ele agradeço o legado de possibilidade, esperança, humildade e amor. “Superança”, “Co-criar”, “Maravilhar”, “permanentemente tocado e empurrado por uma calorosa paixão”, ideias de Freire que colaram na mente e no coração. O desvelar do mundo que permite a mim, e a qualquer pessoa, ser sujeita de sua história. O olhar que faz cair as escamas do determinismo, do destinado, do “somos assim e pronto”, da cegueira dos cegos que não querem ver de Saramago.

Agradeço assim a todes que participaram da minha formação e da minha transformAÇÃO. Sei que sou uma pessoa melhor por causa de cada um que por mim PERpassou, que comigo CO-criou. São muitos! Não haveria espaço para todes aqui, então já peço que se leiam nas generalizações com a mesma importância de quando eu citar nomes. É uma questão de amor estarem todos aqui, mesmo que não nomeados.

Assim, agradeço meus antepassados e meu pai, toda constelação que já se foi mas me ilumina e me forjou. A minha mãe, ventre, coração e mente, companheira de viagem sempre, amiga mais que tudo, inspiração. Minhas irmãs amigas e confidentes. Meu marido, abraço, mão dada, vida, sonhos caminhados juntos, amor da minha vida. Meus filhos, as quatro luzes que tive o prazer de gerar e colocar no mundo, que me iluminam e me ensinam a cada dia, que iniciaram a minha RE-invenção como sujeita e a minha desconstrução e reconstrução em co-criação. Aos filhos que não saíram do ventre mas aqueceram o coração.

Aos amigues e companheiros de estrada, que me fortaleceram, ensinaram, cuidaram, suportaram, alegraram e também deram bronca, corrigiram, melhoraram. A todes meus amores que estiveram comigo nesta jornada. A cada um que falou e escutou, que dividiu e guardou, que me mudou. A todes os companheiros de academia e àqueles que trilham a estrada acadêmica comigo e que seguem pra vida. Àqueles que não importando o tempo ou a distância estão presentes.

Ao meu orientador que seguiu esta jornada comigo desde de o início, dos primeiros semestres da faculdade de jornalismo até aqui. Que me guiou por esta jornada de 12 anos e que sempre me estimulou, acreditou, corrigiu, desafiou. Dr. Marco Schneider, eu cheguei!

À minha banca, escolhida a dedo, que com muita generosidade me ajudou a colocar a tese nos trilhos e chegar até aqui. Gratidão pelas falas, críticas, sugestões e correções. Cada um foi essencial para a conclusão desta tese.

Aos meus companheiros de escrita do início até hoje: Evellyn Pacheco, Taís Leal, Fabiana Crispino, Adriana Martins, Míriam Magalhães, Andréa Doyle, Nathália Romeiro, Carla Viola, Franciéle Garcês, Denise Sampaio, Ana Lúcia Borges, Maguel Silva, Josir Gomes, Jobson Silva Júnior, João Caribé, Bruno Nathansohn, Maurício Ramos Junior, Arthur Bezerra e Marco Schneider. Cada artigo ampliou meu horizonte, me desafiou, me ensinou. Gratidão.

Aos amigos, mais que pacientes que leram meus capítulos, ouviram minhas queixas e me deram ideias. Agradeço a todes mas devo reconhecer a imprescindível ajuda de Leyde Klebia Silva, que além de ler muito do que escrevi, lançou luz no caminho da minha tese, me orientou sobre assuntos novos, me corrigiu e ensinou. À Denise Braga, que caminhou comigo me ensinando e tecendo comigo os mapas e co-construindo a aproximação CCI Coinfo desde de o sonho dos multiplicadores. Ao companheirismo de Andréa Doyle ao longo de grande parte desta jornada, desde o mestrado, que dividiu a CCI comigo e também as dores e alegrias de chegarmos até aqui. Pensamos juntas, escrevemos juntas, estudamos juntas e seguiremos juntas. À paciência e dedicação dos que leram minha tese, ou partes dela, durante sua construção e me ajudaram, corrigindo, questionando, sugerindo: Djuli De Lucca, Maurício Ramos Junior, Leyde Silva e Andréa Doyle.

Aos colegas que dividiram comigo o gosto pela CCI, que cruzaram os caminhos e os corredores da minha jornada, com os quais conversei no mestrado, no doutorado, nos congressos, palestras, nos restaurantes e bares. Ao Jobson que me acolheu em sua casa, Marco Schneider, Vera Dodebei, Cristina Miguez, Renata Furtado, Djuli De Lucca, Leyde Silva, Jobson Silva Júnior, Diogo Rodrigues, Gilvanedja Mendes, Maria João de Palma, que me convidaram para dar ou participar de aulas em suas turmas. a todes que me convidaram para dar palestras. E aos maravilhosos que me ouviram e me ensinaram em co-aprendizado. Cada um tem contribuição nesta jornada.

Por fim, aos companheiros de luta por um mundo melhor, mais igualitário e mais crítico!

Pela liberdade emancipada!

“Quantos cegos serão precisos para fazer uma cegueira.”
[...]
“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

(JOSÉ SARAMAGO)

“Daí a crítica permanente presente em mim à malvadeza neoliberal,
ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inefável ao sonho e à utopia”
(PAULO FREIRE)

“Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
[...]
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria... Sim seria, se não fosse o amor
O amor cuida com carinho
Respira o outro, cria o elo
O vínculo de todas as cores
Dizem que o amor é amarelo”

“Tão simples como um grão de areia
Confunde os poderosos a cada momento
Amor é decisão, atitude
Muito mais que sentimento”
(PASTOR HENRIQUE VIEIRA)
(EMICIDA – PRINCIPIA – AMARELO)

RESUMO

Enfatizar a contribuição e importância de Paulo Freire na Competência Crítica em Informação (doravante CCI), contribuindo com duas aplicações possíveis desta perspectiva: para a resistência à desinformação – sistematizando suas causas e motivações – e contra as discriminações – com a construção de duas novas dimensões da CCI em gênero, feminismo e sexualidade e em relações étnico-raciais. Sempre sob uma perspectiva freiriana e atrelada à Pedagogia Crítica, ante o diagnóstico da Sociedade da Desinformação, esta tese defende que o caminho para lidar com a informação na contemporaneidade passa pelo pensamento crítico e pela construção, fomento e ensino da Competência Crítica em Informação (doravante CCI). Levanta a necessidade da práxis da CCI para a construção da resistência aos mecanismos de manipulação, desinformação, demais distopias informacionais e para o exercício da cidadania. Postula que o ensino da Competência Crítica em Informação pode ser um caminho para resistência à Sociedade da Desinformação. Argumenta que a consciência dos mecanismos de desinformação confere resistência a eles. Distingue e aproxima Competência em Informação (doravante Coinfo), CCI e Alfabetização Midiática e Informacional (doravante AMI), propondo uma complementaridade que enriquece as suas perspectivas, que não se anulam ou superam. Busca facilitar a compreensão das bases teóricas para o ensino da CCI no Brasil como resistência à Sociedade da Desinformação, na Teoria Crítica e na Pedagogia Crítica. Apresenta os mapas conceituais da Desinformação e seus mecanismos, Coinfo, CCI, Teoria Crítica e Pedagogia Crítica. Acompanhando as dimensões da CCI propostas por Brisola, Schneider e Silva Junior (2017); Schneider (2019) e Bastos (2020), propõe mais duas dimensões: dimensão da CCI em gênero, feminismo e sexualidade e dimensão da CCI em relações étnico-raciais. Considera que o ensino de CCI é fundamental na atualidade, e imprescindível na formação dos profissionais da informação ressaltando a necessidade de uma postura condizente com sua epistemologia, princípios e ética. Propõe que estudos futuros investiguem a prática do ensino da CCI em relação às distopias informacionais e à desinformação e pesquisas que adéquem e criem didáticas para o ensino de CCI.

Palavras-chave: Competência Crítica em Informação. Paulo Freire. Desinformação. Dimensões da Competência Crítica em Informação. Competência em Informação. Alfabetização Midiática e Informacional.

ABSTRACT

Emphasize the Paulo Freire's contribution and importance to Critical Information Literacy (hereinafter CIL), contributing with two possible applications from this perspective: for resistance to disinformation – systematizing its causes and motivations – and against discrimination – with the construction of two new dimensions of CIL in gender, feminisms and sexuality and in ethnic-racial relations. Always from a Freirian perspective and linked to Critical Pedagogy, in view of the diagnosis of the Society of Disinformation, this thesis defends that the way to deal with information in contemporary times is through critical thinking and the construction, promotion and teaching of Critical Information Literacy. It raises the need for the CIL's praxis to build resistance to the mechanisms of manipulation, misinformation, other informational dystopias and for the exercise of citizenship. It postulates that the teaching of Critical Information Literacy can be a way to resist the Disinformation Society. It argues that awareness of the mechanisms of disinformation confers resistance to them. Distinguishes and approaches Information Literacy (hereinafter IL), CIL and Media and Information Literacy (hereinafter MIL), proposing a complementarity that enriches its perspectives, which do not cancel or overcome. It seeks to facilitate the understanding of the theoretical bases for the teaching of CIL in Brazil as resistance to the Society of Disinformation, in Critical Theory and Critical Pedagogy. It presents the concept maps of Disinformation and its mechanisms, IL, CIL, Critical Theory and Critical Pedagogy. Following the dimensions of the CIL proposed by Brisola, Schneider and Silva Junior (2017); Schneider (2019) and Bastos (2020) and proposes two more dimensions: dimension of CIL in gender, feminisms and sexuality and dimension of CIL in ethnic-racial relations. It considers that the teaching of CIL is fundamental today, and indispensable in the training of information professionals, emphasizing the need for a posture consistent with its epistemology, principles and ethics. It proposes that future studies investigate the teaching practice of the CIL in relation to informational dystopias and the disinformation and research that adapt and create didactics for the teaching of CIL.

Keywords: Critical Information Literacy. Paulo Freire. Disinformation. Critical Information Literacy Dimensions. Information Literacy. Media Information Literacy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Qual é a realidade? Substituição da vivência da realidade pela emulação virtual	44
Figura 2 – Qualquer imagem está sujeita ao corte, captura e interpretação de um momento	44
Figura 3 – Mapa Conceitual da Desinformação	67
Figura 4 – <i>Deepfake</i> . Manipulação digital animada do Presidente Obama	91
Figura 5 – Mapa Conceitual da Coinfo	98
Figura 6 – Mapa Conceitual da CCI	115
Figura 7 – Mapa Conceitual da Teoria Crítica	168
Figura 8 – Mapa Conceitual da Pedagogia Crítica	185
Figura 9 – Charge do quarto macaquinho. Alienação alimentada pelas telas	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise do conceito de crítica no Framework.....	111
Quadro 2 – Termos e conceitos básicos na Teoria Crítica.....	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL –	<i>Association of College and Research Library</i>
ALA –	<i>American Library Association</i>
AMI –	Alfabetização Midiática e Informacional
ANZIIL –	<i>Australian and New Zealand Institute for Information Literacy</i>
BAND –	Rede Bandeirantes
BRAPCI –	Base de Dados em Ciência da Informação
CBN –	Central Brasileira de Notícias
CCI –	Competência Crítica em Informação
CEPAL –	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGEE –	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CI –	Ciência da Informação
CIA –	<i>Central Intelligence Agency</i>
CID –	Classificação Internacional de Doenças
Coinfo –	Competência em Informação
COVID-19 –	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CSO –	<i>Chief Security Officer</i>
EAD –	Educação a distância
ECO –	Escola de Comunicação
EDICIC –	<i>Encuentro Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe</i>
ENANCIB –	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA –	Estados Unidos da América
FrenteCom –	Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular
GAIN –	Gabinete Basco de Análise Internacional
GEINCOS –	Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas
HLEG –	High level Group
IBICT –	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA –	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISP –	<i>Information search process</i>
LGBTQI+ –	(L) lésbicas, (G) gays, (B) bissexuais, (T) transexuais, transgêneros e travestis, (Q) queer, (I) intersexuais, (+) assexuais, agêneros, andrógenos, pansexuais, não binários, crossdressers, polissexuais e demais letras que designam pessoas que se encaixam no movimento
MCTI –	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MIL –	<i>Media information literacy</i>
OMS –	Organização Mundial da Saúde
ONG –	Organização não governamental
PC –	Pedagogia Crítica
PPGCI –	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Rede Coinfo –	Rede de Competência em Informação
SBT –	Sistema Brasileiro de Televisão
SCIELO –	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC –	Serviço Social do Comércio
SIM –	<i>Subscriber Identity Module</i> . Em português, Módulo de Identificação do Assinante. Conhecido como chip no Brasil
SNBU –	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SPILTN –	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TC –	Teoria Crítica
TIC –	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPB –	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC –	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP –	Universidade Estadual Paulista
WEF –	<i>World Economic Forum</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
1.1	METODOLOGIA MANIFESTA.....	10
1.2	MEU LUGAR DE FALA.....	15
2	SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO	19
2.1	DIAGNOSTICANDO A SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO.....	24
2.1.1	<i>Zeitgeist da Sociedade da Informação/Desinformação</i>	25
2.1.2	<i>Conhecimento privilegiado: algoritmos, vigilância, bolhas e liberdade</i>	50
3	DESINFORMAÇÃO: CONCEITOS, MECANISMOS E IMPORTÂNCIA	69
3.1	MECANISMOS DA DESINFORMAÇÃO.....	72
3.2	OS FRUTOS: <i>FAKE NEWS</i> , BOATOS, <i>FIREHOSING</i> , TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO, <i>DEEPFAKE</i>	94
4	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: RAÍZES, EPISTEMOLOGIA E CONFLUÊNCIAS COM A CCI	101
4.1	<i>INFORMATION LITERACY</i> /COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO – ENTENDENDO AS RAÍZES HISTÓRICAS.....	93
4.2	CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA COINFO.....	97
5	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: MAIS QUE UMA NOMENCLATURA	107
5.1	CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA CCI – COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO (<i>CRITICAL INFORMATION LITERACY</i>).....	113
5.2	DIMENSÕES DA CCI.....	125
5.2.1	<i>Novas dimensões propostas</i>	131
5.2.1.1	<i>Dimensão da CCI em Gênero, Feminismos e Sexualidade</i>	139
5.2.1.2	<i>Dimensão da CCI em Relações Étnico-Raciais</i>	154
5.2.2	<i>A CCI como resistência à reprodução informacional das opressões</i>	163
6	BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA CCI	167
6.1	BASES NA TEORIA CRÍTICA.....	167
6.2	BASES NA PEDAGOGIA CRÍTICA.....	184
6.3	A CRÍTICA E A SOLUÇÃO DE PAULO FREIRE (NÃO SOMENTE DELE) ÀS ESTRUTURAS QUE APRISIONAM.....	193
6.3.1	<i>Educação bancária</i>	193
6.3.2	<i>Opressão, falsa caridade e dominação</i>	199
6.3.3	<i>Alienação</i>	204
7	CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VERDADE: BASES DA CCI COMO RESISTÊNCIA À SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO – UM OLHAR FREIRIANO	211
7.1	AFINAL O QUE É SER CIDADÃO?.....	211
7.2	VERDADE?.....	216
7.2.1	<i>A Verdade, a Ciência e o pobre indivíduo</i>	217
7.2.2	<i>Verdade ou realidade?</i>	219
7.2.3	<i>As superestruturas da “verdade”</i>	221
7.2.4	<i>Deixando de remar na beirinha</i>	226
7.3	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA – SOB A LÓGICA FREIRIANA.....	230
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	237
	REFERÊNCIAS	243

1 INTRODUÇÃO

Começo este texto repetindo a mesma epígrafe da dissertação de mestrado que precedeu esta tese, porém com a ambição de explicitar os acentos que José Saramago (1996) omite em seu livro “Ensaio sobre a cegueira”: “Quantos cegos serão precisos para fazer uma cegueira”? Essa pergunta continua ecoando diariamente em minha cabeça e cada vez a resposta parece estar mais próxima e evidente. Saramago nos dá uma pista de como se dá esta cegueira: “Costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos, não tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras”. O autor aponta para o fato desta cegueira ser seletiva, uma condição e muitas vezes uma escolha. Mas então, “por que foi que cegamos?” Saramago chega a dizer que talvez nunca tenhamos a resposta, mas novamente, no penúltimo parágrafo de seu livro, insinua um diagnóstico para a cegueira: “Queres que te diga o que penso? Diz. Penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que vêem. Cegos que, vendo, não vêem.” (SARAMAGO, 1996, p. 203).

Neste livro Saramago (1996) narra uma situação dura e crua, na qual as pessoas começam a cegar, até que todos estejam cegos, menos uma mulher. Esta condição de cegueira generalizada revela traços humanos que raramente gostaríamos de encarar. O livro conduz o leitor a perceber como a condição de cegos leva os indivíduos ao limite, expondo suas piores, e algumas melhores, facetas. Cegos são guiados pelos que ainda veem, até que cegos guiem cegos. O livro trata também das consequências dessa cegueira coletiva e da importância de ver, ainda que a vontade seja de cegar, por desespero, falta de esperança ou cansaço:

A mulher do médico levantou-se e foi à janela. Olhou para baixo, para a rua coberta de lixo, para as pessoas que gritavam e cantavam. Depois levantou a cabeça para o céu e viu-o todo branco, Chegou a minha vez, pensou. O medo súbito fê-la baixar os olhos. A cidade ainda ali estava (SARAMAGO, 1996, p. 203).

Como a mulher que por um momento desejou estar cega, me vejo diante de uma realidade que me aflige. Uma realidade de cegos que não querem ver e que reafirmam discriminações, desqualificando lutas e avanços conquistados com dor e sangue. Não é possível aceitar que em pleno século XXI estas cegueiras e visões distorcidas se perpetuem. É preciso resistência, resistir. Nesta lógica a intenção primordial desta tese é ressaltar a contribuição de Paulo Freire na Competência Crítica em Informação (CCI), considerando que, apesar da presença germinal de Freire na concepção da CCI, esse aprofundamento que uma tese permite é inédito. E defendendo que Freire é um autor da práxis, que precisa ser mais estudado na Ciência da Informação e, principalmente, na CCI. Em consequência, contribuir

com duas aplicações possíveis dessa perspectiva freiriana da CCI: na resistência à desinformação e na construção de duas novas dimensões da CCI que resistem às discriminações.

Diante do assombro que me causa a cegueira da contemporaneidade o primeiro movimento desta tese é fazer um diagnóstico da relação sociedade – informação sob a perspectiva da Ciência da Informação. Para isto o primeiro passo foi compreender teoricamente parte dos fenômenos que nos trouxeram até essa realidade distópica. Também lançar um olhar crítico sobre as distorções que a desinformação, a falta de estímulo à competência crítica em informação e ao gosto pelo conhecimento, vem criando. Além de pensar nos mecanismos modernos que favorecem estas distorções e a própria desinformação. Nos estudos levantados, partes desse pensamento são vistos de forma isolada e se faz necessária uma articulação entre Ciência da Informação, Educação e Comunicação.

Esta realidade informacional e social é também fruto de fatores como a pós-modernidade, hiperinformação, desinformação, polarização, filtros, bolhas, algoritmos, *fake news* e muitos cenários, mecanismos e distopias informacionais, das quais trataremos nesta tese, que acabaram por distorcer parte da Sociedade da Informação em Sociedade da Desinformação. A Sociedade da Desinformação passa a ser uma espécie de tumor, parasita ou siamês que, aderido e acoplado à sociedade da informação, se alimenta desta ao mesmo tempo que a sabota, mina e distorce.

Para isto esta tese faz, no segundo capítulo, um diagnóstico da Sociedade da Desinformação sondando o *Zeitgeist* (espírito deste tempo) desta sociedade e os fenômenos que conduziram as distopias informacionais que nos assombram. As *fake news* tornaram-se um problema enorme na contemporaneidade, ameaçando a democracia, como vimos em eleições por todo mundo, e até a saúde e a vida, quando esprou informações falsas ou distorcidas durante a pandemia de COVID-19. Contudo considero que *fake news*, boatos, *firehosing*, teorias da conspiração, *deepfake* e tantas quantas distopias que ainda apareçam, são alicerçadas e alimentadas pela desinformação. Desta ótica, no terceiro capítulo trago os conceitos e mecanismos da desinformação e seus frutos.

O que então poderia estimular nos indivíduos contemporâneos mecanismos de resistência? Mecanismos que poderiam colaborar com o agir e o pensar, neste novo/velho mundo?

A aproximação da Competência Crítica em Informação (CCI) com a Pedagogia Crítica é, todo o tempo, posta em ação e avaliação, principalmente sob a perspectiva de Paulo

Freire. É intenção desta tese demonstrar como o pensamento de Freire influencia, e deve influenciar, a formação e práxis da CCI, está no coração de seu aporte teórico e é imprescindível para sua práxis. Freire, apoderando-se dos marcos da Teoria Crítica desenvolve uma pedagogia comprometida com a emancipação, mudança e justiça social. Para ele, a liberdade está latente na conscientização. Assim, esta tese segue a perspectiva crítica, principalmente alinhada com o pensamento e a práxis freiriana.

Freire estava preocupado com a alfabetização da população brasileira para que, uma vez alfabetizados, estes sujeitos pudessem se entender no mundo, na história e no sistema, entendendo-se como sujeitos de suas histórias e em posse da palavra. Ele atenta para a ideia de que ser analfabeto significava estar marginalizado, colocado à margem da sociedade. Em “uma realidade de que eles se encontram marginalizados – realidade que não é apenas um espaço físico, mas econômico, histórico, social, cultural” (FREIRE, 2000, p. 9). Certamente esta não é uma marginalização voluntária.

Se então a marginalidade não é uma opção, os chamados marginais foram expulsos, objetos, portanto, de uma violência. Na verdade, violentados, não se acham porém “fora de”. Encontram-se dentro da realidade social, como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante. (FREIRE, 2000, p. 38 - 39).

Se Freire estava preocupado com o analfabetismo que oprimia e alienava as pessoas, hoje nos preocupamos com um analfabetismo informacional. A metodologia e a ideologia de Freire são como luvas para a práxis da CCI e guardam os mesmos propósitos. Por isso a CCI tem seus fundamentos na Pedagogia Crítica desde o início. Nesta tese fazemos o esforço de reforçar estas aproximações e influências em articulação com os problemas da Sociedade da Informação. Constantemente o texto vai costurar o pensamento freiriano e a Pedagogia Crítica com a Competência Crítica em Informação.

A motivação para isto, além de uma paixão pela filosofia da práxis de Freire, está também na percepção do pouco aprofundamento e aproveitamento da vasta literatura de Paulo Freire nos estudos de Competência em Informação (Coinfo) e CCI na Ciência da Informação (CI). Além disso, temos em Freire um pensador brasileiro, fundador da Pedagogia Crítica, com resultados palpáveis em alfabetização de grandes grupos em pouquíssimo tempo. Com a premência de uma alfabetização crítica em informação ante a enxurrada de *fake news*, boatos e desinformação de nosso tempo, em nossa Sociedade da Informação/Desinformação, voltar a Freire me parece um bom caminho possível para a práxis de uma CCI de resistência.

Na atualidade os meios digitais se mesclaram com a vida. Grande parte da população mundial possui uma cotidianidade atrelada à digitalidade, entretanto o potencial livre e

libertador apregoado por autores como Pierre Lévy no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, mostrou-se facilmente cooptado e conduzido ao controle hegemônico¹. A precariedade ou descaso com a CCI da maioria das pessoas, forjada por um sistema que desestimula a crítica, sabota e reduz a possibilidade do uso contra hegemônico da internet, embotando a crítica do usuário/leitor. Desse modo, a vocação libertadora é aprisionada pelos mecanismos de conservação da hegemonia.

Esta realidade aponta para a necessidade de estudos que discutam a questão da Competência Crítica em Informação diante dos novos sistemas informacionais, impreterivelmente considerando as interseccionalidades². Buscando quais mecanismos podem e devem ser utilizados para que a informação de relevância, a científica e a contra-hegemônica alcancem o maior número de pessoas e para que os indivíduos também distingam as informações falsas, boatos, *fake news* e desinformação em que estamos envolvidos, ou seja, que avaliem e utilizem a informação de maneira crítica e considerando todas as opressões. A premência da necessidade do ensino de CCI.

A ideia da Competência em Informação nasce, no início dos anos 1970, da constatação da necessidade de capacitar os indivíduos ante o crescente volume de informações, para que estes pudessem colaborar com a organização do conhecimento de alguma forma. Além disso, pessoas capacitadas para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, se tornariam pessoas mais eficazes e eficientes na tomada de decisões e solução de problemas, favorecendo principalmente ao mercado. Também estariam capacitadas a consumir os produtos informativos sob as novas formas tecnológicas.

Com o tempo, na virada do segundo milênio, a *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2000), define a Competência em Informação como um conjunto de habilidades que possibilitam ao sujeito o reconhecimento de informações necessárias, bem como localizar e utilizar a informação de maneira eficaz, admitindo que esse é um aprendizado constante e ao longo da vida. A condução tecnicista e voltada ao sistema começa a ser criticada. A ideia de apenas municiar de técnicas os indivíduos já não bastava, era necessário agregar a isso uma perspectiva crítica, como apontaram Elmborg (2006), Tewell (2015) e Downey (2016), entre outros. Em 2015 a nova definição da ACRL inclui a palavra crítica, porém, como explicitado nesta tese, de maneira incipiente, superficial, sob outra

- 1 Um uso contra-hegemônico dos espaços digitais é possível, e têm se mostrado assim, mas não é tarefa fácil. Esta perspectiva é mais abordada na Dissertação que antecede esta tese: *A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível* (BRISOLA, 2016)
- 2 Estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação e/ou discriminação.

lógica, sem aderência epistemológica com o que a CCI denomina como crítica.

Elizete Vitorino e Daniela Piantola, ainda mantendo o uso do termo Coinfo, trazem um pouco da perspectiva crítica no sentido usado na CCI:

O indivíduo competente informacional reuniria, assim, tanto as competências inicialmente previstas pelos bibliotecários quanto uma perspectiva crítica em relação à informação e ao conhecimento e ao seu próprio tempo, na medida em que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente. (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 135-136)

Compreendendo que um caminho de resistência também se faz necessário ante o acúmulo e amplidão de informações circulantes na sociedade contemporânea, que tornam urgente a aquisição de ferramentas e consciência necessárias à absorção, seleção, avaliação e utilização crítica destas informações pelos indivíduos – a Competência Crítica em Informação (CCI). Este é um acréscimo e uma articulação importante – a crítica – que adere à Competência em Informação (Coinfo) a percepção dos vieses que a informação carrega sob a perspectiva da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, a fim de promover a emancipação do indivíduo para a práxis cidadã.

A Coinfo, e mais ainda a CCI, sempre estarão intimamente ligadas à educação, à comunicação, ao poder e à liberdade. Motivo pelo qual a hegemonia não fomenta esse tipo de competência descrita por Elmborg (2006), Tewell (2015) e Downey (2016), nem a educação emancipadora de Paulo Freire (1967). Para o uso da Coinfo e da CCI como resistência a esta Sociedade da Desinformação, se faz necessário compreender as diferenças, aproximações e complementariedades entre elas. Para isto o quarto e o quinto capítulo vão localizar a Coinfo e a CCI conceitualmente a fim de compreender suas igualdades, diferenças e complementariedades. Em cada um destes capítulos é apresentado um mapa conceitual. Destes estudos emergem os temas caros a Coinfo e CCI, mas também as brechas, os espaços teóricos e práticos que precisam ser explorados e reforçados. Justificando a proposta da CCI como resistência a cegueira atual, acirrada pelas lentes desinformativas e a Coinfo como aliada importante.

No quinto capítulo, que trata especificamente da CCI, acrescentamos os assuntos mais tratados nos estudos de CCI e as dimensões da CCI, às quais acrescentamos duas: dimensão da CCI em gênero, feminismos e sexualidade e dimensão da CCI em relações étnico-raciais. Consideramos esta uma contribuição relevante para a práxis da CCI, para o avanço de uma sociedade mais justa e para a interação informacional. Alinhada com a necessidade de lançar luz nas opressões e lutar ao lado dos oprimidos, quando se defende, fomenta e ensina a

importância da crítica, estas dimensões militam por estes objetivos. Não é possível, sendo freiriana, apartar a luta contra as discriminações da defesa a um fomento e ensino da CCI. Por fim discorreremos sobre a CCI como resistência à reprodução informacional das opressões.

A cegueira contemporânea não é física, porém é fruto de “cegos que vendo, não veem”. Há uma quantidade enorme de informação circulando e uma quantidade ainda maior à disposição. Isso confunde, embota e causa uma certa acomodação nas pessoas, perde-se a atração pela busca, desejo e curiosidade pela informação, na sensação de que tudo está a mão e quase tudo já é dado. Compreendo que este embotamento, acomodação e apatia das pessoas em relação à informação é algo construído socialmente e pode ser modificado.

A relação com a informação é construída de muitas maneiras e a educação formal é uma delas. Sob a perspectiva dos autores aqui estudados entendo que a educação percorreu dois caminhos: por um lado valoriza a pesquisa e o acúmulo de conhecimento, mas por outro, tem o papel de disciplinar grande parte da população. Williams (2004, p. 135) levanta a questão da tentativa de controle da classe dominante sobre o aprendizado no início da revolução industrial. Ao ensinar a ler, pretendia-se que os trabalhadores pudessem ler manuais e instruções, bem como a Bíblia, garantindo assim a melhoria na produtividade e o controle moral sobre as classes subalternas.

Contudo, Williams (2004) destaca que ao ensinar a ler nessa pretensão, não havia como controlar o que liam, não havia meio de ensinar um homem (e neste caso só homens mesmo) a ler a Bíblia que também não lhe permitisse ler a imprensa radical. Assim, há uma relação entre o controle e o descontrole na alfabetização, mas, ao mesmo tempo, e eficazmente, existe a educação formal e os aparelhos hegemônicos³ que direcionam e controlam o que é ensinado e como é ensinado, disciplinando e alienando.

A hegemonia, conceito de Gramsci, se refere a uma relação de poder que condiciona e direciona a população, através de uma espécie de consenso cultural/social, alcançado através da coerção (leis, força policial/militar) e dos aparelhos privados (escolas, igrejas, clubes,

3 Elucidando melhor o sentido de hegemonia cultural em Gramsci (principalmente nos Cadernos do Cárcere), de uma maneira bem resumida, remetemos a um conjunto de ideias dominantes em uma determinada conjuntura histórica, econômica, social, política e cultural. Não se trata de uma condição permanente mas é o somatório das forças em disputa – sociedade civil, econômica e política – que se influenciam mutuamente. O Estado é resultado desta soma, sob domínio e direção exercidos por uma classe social dominante, em um período histórico, sobre outra classe social ou sobre o conjunto da sociedade.

São funções da hegemonia o domínio e a direção intelectual e moral; para agregar e guiar os aliados e, com eles, rechaçar os adversários, em uma constante articulação entre consenso no bloco de alianças e domínio dos adversários. Os aparelhos hegemônicos são formas mais sutis de coerção, que conectam e fomentam a hegemonia cultural com artifícios muito mais sofisticados que a violência. São exemplos destes aparelhos, quando alinhados com o poder, as escolas, os espaços religiosos, clubes, meios de comunicação. Esse conceito portanto envolve a reflexão sobre os intelectuais, indústria cultural, cultura de massa, escola/educação e o papel das mídias.

Para aprofundamento do conceito consultar: Gramsci (1982; 1999; 2000; 2004).

meios de comunicação). Um alinhamento do pensamento, que é histórico, político, econômico e cultural e subsumido aos poderes. Para refletir sobre a hegemonia e contra-hegemonia é preciso analisar os modelos de convencimento, de formação, de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as formas peculiares de sociabilidade, as maneiras de ser coletivas e as clivagens, assim como as contradições presentes em cada período histórico (GRAMSCI 1982, 1999, 2000, 2001).

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. [...] quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica. (GRAMSCI, 1999, p. 320)

A informação sempre está envolvida com algum tipo de construção social, histórica, cultural e educacional que a longo prazo ensina também normas e valores que compõem uma conduta e um pensamento, voltados à hegemonia. Inclusive na manutenção das opressões de classe, de gênero, de sexualidades, de raça e de etnia. A manutenção do patriarcado que oprime a todos. Vale lembrar que Gramsci entendia a consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral, assim, o princípio hegemônico possui também alcance gnosiológico⁴ (GRAMSCI, 1999).

Seguindo essa premissa, Gramsci (1982; 1999; 2000; 2004) e Freire (1967, 1996), entendem a educação como parte importante deste processo, ambos entendem a luta pela educação junto à classe trabalhadora como o caminho para a construção de outra hegemonia, e exploram este assunto colocando a educação formal como parte da condução à hegemonia dominante. A serviço deste sistema estão os aparelhos do estado e os privados de hegemonia, todos trabalhando para manter controle e poder, o status quo. Dentre eles estão o sistema educacional e a comunicação de massa. Na contramão os espaços da educação formal, educação informal e da educação não formal (melhores explicadas adiante) podem ser utilizados para despertar, fomentar e ensinar a CCI.

A proposta da CCI está intimamente atada à ideia da atuação na consciência da hegemonia, na necessidade de uma nova relação com a informação de maneira crítica e gnosiológica, ou seja, estudando o conhecimento humano em uma análise reflexiva acerca da

4 Gnosiologia é a Filosofia que estuda o conhecimento humano. Formada das palavras gregas “gnosis” que significa “conhecimento” e “logos” que significa “doutrina, teoria”, pode ser compreendida como a teoria geral do conhecimento ou como o mesmo que epistemologia. Contudo o foco da gnosiologia está na relação cognoscente entre sujeito e objeto, de forma consciente pelo sujeito e não focada conhecimento científico como a epistemologia. O objetivo da gnosiologia é refletir sobre a concordância do pensamento entre sujeito e objeto, considerando a origem, essência e limites do conhecimento, do ato cognitivo (ação de conhecer).

origem, natureza e essência da ação cognitiva, do ato de conhecer, de maneira dialógica e co-criando novo conhecimento. Uma interação que percebe os terrenos ideológicos, as relações sociais e de poder que trabalham no mundo e que criam a hegemonia e os modos de conhecimento. Também está focada na percepção individual e coletiva da atuação humana na construção da sociedade em que vivemos e que da mesma maneira que produzimos estas relações podemos modificá-las no micro e no macro. Essa consciência crítica leva a um comportamento crítico e às mudanças sociais, percebendo a importância da informação e do conhecimento para a construção de novas hegemonias e, conseqüentemente, novas sociedades, mais harmonizadas com o outro e com a natureza.

Compreendemos a Competência Crítica em Informação (CCI) como o conjunto de habilidades construídas ao longo da vida, em aprendizado constante, mas que sublinha e afirma a importância do aporte crítico advindo da Teoria Crítica, conforme a formulação de Horkheimer e da Pedagogia Crítica desenvolvida por Paulo Freire. Tal criticidade pode ser entendida como o elemento que diferencia o que é simplesmente disponibilizado, técnico ou ensinado (formal ou informalmente pelos dispositivos técnicos ou aparatos de poder) daquilo que é criticamente apreendido e utilizado pelo indivíduo, emancipando-o, e contribuindo para seu ser no mundo e, portanto, o exercício de sua cidadania, na práxis.

Condensando, a CCI é por um lado a formação da consciência das forças que, historicamente, atravessam o mundo e a informação, e por outro, o esforço emancipatório de uma educação libertadora, nos moldes da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, uma educação que se propõe ser mecanismo de mudança social, conseqüentemente, propondo liberdade ao oprimido e ao opressor, propiciando a passagem do pensamento ingênuo para o pensamento epistemológico, forjando o pensamento crítico, a consciência crítica e o comportamento crítico.

O embasamento teórico para esta abordagem encontram-se no sexto capítulo desta tese, sistematizando conceitos da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica que se relacionam diretamente com a CCI. Entendo que a Pedagogia Crítica é a alma da prática, ensino e fomento da CCI, por este motivo, esta tese se coloca como freiriana e Paulo Freire estará constantemente emergindo em considerações mas também em um diálogo oculto no meu fazer e pensar como pesquisadora. Neste capítulo também se encontra a crítica e a solução freiriana às estruturas que nos aprisionam nesta realidade, mas, como em toda tese, sem purismos e em diálogo com outros autores. As questões educacionais, a educação bancária, opressão, falsa caridade, dominação, alienação e sua relação com a atualidade e o mundo digital perpassam este capítulo.

Compreendo, assim como Paulo Freire, que a práxis educadora crítica não pode se descolar de seus ideais de transformação do mundo, impulsionada pela sede de justiça social, rejeitando quaisquer discriminações e promovendo a cidadania e a democracia. Assim, o sétimo capítulo discute a relação entre cidadania e verdade, e o papel da CCI na promoção da consciência, apropriação e o fazer da cidadania – a CCI como resistência.

O desenvolvimento da CCI requer o gosto pela informação qualificada, a sede de conhecimento, a curiosidade epistemológica, a consciência crítica e o empoderamento nos termos de Freire (1987). É necessário que o indivíduo seja capaz de pensar, selecionar, negar, hierarquizar e mixar o incalculável de informação presente no mundo. É importante encarar a questão da CCI de uma forma contemporânea e contextualizada, para que assim possam ser delineados caminhos que propiciem o estudo da CCI à luz da Ciência da Informação, expandindo e articulando a questão, teórica e aplicadamente. Essa tese também possui a intenção de estimular futuras pesquisas que utilizem esse embasamento teórico e aplicado no Brasil, que pensem nos mecanismos que podem e devem ser utilizados para a propagação de uma informação construtora de conhecimento, considerando artifícios que também utilizem as novas tecnologias de informação e comunicação em prol da competência crítica em informação.

Esta pesquisa defende a tese de que o caminho para lidar com a informação na contemporaneidade passa pelo pensamento crítico e pela práxis – construção, fomento e ensino da CCI, de uma maneira freiriana. Levanta também a necessidade desta CCI para uma melhor apropriação do cidadão do conceito de cidadania e para resistir aos mecanismos de manipulação, desinformação e demais distopias informacionais. Assim esta tese pretende auxiliar este caminho através do diagnóstico da Sociedade da Desinformação, explicitando os mecanismos de desinformação, por acreditar que a consciência dos mecanismos que nos manipulam nos conferem resistência a eles, conforme inúmeros pensadores presentes nesta tese defenderam.

Diferenciar e aproximar Coinfo e CCI, propondo uma complementaridade que enriquece as duas perspectivas, que não se anulam ou superam, mas fortalecem a resistência. Expor e rejeitar as opressões, e posicionar-se, como coloca Freire, a favor do oprimido e contra qualquer tipo de discriminação, discutindo também as questões de gênero, feminismo, sexualidade e relações étnico-raciais. Por fim, facilitar a compreensão das bases teóricas para o ensino da Competência Crítica em Informação no Brasil.

1.1 METODOLOGIA MANIFESTA

Seguindo metodologicamente a Teoria Crítica, Paulo Freire e Boaventura Santos, essa tese busca não somente uma visão crítica, como também uma postura que, rompendo com o positivismo e, mais ainda com o determinismo, conclama uma ciência que se aproxima do povo, que busca a práxis e contribuir, de alguma forma, com a mudança do status quo, singrando os caminhos, através da longa marcha para uma nova hegemonia, como aconselha Gramsci. Uma ciência que possa conversar não apenas com os pares, mas também com o cidadão comum. Uma ciência que enseje contribuir para a emancipação dos indivíduos. Sendo assim, mais preocupada com o outro e com a justiça social do que em se posicionar como uma verdade neutra e absoluta.

Nós cientistas somos também enviesados, transpassados por nosso lugar no mundo, por nossas paixões, nossa visão de mundo e nossas limitações, ainda que disciplinadamente enquadradas em um rigor necessário e importante à ciência. Sou contra a relativização de tudo, pois quem não acredita em nenhuma verdade acaba acreditando em qualquer coisa. Assumo isso, assumo meu posicionamento, mas faço isso não por abrir mão do distanciamento necessário para não ser opinativa e sim pesquisadora, mas sim por admitir que, enquanto humana, não sou total e absolutamente isenta, embora não abra mão da tentativa incessante de buscar o máximo de isenção. Não estou só.

Como reconhecimento de que somos ser vivente, corpo não apartado da mente, sentimentos não apartados da razão, sabor e saber encerrados no ato de ser no mundo, teoria e ação vivenciadas na práxis, cito aqui uma parte do final da dissertação de mestrado em psicologia de Helena Werneck Brandão (2019) – “Um grito que irrompe no silêncio: a experiência de ser corpo na academia”. Final esse que ela chama de “Convocação”.

A neutralidade só pode existir onde não há corpo, porque corpo sente. E onde há sentimento, sensação, afetação, não pode existir o neutro. O neutro é a ausência de movimentos do corpo, ausência de gestos, de expressão. O neutro é o que baixa a cabeça e diz “sim, senhor”. O neutro é aquele que não pode pensar, que não pode sentir e que consequentemente não pode agir. A busca de um espaço de neutralidade na educação resulta em uma educação para servir. Para servir a um sistema, para a reprodução de um sistema. Isto não é a educação de corpos, mas sua domesticação. Buscamos então uma educação que valorize esse corpo e que diga para neutralidade “não, aqui não tem espaço”. Aqui a gente sente, aqui a gente se afeta, aqui a gente existe quanto carne e nossa mente é uma parte de nós, uma parte corporal, uma parte ativada pela pele em cada arrepio, em cada suspiro, em cada tremelique. É uma mente incorporada, encarnada; uma mente sensível. Aqui falamos de um corpo e uma mente integrados. Corpo, mente e espírito, esses três componentes precisam aparecer numa sala de aula de uma educação sensível. (BRANDÃO, 2019, p. 101)

A Teoria Crítica e Freire aparecerão constantemente nessa tese e serão mais amplamente discutidos, por isso recorro aqui a Souza Santos (2008, p. 8 - 9) que põe “em causa a teoria representacional da verdade e a primazia das explicações causais” defendendo que todo conhecimento científico é socialmente construído, que seu rigor tem limites e sua objetividade não implica em neutralidade. Não concordo (e isso fica evidente nesta tese) com a exacerbação relativista do pós-modernismo, mas há que ser assumida a não absolutez da verdade científica e, à luz da Teoria Crítica, compreender o atravessamento histórico, social, econômico, cultural etc. que perpassa a informação, o conhecimento e, conseqüentemente, a ciência.

Boaventura de Souza Santos escreveu este texto 15 anos antes da virada do século, quase 35 anos de agora. Recorro a este texto por suas colocações, mas também para pensar os impactos desta constatação ao longo dos anos. Nesses 34 anos fomos inundados de informações e tecnologias, existe um afastamento entre a população e a ciência, mesmo com tanta possibilidade de aproximação digital (afirmação será justificada e embasada no próximo capítulo). Somando-se ao cenário, o radicalismo ideológico fundamentalista ganhou espaço aqui e no mundo, e pessoas que acreditam e defendem as mais diversas teorias anticiência, se espalham e se organizam, como no caso dos terraplanistas. Para além, ainda passamos nas últimas décadas por desinformação sistemática e potencializada na mídia, e nas redes sociais digitais, redes sociais digitais das quais ainda não havia nem sombra ao escrever Souza Santos (2008).

Diante do quadro atual, parece absolutamente pertinente a preocupação presente nos estudos críticos, de assumir que a ciência não é algo imparcial que paira pelo cosmos independente, isenta e absoluta. A ciência é feita por indivíduos, passa pela mente humana e é organizada por ela. Contudo é preciso valorizar o rigor científico, a curiosidade epistemológica e o método científico, que conferem segurança às suas colocações, discussões e descobertas. Não é achismo, é perseguição de algo que pode ser comprovado com método. Assim, ainda que não haja isenção ou verdade absoluta na ciência, como em nada, não se deve esvaziar as verdades que ela busca com o máximo de rigor possível, que devem compeli-la a práxis.

Dentre os principais obstáculos às ciências sociais, apresentados por Ernest Nagel (1961, *apud* Souza Santos, 2008, p. 36), destaco o último: “as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também sua prática de cientista”. Esta tese está alinhada à discussão de Nagel que demonstra o quanto a oposição entre as ciências

sociais e as naturais não é tão linear e óbvia quanto se julga.

Souza Santos afirma que todo conhecimento científico-natural é científico-social, pois mesmo as ciências mais duras sofrem interferências sociais; como também apontam O'Connor e Weatherall (2019) relatando em seu livro tantos bons exemplos: desde a “fruta cordeiro” (*Vegetable Lamb of Tartary*, “fruit and to have found it ‘wonderful’”), aos relatórios sobre poluição e chuva ácida que sofreram interferências e adulteração do registro científico, durante o governo Reagan, nos EUA.

O caso da fruta cordeiro surgiu no séc. XIV e durou até o séc. XVII como fake news que virou desinformação, com a aderência a história de pessoas influentes, botânicos, naturistas e registros em livros. Foi um fenômeno social. Sir John Mandeville escreve em seu texto de 1300 sobre “uma árvore índia com frutos de cabaça, dentro da qual podiam ser encontrados cordeirinhos minúsculos, cheios de carne e sangue” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 1). 30 anos antes um frade de nome Odoric relatou experiência semelhante. “Essas afirmações persistiram até o século XVII, e os livros relataram estudos de híbridos entre plantas e animais e animais, dos quais o cordeiro vegetal era apenas um exemplo famoso” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 2). O Barão von Herberstein, embaixador da Rússia no séc. XVI, foi cético em relação à fruta, contudo depois de investigar o assunto e escutar tantos relatos de experiência semelhantes, passou a acreditar na fruta carneiro. Apenas em 1683, um naturalista sueco chamado Engelbert Kaempfer, “por ordem direta do rei Carlos XI, empreendeu uma busca sistemática na Ásia Menor e estabeleceu conclusivamente que simplesmente não há frutos cordeiros no mundo” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 2).

O problema da chuva ácida se tornou uma questão “nas palavras de um porta-voz da Agência de Proteção Ambiental (EPA), ‘incontestável’”. Essa opinião foi corroborada por praticamente todas as principais organizações científicas encarregadas de revisar a literatura sobre o assunto. Em 1981, a Academia Nacional de Ciências, o mais prestigiado grupo de cientistas dos Estados Unidos, encontrou “evidências claras de risco grave para a saúde humana”, bem como evidências “esmagadoras” de que a chuva ácida era causada pelas emissões das usinas. Um relatório de 1982 da EPA, o relatório da Academia Nacional e uma revisão da Royal Society of Canada em 1983, concordaram. Esse amplo consenso científico deveria ter levado a novos limites nas emissões das usinas elétricas. Contudo, mesmo com uma negociação entre Canadá e EUA gerando um Memorando de Intenção para tratar da poluição do ar transnacional (que migrava dos EUA para o Canadá gerando a chuva ácida lá) o desfecho não foi o esperado. Essas iniciativas começaram no governo Carter, mas o trabalho

de desenvolver uma estrutura regulatória completa recaiu sobre Ronald Reagan, que se tornou presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1981. “E apesar do grande corpo de evidências sobre as causas e danos de chuva ácida, o governo Reagan fez tudo o que podia para impedir a ação – até e inclusive, adulteração do registro científico” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 35-40).

É preciso militar, como Souza Santos (2008, p. 9) sugere, por uma ciência que se reaproxime do povo, uma ciência que “em geral, depois de ter rompido com o senso comum, deve transformar-se num novo e mais esclarecido senso comum”. Uma ciência que atenda o que Kant propõe quando diz que “a própria sageza [sabedoria] – que de resto consiste muito mais em fazer ou não fazer do que em saber – precisa também da ciência, não para aprender dela, mas para assegurar às suas prescrições entrada nas almas e para lhes dar estabilidade” (KANT, 2007, p. 37). Aplica-se assim à ciência a noção de práxis.

Ante essa postura assumida, as metodologias investidas nesta tese contemplam:

A articulação e revisão teórica, críticas, de base bibliográfica e documental, uma vez que busca em diversos autores e documentos institucionais os caminhos para sua construção. Este caminho percorrido através de leituras e autores é guiado por assuntos e pelo próprio fluxo das leituras. De uma maneira pessoal e por escolha, ao ler um texto e perceber nele indicação de temas que poderiam agregar a tese, buscamos as referências e em sequência a palavra-chave a fim de encontrar trabalhos relevantes para esta tese. Critérios que consideram as características de busca, uso e compartilhamento, baseados na Coinfo e na CCI.

Assim, por exemplo, ao ler Dudziak (2008, 2016) chegamos a Zurkowski (1974). Como este autor é visto como pai da Coinfo, obviamente era relevante. O passo seguinte é buscar no Google os textos do autor, ou o texto específico de 1974. Por vezes o trabalho de encontrar o texto é árduo e passa antes por muitos outros textos e por várias combinações de busca, por referência, autor, autor e ano, título e autor, palavra-chave, com aspas e sem aspas.

A cada tema buscamos indicações de leituras no orientador, em professores, especialistas e pares, de acordo com a disponibilidade. Um dos critérios dessa tese para uso de literatura passa pela disponibilidade dos textos gratuitamente, por acreditarmos na ciência aberta, acessível e dialógica e não naquela baseada em ganhos econômicos. Por isso, além do acervo pessoal, o processo de busca inicia no Google Acadêmico e só parte para as bases (que na maioria das vezes aparecem no Google) caso o texto não seja encontrado. Quando se esgotam as possibilidades de busca no meio digital, recorreremos a pares e biblioteca, se, ainda assim, não o encontramos, buscamos outro autor ou texto que comenta o primeiro ou o assunto. Neste caso, consideramos o *apud* uma ação também política de reconhecer um

caminho de leitura e também a disponibilidade gratuita dos textos.

O mesmo processo se repete quando o ponto de partida é o assunto, por exemplo Sociedade da Desinformação. A busca nos traz autores e textos com as mais variadas perspectivas, assim requer uma filtragem por relevância, autor e conteúdo. Por vezes o autor não é conhecido mas o conteúdo é extremamente pertinente e relevante ao assunto, o que nos agrada, por fugir do ciclo vicioso de citar sempre os mesmos autores. Este percurso bibliográfico tem se mostrado bastante rico e seu processo metodológico remete à técnica metodológica da “Bola de Neve” ou “*snowball*”. Trata-se de técnica para formar uma amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais, nas quais os participantes iniciais de um estudo indicam os próximos participantes, que indicam outros e assim sucessivamente até o ponto de saturação. No caso desta tese, não existe propriamente a indicação, mas um autor ao citar outro autor desperta um caminho e assim sucessivamente até que passem a repetir conteúdo ou chegemos a um autor que é citado em muitos outros ou um texto que nos convença, recorrendo a este.

Com base na teoria levantada e estudada, a tese executa a construção didática de mapas conceituais, compilações e aplicações dos conceitos de desinformação, competência em informação, competência crítica em informação, teoria crítica e pedagogia crítica – com a finalidade de facilitar estudos e aplicações práticas posteriores no Brasil, colaborando com uma construção epistemológica dos estudos de CCI no Brasil alinhados com os grupos de pesquisa brasileiros aos quais esta autora pertence – Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos) e Rede Coinfo.

Por fim, aplica-se em pesquisas empíricas distintas que acrescentam às questões teóricas metodologias qualitativas. Este percurso aponta caminhos para justificar a sistematização das bases teóricas e as aproximações mais imbricadas da CCI com a Pedagogia Crítica, fundamental para a construção, adaptação e aplicabilidade de metodologias didáticas para o estímulo à Competência Crítica em Informação no Brasil.

Elucidando os objetivos desta tese, tem como objetivo geral defender a importância da CCI para o exercício cidadão, emancipação e resistência em uma Sociedade da Informação/Desinformação. Entre os objetivos específicos já apontados nesta metodologia destacamos o diagnóstico da Sociedade da Desinformação; a sistematização do significado e mecanismos de desinformação dispersos em diversos autores; as novas dimensões da CCI de superação das discriminações apresentadas e defendidas nesta tese – em gênero, feminismos e sexualidade e relações étnico-raciais; a aplicabilidade da CCI como resistência às distopias

informativas e à reprodução informacional das opressões; a sistematização das bases epistemológicas da CCI, a fim de contribuir com futuras pesquisas dedicadas ao ensino de CCI nas instituições educativas formais, informais e/ou não formais.

1.2 MEU LUGAR DE FALA

É preciso me situar em meu lugar de fala. Sou uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, de classe média, casada e mãe de quatro filhos já adultos. Venho de um lado de uma família tradicionalmente presbiteriana, de pastores e de homens e mulheres atuantes nas igrejas, com valores cristãos como base para a vida e com capital cultural e acadêmico. De outro uma família de mulheres que trabalhavam e eram independentes financeiramente e homens que ocupavam posições privilegiadas na sociedade, com grande capital econômico, social e cultural.

Minha avó materna, mulher que nunca “trabalhou fora”, era uma mulher dedicada ao trabalho religioso e social. Uma mulher que fez faculdade de nutrição já mãe de seus filhos, assim como eu fiz minhas graduações e pós-graduações. Uma mulher que, com toda religiosidade e vasto conhecimento bíblico, evoluiu e desconstruiu muita coisa ao longo dos seus 93 anos de vida. Minha mãe, que foi submissa a meu pai todo tempo que viveram juntos, voltou a estudar e teve que trabalhar quando eles se separaram na minha adolescência. Sempre foi uma mulher culta, sempre leu muito e sempre gostou de fazer pesquisas por sua conta, mas só pôde efetivamente fazer faculdade de psicologia e atuar nesta área depois que se separou do meu pai e se libertou. É definitivamente uma mulher sábia e a frente de seu tempo.

Por parte do meu pai, venho de uma família de classe média alta, com homens e mulheres muito bem colocados socialmente. Minha avó e a maioria de suas irmãs foram funcionárias públicas, três das muitas irmãs (eram 7 mulheres e 4 homens) não se casaram e viveram suas vidas de maneira independente, inclusive financeiramente. Meu pai foi administrador por boa parte da vida e depois passou a advogar. Era um homem autodidata, aprendeu mais de 5 línguas sozinho, lendo e ouvindo música. Extremamente culto e inteligente, mas sem inteligência emocional, carregava nas tintas machistas e era opressor, apesar de muito simpático, engraçado e carinhoso também.

As duas famílias tinham muitos traços machistas que afetaram a minha formação, e também traços racistas que eram dissimulados, mas apareciam em anedotas, comentários e na quase totalidade dos casamentos, muito raros são os casamentos inter-raciais nas minhas duas famílias de origem. Sou filha desta construção com raízes brancas dominantes, burguesas,

patriarcais e racistas, ainda que precedida por mulheres que desafiaram essa estrutura e de tias-avós e tias que sempre trabalharam profissionalmente.

Minha história não diferiu tanto da minha mãe ou da minha avó, mãe dela, em relação a submissão. Fui submissa ao meu pai até os 18 anos, uma menina que seguia as regras, que era participativa na igreja e sempre fui cristã. Me casei virgem aos 18 anos com o filho de um pastor e segui submissa e silenciada, não só pelos homens mas por mim mesma. Me separei com 25 anos, meu filho mais velho tinha 2 anos e meio e estava grávida da minha filha. Casei novamente e tive mais dois meninos. Ser mãe sempre foi uma escolha e uma vontade muito grande, adoro ser mãe e cumpri, praticamente apenas este papel até que o meu filho mais novo tivesse 8 anos. Trabalhei sim, por necessidade, mas minha prioridade era ser mãe.

Aos 39 anos resolvi que queria voltar a estudar, e assim fiz – graduação de jornalismo, depois de publicidade, emendando no mestrado e neste doutorado. Este período acadêmico da minha vida foi concomitante e também alimentador da consciência do meu papel de mulher no mundo e de que sou sujeita da minha vida e não extensão e propriedade dos homens que seriam meus donos. Se meu segundo marido aceitou e incentivou essa emancipação, ainda que sendo militar e em parte machista, a academia aprofundou e alargou essa perspectiva. Mais ainda, conviver com mulheres que, como eu agora, percebiam seus espaços, sua luta e viviam o feminismo. Incluo aí, além destas mulheres amigas da academia, minha mãe, minha filha, que muito me ensinou, minhas irmãs e outras amigas militantes.

Assistindo a alguns documentários uma coisa que me horrorizou foi a subserviência dos negros aos policiais brancos, o medo nos olhos deles, a linguagem com que tratavam os policiais brancos, como um escravo trataria um senhor de engenho, um feitor ou um capitão do mato. Além disso, a óbvia construção histórica e social e as consequências sociais do racismo expressa nos quatro documentários. Bateu fundo a percepção da dívida que temos e de como anos de naturalização ainda correm nas veias da nossa sociedade.

- **Black & White:** documentário de 2020 dirigido e filmado pelo jornalista e professor do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, Luís Nachbin, que discute a questão do racismo na sociedade estadunidense. O filme recorre a várias cenas e situações enlaçadas ao movimento Black Lives Matter. O documentário mostra a morte de George Floyd e Rayshard Brooks, ambos registrados em filmagens;
- **Escravos de Job:** documentário de Xavier de Oliveira, realizado no ano de 1965, sobre o trabalho, formal ou não, das crianças da Rocinha. O documentário foi vencedor do Primeiro Festival de Cinema Amador, do Rio de Janeiro, promovido pelo Jornal do Brasil e Mesbla mas ficou na obscuridade por muitos anos;

- Pantera Negra: de Jô Oliveira, que ganhou menção honrosa no IV Festival de Cinema Amador JB/Mesbla, em 1968. Musical, desenhado e pintado à mão sobre película 16 mm, com a inserção de várias fotos do movimento negro nos Estados Unidos, atravessado pela morte de Luther King;
- A 13ª emenda: o documentário de Ava DuVernay que discute a décima terceira emenda à Constituição dos Estados Unidos e seu terrível impacto na vida dos afro-americanos. “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado”. Retratando as consequências do racismo e a construção histórica do preconceito o documentário aponta como esta formulação racista contribuiu para associar os negros ao mundo do crime e, por consequência, cancelar o aprisionamento deles nas cadeias cada vez em maior quantidade através de um processo de encarceramento em massa.

Os documentários trouxeram à tona como minha percepção da realidade negra mudou ao longo dos anos. Cresci sem ter contato com as favelas e a pobreza, era aquele lugar, aquela coisa, aquelas pessoas que minha avó ajudava fazendo e levando comida, fazendo doações do que não usávamos mais, que ela visitava para ajudar. A caridade era e sempre foi parte de minha família, principalmente a materna, mas nós crianças só participávamos separando brinquedos e roupas para serem doados. Acumular nunca foi permitido, deixar comida no prato também não – “Pense em quantas crianças passam fome e você desperdiçando comida”.

Embora minha família nuclear fosse de classe média, dependendo da situação do país, média baixa (fiz meu ensino médio em escola pública ou com bolsa), havia um senso de justiça, uma percepção das desigualdades. A ideia de ajudar aos mais pobres, e ser ajudado como “mais pobres” em situação mais difíceis, sempre foi natural, mas o que percebo agora é que o racismo estava disfarçado no assistencialismo, ainda que a intenção fosse genuinamente generosa e verdadeira. Percebi como a falsa igualdade entre brancos e negros pobres e a proximidade distanciada da classe média baixa e o pobre menos pobre disfarça no Brasil a força e fúria do racismo.

Tentando lembrar de meus contatos com favelas e pobres, me veio à memória as “aventuras” de criança em uma “favela” atrás da casa da minha avó. Brincávamos, eu, meus primos e alguns amigos do prédio da minha avó, de desbravar o território em um sentimento de anarquia, mas também como um desafio ao perigo, do mesmo jeito de quando entrávamos em casas abandonadas. Imagine só, lá no final dos anos 70, início dos 80, favela nem era lugar perigoso de fato, era lugar de gente pobre, aquelas que ajudávamos. Ainda mais “favela” no

Ingá, bairro tradicional de Niterói. As casas abandonadas eram certamente muito mais perigosas.

Morei em Copacabana até os quase 9 anos e não lembro de contato ou visão de favela por lá. Meu pai trabalhou por um ano na BRASPETRO e fui morar em outro país, a Argélia, em um bairro mais afastado do centro, mas em uma casa gigantesca, lembro de casas mais pobres, mas não favela ou penúria por perto. Os contatos que tive com os argelinos, causaram mais espanto aos meus olhos infantis pela cultura do que pela pobreza, “sujeira era coisa de árabe”.

Voltei no ano seguinte ao Brasil e fui morar em São Francisco, bairro nobre de Niterói. Novamente via ruas mais pobres, tinha amigos por lá, mas não favelas. Com 13 anos fui para o bairro de Pendotiba, nossa situação financeira ficou mais difícil, fiquei neste mesmo bairro até os 30 anos. Os lugares pobres e os condomínios de ricos foram aumentando, mas a miséria ainda ficava bem distanciada e escondida.

Neste devaneio me impressionei de só ter tido contato direto e real com a favela e a miséria aos 39 ou 40 anos, quando comecei a fazer trabalhos jornalísticos. Fui ao Santa Marta (que frequentei por três meses por conta de um projeto), ao Bumba (em Niterói, por ocasião do desabamento), quando rodei em Teresópolis, por ocasião da tragédia a procura de minha empregada e quando fomos ajudar as vítimas e, a que mais me chocou, quando fui ao extinto Lixão de Caxias fazer uma matéria sobre a realidade dos catadores de lixo, sobre a nudez social. Nestas experiências fui confrontada com a realidade da pobreza, com sua crudeza, malvadeza e com a maioria preta nestes lugares.

Meu racismo já havia sido acareado muitos anos antes. Ainda na adolescência percebi tendo amigos negros que minha família era muito branca, percebi que a realidade deles, ainda que não de pobreza, era diferente da minha. Percebi que as pessoas que trabalhavam nas casas da minha família, fossem como domésticas, nas obras e construções, como porteiros ou caseiros eram na maioria negros. Trabalhei como voluntária cuidando de crianças pobres nas igrejas que frequentei. Mas a consciência das marcas do racismo, de maneira ampla, custou mais a ser percebida. Notar que poucos negros participavam das mesmas rodas sociais que eu, que não convivi com nenhum indígena ao longo da vida, que a militância étnico-racial era mais que necessária, foi um processo bem mais longo que se manifestou nesta tese.

2 SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO

Para compreender o contexto em que se dá a necessidade do investimento em Competência Crítica em Informação é necessário compreender a convivência da Sociedade da Informação com a Sociedade da Desinformação, bem como entender o significado de Desinformação e dos fenômenos informacionais distópicos que surgem em função desta sociedade hiperinformada e desinformada ao mesmo tempo.

A ideia que o conceito Sociedade da Informação (CASTELS, 2001, 2003) encerra, faz sentido ante a importância que a informação adquire na contemporaneidade e, principalmente, com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) digitais e em rede. A nomenclatura tem sido amplamente utilizada na literatura acadêmica e fora dela. Os modos de produção, o valor capital da informação além daquele ensejado por ela e o poder, já comprovado, que integra, tornaram a informação o centro da sociedade contemporânea. Contudo fenômenos informacionais distópicos são fruto desta mesma construção de sociedade e também da informação. Como sublinha Marshall (2017, p. 10, tradução nossa), “os padrões no capitalismo da informação estendem e intensificam esses problemas comunicativos, e esses padrões podem ser manipulados com relativa facilidade por aqueles que acham útil a hostilidade, o apartamento, a dicotomia e a falta de comunicação”.

O ideal da Sociedade da Informação vem junto com o da Globalização. Armand e Michèle Mattelart (2000) criticam a venda da ideia de globalização como se ela fosse uma mercadoria vulgar. A Quarta conferência do Movimento dos Países não Alinhados, em 1973, em Alger, “lança os primeiros fundamentos da reivindicação por uma ‘nova ordem mundial da informação e da comunicação’”. A discussão seguiria na UNESCO e em 1974 na Assembleia Geral das Nações Unidas (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 111). Concordando com a crítica dos autores de que as bases de uma “Nova Ordem Econômica” foram lançadas e que os interesses dos países do Norte e dos mais influentes estavam intimamente ligados às iniciativas no campo da comunicação. Essa influência fomenta o “imperialismo cultural” e uma “dependência cultural”. Como afirmam Mattelart e Mattelart, “Os efeitos de dominação estão na raiz do princípio do desequilíbrio dos intercâmbios entre o centro e a periferia” (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 111).

No final dos anos 70 estava explícita a preocupação com o monopólio estadunidense da informação, devido à acumulação nos bancos de dados dessa única potência. Isso ameaçava a independência telemática, termo utilizado à época para nomear as convergências técnicas informativas e comunicacionais. Mas a ideia de uma rede democrática e livre

conciliou os divergentes: “O palavreado informatizado e seus respectivos códigos, escrevem eles, devem recriar uma ágora informacional, tão ampla quanto a nação moderna” (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 119). Vence a ideia dos integralistas, aqueles que defendiam com entusiasmo a internet como um espaço livre e democrático.

Segundo Armand e Michèle Mattelart (2000, p. 121), não foi bem assim. Para eles os EUA se tornou a

“primeira sociedade global da história”. Centro de propagação da revolução tecnocrônica, ela é a sociedade que se comunica mais que qualquer outra, visto que 65% de toda a comunicação no mundo partem dela. Esta onipresença a transforma naturalmente no protótipo de um “modelo global de modernidade”, indicador dos modos de comportamento e dos valores a serem adotados em todo o mundo. É no cadinho dessa globalidade que transcende às “culturas firmemente enraizadas”, às “identidades nacionais diferenciadas” e às “religiões tradicionais solidamente estabelecidas” que se vai formando uma “nova consciência planetária”.

Em 1995 o G7 (Grupo dos 7 países mais industrializados) se reúne em Bruxelas para discutir as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e conclama que “a iniciativa privada deve ser o ‘motor da sociedade da informação’”. Está evidenciado o aporte econômico de uso, convencimento e domínio da internet, cada vez mais amplo e voraz. Os Mattelart seguem seu livro apontando as mazelas e riscos dessa sociedade mediada pelo digital, apesar de também descreverem seus benefícios. Em exemplos antagônicos, mas bem reveladores, os autores remetem à ajuda humanitária à Somália em 1992 e 1994, supermediatizada, que contrastava com o silêncio sobre o reembarque das tropas e seus equipamentos hipersofisticados, roubando dos cidadãos a possibilidade e vontade de mudar o estado das coisas, e apontam que a exibição rotineira da barbárie humana contribui para a cauterização do horror e a desumanização do outro.

A velocidade como países, empresas e indivíduos têm se adaptado às TIC é impressionante. As vantagens que estas tecnologias oferecem em relação ao desempenho no mercado mundial, expansão e interação de tecnologia e ciência, à promoção de interação cultural e propagação de consciência e adesão a campanhas sociais e ecológicas são perceptíveis. Mas na outra mão, é impossível negar, trazem igualmente o empobrecimento galopante, a exclusão de camadas da população, as dicotomias acirradas e o apagamento de características culturais solapadas pela propaganda de modos de vida “mais interessantes”, não importando quão distantes estejam da realidade da maioria. Sob essa ótica coloca-se em perspectiva o potencial que a internet também possui, para acirrar desequilíbrios, dicotomias, discriminações e manipulações.

Se por um lado as TIC oferecem vantagens, por outro existem perigos e desvantagens que precisam ser considerados atentamente. Assim, ao pensarmos a Sociedade da Informação

é preciso colocar em xeque os dois lados da moeda, sem a empolgação idealizada dos integrados, nem tão pouco a visão hecatômica dos apocalípticos. É preciso encarar as TIC e a Sociedade da Informação como quase tudo que envolve a realidade, com suas potencialidades para o bem e para o mal.

Mas vivemos mesmo em uma Sociedade da Informação ou em uma coexistência com a Sociedade da Desinformação?

Na contemporaneidade assistimos a fenômenos informacionais que, ao mesmo tempo que inundam os indivíduos de informações, os confundem. Essa falta de aderência com os fatos, com a veracidade da informação, a ética e até mesmo com a noção de realidade e do real, afeta as relações interpessoais, a dos seres com o mundo, o fazer e ser cidadão e as relações dos cidadãos com a sociedade. Por outro lado, os poderes constituídos se beneficiam, muitas vezes, desta confusão informacional. A informação molda culturas, aproxima povos, cria guerras, ganha eleições, muda regras morais, e boa parte disso, na atualidade, é fomentado no meio digital. Como já atentava Kant (2007, p. 37): “A inocência é admirável; mas é por outro lado muito triste que ela se possa preservar tão mal e se deixe tão facilmente seduzir.” O filósofo segue sublinhando a necessidade da ciência para pautar, resguardar e dar estabilidade à informação e ao conhecimento.

É mais que sabida a importância da tecnologia para o desenvolvimento humano e as possibilidades que as TIC descortinam em relação ao acesso e compartilhamento da informação. Contudo esse espaço pseudodemocrático também carrega em si um lado sombra. Os monopólios comunicativos continuam fortíssimos e as informações oficiais ainda têm muito peso, mas não um compromisso inalienável com a verdade. Esses monopólios ainda dividem e compartilham espaço com as múltiplas vozes, conteúdos e ferramentas, também capturadas pelas próprias corporações e poderes, e aderidos com ideologias, crenças e sentimentos, que tem encorpado e fortalecido a Sociedade da Desinformação.

A nova realidade comunicativa e informacional materializada pela internet e redes sociais digitais abre espaço para a informação desordenada, conflitante, combativa, repleta de interferências e sem um compromisso ético com a verdade. De mais a mais a Sociedade da Informação vem sofrendo as consequências da hiperinformação^(a1)⁵ acirrada pelas TIC, descolamento e afrouxamento da ética^(a2) e relativização ou perda de referencial da verdade, o que vem alimentando, paralelamente, uma Sociedade da Desinformação. Uma sociedade na qual os parâmetros de verdade dispersam na pós-verdade^(a3) e na desinformação. Onde os

5 Estas numerações entre parênteses e sobrescritas são marcações dos conceitos que aparecem nos mapas conceituais presentes nesta tese.

indivíduos perdem parte da capacidade de distinção entre informações relevantes e não relevantes, verdadeiras e não verdadeiras, completas ou incompletas, parciais ou imparciais, científicas ou pseudo-científicas e sofre entre muitos outros fenômenos e mecanismos de desinformação e alienação.

Mentir não é novidade, mas a ideia de Sociedade da Desinformação surge porque

a propagação deliberada de informações falsas ou enganosas explodiu no século passado, impulsionada tanto pelas novas tecnologias de disseminação de informações – rádio, televisão, internet – quanto pela crescente sofisticação daqueles que nos induziriam em erro (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 9, tradução nossa).

Um volume considerável da desinformação vem da propaganda⁶. Frequentemente, para além das intenções mercadológicas, este material é produzido “por governos ou organizações políticas, para promover um ponto de vista particular – ou modificar outro”. (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 9, tradução nossa). Propagandas veiculadas nas *mass* mídias “têm sido uma ferramenta dos governos para controlar seus próprios cidadãos e influenciar a sorte política de seus concorrentes, tanto no mercado interno quanto no exterior” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 10, tradução nossa).

Michael Parenti (2001, *on-line*, tradução nossa) inicia seu artigo com a seguinte afirmação: “Em uma ‘democracia’ capitalista como os Estados Unidos, a mídia noticiosa corporativa reflete fielmente a ideologia de classe dominante tanto em sua reportagem quanto em seus comentários”. Essa realidade não é diferente na maioria dos países, muito menos nas agências de notícias, responsáveis pela maioria das notícias internacionais que circulam no mundo. Mas como Parenti e outros autores apontam, os mesmos meios vestem a máscara da independência, imparcialidade e objetividade. Esta característica permeia grande parte das fontes de informação.

Em conformidade com Volkoff (1999), Serrano (2010), Chomsky (2014) e O’Connor e Weatherall (2019), percebemos que os consumidores de mídia são expostos a instrumentos de propaganda estrangeira, dos próprios governos e de mídias motivadas por financiamentos, políticas e capitais, que tendem à desinformação. Ademais estão sujeitos às *fake news*, boatos e teorias da conspiração. Esta produção de desinformação adquire um papel importante na produção de falsas crenças, na atualidade. Além da propaganda política, mas não menos

6 Propaganda vem do latim *propagare*, que por sua vez quer dizer reproduzir por meio de mergulhia, enterrar a muda da planta na terra, plantar, mergulhar. Referia-se a propagação de doutrinas religiosas ou princípios políticos, propagação de princípios e teorias. Foi usada e traduzida pelo Papa Clemente VII, em 1597 ao fundar a Congregação da Propaganda com o objetivo de propagar a fé católica pelo mundo (SANT’ANNA, 1998/ 75-77). É distinta da publicidade que tem objetivos comerciais. A Propaganda é um conjunto de técnicas de ação individual, utilizadas no sentido de promover a adesão a um dado sistema ideológico (político, social ou econômico)." (MALANGA, 1976:11).

perigosa, existe a propaganda corporativa. Ela é destinada a influenciar crenças e suas campanhas desinformativas são planejadas para mirar em evidências confiáveis, como no caso dos artigos e pesquisas científicas enviesados pelos seus patrocinadores.

O alcance da desinformação nesta sociedade é uma de suas características. Eleições, políticas internas e internacionais, planos de governo, acordos internacionais e políticas ambientais e de saúde têm sido pautados por crenças falsas, muitas vezes acreditadas, confirmadas e disseminadas por líderes e membros da administração governamentais, bem como por parlamentares. A influência da Cambridge Analytica em eleições foi denunciada por várias fontes jornalísticas e documentários como *The Great Hack* (em português, *Privacidade Hakeada*), que acompanha e participa da deflagração do processo contra a empresa. Como exemplos de eleições vinculadas à esta influência temos: Brexit, eleição do presidente Trump nos EUA. São também exemplos desse fenômeno as discussões sobre mudança climática global, alimentos transgênicos, vacinação, emissão de gases, uso de agrotóxicos, situações diplomáticas (Brexit) e conflitos de guerra. Não faltam casos no Brasil e no mundo de pessoas públicas, como parlamentares, proferirem discursos ou até proporem leis baseados em desinformação ou *fake news*, além de eleições ganhas com o uso destes artifícios.

O distanciamento da ética e da verdade adotado por políticos e figuras influentes no Brasil e no mundo, bem como um desrespeito pelas evidências, ciência, conhecimento especializado e até mesmo pela lógica, não tem sempre encontrado na sociedade repulsa, pelo contrário, essa postura tem se espalhado contaminando cada vez mais pessoas. Assistimos mentiras absurdas como “bicos de mamadeiras em formato de pênis usadas em creche” e “evidências de que a Terra é plana” virarem “verdade” para um número assustador de pessoas em todas as classes e formação educacional.

Não é possível compreender o problema focando só no indivíduo. Para compreender esse fenômeno é preciso compreender que nossas redes de interação social mudaram e também nosso modo de nos comunicar e informar. Passamos de redes de interação face a face para redes muito maiores e difusas de interação on-line. Somados a estas novas configurações de interação social e informação, os alimentadores da desinformação e as aplicações cada vez mais frequentes das técnicas de desinformação afetaram a capacidade de distinguir informações confiáveis e a verdade.

2.1 DIAGNOSTICANDO A SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO

A informação é a ligação entre os fatos do mundo e as imagens destes acontecimentos no imaginário humano.

Armand Mattelart, na Conferência proferida no V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, em 2005, comenta sobre as características da sociedade contemporânea. Recorda o esforço de Henri de La Fontaine e Paul Otlet, que em 1895 fundaram, em Bruxelas, o Instituto Internacional de Bibliografia na intenção de construir o “Livro universal do conhecimento”, uma vasta “enciclopédia documental abarcando o universo”, como base para uma “Cidade universal”. Otlet (2018, p. 3), preocupado com o avultamento de livros e documentos – “expressões escritas das ideias, instrumento de sua fixação, de sua conservação e de sua circulação, [que] são os intermediários obrigatórios de todas as relações entre os homens” –, se debruça sobre a noção de documento e da classificação destes nas bibliotecas.

Otlet (2018, p. 6 - 8) propõe “constituir, por meio da cooperação, uma rede universal de documentação”, que fundaria uma organização mundial, que abrangeria “todo o campo das áreas do saber e da prática, bem como o conjunto das formas e funções da documentação”. Dessa maneira, podemos dizer, que de certa forma, o pesquisador antecipava a rede digital de hoje. Antecipação esta que Mattelart (2005, p. 02) traduz como “uma rede que ligasse centros produtores, distribuidores, utilizadores de todas as especialidades e de todos os lugares”. A diferença é que a rede digital atua sem a metodologia guia de Otlet, espalhando e acumulando a si mesma e a informação.

Se por um lado o sonho de Otlet parece ficar cada vez mais viável, ao menos pela capacidade das redes digitais e do armazenamento de dados em servidores, por outro, como afirma Mattelart (2005, p. 04), “a distância permanece enorme entre as capacidades virtuais da ferramenta técnica e a exequibilidade geopolíticoeconômica de sua mobilização, a serviço da luta contra as desigualdades sociais”. Mattelart recorda que em 1978, Simon Nora e Alain Minc, em relatório oficial, já advertiam sobre os perigos alienantes da organização da memória coletiva, sob a égide de uma hegemonia. A disponibilização de tanta informação não trouxe a paz, como sonhava Otlet.

Existem muitas razões que nos levaram ao problema informacional atual, porém vamos destacar alguns por sua ligação direta com a informação, desinformação e competência crítica em informação. Encaramos estas “realidades” como fundantes (que fundam/inauguram) e fundações (que alicerçam) de um cenário social, cultural, econômico e

político que favorecem as distopias informacionais. A começar pela própria época em que vivemos e as implicações filosóficas da pós-modernidade, que não é unanimidade como descrição da contemporaneidade, mas se faz presente como o espírito do nosso tempo – *Zeitgeist*, palavra alemã que significa espírito de época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O *Zeitgeist* é o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo, introduzido por Johann Gottfried Herde em 1769.

2.1.1 *Zeitgeist da Sociedade da Informação/Desinformação*

Para Alessandro Baratta (1995), a pós-modernidade^(a4) não é uma cultura e sim uma atitude, que desenvolve uma nova subjetividade. A pós-modernidade confronta a modernidade no plano cognitivo e no prático. No caminho da secularização, a modernidade centrou no homem e na racionalidade o princípio de verdade e valor. “A experiência e a razão [são] percebidas pelos modernos primeiramente como a fonte principal, logo como a única fonte de verdade” (BARATTA, 1995, p. 114). Desta forma, a modernidade é marcada pela ruptura com o místico, o metafísico, a tradição cristã e com a concepção cosmológica. Essa ruptura também se dá em relação a finitude do mundo centralizada no homem.

A modernidade promete a verdade, baseada nos fatos confirmados pela ciência. Também vislumbra um mundo melhor, onde máquinas e tecnologia reduzem o peso do trabalho e as condições de vida se equalizam melhor, com o avanço da ciência e a educação universal; o que é nominado de “otimismo da razão”. Segundo Baratta (1995, p. 120) a modernidade vai abandonando os mitos. A verdade não depende mais da revelação do divino, nem da tradição, mas sim da leitura do mundo feita pelo próprio humano, abandonando o compromisso entre a fé e a razão.

“Os mitos e religiões se tornam objeto da ciência humana, a subjetividade que está na base do princípio da verdade não é mais transcendente, mas imanente ao mundo”. Na razão humana é reconhecida a realidade e nela se encontram “os princípios para edificar uma sociedade organizada e feliz, uma sociedade capaz de superar as deficiências ou perfeccionar os dotes naturais do homem” (BARATTA, 1995, p. 120). O progresso da sociedade, a superação da dor, da opressão e dos abismos fazem parte das “promessas da modernidade”.

A agrura é que as promessas da modernidade não se cumpriram. A sociedade segue violenta, contraditória, injusta, desigual, preconceituosa e dolorosa. A desmistificação que colocou no homem (mais que nos humanos que incluem mulheres e crianças) toda responsabilidade, não aliviou as tensões, desigualdades, injustiças e opressões, tampouco

aproximou-nos da verdade. Pelo contrário, afirmou e reafirmou muitas opressões e desigualdades. A crise do pensamento moderno vem da frustração advinda do positivismo, da crise da verdade, dos valores e do sujeito:

A inadimplência das promessas da modernidade, em razão da violência imanente no direito, minou a confiança iluminista na verdade, na subjetividade humana, no progresso e produziu a crise da qual o pensamento pós-moderno é a expressão. (BARATTA, 1995, p. 124)

Na pós-modernidade, o “pensamento forte” abre espaço para o “pensamento frágil”, um pensamento que renuncia às grandes sistematizações teóricas, históricas, sociais, iluministas, abrangentes e generalistas, e vai buscar as pequenas histórias, as pequenas verdades com sistematizações parciais e provisórias – o pouco que se pode ver, o que, na maioria das vezes é positivo. O pensamento pós-moderno é relativista.

Esse espírito relativista do pós-modernismo atinge a sociedade de maneira truncada, não na aproximação com a ciência, mas em distanciamento e, até, rejeição do científico^(a5) e da verdade científica como aponta o “*Wellcome Global Monitor 2018*” (GALUP, 2019). Trata-se de um grande estudo que coletou dados de 140 mil pessoas em mais de 140 países sobre ciência e desafios de saúde. O estudo aponta que a percentagem de pessoas respondentes afirmativas em relação ao benefício da ciência para pessoas como elas e a maioria das pessoas em seus países é, no mundo, de 37% das que moram em áreas mais valorizadas ou centros urbanos e 38% dos que moram em regiões rurais ou cidades pequenas. Na América do Sul os números caem para 21% e 18% respectivamente.

A pesquisa ainda aponta que pessoas de países com renda média mais alta tendem a acreditar mais na ciência do que nos países mais pobres, mas dois países saem desse padrão: Grécia e Uzbequistão. Em relação aos benefícios da ciência para a sociedade 8% da população mundial é totalmente cética, 29% acredita que eles são beneficiados mas isto não se estende para a maioria da população, 11% acredita que beneficia outras pessoas mas não ele próprio e 38% acredita que a ciência beneficia a sociedade, são considerados os entusiastas da ciência. Apenas 23% dos sul-americanos acreditam que muitas pessoas se beneficiam do trabalho científico.

Segundo o estudo, quando existe desacordo entre ciência e religião 55% das pessoas religiosas escolhem a verdade da religião, 29% a ciência e 13% respondeu que depende do assunto. Existe uma percentagem significativa de pessoas religiosas, que não tem na ciência a melhor fonte de informação, abrindo espaço e até estimulando o afastamento da ciência.

No campo brasileiro a pesquisa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e

o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – “Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil” (CGEE, 2019), levantou dados sobre a percepção da população brasileira, acima de 16 anos, sobre ciência e tecnologia no ano de 2015. Foram 1962 entrevistas realizadas em todo Brasil.

Os resultados mostram um brasileiro muito pouco interessado em política (72% nada ou pouco interessado), com mais interesse (interessado e muito interessado) em esportes (56%), arte e cultura (57%), ciência e tecnologia (61%), economia (68%), religião (75%), meio ambiente (78%) e medicina (78%). Mas se o interesse é grande, por que o distanciamento ou a falta de envolvimento?

Uma das hipóteses, baseada nos dados da pesquisa, é que existe um otimismo em relação aos benefícios da ciência e da tecnologia para a humanidade (54% creem que só trazem benefícios, 19% mais benefícios que malefícios e 12% tanto um quanto outro). E essa crença vem aumentando de 1987 até 2015. (Só benefícios – 12% em 1987, 29% em 2006, 38% em 2010 e 54% em 2015). Essa aprovação se estendia aos cientistas em 2015, como pessoas que ajudavam a sociedade e produziam coisas úteis para a humanidade Apenas 4% os taxava de excêntricos de fala complicada, 8% via os cientistas como pessoas que servem a interesses econômicos e produziam conhecimento em áreas não desejáveis e 10% dos entrevistados achavam que os cientistas se interessavam por temas distantes da realidade.

Os brasileiros também mostravam maior grau de preocupação, 9.2 (de 1 a 10), com desmatamento da Amazônia, uso de pesticidas na agricultura, mudanças climáticas, uso de energia nuclear e alimentos transgênicos. O que espanta é que esses assuntos tenham ganhado força de implementação nas ações governamentais em 2019, opostas as maiores preocupações da população em 2015 e uma negligência que aterrorizou o mundo em 2020, com perdas irreparáveis à Amazônia e ao Pantanal.

A pesquisa então oferece alguns dados relevantes e reveladores – “Embora a atitude dos brasileiros seja positiva e o interesse por C&T seja alto, o acesso à informação é limitado e a desinformação é grande” (CGEE, 2019). Da população entrevistada que considera satisfatória a maneira como o meio noticia as descobertas científicas: televisão 48,5%, internet e redes sociais 51,1%, jornais impressos 40,3%, em compensação, 72% nunca lê sobre o assunto em livros. Como fontes para acessar informação sobre C&T 42,4% buscam sites de instituições de pesquisa, 39,5% sites de jornais ou revistas, 28,1% Facebook, 14,3% Wikipédia, 14% blogs, 4,3% Google, 3,2% não respondeu, 2,9% tem no Twitter a fonte, 0,6% outros.

O paradoxo está na relação das respostas com o interesse. Apesar de demonstrarem

muito interesse e entusiasmo pela C&T, 87% dos brasileiros entrevistados não eram capazes de lembrar do nome de alguma instituição dedicada à pesquisa científica no país e 94% foram incapazes de se lembrar do nome de algum cientista famoso brasileiro. Em 2015 apenas 6% sabiam dizer o nome de um cientista e 13% de uma instituição, em 2010 12% e 18%, em 2006 13% e 12% respectivamente.

Quando perguntados se visitaram uma biblioteca nos últimos 12 meses, em 2016 25% diziam que sim, em 2010 28% e em 2015 29% afirmavam que sim. Os entraves para visitas a museus passam desde a falta de tempo até a falta de interesse, esbarrando no problema de acesso e existência da instituição na região.

O brasileiro de 2015 possuía muito interesse na C&T e apoiava os investimentos nesta área, contudo, o que a pesquisa aponta é que existe um desnível entre interesse e efetivo acesso, procura, envolvimento e conhecimento. As pessoas em geral se satisfaziam com as informações que recebiam nos meios de comunicação e não criavam vínculo com esta informação, daí não lembrarem do nome de cientistas ou instituições. Achavam-se entusiastas mas não buscavam mais informação. A ideia de que a ciência era benéfica estava desconectada de suas vidas, como uma admiração a um astro de cinema, não como algo que interfere na sociedade e faz parte do cotidiano.

A maneira como os meios de comunicação passam as informações científicas, os filtros que popularizam um assunto e não outro e o explicável interesse por certos assuntos como saúde e novas tecnologias, limita a proximidade da população com a ciência. Além disso a educação de baixa qualidade^(a6) e bancária, exposta mais a frente, não produz no indivíduo a curiosidade pelo conhecimento, pela busca de compreender o mundo e a si mesmo. Nos últimos anos isso se agrava com a tendência de vincular suas crenças às emoções e não à ciência, à razão ou ao pensamento crítico. Os boatos, teorias da conspiração, teorias absurdas e *fake news* ganharam espaço e convencimento em um número considerável de pessoas. Se dizer interessado pela ciência mas pesquisar sobre ela no blog ou YouTube de um pseudofilósofo não vai encaminhar a pessoa ao conhecimento científico ou aproximá-la da ciência. Mais da metade das pessoas não visitavam sites de instituições de pesquisa científica em 2015. Quantas será que buscavam estes sites em 2018? E hoje?

Na perspectiva do uso da ideia de pós-modernismo associado à promoção do estado de pós-verdade, enquanto a ciência parece inatingível para o cidadão comum por sua linguagem e inferências complexas e rebuscadas, a crise da verdade e o afastamento da ética propiciam um ambiente de relativização de tudo e aderência à “verdade” que interessa individualmente ou que melhor adere aos sentimentos individuais ou de um grupo. Se tudo é

relativizado e nada é verdadeiro, passa-se a acreditar em nada, mas com a mesma convicção, acredita-se em “qualquer coisa”, ou seja, uma aderência às próprias crenças e não a fatos arduamente aprofundados e/ou comprovados. A verdade perde a importância e o sentido.

É neste cenário que o departamento da Universidade Oxford (*Oxford Dictionaries*), elege o termo Pós-verdade^(a3) como a palavra do ano na língua inglesa em 2016, significando “[...] um adjetivo definido como relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo à emoção e à crença pessoal” (PÓS-VERDADE, 2016). O sentido é de superação, do conceito que não tem mais relevância ou importância, assim pós-verdade seria, de certo modo, a superação da relevância da verdade. A verdade se tornou irrelevante.

Segundo o mesmo site:

A pós-verdade parece ter sido usada pela primeira vez neste sentido, em um ensaio de 1992 do dramaturgo, sérvio-americano, Steve Tesich, na revista *The Nation*. Refletindo sobre o escândalo Irã-Contra e a Guerra do Golfo Pérsico, Tesich lamentou que ‘nós, como pessoas livres, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo pós-verdade. (PÓS-VERDADE, 2016, tradução nossa)

Pilar Carrera (2018) analisou o conceito de pós-verdade enquanto estratégia retórica com uma forte carga ideológica e conservadora, tanto no nível teórico como no social, político e cultural. A autora critica o conceito ter se convertido em uma palavra da moda, “usada para denominar tanto a suposta superação de um estado prévio no qual, ao que parece, a verdade era a norma, como para legitimar determinados procedimentos que têm muito mais a ver com a esfera do poder (incluindo o discursivo) do que com a da verdade” (CARRERA, 2018, p. 1470, tradução nossa).

A crítica severa de Carrera é a respeito do uso banalizado da pós-verdade como justificativa e cortina de fumaça para encobrir outras questões muito mais sérias que envolvem a informação. O que, na nossa perspectiva, também acontece com os conceitos *fake news* e desinformação. Para ela, os antídotos propostos – fato, verdade – são muito mais complexos e ligados ao discurso do que uma solução, até porque verdade e fato são difíceis de definir sem atravessamentos. “Em primeiro lugar, na maioria das vezes, o que chamamos de ‘fatos’ são, na verdade, ‘fatos discursivos’ ou fragmentos de mediação” (CARRERA, 2018, p. 1473, tradução nossa).

Deve ser levado em conta, inevitavelmente, que aquilo que conhecemos como informação sempre se baseou muito mais na fé do que na comprovação de supostos fatos que, como já foi dito, estão geralmente fora de nosso alcance e experiência diretos; baseou-se na autoridade e confiança que atribuímos a certos mediadores. (CARRERA, 2018, p. 1473, tradução nossa)

Concordando com a crítica em relação à banalização do uso, com o fato de nunca termos vivido um estado de verdade e que a confiança nas fontes é o que determina o que é tomado como fato e verdade na maior parte do tempo. Contudo, compreendendo a pós-verdade como um estado de espírito que favorece a desinformação, uma exacerbação da negligência com a verdade e uma leniência com os sentimentos, torna-se importante atentarmos para as características desse fenômeno. Carlos Alberto Ávila Araújo (2019) utiliza o mito da caverna de Platão para ilustrar este fenômeno como contexto, condição. “A situação apresentada por Platão coloca uma determinada situação que condiciona as formas de pensar e agir das pessoas e, no caso, sua relação com a definição do que é verdade” (ARAÚJO, 2019, p. 3). Para o autor, pós-verdade é um fenômeno que possui uma dimensão tecnológica mas também cultural, relacionado com mentalidades, atitudes, um *ethos*, uma cultura.

É sabido que este fenômeno é acirrado com as TIC. Contudo, Araújo (2019) chama atenção para o fato de que apesar de muitas pessoas hoje terem acesso fácil e instantâneo a tecnologias, e assim também à possibilidade de verificar as informações, as limitações econômicas, de dados e técnicas atingem boa parcela da população, limitando ou intimidando essa verificação. Infelizmente não são apenas estas limitações que propiciam a pós-verdade. Este fenômeno, acirrado com a velocidade e volume de circulação e acúmulo de informação no espaço digital, “têm um denominador comum: as crenças pessoais, irrefutáveis para muitos, ganharam força frente a lógica e aos fatos e acabaram estabelecendo-se como pressupostos compartilhados pela sociedade, provocando a desordem da opinião pública” (LLORENTE, 2017, p. 9). Zarzalejos (2017, p. 11 - 12), porém, declara que a pós-verdade não é um fenômeno novo, e afirma que Eric Alterman a descreveu, definitivamente, como a “arma política da desinformação”, e que Noam Chomsky desvela as técnicas para suavizar as mensagens e travar o senso crítico dos cidadãos. A pós-verdade não é uma prática apenas do campo político, mas também do empresarial e publicitário, que a utilizam estrategicamente.

Para Marshal (2017), um dos motivos que conduziram à desconfiança dos cidadãos em relação a parte das informações, midiáticas e não midiáticas é reflexo do apoio neoliberal aos mercados livres, corporativamente dominados, fomentado por Estados, instituições mercadológicas e mídias corporativas, com ênfase nos interesses individuais. Assim, as informações ficam sujeitas à aderência com as crenças e interesses pessoais e/ou do grupo. A confiança passa a ser, somente, no semelhante ou aliado, mesmo que nem sempre a informação ou a confiança seja coerente ou fundamentada. Ainda que exista algum nível de desconfiança interna, ela não se compara à desconfiança, hostilidade e rejeição com o externo.

Contudo, é necessário um nível de confiança para que a sociedade funcione. Não é

possível conhecer o suficiente de tudo que nos chega e/ou nos afeta individualmente, para tal, necessitamos crer nos especialistas e, em algum nível, nos sistemas sociais. Como ressalta Marshal (2017, p. 13, tradução nossa) “‘Muitos dos fatores que apoiam a confiança apoiam simultaneamente a produção de vieses’ (Kay e Goldspink 2017, p. 9). Da mesma forma, a confiança pode ser construída através da ocultação colaborativa de falsidade ou corrupção e promove tal engano (Shulman 2007, p. 94 -157)”.

Ramonet (2003, p. 248), tratando da dificuldade de contrapor as informações manipuladas do discurso hegemônico, afirma que “por vezes o discurso militante ou de contra-informação não é suficientemente pedagógico ou não tem critérios de sedução que lhe permitam competir com o discurso dominante”, e isso se aplica à informação científica.

A próxima pista da anamnese da Sociedade da Desinformação, remete ao alinhamento com o poder político^(a7) e econômico^(a8) Sem precisar explicitar todas as relações de poder e como elas influenciam a informação, mas pensando sobre esse poder como algo que alimenta e se alimenta da desinformação, passamos a sintetizar alguns pontos que evidenciam a relação do poder econômico e político com a informação e na produção da desinformação.

Como já dito anteriormente, é evidente a importância que a informação tem na sociedade contemporânea. Casos como o da WikiLeaks expuseram o tráfego de informações e espionagens que eram produzidas e armazenadas, e a cada dia surgem mais exemplos. Informação estratégica é um conceito proficuamente utilizado tanto nas esferas políticas quanto nas econômicas, sejam industriais, financeiras ou mercantis. Mas, para além da importância da informação, existe a questão da desinformação produzida pelos poderes e também pela associação das mídias com os poderes políticos e econômicos.

Serrano (2010) aponta a dependência econômica das mídias como um filtro importante para a informação. Quando os meios de comunicação, a princípio os jornais, se industrializaram, no final do sec. XIX e princípio do séc. XX, perderam a autonomia, ou ao menos parte dela. No séc. XIX, a imprensa operária tinha um papel fundamental na resistência e manifestação desta classe, servindo à sensibilização, problematização e conscientização. Com a industrialização, os custos de funcionamento de um jornal subiram substancialmente. “Passaram de mil libras em 1837 a 50 mil em 1867” (SERRANO, 2010, p. 24).

“Esse desenvolvimento industrial conseguiu o que nenhum governo pode, que foi expulsar do panorama todos os projetos informativos que não tivessem um grande investimento por trás” (SERRANO, 2010, p. 24). Ainda assim, a venda de jornais ainda era a fonte de receita da imprensa e, para vender bem, eram necessárias notícias de qualidade, ainda que alinhadas aos interesses de suas editorias, obviamente. A incorporação da publicidade

gerou uma receita extra para os jornais que contavam com um público maior. Essa associação com a publicidade afeta ainda mais a pseudoneutralidade da informação jornalística, uma vez que passam a estar submetidos às escolhas dos anunciantes. Isso não acontece apenas com a imprensa, toda informação que depende de um financiamento está subsumida ao viés do financiador, até mesmo a científica. A informação passa a ser produto^(a10) alinhado com os anunciantes.

Agravando a questão, não é mais a informação o produto a ser vendido e sim os leitores/expectadores/usuários, como elucidado nos estudos de Economia Política da Comunicação. Muito do que é ofertado como informação está permeado de publicidade e cooptado pelo capital. Isso é muito fácil de perceber quando a busca por informação é bombardeada de publicidade. Além disso, se um veículo depende de seus anunciantes e uma informação é desfavorável a um destes anunciantes, é esperado que essa informação não seja veiculada ou que seja abrandada. O sensacionalismo também está atrelado a essa lógica, quanto mais leitores/expectadores/usuários o veículo capturar, mais renda a publicidade vai gerar.

A informação virou produto e, como tal, precisa agradar seu público-alvo e o cliente que a “encomendou”. Mais que isso, a propaganda nos meios de comunicação passou a gerar a maior parte da (se não toda) receita dessas empresas. As relações comerciais com os anunciantes acabam tendenciando as informações e notícias que circulam nestes meios. Por exemplo, se uma companhia aérea é a maior cliente de espaço publicitário de um determinado jornal, quando acontece um acidente com um avião desta companhia, a tendência editorial é amenizar a situação para não perder o anunciante.

Marshall (2017, p. 1, tradução nossa) corrobora essa ideia: “Quase todas as fontes de mídia são de propriedade e controladas pelo setor corporativo”. E por esta razão parece razoável afirmar que “a mídia apoia ou justifica esse setor, sua lucratividade, ideologia e poder, e salientar que quase não há mídia mainstream de ‘esquerda’ independente do capitalismo”. Nos ateremos a isso mais adiante, ao explicar os métodos de desinformação no subcapítulo 2.3. No momento é pertinente ressaltar que a relação dos poderes com a informação cria e fomenta o palco pelo qual a desinformação circula, bem como se aproveita da desinformação para que seus objetivos sejam alcançados, alimentando, inclusive, a aprovação em relação a assuntos que de primeira seriam rejeitados pela população ou gerando indiferença a outros que ganhariam atenção.

Em 2010,

de acordo com um estudo da Universidade Camilo José Cela, de Madri, na Espanha

as fontes oficiais ou institucionais representam na rádio 72,4% e, na televisão, 65,88%. Por isso, deixou de vigorar essa afirmação de que notícia é o que alguém não quer que seja [conhecido], para ser apenas o que alguém deseja que se conheça (SERRANO, 2010, p. 27).

Isso funciona na esfera mercadológica, econômica e política. “Quase 80% das informações (77,77%) são frutos de atos declarativos. Consistem em dar uma versão da versão que alguém dá sobre algo” (SERRANO, 2010, p. 28). Assim, boa parte das informações carregam a intenção de conformar ou induzir o público e manter a hegemonia^(a9).

Marshall (2017, p. 1), claramente influenciado por Gramsci, firma a ideia de que os processos de comunicação, informação e discurso são primariamente preocupados em manter vínculos de grupo, fronteiras de classes de grupos, status no interior de grupos e autoidentidade, em vez de transmitir informações precisas ou encontrar soluções racionais para problemas.

Freire concorda e escreve:

Não temo parecer ingênuo ao insistir não ser possível pensar sequer em televisão sem terem mente a questão da consciência crítica. É que pensar em televisão ou na mídia em geral nos põe o problema da comunicação, processo impossível de ser neutro. Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades mas também a própria ideologização no processo comunicativo. Seria uma santa ingenuidade esperar de uma emissora de televisão do grupo do poder dominante que, noticiando uma greve de metalúrgicos, dissesse que seu comentário se funda nos interesses patronais. Pelo contrário, seu discurso se esforçaria para convencer que sua análise da greve leva em consideração os interesses da nação. (FREIRE, 1996, p. 88)

Um exemplo dessa ligação poder/meios de comunicação/capital/desinformação é apontado por Chomsky (2014, p. 7), ao recordar a primeira operação de propaganda governamental promovida durante o governo de Woodrow Wilson, eleito em 1916. O presidente havia sido eleito com a plataforma “Paz sem Vitória”, em meados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O povo americano nesta época estava em uma vibração pacífica e o presidente precisava convencê-los de que a participação na guerra era necessária e justificada. Com esse objetivo, foi constituída uma comissão de propaganda governamental, a Comissão Creel, que em seis meses conseguiu transformar uma população pacifista numa população histórica e belicosa, que queria destruir tudo o que fosse alemão, partir os alemães em pedaços, entrar na guerra e salvar o mundo.

As mesmas técnicas foram utilizadas depois do fim da Primeira Guerra para “insuflar um histórico Pânico Vermelho, como ficou conhecido, que obteve êxito considerável na destruição de sindicatos e na eliminação de problemas perigosos como a liberdade de

imprensa e a liberdade de pensamento político”. A empreitada contou com grande apoio da mídia e dos líderes empresariais, que organizaram e investiram muito nessa iniciativa. (CHOMSKY, 2014, p. 7).

Segundo Chomsky (2014), essas empreitadas contaram com a participação de intelectuais progressistas do círculo de John Dewey, que exaltavam a capacidade de manipular a opinião pública^(a11). Estes lançaram mão dos instrumentos mais diversos para conduzir a população, incluindo mentiras assustadoras e repulsivas sobre o inimigo. A empreitada contou também com materiais produzidos pelo Ministério da Propaganda britânico, dedicados a “controlar a opinião da maior parte do mundo”, segundo consta de suas resoluções secretas. O objetivo desse material era controlar a opinião dos membros mais inteligentes da comunidade norte-americana, para que estes difundissem as ideias forjadas. “A propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes” (CHOMSKY, 2014, p. 7). Lição aprendida por Hitler e utilizada até os dias atuais.

Ainda no prisma de Chomsky (2014, p. 8), Walter Lippmann (2008), teórico da democracia liberal, valorizava os feitos das comissões de propaganda e “defendia que aquilo que denominava ‘revolução na arte da democracia’ podia ser usado para ‘construir o consenso’, isto é, obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo por meio das novas técnicas de propaganda política”. Também considerava que essa era uma ideia boa e necessária, uma vez que afirmava que os interesses comuns escapavam da opinião pública e só poderiam ser compreendidos e administrados por “classe especializada” de “homens responsáveis”, suficientemente inteligentes “para entender como as coisas funcionam.” Essa pequena elite era a mesma comunidade intelectual a que se referiam os deweynistas como a elite capaz de entender os interesses gerais, que escapam as pessoas comuns. Uma noção bem comum que defende a necessidade de uma elite intelectual capacitada a guiar o povo, os demais ignorantes.

O livro de Lippmann é publicado originalmente em 1922, mas parece ter voltado, em pleno séc. XXI, a algumas mesas e estantes, guiando os novos projetos de poder que utilizam os meios de comunicação, hoje potencializados pelas esferas digitais e os grupos isolados em bolhas, analisados por algoritmos e influenciados por *bots*⁷.

7 Diminutivo de *robot* é a denominação para aplicações de *software* para simular ações humanas repetidamente. Em geral, são danosos à estrutura digital – ataque de negação de serviços distribuídos (DdoS), envio de spams, distribuição de *malwares*, *click fraude*, influenciar opiniões e valorizar determinadas postagens e roubo de informações.

A criação do consenso não é uma arte nova. É uma arte muito velha que supostamente deveria ter morrido com o aparecimento da democracia. Mas não morreu. Ela, na verdade, melhorou enormemente em técnica, porque está agora baseada em análise ao invés de uma regra prática. E assim sendo, como resultado da pesquisa psicológica, ligada aos modernos meios de comunicação, a prática da democracia foi empurrada a um canto. Uma revolução está acontecendo, infinitamente mais significativa do que a mudança no poder político. (LIPPMANN, 2008, p. 218)

Lippmann (2008) divide a sociedade em dois grupos e chama isso de democracia gradual. O primeiro grupo é formado por essa “classe especializada” que assume o papel ativo na gestão dos interesses e assuntos públicos, são responsáveis por analisar, executar e tomar decisões pelos “outros”, nas dimensões política, econômica e ideológica. O segundo grupo são “os outros”, “os expectadores”, que para Lippmann são “o rebanho desorientado”, cabe a estes transferir seu apoio a membros da classe especializada, mediante o voto, no caso de uma democracia. Depois da transferência, sai de cena e deixa o especialista agir. Esta é uma característica que perdura na nossa sociedade.

Reinhold Niebhuur e Harold Lasswell são outros exemplos, utilizados por Chomsky (2014, p. 10), de estudiosos que corroboram esse pensamento. Niebhuur e Lasswell defendem que apenas um pequeno número de pessoas possui a razão. que é uma faculdade extremamente escassa. Para eles, a maioria das pessoas é guiada pela emoção e impulso. Assim, aqueles que pensam devem criar “ilusões necessárias” e “simplificações radicais”, que através de apelos emocionalmente poderosos mantém os simplórios e ingênuos suficientemente sob controle.

Em Lippmann (2008, p. 208 - 209) a emoção é descarregada no símbolo⁸ através de um alvo comum, assim “a idiossincrasia das ideias reais desaparece”. O símbolo (mito), nesta perspectiva, possui o poder de captar a emoção de ideias distintas, assim “é ao mesmo tempo um mecanismo de solidariedade e de exploração”. Para o autor, a minoria dos indivíduos que está estrategicamente posicionada na sociedade precisa escolher os objetivos concretos e para isso utilizam o símbolo. O Símbolo é um instrumento eficaz para modificar as ideias e práticas de muitos por poucos, impedindo a crítica, e seduzindo os indivíduos para que enfrentem a agonia causada por objetos e objetivos que eles não compreendem.

Além das questões de conformação da população e da manipulação das informações para o favorecimento de certas ideias, o alinhamento político e econômico das mídias também é espaço amplo para a desinformação. Outro problema vinculado aos poderes econômicos e

8 Os símbolos na acepção de Lippmann são capazes de organizar os seguidores de um líder. Atuam da mesma maneira que os privilégios na hierarquia. Os símbolos conservam a unidade dos liderados. Do totem à bandeira, dos ídolos a O Deus são, os símbolos, os pontos focais nos quais as diferenças se fundem. Os grandes símbolos possuem por transferência todas as minúcias e lealdades, além de evocar sentimentos, memórias.

políticos é o domínio de corporações e conglomerados dos meios de comunicação. No meio digital essas megaempresas passaram a administrar grande parte da propagação de notícias e informações, uma vez que o meio digital hoje domina boa parte da circulação informacional. É o caso do conglomerado de Mark Zuckerberg, que começou com o Facebook.

A partir do ano de 2010, o empresário comprou o Octazen (aproveitamento da localização de amigos pelos contatos de e-mail), Sharegrove (serviço de mensagem privada com compartilhamento de conteúdo em tempo real), Divvyshot (marcar os amigos em fotos.), Hot Potato (localizador, *chek-in*), Beluga (*chats* em grupo no Menseger), Instagran (não foi incorporado ao Facebook), WhatsApp (também não incorporado) e, recentemente, Oculus VR (empresa que cria óculos de realidade virtual). Somente o Facebook possui mais de 2 bilhões de usuários. O poder de controle informacional de uma empresa assim é, invariavelmente, enorme. O que foi comprovado na polêmica da Cambridge Analytica, quando dados de usuários foram usados nas campanhas presidenciais de Donald Trump (EUA), Uhuru Kenyatta (Quênia), entre outras.

Manipulações advindas deste tipo de manobra e conchavo vem sendo utilizadas cada vez com mais frequência, eficácia e alcance com o advento do mundo digital, potencializando-se ainda mais com as redes sociais digitais. A potência das redes sociais foram sentidas primeiro nas que funcionam ou funcionavam *on-line*, como Orkut e Facebook, como na eleição de Obama. No caso das eleições do presidente americano Donald Trump e do caso Brexit, a influência do Facebook foi factual, assunto amplamente comentado e estudado como no artigo de Allcott e Gentzkow (2017).

Também assustadora foi a potência das redes sociais digitais em bolhas, como Telegram e WhatsApp. Nestas, grupos fechados trocam informação sem nenhuma interferência externa ao grupo. Ao funcionarem como uma rede fechada, uma gangue ou uma comunidade, respeitam minimamente os conflitos, mas as dissidências mais graves são facilmente resolvidas com banimento. Essa configuração exclui os diálogos ou embates com ideias e informações que divergem das crenças do grupo. Voltaremos a este assunto mais a frente, quando tratarmos das bolhas.

Outra característica do nosso tempo é a expansão da mídia^(a12) e a exacerbação da cultura de massa^(a13). A comunicação sempre fez parte das relações e construções sociais, culturais e históricas. A escrita marca a possibilidade do registro mais preciso, acumulável e acessível, de transpor distâncias físicas ou temporais. Com a invenção de Gutemberg (por volta de 1450) era possível imprimir jornais e livros que circulavam de maneira mais abrangente. A invenção do telégrafo (por volta de 1791) possibilita a transmissão de

mensagens, utilizando o código Morse, através de cabos, entre locais distantes de maneira imediata. A fotografia (1826) capturava a imagem e a espalhava, assim um momento ou uma obra de arte podiam ser vistas bem longe do lugar onde aconteciam ou estavam. O telefone (1860 – Meucci, 1876 – Graham Bell) permitiu comunicação verbal ampla, simultânea e a distância, ampliando as possibilidades informativas. O fonógrafo (1877) e o gramofone (1887) permitiam que uma pessoa ouvisse na Índia uma filarmônica que se apresentara na Inglaterra. A invenção do rádio (1896) acolhia o alcance da voz a longas distâncias. O cinema (1895) trouxe o mundo no fantástico universo da imagem em movimento, mais tarde unido ao som, no cinema falado, e a cor. A televisão, nos anos 1950, levava para dentro de casa tudo isso, som, imagem, movimento. Por fim chega-se ao meio digital, a internet, que permitiu um fluxo de informação e comunicação sem precedentes e ampliou a possibilidade da propagação de informações de todos para todos (Pierre Lévy 2000, p. 63 - 105), além de encerrar em um espaço todas as suas formas, somando-se aos fenômenos mais antigos que existiam e ao que hoje chamamos de mídia.

Segundo Briggs e Burke (2006, p. 12), o conceito de “opinião pública” surge no final do séc. XVII e a preocupação com as “massas” no séc. XIX. Emerge no entre guerras a escola funcionalista Americana de Comunicação, com destaque para a teoria hipodérmica e o modelo comunicacional de Lasswell (1927), e para o fluxo de comunicação em dois níveis, de Lazarsfeld, entre outros. Do outro lado do Atlântico, Walter Benjamin publica em 1936 “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, discutindo a influência da cultura de massa e da reprodutibilidade na sociedade. Na Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer propõem a Teoria Crítica e falam da “indústria cultural”. Novos estudos sobre mídia foram estimulados na década de 1950 pelo advento da televisão, levando ao surgimento de novos departamentos acadêmicos de comunicação e de estudos culturais. Conceitos e frases bombásticas surgiram nessa época, como: “viés das comunicações” de Harold Innis (1894-1952); a “aldeia global” de Marshall McLuhan (1911-80); a “domesticação da mente selvagem” traçada por Jack Goody; a degradação da “esfera pública”, estudada por Jürgen Habermas. Nas últimas décadas, multiplicam-se estudos sobre a internet, a cibercultura e a sociedade em rede.

Cada invenção destas trouxe consequências e exigiu adaptações.

Com a prensa, a produção de livros cresceu enormemente. Contando a história social da mídia, Briggs e Burke (2006, p. 24) relembram que em 1500 já haviam máquinas instaladas em 250 lugares da Europa, e até esse ano 27 mil edições foram produzidas. A estimativa é de 500 cópias por edição, o que significa que cerca de 13 milhões de livros

estavam circulando “em uma Europa com cem milhões de habitantes”.

Com a multiplicação dos livros, as bibliotecas tiveram de ser ampliadas, ficou mais difícil encontrar um livro nas prateleiras, e os catálogos se tornaram cada vez mais necessários. Os compiladores de catálogos deviam decidir se classificavam a informação por assunto ou ordem alfabética de autores. A partir do meio do século XVI, bibliografias impressas ofereciam informação sobre o que havia sido escrito, mas como as compilações cresceram em tamanho, tornaram-se cada vez mais necessárias as listagens por assunto.

Os bibliotecários também enfrentaram o problema de manter os catálogos atualizados e se inteirar sobre as novas publicações. Jornais acadêmicos forneciam informação sobre livros recém-publicados; o número desses jornais se multiplicava, e, portanto, era necessário buscar dados em outros lugares. Como havia mais livros do que era possível ler durante uma vida, devia-se ajudar os leitores a escolher, produzindo bibliografias selecionadas e, a partir do final do século XVII, resenhas das novas publicações. (BRIGGS; BURKE 2006, p. 27)

Não só os bibliotecários tiveram que se adaptar à nova realidade. Os acadêmicos sentiam a necessidade da seleção crítica de autores. “Um escritor italiano queixou-se em 1550 de que havia ‘tantos livros que não temos nem tempo de ler os títulos’” (BRIGGS; BURKE 2006, p. 27). Chega a ser espantoso ler isso ante a quantidade de informação acumulada hoje em tantas plataformas e formas. João Calvino dizia que os volumes eram uma floresta na qual os leitores poderiam se perder, um oceano em que precisavam navegar, ou uma enchente de material impresso na qual era difícil não se afogar. O volume de informação já era um problema. As impressões dividiam as opiniões em catastróficas e eufóricas. Entre as catastróficas existia o medo dos escribas de perderem sua função de ofício. Já os entusiastas exaltavam o fato de que as obras renascentistas permaneceriam para sempre e que o obscurantismo da Idade Média jamais se repetiria. Será?

No séc. XVII a aparição dos jornais cria mais expectativas sobre a prensa.

Na Inglaterra, na década de 1660, sir Roger L'Estrange, o censor-chefe de livros (ver p. 97), ainda questionava se “mais males que vantagens eram ocasionados ao mundo cristão pela invenção da tipografia”. “ó Tipografia! Como distorcestes a paz da Humanidade!”, escreveu o poeta inglês Andrew Marvell (1621-78) em 1672. (BRIGGS; BURKE 2006, p. 26)

Os impressos tinham o papel de aproximar as pessoas do que era chamado de “esfera pública”, esse espaço de discussão forjado na ascensão burguesa entre os séc. XVI e XVII. O conceito se constrói como o espaço no qual a vontade pública se manifestava, tomava corpo e ciência, e podia ser articulada. A partir do séc. XVIII, a burguesia controlava posições-chave na economia das sociedades europeias, mas estava excluída do poder, exercido pelo Estado Monárquico. Esse grupo vislumbrava na esfera pública a possibilidade de convencer as autoridades de suas pretensões através do melhor argumento. Na paridade argumentativa instalava-se uma tentativa de dobrar a autoridade e o domínio.

Wilson Gomes explica que, para os burgueses, a esfera pública é a esfera do público raciocínio ou do uso público da razão, em função do poder do melhor argumento; e que o conceito habermasiano de esfera pública é: “âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional” (GOMES, 1998, p. 155).

Os jornais eram considerados parte da esfera pública e utilizados como instrumentos de mobilização. “Em 1641, estavam em circulação mais de 20 mil cópias do Grande protesto do Parlamento contra o regime de Carlos I” (Briggs e Burke, 2006, p. 96).

Olhando para trás, do ponto de vista de uma geração posterior, e ampliando a metáfora, um escritor de 1682 declarou que não conhecia “nada que ferisse mais o antigo rei do que as balas de papel da imprensa”. Outro escritor literalmente usou seu panfleto como míssil, arremessando-o contra a carruagem real em 1641. Quando o general alemão Erich von Ludendorff (1865-1937) anunciou, durante a Primeira Guerra Mundial, que “as palavras se tornaram batalhas”, ele estava exprimindo um lugar-comum, apesar de os desenvolvimentos das técnicas de propaganda terem dado à sua observação um novo ponto de vista. (Briggs e Burke, 2006, p. 96).

O *Oxford English Dictionary* define mídia como a consideração coletiva dos meios de comunicação de massa (rádiodifusão – rádio e televisão –, publicações e internet). Toda vez que uma nova mídia é introduzida, as antigas não são abandonadas, mas se transformam. “A mídia precisa ser vista como um sistema, um sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 15).

O que acontece na contemporaneidade é que, com a internet e as redes sociais, são avultadas e acirradas as interferências dos cenários propícios, dos mecanismos de desinformação, o volume, alcance e poder das distopias informacionais. Assim, é criada uma espécie de realidade paralela que propicia os direcionamentos das massas e indivíduos e o afastamento do pensamento crítico e da práxis cidadã. Se as mídias já possuíam grande influência, que foi aumentando a cada nova tecnologia, elas alcançam agora um patamar alarmante. Para além da problemática Sociedade do Espetáculo^(a14) anunciada por Guy Debord (2003), e frustrando os sonhos emancipatórios de uma internet livre, transversal, horizontal, com menos hierarquias e mais democrática de Lévy (2000), a internet e a nossa sociedade se tornaram um turbilhão de informações e desinformações, que desorientam os indivíduos e favorecem as dicotomias.

A desilusão com a ideia de uma internet democrática já foi amplamente descrita, inclusive na dissertação que antecede esta tese (BRISOLA, 2016). Sylvia Debossan Moretzsohn (2017) explica a crise, ao destrinchar os problemas da insegurança informativa

em seu artigo, partindo da afirmação bombástica de Umberto Eco, “Uma legião de imbecis: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária”. A autora busca demonstrar que a ideia da internet como expressão de uma nova era para a humanidade, na verdade expressa o fetichismo da tecnologia^(a15). Moretzsohn aponta que a exaltação da horizontalidade encobre as relações de poder e facilita a disseminação das *fake news*. A internet assim se transforma em um ambiente de insegurança informativa. Um ambiente que propicia a alienação e manutenção do sistema.

Contemporaneamente a mídia é tão ampla quanto os problemas informacionais que tem causado. Não se trata de demonizar a mídia, mas de compreender que ela possui um poder, que vem sendo usado desde sempre, potencializado a cada nova tecnologia que se soma às anteriores. Perceber que a velocidade das mudanças e dos fenômenos é tão grande que, a partir de agora, estaremos sempre analisando a última novidade do último momento, mas que se transmuta já na próxima, antes mesmo de conseguirmos compreendê-la. Assim, preparar um humano que consiga, minimamente, lidar com estas mutações, passa a ser fundamental, se não quisermos perder nossa autonomia, livre arbítrio e capacidade de pensar.

A hiperinformação^(a1), mais ativa do que nunca e cada vez maior, passa a figurar com mais frequência nos estudos sobre informação e desinformação. Considerada o fenômeno decorrente do excesso de informação acumulada e circulante, que além de gerar dificuldade em filtrar e selecionar as informações, também gera seu apagamento. Esse acúmulo é natural da própria história humana, como já vimos por sua característica concentração de informações e conhecimento. Sendo um fenômeno previsível, desencadeou métodos de classificação, hierarquia, ordenação e busca, obviamente necessários – entretanto, devemos lembrar, subsumidos às características históricas e culturais, reproduzindo preconceitos, hierarquias e opressões. Assim, apesar de necessárias, as hierarquizações e classificações, se tornam um dilema na organização do conhecimento, em função das exclusões, apagamentos e ordenações que são dirigidas pelo status quo social/histórico.

Segundo Serrano (2010), todos os dias chegam nas redações jornalísticas cerca de quatro mil notícias. Como essas informações são selecionadas? Quantas são descartadas? Quantas sequer são lidas ou avaliadas? Nos periódicos científicos não é tão diferente, embora os critérios sejam bem distintos. Mas ainda neste meio, onde as avaliações e seleção são feitas pelos pares, aparecem os chamados periódicos predadores, cujo objetivo científico se mescla com o financeiro alimentado pela cultura da produtividade. Nestes o pagamento pela

publicação por vezes suplanta o rigor da avaliação⁹.

A hiperinformação também precariza o trabalho dos profissionais da informação – bibliotecários, arquivistas, gestores da informação, comunicadores e jornalistas. “A escolha das notícias é o argumento mais contundente para lembrar que não existe a neutralidade nem a imparcialidade informativa” (SERRANO, 2010, p. 22). A escolha de qual informação vai ser disponibilizada, oferecida ou recomendada, também não é neutra e passa por crivos enviesados, mesmo nos meios que mais buscam a neutralidade, como no científico, acadêmico, jornalístico e na biblioteca. Os filtros informacionais, por mais disfarçados de imparcialidade que sejam, são parte do sistema. Averiguar os mecanismos de seleção é um primeiro passo para perceber a desinformação.

Também existe a hiperinformação premeditada que, por vezes, é utilizada, justamente e propositalmente, para o apagamento de uma informação que não convém àqueles que detém o poder. Esse poder pode ser dos vencedores, do estado, de um poder econômico, dos meios de comunicação ou de qualquer produtor ou disseminador da comunicação e/ou informação. Mais embrincado ainda é quando a hiperinformação é causada, também, propositalmente ou não, por indivíduos nas redes sociais digitais. A enxurrada de comentários, postagens, imagens, são capazes de criar as mesmas consequências, ainda que em escalas menores e menos abrangentes. Mais adiante, ao descrever os mecanismos de desinformação, essa hiperinformação proposital será nominada de inundação e melhor explicada.

Sylvia Moretzsohn (2017) atenta para o risco de negligenciar o poder que perpassa a hiperinformação nas redes sociais digitais.

Se o mundo virtual reflete as relações de força existentes no mundo presencial, é lógico concluir que essas forças, muito desiguais, buscam apropriar-se desse novo campo, no qual se reproduzem e se amplificam as relações de poder preexistentes, num sentido muito diverso da pretendida “horizontalidade” da “sociedade em rede”. (MORETZSOHN, 2017, p, 295)

Quanto mais fácil se torna criar e armazenar informações, desinformação e ruídos, mais informação é acumulada. Com a abundância de informações torna-se cada vez mais difícil encontrar, filtrar e selecionar o que é relevante e confiável. Em consequência, se torna mais provável selecionar a informação por filtros já conhecidos ou em função da pressão social. O mundo virtual não é um espaço apartado da “vida real”, ao contrário, faz parte dela, e é, como coloca Sylvia Moretzsohn (2017, p. 295), “uma expressão ampliada do mundo presencial”. Na contemporaneidade “a vida cotidiana e a vida política são inevitavelmente

9 Esta discussão pode ser mais aprofundada no texto publicado na USP, “Ética em publicações científicas” de Décio B. Freitas Neto e João Victor Bonaldo. Disponível em: <https://sites.usp.br/comcirp/etica-em-publicacoes-cientificas/>

permeadas por essa tecnologia”. Além disso, pela própria dinâmica social contemporânea, associada à velocidade, sendo solapados pelas informações, cada vez menos tempo é dedicado à desconfiança, filtragem e seleção das informações.

Esse padrão se reflete na vida cotidiana individual, mas também nas redações dos meios de comunicação e na rotina de pesquisadores acadêmicos. A cultura da produtividade atropela, muitas vezes, o rigor e a amplitude das pesquisas. Como denuncia Marshall (2017, p. 10, tradução nossa) “Os periódicos ‘predatórios’ ou ‘pseudo’ florescem, aprisionando escritores inexperientes que precisam atender às pontuações de publicações, e entram em catálogos de bibliotecas em determinados assuntos”. Como exemplos ele aponta os estudos duvidosos sobre saúde e os anti mudança climática.

No caso das mídias formais, comentaristas tendenciosos criam espetáculos para manterem a audiência, e em consequência os lucros e a celebridade, em detrimento de consistência, apuração e precisão. Paralelamente, nas redes sociais digitais, celebridades se formam alimentadas por bolhas opinativas ou sentimentais e passam a exercer o papel de influenciadores, sem nenhum embasamento ou arcabouço de conhecimento que justifique sua autoridade. Mesmo personagens políticos exercem suas funções muito mais apoiadas em popularidade, ideologias e achismos do que em estudos de caso.

A hiperinformação intensifica a importância e risco das bolhas informacionais, porque os grupos ajudam a filtrar as informações reduzindo o volume, permitindo o contato social, suporte à identidade do grupo e economia de tempo. Autores como Lewandowsky, Ecker, Seifert, Schwarz e Cook (2012), Jonathan Marshall (2017), e Cailin O’Connor e James Weatherall (2019) trazem em seus estudos a influência social das bolhas e autoridades na desinformação. Estes estudos serão explorados na sessão seguinte, que tratará das bolhas informacionais, algoritmos, vigilância e liberdade.

Da hiperinformação à hipervelocidade^(a16). O ritmo incessante de chegada de novas informações traz consigo a dificuldade de se aprofundar em um só assunto, gerando superficialidade.

A vida em geral está acelerada, tudo acontece ao mesmo tempo, em uma simultaneidade que entope os minutos, sem dar espaço para pausas e respiros. Enquanto janta com um amigo, o rapaz fala no celular com um *match* do Tinder e responde a perguntas de seu patrão. No mesmo instante um aluno inglês assiste uma aula de história enquanto pesquisa sobre o assunto no celular para disfarçar a conversa com uma amiga do Japão. Enquanto dirige a mulher fala no telefone e responde à funcionária como proceder diante daquele investidor. Enquanto olha o filho o pai joga videogame e lê as últimas “notícias” no grupo de

Whatsapp.

Assim como nas situações hipotéticas acima, as informações também perpassam a vida em alta velocidade. “Os sistemas técnicos de alto desempenho permitem automatizar a busca de informações, gerenciar uma infinidade de operações e interconectar as redes” (MORAES, 2001, p. 14). Essa explosão tecnológica ampliou exponencialmente as possibilidades comunicacionais e informativas. A hipervelocidade “reconfigura irreversivelmente os campos da comunicação e da cultura” (MORAES 2001, p. 67).

A aceleração chega na era da informática através do que Virilio denomina de “motor da inferência lógica” dos computadores e de seus programas, “motor de realidade” vivenciado no espaço virtual e em programas de busca. Nesse espaço a velocidade do cálculo substitui a dos motores e turbinas propulsoras. “A velocidade absoluta dos novos meios de transmissão telemáticos vem dominar, por sua vez, a velocidade relativa dos antigos meios de transporte, e a aceleração local dos veículos dá lugar à aceleração global dos vetores de uma informação em vias de globalização” (Virilio, 1999 *apud* AMANCIO, 2006, p. 81).

As informações circulam em hipervelocidade e, assim, não conseguem ser apreendidas, verificadas, analisadas ou lidas em profundidade. Tudo corre nas telas do computador, do *tablet*, do *smartphone*, do vidro do carro e da janela. Além da hipervelocidade, a captura do tempo livre imerge o sujeito nessa matrix *black mirror* – a ideia de que o indivíduo é guiado por uma programação, como no filme Matrix, em direção às distopias apresentadas na série *Black Mirror*. A informação, que precisa de pausa, leitura, interpretação, ser introjectada, digerida, analisada, concebida e gerada, está também subsumida à hipervelocidade e solapada por ela. Esta condição dificulta o aprofundamento, lançando a informação na superficialidade.

Soma-se a essa realidade o fato dos leitores/usuários/audiência deixarem de ser somente consumidores e passarem a ser a mercadoria. Para isso precisam ser retidos pelas plataformas, e assim surge a economia da atenção^(a17), que deve ser compreendida como a maneira com que um indivíduo dedica sua atenção ao acompanhar uma informação ou narrativa qualquer, em um veículo/tecnologia de comunicação e informação. Consequentemente essa atenção é captada e capitalizada pela publicidade ou recolhimento de dados que, depois, podem e serão comercializados.

Antes da interatividade mediada pelas telas digitais e internet, esse tipo de relação se dava de uma maneira mais passiva. Na televisão, a narrativa era interrompida pelo espaço de propaganda e o telespectador apenas se resignava ou levantava para buscar um café. No meio digital, novos aspectos são agregados à economia da atenção, que passa a contar com uma

ação pró-ativa do usuário. Muitos sites, jogos e canais como o YouTube ainda interrompem abruptamente a narrativa para a inserção de publicidade – o famoso “você pode pular o anúncio em X segundos”. Contudo, cada vez é mais frequente o uso de artimanhas psicológicas para que o usuário fique preso a tela. As recompensas aleatórias ou inconstantes são utilizadas para viciar e reter a atenção, como em uma máquina caça niqueis. Assim, *likes*, *matches*, comentários e pequenos “prêmios” despertam a endorfina no cérebro e motivam o uso continuado inspirados pelas experiências de Ivan Petrovich Pavlov, fisiologista russo conhecido principalmente pelo seu trabalho no condicionamento.

A economia da atenção:

pode nos ajudar a compreender questões referentes à maneira de decidir alocar nossa atenção num mundo de informações praticamente ilimitadas. Essa economia também vai indagar o que os criadores de informação precisam fazer para chamar e manter a atenção num mundo desses” (ADLER; FIRESTONE, 2002, p. 51).

Uma das artimanhas da economia da atenção é a oferta de serviços “gratuitos” em troca da exposição de anúncios adicionais. Outra estratégia, segundo Adler e Firestone (2002, p. 53), foi testada pela CyberGold, baseada na divisão da informação em duas categorias: a “informação com preço positivo”, aquela pela qual o usuário está disposto a pagar, e a “informação com preço negativo”, aquela pela qual o anunciante está disposto a pagar para que o indivíduo tenha acesso. O que a empresa propôs foi um modelo onde o anunciante se propõe a pagar ao usuário por sua atenção. Os consumidores escolhem o conteúdo que estão dispostos a ver em uma lista e depois recebem uma pequena gratificação por isso.

Recentemente, plataformas e *aplicativos* têm oferecido dinheiro para quem baixar e jogar seus jogos. As moedas digitais do jogo podem ser convertidas em *gift*, *cards* ou dinheiro de verdade, pago através de mais um aplicativo, em geral o Paypal. Jogos como *Coin Master*, *Cash Pirate*, *Make Money*, *FunTap*, entre outros. Muito dinheiro está sendo investido na propaganda destes jogos, usando inclusive pessoas famosas como Jennifer Lopez e Terry Crews. Certamente, não a toa. O ganho do usuário está condicionado a baixar aplicativos e jogos recomendados, assistir vídeos, cumprir tarefas, convidar amigos e, obviamente, investir muito tempo nisso. Menos dissimulados, alguns sorteiam, periodicamente, parte dos lucros dos anunciantes para um dos muitos jogadores.

Michael Goldhaber (*apud* ADLER; FIRESTONE, 2002, p. 55) chama de economia da atenção aquela que tem como seu principal ingrediente e força motriz “a tentativa de obter e preservar – não dinheiro, não bens materiais produzidos em fábricas, não informações, mas o único artigo que é tanto imensamente desejável quanto singularmente escasso – a atenção

prestada por outros seres humanos”. Assim a economia da atenção passa a fazer parte do sistema do capital.

Neste cenário encontram-se dois problemas fomentados nos indivíduos e acirrados no individualismo, alienação e nas dicotomias e sectarismos: o analfabetismo ideológico^(a18) e a ignorância ostentação^(a19).

O analfabetismo ideológico^(a18) é um conceito que nasce, até onde pudemos conferir pela referência em outros artigos, na análise de Eduardo Sevilla-Guzmán, Manuel Pérez Yruela e Salvador Giner (1978) do franquismo, típico de regimes déspotas, embora os autores não utilizem propriamente o termo. Para os autores no franquismo não havia uma ideologia e sim um sincretismo ideológico, que não se codificou de forma clara ou coerente. Desta maneira não houve uma materialização em organização racional política nem uma concepção de mundo sustentada por uma coletividade. Os autores explicam que na verdade o que existe é uma forma de coalizão que une grupos de ideologias distintas a partir de interesses comuns, ainda que existam notórias incompatibilidades. Uma anomia que se caracteriza pela perda de orientação, incapacidade de perceber a realidade por falta de modelos viáveis.

A questão que nos interessa aqui é a ideia de uma falsa unidade, uma coalizão ou adesão a uma ideia ou causa que na verdade é falseada por interesses comuns e não por uma ideologia. Desta maneira pessoas completamente distintas podem se unir em uma suposta causa ideológica, sem sequer reconhecer sua ideologia ou a do outro. Os interesses impulsionam uma falsa unidade que esbraveja uma pseudoideologia, sem contato com a realidade e incapaz de viabilidade, a não ser de maneira déspota. Esse tipo de analfabetismo tem se espalhado com certa rapidez na atualidade, ameaçando democracias. Penso que é alimentado por um desprezo pela política, uma ideia enganosa de ser apolítico, de estar acima da política. Desta maneira os sujeitos se afastam da realidade, da política que perpassa a vida, e lança em mitos seus anseios ainda que sem nenhuma ideologia ou unidade real.

Chamamos de ignorância ostentação^(a19)¹⁰ o estímulo da complacência com a mediocridade por um “nivelamento” de saberes, tal qual evocado por Chomsky. “A ignorância consciente cultivada pode ser útil na promoção da harmonia, pois as pessoas se rendem ao que já ‘conhecem’ sobre os outros e usam para estruturar suas comunicações. No entanto, tal ignorância pode levar à ofensa e pode já ser parte do problema” (MARSHALL, 2017, p. 18, tradução nossa). Está aqui anunciado o acirramento das animosidades entre grupos com ideias distintas.

10 Termo usado em sala de aula durante doutorado pelo amigo João Carlos Rebello Caribé, mestre em Ciência da Informação.

A relação entre o poder e a ignorância possui consequências. Considerando as consequências nos dominantes, Marshall (2017, p. 19, tradução nossa) aponta duas possibilidades. Primeiro, “quanto menos os dominantes realmente sabem o que estão fazendo, maior a tendência deles de reforçar suas ideias e gerar consequências não intencionais”. A segunda hipótese é que “eles são potencialmente vulneráveis através dessa ignorância e da instabilidade que ela traz. Eles podem ser menos capazes de perceber qualquer derrota vindo”.

Sob o ponto de vista dos dominados, a ignorância é fomentada pelo apartamento da informação e do conhecimento. Tendo sua autonomia restringida por uma educação que desmerece o pensamento crítico e doutrina, tratados como “rebanho desordenado”, acatam os ditames da “classe especializada”. Um sistema que afasta do gosto pela informação e pelo conhecimento, da ciência, do diálogo e do sentido e rigor com a verdade.

Paulo Freire (1987) lembra que a palavra é a essência do diálogo, mas não apenas a palavra em si, mas seus elementos constitutivos. Segundo o autor, a palavra que, no diálogo, não é práxis, não é verdadeira e não transforma o mundo, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes e sacrifica a reflexão. Esta palavra amputada de sua ação é também alienada e alienante. Se esta palavra despreza a reflexão e a crítica, mas é ação, impossibilita o diálogo, porque é dona de si. Contudo, quando a palavra é crítica e reflexiva, quando problematiza, quando “pronuncia o mundo” quando é ação-reflexão, transforma o humano, o mundo e o ser no mundo. Essa palavra é dialógica, porque esta não pode ser privilégio de uns, ela existe no diálogo.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronúciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. [Assim] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens (FREIRE, 1987, p. 45).

Por isso o diálogo não pode ser reduzido a depositar ideias de um sujeito no outro, nem mesmo uma simples “troca” de ideias cuja função é serem consumidas pelo outro. Muito menos o diálogo é uma guerra entre sujeitos que não se dispõem a buscar a verdade e dialogar para mudar o mundo, mas que só querem impor a sua “verdade”. Diálogo não pode ser manipulação, porque o diálogo é um ato de criação e recriação, não a conquista do pensamento de um pelo outro, mas dos dois sobre o mundo. A ausência, enfraquecimento ou embrutecimento do diálogo favorecem a ignorância ostentação.

O diálogo não pode alienar a ignorância, ou seja, apartado da humildade, só enxergar a ignorância no outro. É preciso reconhecer humildemente suas próprias limitações. Não há diálogo de fato se um se sente superior ao outro, detentor de uma herança que o faz virtuoso e

que objetifica o outro, se não reconhece outros eus, quando lhe cabe a tarefa de domesticar o outro ou, sendo mais ambicioso, as massas. Não há como existir diálogo no isolamento em bolhas de “donos da verdade e do saber” para os quais “os outros” são inferiores ou ignorantes que nada tem a acrescentar, senão a aprender. Não há diálogo na rejeição e sentimento de ofensa ante a alteridade, quando não há abertura à contribuição do outro, se a superação intimidada ou amedronta, paralisando o diálogo. “A autossuficiência é incompatível com o diálogo” (FREIRE, 1987, p. 46).

Marx denuncia que o enriquecimento do capital se faz às custas do empobrecimento do trabalhador individual. “‘A ignorância’ é a mãe da indústria e da superstição” (MARX; ENGELS, 2006, p. 30). Para o opressor, o trabalho operário não necessita de raciocínio e imaginação. Na manufatura os homens são considerados apenas parte da máquina. A ignorância ostentação favorece o mercado.

O fetichismo da mercadoria é teorizado por Marx e, ao ser revisitado por Debord, é chamado de espetáculo.

Cada mercadoria determinada luta para si própria, não pode reconhecer as outras, pretende impor-se em toda a parte como se fosse a única. [...] É nesta luta cega que cada mercadoria, ao seguir sua paixão, realiza, de fato, na inconsciência algo de mais elevado: o devir-mundo da mercadoria, que é também o devir-mercadoria do mundo (DEBORD, 2003, p. 48).

Partindo dessa premissa e analisando as relações com as imagens, exacerbadas no meio digital, é compreensível o entendimento do status de fetiche das imagens^(a20), posto aqui como uma característica da contemporaneidade.

Debord (2003) lança a ideia de que o funcionamento dos meios de comunicação expressa perfeitamente a estrutura da sociedade, colaborando assim para a alienação. A contemplação passiva das imagens isola os indivíduos e substitui a vivência real dos fatos por emulações virtuais. Com a fetichização do imagético, o status passou do “ter, em vez de ser”, evoluindo em degradação, para o “parecer ter”. Desfilam nas telas de computadores, *notes*, *tablets* e *smartphones* um infinito de imagens que pretendem traduzir a vida almejada. Nas redes, todos comem bem, são mais bonitos e estão sempre no melhor ângulo, viajam, passeiam, se divertem, se encontram... (Figura.1). Quem assiste ao desfile tem a impressão de que é único na rotina maçante da vida, sem belos pratos todos os dias, sem viagens constantes, sem amores perfeitos, sem perceber que a imagem não revela o todo, que o cotidiano que passa nas telas é a soma de muitas vidas, que o melhor ângulo, photoshopado ou com filtro, não revela cicatrizes e rugas que compõe pessoas de carne, osso e alma.

Figura 1 – Qual é a realidade? Substituição da vivência da realidade pela emulação virtual.



Fonte: Virgulista: <https://www.virgulistas.com/2017/10/16/15-fotos-mostrando-que-o-corte-certo-muda-completamente-uma-imagem>

O mesmo fetiche se transporta para as informações. Memes substituem textos inteiros e se espalham muito mais. Explicações no YouTube são de fácil aproximação e ganham mãos que parecem desenhar as imagens e a explicação (“é muito mais fácil entender assim”), apresentações, por mais sérias que sejam, ganham mais atenção com imagens, gráficos e grafos coloridos. A tal ideia de que “Uma imagem vale mais que mil palavras” virou uma “verdade” acatada amplamente. Isso também acontece na ciência e na academia.

A imagem substitui o contexto, o aprofundamento e a visão crítica sobre os eventos. Exemplos de distorções de interpretação por cortes específicos em imagens não faltam. Tampouco a circulação muito maior de imagens com pouco texto em detrimento de textos aprofundados nos quais a imagem é apenas um acessório ou não existe.

Figura 2 – Qualquer imagem está sujeita ao corte, captura e interpretação de um momento



Fonte: Virgulista: <https://www.virgulistas.com/2017/10/16/15-fotos-mostrando-que-o-corte-certo-muda-completamente-uma-imagem/>.

Na imagem (Figura 2) percebe-se que o corte modifica completamente seu sentido. Se a parte direita da imagem é cortada, a interpretação é de um soldado americano ameaçando um prisioneiro iraquiano já caído, fatigado, alquebrado. Quando a parte cortada é a da esquerda, percebe-se a imagem como um gesto de solidariedade do soldado americano que oferece água ao inimigo cansado. A fotografia que mostra os dois lados oferece uma dimensão mais aproximada do real. Mas e o que não está na fotografia? E o entorno? Tem mais informações? O espaço entre o prisioneiro e os soldados que aparece “em branco” na fotografia revelava alguma coisa? Esse “em branco” é uma edição?

Desde a Guerra do Golfo, a guerra é consumida como algo eletrônico, pré-programado, um espetáculo visual quase gamificado. Vídeos mostrando a eficiência de armas e máquinas de guerra tecnológicas, ameaçam e mostram supremacia mesmo antes dos conflitos de fato. A imagem pode conduzir às emoções e sentimentos, tais como: comoção, empatia, repulsa, ódio, medo etc. Desta maneira a escolha da imagem também conduz o público, mesmo quando não tem nada a ver com a guerra ou conflitos.

Se uma imagem fosse mais reveladora que mil palavras, se capturar um segundo revelasse todo contexto e se um ângulo ou corte não pudesse transformar uma mensagem, aí então seria possível confiar cegamente em uma imagem como aprisionamento de uma verdade. Mas não é assim. Então até que ponto o fetichismo pela imagem contribui para a desinformação?

Considerando toda relação do humano com a imagem, se faz necessário pensar até que ponto não desenvolver um olhar crítico também sobre a imagem afasta o usuário da verdade. Desta maneira a CCI também precisa perpassar o imagético e a consciência da influência da imagem na nossa percepção, mas também de que a informação passada por qualquer imagem, está sujeita aos enviesamentos e interpretações.

Conhecimento privilegiado^(a21) ajuda empresas poderosas a saberem mais que governos, que sabem mais que indivíduos^(a22) uns sobre os outros; através de algoritmos^(a23), vigilância^(a24), registros^(a25), estudos/pesquisas^(a26), dados^(a27), memória^(a28) etc.. Os governos sempre recolheram e guardaram documentação e registros sobre pessoas físicas (seus cidadãos) e sobre pessoas jurídicas (empresas, indústria, serviços), assim mantinham algum controle sobre seu território e economia. É sabido também que sempre existiu algum nível de espionagem e vigilância proveniente do Estado. Para o mercado essas regras também valiam e eram executadas de acordo com as possibilidades técnicas. O indivíduo sabia das empresas e do governo através dos meios de comunicação, informações oficiais e, eventualmente, de outra pessoa que tivera contato com alguma informação não veiculada.

Com o advento das TIC e de toda parafernália de vigilância, a coleta e concentração de informação mudou e aumentou exponencialmente. Câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas e dentro das empresas, satélites, geolocalização, radares, coleta de informações através dos rastros na internet e de usos, reconhecimento facial, etc., fornecem muito mais informação do que se pode imaginar. Diante destas tecnologias os governos passam a ter muito mais informações sobre os indivíduos do que anteriormente. As grandes empresas, por sua vez, têm mais acesso ainda às informações. As empresas de comunicação e de informação, as grandes corporações tecno informacionais, como Google, Facebook, Aple, Microsoft, possuem acesso incalculável a informações sobre governos, empresas e indivíduos.

Isso nos leva a um cenário que valoriza, cada vez mais, a coleta de dados através de algoritmos, vigilância e bolhas.

2.1.2 Conhecimento privilegiado: algoritmos, vigilância, bolhas e liberdade

Os algoritmos fazem parte da vida cotidiana, atrelada, praticamente de maneira inevitável, ao mundo digital. Mas o que são algoritmos? Uma resposta sintética e objetiva é oferecida pelo professor da Universidade do Arizona, Ed Finn (2017, tradução nossa): “Um algoritmo é uma receita, um conjunto de instruções, uma sequência de tarefas para alcançar um determinado cálculo ou resultado, como as etapas necessárias para calcular uma raiz quadrada ou tabular a sequência de Fibonacci”.

A definição serve a qualquer tipo de ordenamento da informação, inclusive para a forma como, na atualidade, o Google apresenta uma lista de links, o mais personalizada possível, a partir de uma busca, ou como a Netflix exhibe as recomendações de filmes adequadas a cada um de seus milhões de assinantes.

A informação só acontece mediante o uso de um código, seja na linguagem binária ou, em um outro polo, na abstração e subjetividade da arte. O veículo ou suporte não pode ser dissociado da informação. “Quer se processe entre homem/homem, homem/máquina, ou, mesmo, máquina/máquina, a comunicação é um fenômeno e uma função social” (PIGNATARI, 1981, p. 15).

Se, na linguagem binária, zeros e uns são os elementos mais básicos da informação, e dos dados traduzidos nesse mar de *bits*, os algoritmos “interpretam”, distinguem, qualificam informações potenciais contidas nos dados, transformando-os propriamente em informações. A informação advinda dessa “leitura” precisa ser objeto dos estudos da CI e estes estudos devem considerar o uso destas informações pelas corporações, empresas e estado.

A relação dados+algoritmos+ser humano forma grande parte das informações na Sociedade da Informação ou da Desinformação. O que complexifica esta equação é o fato do indivíduo estar em uma relação desigual de consciência e volume de informações em relação ao governo, e este em relação às corporações. Governos, como os EUA, que dominam os provedores de internet têm mais informações que governos que apenas utilizam estes servidores. Governos mais controladores e autoritários certamente possuem mais informações sobre as empresas e cidadãos de seus países. Empresas que são grandes corporações de comunicação e informação, como Google, Facebook, possuem mais informações ainda que os governos. Já as microempresas possuem possivelmente menos informações. Estas distinções existem, mas na ponta delas sempre estão os menos favorecidos e periféricos (sejam países, governos ou até empresas) e os indivíduos. O indivíduo raramente possui ciência da dimensão, importância, valor e profundidade dos dados e informações que disponibiliza, mesmo que simplesmente caminhando por aí com seu *smartphone*.

A consciência crítica pode resistir ao abismo entre indivíduos em relação às corporações e governos contemplando o engajamento, que inclui a participação em movimentos sociais e na ação política de forma geral. Tomando consciência do seu lugar de, também, construtor do mundo e de que as mudanças sociais se fazem na coletividade é possível uma maior participação e ação cidadã.

Além de todos estes fatores os algoritmos são programados por humanos e, desta maneira, replicam seus conceitos, preconceitos e intenções. Prova disto são os inúmeros casos em que foi evidenciado o racismo, machismo e outros preconceitos replicados por algoritmos.

Alguns exemplos destas distorções ficaram bem conhecidos como o caso do COMPAS; Northpointe, which rebranded itself to “equivant” in January 2017, uma ferramenta de avaliação de risco criminal amplamente usada, Perfil de Gerenciamento de Criminoso Correcional para Sanções Alternativas, que penalizava mais os negros que os brancos e com resultados muito próximos a qualquer achismo humano, segundo Julia Dressel e Hany Farid (2018).

Outro exemplo que ficou bem conhecido foi o caso de Tay, um bot criado pela Microsoft para interagir e aprender com pessoas no Twiter. Em 24 horas o bot já destilava ódio contra as feministas e defendia Hitler, o que obrigou a empresa a desativá-lo (NEFF; NAGY, 2016). Neste caso o algoritmo absorveu a hostilidade e preconceito humano.

No caso da Amazon, uma ferramenta experimental de contratação da empresa usou inteligência artificial para dar aos candidatos pontuações que, influenciada pelo banco de dados de contratações dos anos anteriores, favorecia candidatos homens e por isso também foi

abandonado (DASTIN, 2018).

Que gerência o usuário tem sobre essas informações e dados? Como estes dados e informações são utilizados? Ainda que tendo consciência existe como se desvencilhar?

Zygmunt Bauman (2013) e Rafael Capurro (2009) levantam as questões éticas que estão sendo deixadas de lado com os avanços da tecnologia. “O efeito mais seminal do progresso na tecnologia de ‘ausência, distanciamento e automação’ é a libertação progressiva e talvez incontrolável de nossos atos em relação aos limites morais” (BAUMAN, 2013, p. 39). “Qual é o impacto concreto das tecnologias de informação e comunicação em diferentes culturas, e particularmente nos seus fundamentos morais?” (CAPURRO, 2009). São afirmações e questionamentos fortes, mas que, através deste estudo, percebem-se extremamente relevantes.

Bauman (2013) alerta para uma das consequências do uso dos dados pelos algoritmos – a segregação, “a remoção dos alvos para além dos limites”, a distinção entre clientes dignos ou não de créditos. Essa triagem algorítmica causa o isolamento social, ou a hierarquização dos indivíduos. Como no exemplo dado por Harari (2015) de uma empresa que, no atendimento ao consumidor, seleciona, através de um algoritmo que utiliza os dados coletados, os clientes mais promissores e os menos, para atender os primeiros enquanto os segundos são deixados na espera ou são direcionados às soluções digitais preconcebidas e robóticas.

Outro prenúncio da potência dos algoritmos é o projeto do governo chinês, que seria implementado até 2020 (atrapalhado pela pandemia) e pontua seus cidadãos. Anunciado em 2014, o SCR (sigla em inglês para Pontuação de Crédito Social) começou a ser testado em 2017. “Cada um dos 1,3 bilhão de chineses será constantemente avaliado por suas ações, monitorados por meio de dados recolhidos das mais diversas fontes – onde compra, o que compra, onde vai, quantos amigos têm, se tem filhos, se paga as contas em dia” (CHINA..., 2017, on-line).

É o governo que julga e fornece a pontuação, que será pública. Os dados de toda população chinesa estão sendo coletados e processados por algoritmos com ajuda de grandes empresas locais. A pontuação facilitará ou dificultará a vida dos chineses, quem tem mais pontos consegue lugar nos melhores restaurantes e coloca os filhos nas melhores escolas.

Contudo, vale ressaltar que a filosofia e cultura chinesas emprestam a este experimento características distintas do julgamento ocidental e também com resultados, aceitação e interação diferentes, uma vez que, para os chineses, coletividade é mais importante que individualidade. Mais que isso, o cidadão chinês sabe que está sendo

pontuado, enquanto a maioria dos cidadãos do mundo entrega seus dados e está sob vigilância sem ter consciência disto. De acordo com o Conselho de Estado Chinês, o sistema é baseado nas leis de Confúcio e pretende colaborar com um país mais honesto e ordenado que facilitará a vida de pessoas honestas e dificultará a vida das pessoas desacreditadas.

Li Wingyun, diretor de tecnologia de uma das empresas associadas do governo no projeto, Sesame Credit, explicou o sistema a um repórter da revista Wired. “Alguém que joga videogame dez horas por dia, por exemplo, seria considerado alguém preguiçoso. Alguém que compra fraldas, provavelmente tem filhos, e é considerado alguém mais responsável” (CHINA..., 2017, on-line). A questão é como serão tratadas as subjetividades ante a classificação algorítmica? Como saber se quem joga videogame é um avaliador desses games ou está cuidando do filho em casa e joga com ele? Como saber se quem compra fraldas não trabalha em uma creche ou faz isso para uma vizinha que esconde a gravidez?

A empresa Tencent já está avaliando seus usuários por suas conexões sociais, comportamento de consumo, renda, segurança e cumprimento das regras, com notas que vão de 300 a 850. O projeto já está sendo implementado em algumas províncias e o critério de pontos é local. Os pontos dados ou retirados estão relacionadas a inadimplência, mas também

por, notadamente, não pagar o estacionamento, não visitar regularmente os pais idosos, alimentar-se no metrô, pertencer a um culto herético (qualquer religião não reconhecida pelo governo comunista), espalhar boatos na internet (isto é, tudo o que as autoridades considerarem como tal), acusações de trapaça em jogos online e até mesmo por desculpas apresentadas por crimes ou delitos julgadas insinceras. Inversamente, os cidadãos são passíveis de ganhar pontos quando exercem uma influência positiva sobre seu entorno, elogiam o governo nas redes sociais, doam sangue e cuidam de pessoas idosas (PRISQUE, 2020, on-line)

Além dos problemas óbvios de punição de quem não se alinha com a ideologia do Partido, como no caso da religião ou de quem fala mal do governo, será que as análises exploram as subjetividades e avaliam a real objetividade dessa pontuação? O que Bauman e Harari já previam em seus textos está em processo de implementação.

A coleta de dados e o uso dos algoritmos são preocupações globais. Apesar de toda a onipresença e potência econômica da Microsoft e de outras empresas do mesmo segmento como a Google, Facebook, entre outras, não existe uma confiança total dos Estados Nação em relação às regras e dados coletados. Essa preocupação se faz presente em inúmeras discussões e conferências que tratam do assunto, bem como em pareceres, propostas e ressalvas dos governos, como no notório caso da mesma China versus WhatsApp e Facebook (BRADSHER, 2017, on-line), ou na investigação antitruste que está acontecendo nos EUA (GIGANTES, 2020, on-line), para a qual donos das superempresas tiveram que depor.

Desde 2009 o Facebook é bloqueado na China. Em 2017 o país bloqueia também o WhatsApp em todo seu território, com o auxílio de um *upgrade* no *firewall* da internet do país para detectar e bloquear um protocolo usado pelo WhatsApp em suas mensagens de texto. O protocolo que permitia o envio de mídias criptografadas já havia sido bloqueado, depois desta última intervenção, o aplicativo não funciona mais no país.

Sobre a investigação antitruste no Congresso dos EUA, estão sendo investigadas as gigantes da tecnologia como Google, Facebook, Apple e Amazon. Mais de um milhão de documentos já foram investigados e os donos das empresas prestaram depoimento. O senado americano também investiga as megaempresas tendo como mote o livre mercado e o tipo de publicidade promovido por estas empresas (GIGANTES, 2020; RIGUES, 2020; MOTA, 2020).

Os prognósticos a respeito das relações com as tecnologias digitais dão conta de uma abrangência ainda mais acentuada no futuro próximo. Entre 20 e 23 de janeiro de 2016, a realização do Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum – WEF*) em Davos, na Suíça, teve como tema a “Quarta revolução industrial”. Após o evento, o Conselho da Agenda Global do Fórum sobre o Futuro do *Software* e da Sociedade divulgou o relatório “*Deep shift: 21 ways software will transform global society*” (2015, novembro), no qual apresentou as 21 maneiras pelas quais os softwares transformarão a sociedade.

O documento concentra as expectativas e visões de mais de 800 executivos e especialistas do setor de tecnologia da informação e comunicação a respeito das grandes mudanças tecnológicas que afetarão a sociedade mundial na próxima década, chamadas de “*tipping points*” (momentos decisivos ou pontos de inflexão). Considerando 2015 como ponto de partida, os entrevistados indicaram que a maioria dos “*tipping points*”, ou seja, 11 dos 21 itens, poderia ocorrer até 2025, segundo uma expectativa de concretização para mais de 80% dos *experts*.

Para 91% deles, também em 2025, 90% das pessoas terão armazenamento ilimitado e gratuito, garantido pelos ganhos gerados com publicidade. A grande maioria dos entrevistados (89,2%) também acredita que até lá, cerca de 1 trilhão de sensores estarão conectados à internet, que 80% das pessoas estarão presentes digitalmente na internet (para 84,4%), que 90% da população usará *smartphones* (para 80,7%) e que os mesmos 90% terão acesso regular à internet (para 78,8%).

Até o início de 2021 ano de defesa desta tese, o armazenamento continua limitado e muitas vezes pago. Quanto à internet das coisas, a conexão em 2019 já contava com 15 bilhões de coisas ou objetos conectados no planeta (INTERNET, 2019, on-line) e em 2020 o

número era de 21 bilhões (INTERNET, 2020).

O relatório aponta ainda as diferenças de expectativa sobre a presença dos indivíduos na internet. Entre os aspectos positivos que contribuem para a discussão feita nesta tese, estão: aumento da transparência; aumento e rapidez da interconexão entre indivíduos e grupos; aumento da liberdade de expressão; divulgação/troca mais rápida de informações; uso mais eficiente dos serviços governamentais. E entre os impactos negativos, entram na lista: problemas de privacidade/potencial vigilância; mais roubo de identidade; *bullying* online/perseguição; agrupamento do pensamento dentro de grupos de interesse e aumento da polarização; divulgação de informação imprecisa (a necessidade de gerenciamento de reputação); falta de transparência para os indivíduos sobre o compartilhamento de informações privadas para os algoritmos de informação (para notícias/informações).

Por fim, ganham destaque os pontos que podem ser dúbios ou desconhecidos: legados/pegadas digitais; publicidade mais direcionada; informações e notícias mais direcionadas; perfil individual; identidade permanente (sem anonimato); facilidade de desenvolvimento de movimentos sociais online (grupos políticos, grupos de interesse, passatempos, grupos terroristas).

O acesso regular à internet no mundo todo tem crescido exponencialmente a cada ano. Dados da União Internacional das Telecomunicações, por exemplo, indicam que, em 2000, os internautas eram 6,5% da população mundial, enquanto no início de 2017 já eram 48,5%, com a promessa de que o ano acabaria com mais de 50% conectados. Em novembro de 2019 a ONU (2019a) revela que 4,1 bilhões de pessoas no mundo usavam internet, correspondendo a 53,6% da população mundial. Contudo ainda existem abismos. 52% das mulheres do mundo não possuem acesso à internet e 42% dos homens. Nos países menos desenvolvidos apenas 20% da população tem acesso.

Quando é considerada a conexão através de dispositivos móveis, os números são ainda maiores. Segundo estudo da GSMA (2017) *Intelligence*, 5,03 bilhões de pessoas – ou cerca de 65% da população global – estavam conectadas a um serviço móvel em 2017. Em 2019 (WE ARE SOCIAL, 2019) 97% da população mundial têm acesso a um sinal de celular e 93% ao alcance de uma rede 3G, ou superior. Nas Américas, na região Ásia-Pacífico e na Europa, mais de 95% da população tem cobertura de rede de banda larga móvel 3G ou superior. Esses números caem um pouco nos Estados árabes (91%), na Comunidade de Estados Independentes (88%) e na África (79%). Em 2020, ano em que a pandemia desacelerou a Terra, segundo relatório da *We are social – Digital in 2020* (WE ARE SOCIAL, 2020), no Brasil são 205,8 milhões de telefones móveis conectados, o equivalente a 97% da

população, dos quais 105,7 milhões usuários de internet e 140 milhões de usuários das redes sociais.

O número de telefones conectados não corresponde a pessoas conectadas, contudo, de acordo com os dados da Panad C/IBGE, com dados do 4º trimestre de 2019, o Brasil tinha 39,8 milhões pessoas sem conexão com a internet (21,7% da população com idade acima de 10 anos) e 143,5 milhões pessoas conectadas à internet (78,3%). 98,6 % deste acesso vem de celulares. Em relação ao uso, 95,7% utilizam para receber ou enviar mensagens de texto voz ou imagens por aplicativo e 91,2% para conversas por chamada de voz ou vídeo, o que remete diretamente às redes sociais digitais que são gratuitamente disponibilizadas nos pacotes (EM 2019, 2021, on-line). O terceiro maior índice de uso fica para assistir filmes e séries, com 88,4%, o que nos lança nos *streaming* como a Netflix.

Tal nível de acesso tem consequências, para o bem e para o mal, como já demonstrou o relatório do WEF e como viemos discutindo nessa tese. Entre os positivos, o documento elenca, entre outros, o acesso a novas habilidades, maior empregabilidade, mudança de tipos de empregos; mais informações; mais participação cívica e democratização nas eleições e plebiscitos políticos. Mas não vê com bons olhos a possibilidade de maior manipulação, a formação de bolhas e a fragmentação política. Acrescente-se a esta lista a maior exposição à coleta de dados através dos aparatos tecnológicos e rastros na rede e vulnerabilidade aos impactos negativos. Quanto mais pessoas conectadas, mais dados podem ser colhidos pelas empresas como a Microsoft e Facebook, que garantem isso através de seu termo de uso. Quanto mais tempo conectado, mais precisos essa coleta e rastreamento se tornam. Quanto mais precisos os dados e cruzamentos, mais direcionada a manipulação.

Segundo o relatório, a sociedade se dirige à adoção de

máquinas ainda mais rápidas que permitirão aos usuários executar tarefas complicadas em qualquer lugar. Muito provavelmente, o número de dispositivos que cada pessoa usará crescerá fortemente, não só com as novas funções executadas, mas também com a especialização das tarefas” (WEF, 2015, p. 14).

As consequências negativas, além dos problemas já apontados pela maior conexão com a internet, são: mais tempo conectado sem divisão entre trabalho e vida pessoal; estar em qualquer lugar/em todos os lugares; sempre ligado. A pandemia demonstrou bem os custos e malefícios desta hiperconexão e falta de divisão entre trabalho e vida pessoal.

Complexificando o cenário as redes sociais provocam a formação de bolhas (ou câmaras de eco) que estimulam as distorções comunicativas, as dicotomias e alimentam a desinformação, *fake news*, boatos, teorias da conspiração e o uso do apelo sentimental,

abalando importantes estruturas sociais como a democracia, esfera pública e o diálogo.

Cailin O'Connor e James Owen Weatherall (2019) entendem que para compreender como falsas crenças espalham e persistem é preciso compreender primeiro como elas se formam. Algumas vêm da experiência particular das vivências no mundo. As crenças em coisas falsas pode advir da falha em processar adequadamente as informações recebidas; podem ser resultado de vieses cognitivos, pontos cegos; ou ainda experiência ou educação deficientes. “Crenças falsas presumivelmente indicam que uma pessoa não está fazendo o tipo certo de inferências” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 7). Mas não é só isso. Identificar desta maneira os motivos pelos quais as crenças em informações falsas se espalham e se fixam, leva a remédios errados. A maioria das nossas crenças são baseadas no que outras pessoas nos dizem. Nós confiamos e aprendemos com os outros. Como não possuímos condição de saber, testar ou comprovar tudo, precisamos confiar nas informações de outras pessoas.

Como aponta Marshall (2017) é característico do ser humano a interpretação ou má interpretação das informações nos chamados “sistemas complexos” de comunicação. Sabendo que a comunicação está sempre recheada de ruído, incompreensão, imprecisão, engano e que nenhuma informação é transmitida do emissor ao receptor sem algum nível de interferência e mudança. Assim, esta interferência e a promoção da dificuldade na interpretação^(a29) pode ser estratégica e vantajosa, uma vez que, estes efeitos podem ser intensificados por inter-relações a fim de produzir consenso, harmonia social ou dicotomia e conflito, com vitória de um dos lados, que não necessitam ser absolutas, mas apenas abrangentes o suficiente para servir aos seus propósitos.

Um “sistema complexo” é uma coleção de nós interagentes com múltiplas conexões, que se modificam mutuamente, ou que se modificam em resposta a estímulos do sistema. São exemplos destes sistemas a economia, a ecologia e os sistemas de comunicação e informação. Estes sistemas não são independentes ou apartados dos outros e um pode interferir para equilibrar, interromper ou perturbar o outro. Nestes “espaços” também acontecem as disputas pela “verdade”, compreensão, modelagem e ordenação da sociedade, mesmo sendo obrigados a reconhecer algum grau de incerteza e falta.

As disputas, segundo Marshall (2017), acontecem também com o uso das categorias linguísticas, que agrupam como semelhantes pessoas, eventos e objetos, resumindo propriedades assumidas, postas ou impostas, indicando similaridades e diferenças social e historicamente relevantes. As categorias sociais possuem natureza política e são interpretadas de maneira distinta por grupos, culturas e historicidade distintas.

Essa imprecisão e o uso de vários princípios (como a semelhança ou similaridade subjetiva) é especialmente verdadeira em relação às categorias sociais (como etnia, status, ocupação, gênero, conhecimento, religião e assim por diante) onde 'semelhança' cresce fora da história, propósito social, relacionamento, uso ou conflito. [...] Influenciar ou interromper as teorias sociais de outras pessoas, as categorias sociais que eles implantam e suas imaginações do futuro, ajuda na persuasão política e no sucesso. Isso significa que mentir e esconder informações^(a30) são partes normais da comunicação e se tornam mais intensamente implantadas à medida que a força direta se torna difícil. (MARSHAL, 2017, p. 4-5, marcação numérica nossa)

Faz parte do poder social “manter, expandir ou limitar a participação em grupos, moldar estruturas de grupo ou categorização e categorizar oponentes como pertencentes a grupos desprezados” (MARSHALL, 2017, p. 7). Desta maneira identidades, informação e valores compartilhados, tendem a criar grupos mais fechados que rejeitam opositores ou dissidentes. Daí o acirramento de preconceitos, que pareciam estar cedendo às lutas, expressos na homofobia, racismo e machismos, por exemplo.

Assim o fenômeno das bolhas é consequência desta tendência humana, mas também da manipulação política e social desta tendência, potencializada pela ação algorítmica das redes sociais digitais que aproximam os iguais e apagam ou distanciam os diferentes. Quanto mais as pessoas têm contato com opiniões semelhantes e/ou que valorizam o “pensamento do grupo” mais elas reafirmam e moldam estas opiniões e mais se distanciam de pessoas e opiniões daqueles categorizados como opostos. Na mesma dinâmica, as pessoas podem tender a aprovar, reafirmar ou aceitar estas “verdades” para manter sua posição no grupo.

Essa dinâmica aparece em uma cena do documentário “A Terra é plana” em que Patricia Steere uma das líderes, defensoras e musa do movimento terraplanista, explica o absurdo das acusações dela não ser humana ou ser da CIA. Ela afirma que a única fonte em que confia é em si mesma, que é uma “realista da conspiração”, e argumenta sobre a inconsistência das conspirações sobre ela. Patricia explica que a conspiração contra ela começou afirmando que ela fazia propaganda e ganhava dinheiro para defender suas crenças, que era usada como isca de homens para o grupo, que ela seria da CIA e que isso era apontado nas últimas letras do seu nome. “Porque o governo seria tão burro assim? Mas tudo bem, se quiser acreditar” (risos). Ela também afirma que foi acusada de ser reptiliana, transgênero e de beber sangue.

A despeito dos machismos, homofobia e outros preconceitos usados contra ela, a importância desta situação está na própria retórica dela e na reação que tem à situação durante a entrevista. “A questão disso tudo é que eu não posso provar que estão errados”, afirma Patricia. E ela continua dizendo que já mostrou sua carteira de motorista, certidão de

nascimento, fotos de infância, mas que seus opositores dizem que se ela é da CIA, portanto tudo isto pode ser forjado, então não há nada que ela possa fazer. E, neste ponto do documentário vem a parte mais reveladora do poder do pertencimento e deste como uma das motivações para o negacionismo.

Patricia fala

As pessoas podem acreditar no que quiserem sobre mim. Mas me pergunto, se no coração delas, estas pessoas não sabem que estão mentindo, ou são tão viciados em conspiração que realmente acreditam? Isso me faz ficar preocupada com coisas nas quais eu acredito. Eu sou outra versão disso? Mas eu sei que não.

A expressão dela muda e um silêncio se instala. O status, a sensação de pertencimento que estas pessoas sentem, e outras tantas muito mais comuns e desconhecidas também, faz com que elas se agarrem às crenças, mesmo quando confrontadas com provas inegáveis ou por suas próprias indagações e dúvidas.

Marshal (2017, p. 7) recorre a definição chamada por Rozenblit and Keil (2002) de “ilusão de explicação profunda”, na qual as pessoas sentem que compreendem fenômenos complexos com muito mais precisão, coerência e credibilidade do que realmente ocorre. Desta maneira estes indivíduos ajudam a filtrar contrainformações oferecendo garantias aceitas por outros membros do grupo. Como o grupo não entende completamente ou perfeitamente a argumentação, passa a reforçar e transmitir os erros e as imprecisões, rejeitando e menosprezando os que não pertencem ao grupo ou tem opiniões ou conceitos divergentes. Esta dinâmica inibe a exploração de outras fontes, reforça os discursos do grupo, fortalece as crenças, gera status e prenuncia a rejeição, menosprezo e expulsão de quem ousar refutar as “verdades” do grupo. As relações, sentimentos e crenças passam a importar mais do que a precisão das informações.

As hierarquias nestes grupos também influenciam e filtram o fluxo de informação. Informações que agradam os líderes e o grupo são recompensadas, enquanto informações que desagradam são punidas. Também podem estimular o sigilo estrutural que leva ao bloqueio de informação, desinformação, desorientação, incompreensão, projeção e, por fim, o que chamamos de ignorância ostentação.

As pessoas tendem a se imaginar como pensadores independentes que não são facilmente enganadas, contudo, elas se ressentem da necessidade de conhecimento especializado para a compreensão de determinados assuntos e, pior que isso, tendem a enxergar os especialistas de fora da sua bolha, ou que contestam suas crenças, como ameaça, informação tendenciosa ou ignorância. “Essa é uma marca do status cultural e reforça tanto a

ignorância de informações externas quanto a fidelidade a um grupo de informações enganosas” (MARSHALL 2017, p. 11).

Um dos empecilhos às ações antidesinformação são as barreiras criadas entre as bolhas polarizadas. Para que a informação passe de uma bolha a outra é preciso confiança, e isso é muito difícil nesse ambiente de hostilidade. “As pessoas gostam de se conformar com aqueles que as cercam e, quando estamos cercados de colegas que possuem crenças idênticas, as forças de conformidade tornam-se extremamente fortes” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 17). O outro se torna o inimigo.

Que as bolhas estão afetando o mundo, a saúde pública e a democracia não há mais dúvida. A questão é como resistir a esta realidade? Como pensar e apresentar soluções para mais este fenômeno?

O WhatsApp e aplicativos como ele potencializam, ainda mais, as características das bolhas. Funcionam em formatos mais fechados que bolhas no Facebook, por exemplo. Nos grupos de WhatsApp, as discussões e troca de informações estão enclausuradas e ensimesmadas, não têm contato com debates fora da bolha e também não são acessados por ninguém que não possua o vínculo de pertencer ao grupo. No mundo são 2 bilhões de usuários do aplicativo, no Brasil são mais de 120 milhões e 99% dos celulares brasileiros tem o WhatsApp instalado. É comum o aplicativo já vir instalado na compra do celular e muitas operadoras de telefonia, liberam os dados móveis utilizados no WhatsApp, o mesmo acontece em boa parte da América Latina (ABRAMOVAY, 2020, on-line). O que corrobora os números que vimos antes.

O problema criado pelo WhatsApp é que não existe acesso ao clube fechado de cada grupo e à conversa digital que acontece no aplicativo, a não ser com autorização e convite dos administradores ou quebra legal de sigilo. Não existe assim a ágora digital (BRISOLA, 2016) onde podem circular e dialogar as informações, mas um espaço, sem nenhum entrave, no qual qualquer desinformação pode circular livremente, longe dos olhos mais atentos e sem custos para o usuário. O que não acontece se este usuário quiser averiguar a informação e buscar a fonte, neste caso ele vai pagar o uso de dados, uma vez que apenas o uso dos aplicativos é gratuito e vinculado à conta.

O modo com que as informações se espalham pelo WhatsApp também é um problema, porque como os grupos convergem para uma afinidade, a sensação de confiança e/ou autoridade reforça a mensagem, muitas vezes não verificada por quem replica. Está fechado assim o ciclo que vai contra um dos pilares democráticos – a esfera pública ou o fórum público. É fundamental para a democracia a liberdade de expressão, mas também, por

mais incômodos que isso cause, a circulação de ideias diversificadas, que se contaminam e transformam. Autonomia, diversidade de informações, crenças, interpretações e pensamentos são fundamentais para sociedades democráticas e para a liberdade.

No início do artigo “*Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information*”, Bezerra e Almeida (2020) expõe a troca de humanos por algoritmos para a seleção de *trending topics* (assuntos mais comentados que aparecem nas timelines). Essa mudança foi provocada pela crítica ao uso de *gatekeepers* – jornalistas/editores que definem o que será ou não notícia. A questão é que *gatekeepers* sempre existiram em qualquer meio de comunicação ou informação. Sempre existiu uma decisão humana, especializada, a respeito daquilo que é transmitido ou que é rejeitado. Funciona assim nos jornais, rádios, televisão, cinema, academia. Pessoas decidem e definem o que vai ou não ser disponibilizado, aprovado ou publicado.

Então por que a crítica ao uso de pessoas em uma rede digital?

De acordo com Bezerra e Almeida (2020, p. 7), o mesmo jornal – *The Guardian* – que critica o uso de humanos depois anuncia que o Facebook, ao fazer esta mudança perde a luta contra as *fake news*. Aparentemente a questão estaria pautada na imparcialidade dos algoritmos e na impossibilidade da imparcialidade de humanos, ainda que especializados. Mas antes de seguir com a questão das limitações algorítmicas postas no artigo, cabe pensar também nas articulações políticas e econômicas possíveis escondidas nas denúncias do jornal. A disputa pela confiança dos usuários em relação às informações não é novidade, nem a ameaça que o Facebook representa para os meios de comunicação tradicionais como o referido jornal. Se os *gatekeepers* sempre existiram e sua especialização e consonância com a editoria do meio de informação ou comunicação a que pertencem conferem credibilidade a estes mesmos meios, por que um jornal criticaria o uso deles no Facebook?

Esse episódio levanta suspeitas sobre as intenções das matérias publicadas no jornal, que parecem criar a armadilha perfeita para abalar a credibilidade do Facebook como fonte de informação, no momento em que a rede digital é tida como “a maior distribuidora de notícias do planeta”; ao mesmo tempo, incita a prepotência da megaempresa de apostar suas fichas na pseudoimparcialidade matemática dos algoritmos. Evidenciando a falibilidade dos algoritmos em relação à seleção, hierarquização, organização e mediação da informação.

Contudo, nos meios digitais, comumente são os algoritmos que atuam como *gatekeepers*, filtrando e decidindo quais informações ficarão visíveis ou não ao usuário e quais serão “empurradas” ou quais “puxarão” este indivíduo. A estratégia *push and/or pull* (empurrar e/ou puxar) utilizada na publicidade e no marketing, também faz parte das

estratégias das redes digitais. A primeira estratégia usa propagandas e cadeias de distribuição para “empurrar” o produto para o cliente, reforçando a demanda, aumentando a produção e gerando mais lucro de maneira cíclica. No caso *pull*, a estratégia é atrair o cliente utilizando a força da marca, com gastos menores ou ínfimos (SANCHES, 2018, on-line).

Esse modelo está na base de negócios disruptivos, como Uber e Google. Seus clientes e usuários orbitam naturalmente em torno dos serviços e deles fazem uso constante, como se fosse uma necessidade. Por outro lado, a conversação compartilhada segue nos dois fluxos e dá uma sensação de poder ao consumidor (SANCHES, 2018, on-line)

A sensação de poder oferecida ao consumidor lhe confere a falsa sensação de ingerência sobre suas “escolhas”. É o que acontece quando o Google passa a ocupar o papel de mediador da informação, inclusive acadêmica. Contudo, como atentam Bezerra e Almeida (2020) a segurança está alicerçada na ideia de que o Google, exerce este papel de maneira precisa e segura, o que nem sempre é verdade, uma vez que existem interferências que, por exemplo, não consideram a interculturalidade. “É uma mistificação sustentada por uma falsa ideia de “neutralidade” das tecnologias: não há rede sem escolha, sem organização, sem hierarquia, pois o conhecimento não existe fora de um contexto social, nem se reorganiza aleatoriamente” (BEZERRA, ALMEIDA, 2020, p. 13). Além disso é possível pagar para figurar entre as primeiras aparições nas listas apresentadas.

A filtragem algorítmica é utilizada hoje por muitas páginas e serviços da internet e alimentada por outras páginas que coletam os dados. Estes dados são extraídos da navegação dos usuários em plataformas, sistemas operacionais, aplicativos, navegadores e outros dispositivos, e, podem identificar e coletar um número grande de informações sobre o usuário, cada vez mais precisas, sutis e subjetivas. Dados pessoais, localização, dispositivo utilizado, pesquisas, compras, tempo gasto nas telas, tempo gasto em determinada página, preferências, humor, tendência política e muito mais. “Posteriormente, todo esse monitoramento alimenta fórmulas matemáticas que, usando princípios de inteligência artificial como aprendizado de máquina e técnicas de *deep learning*, constroem um perfil das preferências de cada usuário, com informações precisas” (BEZERRA, ALMEIDA, 2020, p. 14). O cruzamento destes dados minerados (*data mining*) com estatísticas permitem o desenho de padrões usados para especificar conteúdos individualmente (*microtargeting*), aprimorando, inclusive e de forma muito lucrativa, a técnica de *push* e *pull*.

A questão é que quanto mais as plataformas sabem sobre seu usuário, mais são capazes de manipular seus gostos, vontades, desejos, consumo e ideias. Isto ficou comprovado nas eleições Brexit, Trump, Bolsonaro e tantas outras. Por outro lado os

algoritmos, são programados por humanos que lhes imprimem seus conceitos e preconceitos, como visto antes. O algoritmo programado para “aprender sozinho” não possui entendimento moral ou ético para filtrar, qualificar, organizar e utilizar estes dados. Pelo contrário, são, na maioria das vezes, condicionados pelo chamado “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2019) “que busca prever e modificar o comportamento humano como meio de gerar receitas e controlar o mercado” (BEZERRA, ALMEIDA, 2020, p. 15), intimamente ligado à economia da atenção.

As bolhas, forjadas e/ou alimentadas por algoritmos (mas não só por eles), acirram e alimentam a dicotomia, assim como o elemento mítico, performático, irracional e sentimental, que caracteriza o sectarismo, que transforma a realidade em falsa realidade que não pode ser mudada. De acordo com Freire,

[...] a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isso libertadora. Libertadora porque, implicando no enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. (FREIRE, 1987, p. 13)

A sectarização é sempre um obstáculo para a emancipação dos indivíduos. Infelizmente, segundo Freire, nem sempre o sectarismo de direita provoca sua reação oposta, que seria a radicalização do revolucionário. Pelo contrário, “não são raros os revolucionários que se tornam reacionários pela sectarização em que se deixam cair, ao responder a sectarização direitista” (FREIRE, 1987, p. 13).

“O sectário, por sua vez, qualquer que seja a opção de onde parta na sua ‘irracionalidade’ que o cega, não percebe ou não pode perceber a dinâmica da realidade ou a percebe equivocadamente” (FREIRE, 1987, p. 12). O sectário de direita procura manter o presente “domesticado” e atrelado ao passado. O sectário de esquerda é fatalista e determinista em relação ao futuro. Ambos acabam sendo reacionários, fechados em suas verdades e sem perceber que a história se constrói e modifica dialogicamente e o futuro ainda não está dado, é edificado no aprendizado dialógico. Ambos rejeitam ideias diferentes das suas para manter-se em seus círculos de conforto e segurança, negando qualquer verdade que não seja a sua própria. Estas características apontadas por Freire (1987) são fortificadas pelas bolhas e algoritmos.

O radical, como nomeia Freire (1987), constrói o que chamamos aqui de competência crítica em informação e o pensamento crítico, por isso não busca “segurança”, mas conhecimento do mundo que o cerca e que quer transformar. O radical não teme ouvir, não

teme o desvelar, o encontro com o outro, não teme a realidade nem o diálogo com o outro, pelo contrário, sabe que é nesse diálogo que aprende, que estimula a curiosidade e o saber mútuo. Esta radicalidade descrita por Freire, oposta à sectarização, só é possível através de uma consciência crítica dos efeitos das bolhas e algoritmos na vida, na privacidade, na sociedade e na política.

Existe uma lacuna entre a identidade do estado informacional, em relação à percepção dos governos e a dos cidadãos. Assim, o governo e a política se tornam cada vez mais distantes um do outro. Segundo Braman (2015) o uso de tecnologias digitais pode realmente diminuir, em vez de aumentar, as possibilidades de uma democracia participativa significativa, porque as novas tecnologias complexificaram a entrada de conhecimento, a tomada de decisão e a participação política e exigindo dos cidadãos mais qualificação, mais CCI. O resultado é uma cidadania cada vez menos capaz de participar da tomada de decisões que pode ser significativamente descrita como democrática. A esta atuação política, econômica, humana e tecnológica sobre a informação, autores como Sandra Braman (2015) e Maria Nélide González de Gómez (2012) nomeiam de Regime de Informação.

O conceito de regime de informação poderia formar parte de uma família de palavras que tematizam as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação, onde as tecnologias da linguagem, caracterizadas por sua transversalidade e expansão indefinida, encontram seu espaço de operacionalização. O regime de informação, como conceito analítico, remete as figuras contemporâneas do poder, mas colocando em questão os critérios prévios de definição e reconhecimento do que seja juntamente da ordem da política e da informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43)

González de Gómez (2012, p. 43) define regime de informação como o modo informacional dominante em uma formação social, que define os atores, meios e recursos preferenciais de informação. Isso significa escolher sujeitos, organizações, regras e autoridades informacionais, mas também definir os padrões, modelos, interação e distribuição desta informação, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Este complexo de atuação é influenciado por “possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem”. Os regimes de informação não são estáticos, muito menos perenes, cada configuração é resultado e também condiciona uma determinada ordem sociocultural e política.

Compreender um determinado regime de informação envolve analisar “as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” de maneira a observar a “transversalidade que se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da

economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana” (GONZÁLES GÓMEZ, 2012, p. 43), percebendo as especificidades que se constituem de acordo com as configurações contemporâneas da informação.

Como Brammam (2015) ressalta, o Estado informacional conhece cada vez mais os indivíduos, enquanto os indivíduos sabem cada vez menos sobre o estado. Sabemos que idealmente, o modelo da democracia representativa requer conhecimento individual dos processos e atividades do governo, e pelo menos conhecimento suficiente do governo sobre os cidadãos para distribuir representação e recursos. Com o estado de bem-estar social burocrático, os requisitos informacionais do estado da nação aumentaram. Consequentemente as leis e regulamentações foram na direção de mais simetria e transparência. Mas obviamente não existe nem simetria nem transparência total advindas do poder.

Com o estado informacional a capacidade estatal/poder de coleta e processamento de informação sobre cidadãos, recursos e atividades aumentou enquanto a dos cidadãos diminuiu, inclusive pela pouca CCI. Bramman (2015) alerta que o Panóptico – torre de vigilância que permite que um único vigilante observe todos os prisioneiros – utilizado por Foucault como exemplo da vigilância do Estado sobre os indivíduos, foi substituído pelo Panspectron – sistema de vigilância atual. Nele a informação é coletada sobre tudo, todo o tempo, e assuntos específicos tornam-se visíveis apenas em resposta à solicitação de uma pergunta. Um mecanismo de controle, com os recursos adicionais que lhe conferem poder de gerenciar muito mais assuntos de uma só vez. O indivíduo muitas vezes não sabe como nem quando é vigiado e ainda colabora com a vigilância.

O rastreamento e a vigilância também aumentam com o uso dos dispositivos móveis. Um exemplo bem cotidiano e simples é o rastreamento do movimento pelo GPS, que registra os movimentos daquele usuário ao longo dos dias. Essa vigilância é “líquida” porque não possui mais os muros, não precisa deles, flui na sociedade, ocupando os espaços como algo líquido, fluido, naturalizado, como coloca Bauman (2013, p. 34):

Agora, espera-se que os objetos de preocupação disciplinares dos gerentes se autodisciplinem e arquem com os custos materiais e psíquicos da produção da disciplina. Espera-se que eles mesmos ergam as muralhas e permaneçam lá dentro por vontade própria. A recompensa (ou sua promessa) substitui a punição, e tentação e sedução assumindo as funções antes desempenhadas pela regulação normativa; o sustento e o aguçamento dos desejos tomam o lugar do policiamento, caro e gerador de discórdias; portanto, as torres de vigilância (tal como toda a estratégia destinada a estimular a conduta desejável e eliminar a indesejável) foram privatizadas, enquanto o procedimento de emitir permissões para a construção de muralhas foi desregulamentado. Em vez de a necessidade caçar suas vítimas, agora é tarefa dos voluntários caçar as oportunidades de servidão.

A vigilância autorizada, conscientemente ou não, pelo indivíduo, além de alimentar o sistema e as manipulações, cerceia a liberdade individual. E como afirma Paulo Freire (1987, p. 18) “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”. Essa busca permanente só existe no ato responsável de quem busca. Não é uma questão de ser livre, mas “luta por ela precisamente porque não a tem”. A liberdade, segundo Freire, também não é algo fora dos homens, algo ao que se alienar. Não pode, tampouco, ser mítica. “É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos”. Faz parte de ser livre a consciência de si, do mundo e da própria liberdade.

Liberdade é um conceito central epistemológico na pedagogia freiriana. A liberdade assume um significado opositor à domesticação, à alienação e à colonização, é a possibilidade de desatar-se do condicionamento e da opressão social e política. O sujeito, consciente da temporalidade, da historicidade, liberta-se de sua unidimensionalidade, percebe-se eminentemente interferidor e não reduzido às suas dimensões natural e cultural. “Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo — o da História e o da Cultura” (FREIRE, 1967, p. 41).

Liberdade não é um conceito que possa ser justificado apenas pela liberdade para comer, procriar, ir e vir ou escolher sua fé. É preciso que a luta também seja pela liberdade de criar, construir, admirar, aventurar-se e empoderar-se. “Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina.” (FREIRE, 1987, p. 31). Uma luta, inclusive, contra as ações sociais que fomentam a existência de autômatos, que automatizam as pessoas. “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 1987, p. 40). “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do estado (FREIRE, 1996, p. 66).

A liberdade inclui e não segrega, empodera e respeita a diversidade. A verdadeira liberdade inclui ser, ser sujeita e sujeito, aquele que escreve sua história, sendo como é e respeitado como e pelo que é. A liberdade inclui os gêneros, as sexualidades, as etnias, culturas, religiosidades e cores. A liberdade não comporta preconceitos, opressões nem abismos.

A liberdade para Freire também não é libertinagem, não se trata da possibilidade de

atender a todos os desejos como donos do mundo, de maneira egoísta, nem de atropelar os limites e as pessoas, como é quase naturalizado no moderno capitalismo. Não é a liberdade dos fortes para acumular capital em detrimento de outros causando pobreza e miséria. A liberdade sem limites está tão negada quanto a liberdade castrada. Não é uma liberdade que se opõe a liberdade alheia ou que termina “onde a do outro começa”, mas sim uma liberdade que se faz no encontro com outros na luta pela liberdade. A liberdade emancipatória galgada na práxis.

A superação da contradição oprimido/opressor é a libertação de todos. É, de acordo com Freire (1987), um parto doloroso, do qual nasce um sujeito não mais opressor e não mais oprimido. Um parto que supera o medo da liberdade.

3 DESINFORMAÇÃO: CONCEITOS, MECANISMOS E IMPORTÂNCIA

Já no Século V a.C. Sun-Tzu, o grande chefe militar chinês, afirmou que a desinformação é útil, sem propriamente empregar o termo:

Toda campanha militar repousa na dissimulação. Finge desordem. Jamais deixes de oferecer um engodo ao inimigo, para ludibriá-lo. Simula inferioridade para encorajar sua arrogância. Atiça sua raiva para melhor mergulhá-lo na confusão. Sua cobiça o arremeterá contra ti e, então, ele se estilhaçará” (SUN TZU, 2006, p. 14).

Como visto também em Chomsky (2014) desinformação é um fenômeno antigo. Uma das primeiras aparições da palavra está vinculada a projetos militares de contrainformação e espionagem, na Rússia em 1923 (antes mesmo da 2ª grande guerra). As técnicas transbordam para as práticas informacionais hegemônicas nos meios de comunicação e informacionais, privados e estatais, a partir também de técnicas de propaganda política, como já descrito.

Em 1972, um dicionário *top secret* da KGB definia “*disinformation data*” como “dados especialmente preparados, usados para a criação, na mente do inimigo, de imagens incorretas ou imaginárias da realidade, com base nas quais o inimigo tomaria decisões benéficas” (ROMERSTEIN, 2001, p. 1) para a União Soviética. A desinformação era uma arma informacional muito clara para a URSS, como ferramenta para obter reações vantajosas de outrem, que não seriam possíveis por meios abertos, a ponto de criarem um escritório apenas para isso.

Algumas definições de desinformação são:

Informação manipulada. Outro entendimento bastante presente sobre desinformação se relaciona ao fornecimento de produtos informacionais de baixo nível cultural, cuja consequência direta seria a “imbecilização” de setores sociais. Nesta concepção do conceito, setores da elite desinformariam amplamente de maneira a se perpetuarem no poder, concretizando mais facilmente seus próprios interesses. [...] Assim, enquanto a população assiste novelas televisivas, lê romances baratos ou revistas sensacionalistas, as grandes questões que nos permeiam passariam despercebidas, sem a compreensão ou o acompanhamento dos maiores interessados, a própria população (BRITO, 2015, p. 58).

Informação falsa deliberadamente e constantemente difundida de forma dissimulada (como que espalhando rumores) com o objetivo de influenciar a opinião pública e obscurecer a verdade. (DESINFORMAÇÃO, 2020).

A desinformação não pode ser definida como uma simples ação. De fato, trata-se de um complexo de ações que constroem um cenário intencionalmente determinado, como apontam Volkoff (1999), Abramo (2003), Serrano (2010), Chomsky (2014), Brisola (2017) e Brisola e Bezerra (2018).

Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada,

retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação neste sentido não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319).

Este conjunto de práticas informacionais que caracterizam a desinformação, visam a construção e manutenção do pensamento hegemônico. Como já afirmavam Marx e Engels: “‘A ignorância’ é a mãe da indústria e da superstição”. Os mecanismos e práticas de desinformação são comentados e destrinchados por alguns autores, dos quais citamos aqui: Volkoff (1999), Parenti (2001), Abramo (2003), Serrano (2010), Brisola (2017), Christofolletti (2018), Brisola e Doyle (2019).

Volkoff (1999), Abramo (2003), Serrano (2010) e Chomsky (2014) entendem a desinformação como um conjunto de técnicas que visam a manipulação da opinião pública, por meio da informação deturpada. Volkoff (1999) está centrado na manipulação política, uma perspectiva também abordada por Chomsky (2014). Parenti (2001), Abramo (2003), Serrano (2010) e Christofolletti (2018) destrincham os mecanismos de desinformação focando nas práticas da mídia. “Convencer o conjunto das populações de sua adesão às ideias das classes dominantes” (SERRANO, 2010, p. 9) é uma das missões da desinformação.

As grandes empresas e conglomerados de comunicação tendem a atuar a serviço dos interesses hegemônicos, com os quais elas compactuam e que favorecem sua monetização. Assim, utilizando metodicamente os artifícios de desinformação, em distorções e manipulações da informação, acostumam a população com os conceitos que interessam a estes poderes. Prática esta, utilizada nos jornais como explicado anteriormente. Um exemplo digital desta relação de aceitação massiva da coleta de dados pessoais, pelo Facebook ou Google, como algo inócuo, acontece mesmo quando o usuário têm consciência disso ou quando essa aceitação é reduzida, sem maiores críticas ou curiosidade, ao simples clique de aceite dos termos.

Perseu Abramo (2003, p. 39), tratando especificamente do jornalismo, destaca como essa associação com o capital distorce a realidade por não refleti-la, afastando o usuário, que com muita frequência não tem como checar, da própria realidade, manipulando-a. Explica que a manipulação não ocorre em todas as informações e nem o tempo todo. “Se fosse assim – se pudesse ser assim – o fenômeno seria auto desmistificador e autodestruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante”. Por outro lado, se fosse tão disperso e ocasional também não surtiria o efeito desejado, os efeitos seriam nulos ou insignificantes. A gravidade, segundo Abramo, é que essa característica “marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”.

Percebe-se a afinidade dos autores ao descreverem o sistema como orquestrador da desinformação. “Afirmar que alguém manipulou dados e informações no campo da comunicação quase sempre tem caráter pejorativo” (CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 59), por isso a desinformação não é explícita, muito menos assumida. Ela tampouco exige falsas informações, basta fazer recortes, manipular a realidade ou os fatos e oferecer, então, “a verdade”. Isso é suficiente, na maioria das vezes, para caracterizar a desinformação. Diante das redes sociais e das mídias em geral, isolados em bolhas, os indivíduos perderam os espaços diversos de interação e discussão, apreendem “a verdade” sem questioná-la ou verificá-la, como se essa autoridade dos meios e/ou outras “autoridades” fossem absolutamente isentas e naturais.

O problema não é invisível e por isso, recentemente, a União Europeia uniu um grupo de especialistas de alto nível em *fake news* e desinformação, formado também por especialistas advindos da grande mídia – HLEG, 2018 – para propor iniciativas no combate a esses fenômenos. O relatório “*A Multi-dimensional Approach to Disinformation – Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation*”, provavelmente não incidentalmente, não imputa às mídias tradicionais a mesma responsabilidade que Serrano (2010), Chomsky (2014) ou Christofolletti (2018). Ainda assim, indica que, embora não necessariamente ilegal, a desinformação é um fenômeno prejudicial à sociedade e aos indivíduos. Sua abrangência pode afetar a democracia, os processos políticos e até as políticas públicas. O grupo discorre que a desinformação é um fenômeno que vai além das discussões sobre *fake news*, incluindo todas as formas de informações falsas, imprecisas ou enganosas, formuladas, apresentadas e divulgadas com o objetivo de causar intencionalmente danos públicos ou com fins lucrativos.

Neste aspecto concordamos que o conceito de desinformação vai muito além do que é falso ou não. A desinformação passa por uma máquina de informar que também utiliza a verdade e partes de verdade para desinformar, como já indicado anteriormente. Conceitos que a consideram apenas como falsa, deixam de lado uma grande, importante e perigosa parte da desinformação: o tratamento e a apresentação da verdade. “Recriando a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder” (ABRAMO, 2003, p. 64).

Infelizmente, não apenas os órgãos de comunicação.

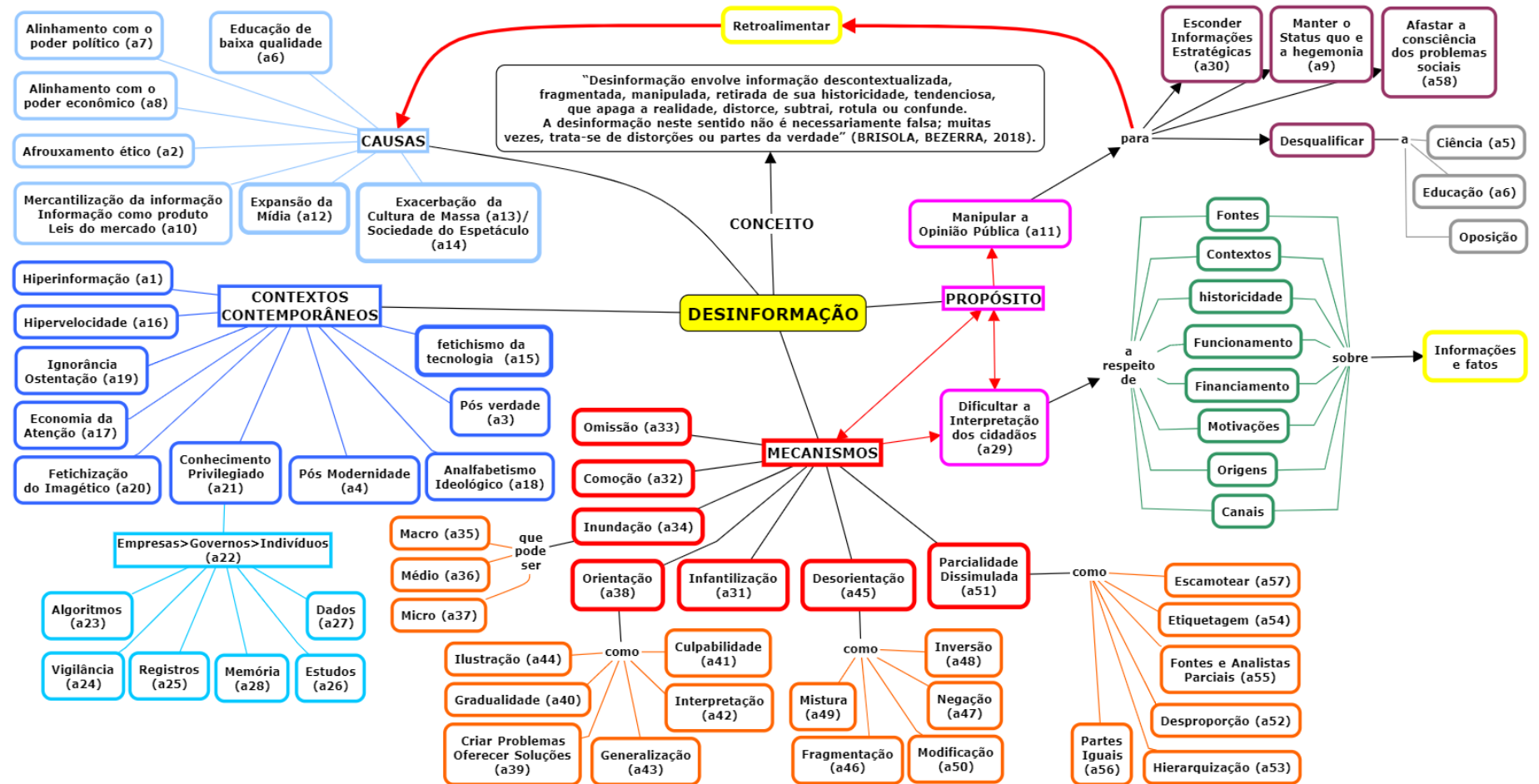
3.1 MECANISMOS DA DESINFORMAÇÃO

Para compreender didaticamente e facilitar os estudos futuros, indica-se os principais mecanismos da desinformação, sem pretensão de exauri-los. Esta explicação e nomenclatura das técnicas e mecanismos surgiu do estudo e compilação das teorias de Volkoff (1999), Abramo (2003), Serrano (2010) e Chomsky (2014), agregando conhecimentos adquiridos em outras leituras como Parenti (2001), Lewandowski et al. (2012), Marshall (2017) e Christofolletti (2018) sob a perspectiva da Ciência da Informação e da Comunicação. Não está apontado em cada mecanismo todos os autores que articulam cada ideia, mas apenas aqueles cujas citações achamos necessárias à compreensão do fenômeno.

A indicação primária destes mecanismos já foi elencada em artigo de Brisola e Doyle (2019) e inclui a maior parte do mapa conceitual abaixo (Figura 3), ampliado para esta tese. O mapa contempla também as causas e contextos abordados no capítulo anterior. Todos os conceitos estão numerados no texto para facilitar a correlação com o mapa.

Assim, temos no mapa conceitual, acima, o conceito resumido de desinformação. Do lado esquerdo, os fenômenos e contextos que fomentam a desinformação. No centro abaixo os mecanismos de desinformação com seus desdobramentos. Por fim, do lado direito superior os propósitos da desinformação.

Figura 3 – Mapa Conceitual da Desinformação



Fonte: Autoria própria a partir de Brisola e Doyle (2019)

A desinformação se constitui em um conjunto de práticas informacionais, cujos principais mecanismos e técnicas são:

1. **Infantilização**^(a31): a informação é passada como se fosse para uma criança. Fácil de entender, resumida, sem contrastes, sem contextualização, em linguagem simples, comumente maniqueísta, quase sempre baseada em uma fonte interessada ou em interesses que não estão evidentes. Também é mais facilmente esquecida porque não é contextualizada.

Autores como Ignacio Ramonet, Serrano e Chomsky, elucidam que o discurso, a mensagem jornalística e a informação circulante estão mais simples e mais fáceis. O discurso produzido hegemonicamente possui estratégias pedagógicas, sedutoras e de persuasão.

Segundo Ramonet (2003), estes discursos têm características da retórica – um discurso rápido e impactante, que segue um modelo publicitário a fim de evitar o tédio – e simplicidade na construção – elementar, com uso de vocabulário comum, uma construção fácil de entender, repetitiva, utilizando elementos de espetacularização que apelam para as emoções. Por empregar táticas que são aplicadas à comunicação voltada às crianças, Ramonet (2003) qualifica esse discurso como infantilizante.

Ramonet (*apud* SERRANO, 2010, p. 37) também atenta para o fato de que até o número de palavras é limitado para que a compreensão seja facilitada: “Com a ideia de que se deve expressar de maneira muito fácil, muito simples, porque tudo o que é raciocínio complexo, tudo o que é raciocínio inteligente, fica muito complicado e sai do sistema de informação tradicional”. A simplificação mais elementar é a maniqueísta: “Os matizes são suprimidos [...] tudo o mais é para ‘intelectuais’”.

Uma lista com 10 estratégias de manipulação midiática é atribuída à Chomsky em diversos sites e trabalhos acadêmicos, em várias línguas. Lida pelo jornalista Eduardo Aliverti em programa de rádio e postada pelo francês Sylvain Timsit, a lista é certamente baseada em Chomsky. Assim, utilizamos esta lista que trata da infantilização no 5º item. Dirigir-se ao público como se fossem menores de idade, uso de discursos, argumentos, personagens e entonação particularmente infantis. E completa: Se alguém se dirige a uma pessoa como se ela tivesse 12 anos ou menos, em razão da sugestibilidade, então, provavelmente, ela terá uma resposta ou reação também desprovida de um sentido crítico.

Sob esse aspecto, a infantilização parte dos princípios da publicidade e chega a informações que seriam relevantes para o cidadão, afastando a crítica e deixando o indivíduo

sem condições de compreender sua origem, alcance ou significado. Deste modo, os meios apresentam de forma suficientemente superficial os problemas locais e mundiais, entretendo assim a reflexão crítica dos cidadãos, impedidos de sequer deduzir os motivos e as origens dos “fatos” que a informação carrega (SERRANO, 2010).

Informações que são simples, fáceis de lembrar, dramáticas e apelos a informações já aceitas, tendem a se espalhar mais rapidamente entre grupos de informações conectadas, do que informações complicadas, chatas, incertas ou contraditórias, mesmo que essas informações sejam mais precisas. Na sociedade da informação, informações ruins podem expulsar boas (MARSHALL; GOODMAN; ZOWGHI; RIMINI, 2015, p. 100-102).

A infantilização contribui para o espalhamento de informações precárias e das distopias informacionais e dificulta o trânsito de informações mais complexas e completas. Cria o hábito da leitura “fácil” e rápida, que não exige maior esforço de concentração e/ou interpretação e colabora com a preguiça de ler mais que um parágrafo. Um exemplo recente desta infantilização é a mensagem viral “Se é agro é bom!”, que reduz toda complexidade social, ecológica, laboral e econômica ao simples “é bom”.

2. **Comoção**^(a32): estímulo ao excesso de emoção e aderência a sentimentos e afetos mais do que à razão. O aspecto emocional atrapalha a análise racional e o sentido crítico no indivíduo, abrindo uma porta de acesso ao inconsciente, enxertando ideias, desejos, medos, temores ou compulsões. A emoção é verdadeira, a informação pode até ser verdadeira, mas o indivíduo é despojado de condições de perceber os mecanismos de distorção da realidade.

Serrano (2010) recorre à tese do filósofo francês Jean Baudrillard para exemplificar o mecanismo: “acontecimentos como os atentados de 11 de setembro supõem um ‘excesso de realidade’ que causam tal comoção que os cidadãos, em especial os estadunidenses, não conseguem buscar a conexão entre essa realidade e seu entendimento” (SERRANO, 2010, p. 33). Mediante o choque com o acontecimento e antes que se possa racionalizar, é entregue, rapidamente pelos meios, uma interpretação já pronta, aproveitando a situação emocional para imprimir sua leitura de mundo. “O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMANN, 2008, p. 29).

Os produtos informativos de multimídia têm mais poder ainda de manipular através das emoções, a partir da elaboração e apresentação de imagens, sons e texto. Através da

construção elaborada da mensagem, envolta em som, imagem e da maneira como estas são ordenadas, a informação pode despertar sentimentos (ódio, drama, indignação, rejeição, afeto, compaixão) antes mesmo que o intelectual/racional compreenda o que está sendo apresentado. Serrano cita Ramonet, explicando que existe uma conexão interna: se a emoção sentida é verdadeira, a informação deve ser verdadeira, e isso estabelece a conexão entre a emoção e a crença da verdade, sem passar pela diferença entre realidade e construção da realidade (SERRANO, 2010).

Construindo uma situação hipotética: uma adolescente caminha, de cabeça baixa, sozinha, no meio de uma rua sem carros e com prédios altos envelhecidos. Se essa imagem vem sonorizada com uma música melancólica, vai despertar a ideia de tristeza. A narração a seguir pode falar de perda, de angústia, de solidão. Mas se junto desta música existem sons de sirenes ou tiros, mesmo que ao longe, a sugestão será de conflito ou guerra, mesmo que a adolescente não esteja correndo. Se a mesma imagem é acompanhada de uma música romântica, no espectador é suscitada a ideia de que ela olha o ser amado ou uma mensagem dele, sugerindo romance. Se for melancólica: teria ela terminado com alguém? Se for mais alegre: estaria ela pensando no seu amor? A imagem pode estar falando do medo das mulheres ao andar sozinhas pela cidade, da busca dessa adolescente pela família perdida depois que uma cidade foi inteiramente abandonada, do bairro calmo que não tem quase circulação de carros e pessoas, tudo vai depender do som e da narrativa. Mas antes mesmo que a narrativa comece, o som e a imagem já despertaram os sentimentos.

O fato casual, a imaginação criativa e o desejo de crer são elementos que propiciam a falsificação da realidade no espectador ou expectador. Sob condições favoráveis, as respostas a ficções ou a realidades podem ter a mesma reação forte. Sem proximidade com os fatos, a emoção e o pensamento podem demorar a perceber a realidade, ou nunca perceberem.

A adaptação do ser humano se dá através do que Lippmann (2008, p. 30) chama de “ficção”, que ele não associa diretamente às mentiras. “A variedade da ficção se estende desde a completa alucinação até o uso perfeitamente consciente do modelo esquemático de cientistas, ou sua decisão de que para o seu problema particular a exatidão além de certo número de casas decimais não é importante”. Dependendo do grau de fidelidade da “ficção” e se este grau puder ser considerado, ela não é enganosa.

“O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade”. Perseu Abramo (2002) escreve isso em 1988 e acrescenta que a maior parte do material veiculado na mídia tem relação com a realidade, mas que essa relação é uma referência indireta à realidade, que distorce a realidade. Como se a imprensa se referisse à

realidade para apresentar uma nova realidade. Assim os usuários são colocados diante de informações que sobrepõem e contradizem a realidade. O indivíduo raramente tem como avaliar essas informações, assim, não percebe a realidade diretamente, mas a apreende pelos meios de comunicação. “A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (ABRAMO, 2002, p. 39). O indivíduo é compelido a vagar pela informação guiado como por um mapa. A dificuldade está em seguir os mapas nos quais estão expressos, sem transparência, as necessidades e vontades de outrem.

Daí a crítica de Chomsky (2014, p. 8 - 9) aos pensadores que defendem a ideia de “rebanho desorientado”, que é conduzido pelo impulso e emoção, e precisa ser guiado. Critica também a divisão da sociedade em classe especializada/intelectuais e expectadores ou rebanho desorientado, na qual o primeiro grupo cria ilusões e simplificações emocionais. Esta crítica indica o uso premeditado da comoção como mecanismo de desinformação. O “rebanho” é intencionalmente guiado pela informação para introjetar como verdade aquilo que lhe é oferecido e premeditadamente engendrado pela classe “especializada”. A emoção e os impulsos são usados como atrativos para conduzir as pessoas pela rota desejada, através dos mecanismos de manipulação da informação. Cerceando a autonomia do pensar e colaborando para a adesão à hegemonia. Manipulação que Chomsky condena.

A manipulação conduz a um pensamento hegemônico que molda a população. Relacionar esta condução com a moral vigente, remete ao que Martín-Barbero (1997) denuncia: que a mudança não está acontecendo no âmbito da política e sim no da cultura. A mudança de estilo de vida é mediada pelos meios de comunicação de massa. A família e a escola, tradicionais campos da socialização, não são mais espaços chave. Segundo o autor, os meios de comunicação começam modificando o vestuário e terminam provocando uma “metamorfose dos aspectos morais mais profundos”. As emoções são terrenos fundamentais para a manipulação dos aspectos morais que influenciam as relações interpessoais e a coletividade.

Assim, tudo que destoa do padrão é visto como estranho, feio, menor e/ou o outro. Exemplos disso podem ser vistos nas discriminações àqueles que não se enquadram, como nas expressões de homofobia, gordofobia, racismo, xenofobia, entre outros. Mas também as opressões relacionadas à objetificação das mulheres, a redução destas, dos negros, dos indígenas e dos pobres como menores, perdedores, preguiçosos, fracassados etc. A lista é enorme.

Martin-Barbero recorre a Edward Shils: “A sociedade de massa suscitou e intensificou a individualidade, isto é, a disponibilidade para as experiências, o florescimento

de sensações e emoções, a abertura até os outros [...], liberou as capacidades morais e intelectuais do indivíduo” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 58 - 59). A questão da manipulação através da emoção se agrava nas redes sociais, as bolhas favorecem a aderência às crenças e sentimentos alimentando os *cliks* que geram lucro.

O recurso de capturar a atenção com chamadas apelativas ou de duplo sentido não é novo, mas, “em tempos de internet e redes sociais, o recurso alargou seus limites, recebendo fortes impulsos em novas dinâmicas, sendo também chamado de *clickbait*” (CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 73). Os *clickbaits* são postagens que utilizam chamadas sensacionalistas, chamativas ou polêmicas para captarem os *cliks* que geram lucros. Contudo, a informação que aparece depois do *click* não tem conteúdo relevante, nem necessariamente adesão com a chamada, ou trata-se de um assunto que foi distorcido na chamada.

Os *clickbaits* utilizam a curiosidade inerente ao ser humano para atrair a atenção e o *click*. São exemplos desse tipo de artimanha aquelas chamadas que aparecem depois das notícias, mesmo em sites de jornais importantes, algo com uma imagem e uma chamada como: “10 celebridades que você não reconheceria na rua”. E por curiosidade, ganham o *click*. Outro artifício é o da distorção: “Paul McCartney morre atropelado”, depois de clicar o texto que aparece narra a tragédia de um cachorro, batizado com o homônimo do célebre cantor, que foi atropelado na frente de sua casa em Bombaim. Em um terceiro tipo a chamada não tem nada a ver com o texto: “Descubra como esse método milenar natural combate as rugas”, mas o conteúdo trata da venda de um produto antirrugas industrializado.

3. **Omissão**^(a33): supressão deliberada de informações ou de partes de assuntos, fatos, dados, personagens etc.

“Mais insidioso que o *hype* sensacionalista é a esQUIVA astuta” (PARENTI, 2001, *online*, tradução nossa). Informações relevantes são simplesmente minimizadas ou evitadas, parcial ou completamente, a despeito de sua importância. Dados e pesquisas que refletem negativamente as condições da população, segurança e políticas de estado, podem ser suprimidos e nunca dados ao conhecimento público. Crimes de guerra, torturas e mortes, raramente aparecem ou são notadas como danos colaterais, a não ser que favoreçam os poderes locais. Essas omissões acontecem principalmente se o cidadão não tem acesso aos fatos. A omissão ou supressão pode ser parcial ou total.

A ocultação é deliberada, um silêncio proposital sobre certos assuntos ou pessoas. Como coloca Abramo (2003), a própria escolha do que é considerado um fato jornalístico, ou

para este estudo, uma informação relevante ou que vale ser documentada, trata da exclusão, apagamento, ocultação ou negação de outras informações e realidades.

Agenda setting é uma teoria de Maxwell McCombs e Donald Shaw, inspirado nos estudos de Lippmann sobre opinião, que defende que o público tende a dar mais importância aos assuntos que tem maior exposição nos meios de comunicação. *Gatekeepers* é a Teoria de David Manning White de que a difusão de notícias se faz através de canais ou cadeias nas quais existem pontos, portas ou diques por onde as notícias podem passar ou ficar retidas. Trata-se da seleção das informações que serão disponibilizadas/usadas ou não.

Nestas teorias a filtragem das informações estabelece a pauta do debate social, mediante a seleção das informações que serão veiculadas na mídia, com mais ou menos destaque, e de quais não serão. De fato, essa seleção não acontece apenas na mídia. Qualquer informação passa pelo crivo da omissão ou uso. Em um artigo científico nem tudo que é lido é utilizado, mas passa por uma seleção do pesquisador, que leva em consideração a fonte, adequação, relevância etc., tornando-se assim um *gatekeeper* da informação. A seleção por pares também funciona do mesmo jeito. O agendamento (*agenda setting*) também influencia a informação científica, quando os pesquisadores são levados a tratar de assuntos que estão em pauta na sociedade.

A omissão pode seguir critérios de seleção honestos e necessários ou pode simplesmente ocultar e apagar assuntos relevantes apenas com a finalidade de manter a hegemonia ou o status quo. Para este estudo, é nomeado de omissão o recurso de desinformação que amputa do cidadão uma informação importante para sua tomada de decisão ou, ao menos, ciência dos fatos. Essa omissão, premeditada e intencional, é um artifício desinformativo do qual raramente se tem consciência, por sua própria natureza.

É esta omissão desinformativa que oculta os motivos e danos das guerras, a penúria causada pela exploração, que mantém os cidadãos afastados de assuntos que afetam a democracia ou seus direitos, que não apresenta dados relevantes sobre violência contra as mulheres, os negros, os pobres e os LGBTQI+, e tantas outras omissões que nos apartam de realidades das quais precisamos ter ciência.

4. **Inundação**^(a34): é a hiperinformação proposital, com objetivo de desviar a atenção ou apagar uma informação.

Ramonet, no prefácio do livro de Serrano (2010, p. 10), aponta a superinformação como um dos maiores mecanismos de desinformação, e até de censura, da atualidade; que,

como um biombo ou barreira, impede o acesso à informação: “Nas ditaduras é o poder que nos impede de acessar a informação. Na democracia é a própria informação, por saturação, o que nos impede. Ou seja, na democracia a censura funciona por asfixia, por engasgamento, por entupimento”. Ante tanta informação circulante e consumida, é quase impossível a percepção daquelas que foram suprimidas, apagadas ou lavadas pela enxurrada informacional. “A ocultação e a dissimulação, nessa massa de informação que se consome, são as formas da censura de hoje. E essa ‘censura invisível’ é a que é praticada pelos grandes grupos midiáticos e pelos governos” (RAMONET *In* SERRANO, 2010, p. 10).

O filme “Mera coincidência”, título original “*Wag the Dog*”, de 1997, direção e produção de Barry Levinson, retrata, ficcionalmente, a manipulação governamental para abafar uma notícia indesejada. No filme, o presidente dos EUA está envolvido em um escândalo de abuso sexual. Para evitar que a história se espalhe e ganhe importância, às vésperas da almejada reeleição, um assessor, representado por Robert De Niro, é convocado para resolver a situação. O assessor então contrata um produtor de Hollywood (Dustin Hoffman) para que este “produza” uma guerra na Albânia, a ser vencida pela interferência do presidente, poucos dias antes das eleições. Os dois se esmeram em uma produção hollywoodiana para convencer mídias e massa. O personagem de De Niro diz repetidamente no filme que o que “deu na TV” é verdade, por mais que ele mesmo esteja idealizando e forjando as mentiras.

A artimanha funciona e serve como exemplo de desvio de atenção de uma notícia, que o poder quer apagar, como muitas outras sobre um assunto que pode ser mais atrativo para o povo. Situamos este exemplo fictício no nível macro da inundação, que ainda dividimos também em médio e micro.

- a) **Macro**^(a35): Divulgação de outras notícias para encobrir aquela.
 - b) **Médio**^(a36): Divulgação de outras informações dentro da notícia para encobrir o fato.
 - c) **Micro**^(a37): Divulgação de outros detalhes minuciosos do fato para encobrir o problema do fato.
5. **Orientação**^(a38): argumentação para conduzir a opinião pública a apoiar determinada conduta.

“Submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação, o leitor é induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como

querem que ele o veja” (ABRAMO, 2003, p. 49). A orientação é facilitada pelo acúmulo de ideias, conceitos e “verdades” veiculadas na desinformação sistemática, porém não óbvia. Esse mecanismo perpassa toda a produção e difusão da informação e pode abarcar diversas informações e fontes.

Os meios precisam orientar as escolhas a respeito do que é importante ou não, mas também, em relação à interpretação de como e porque acontecem. Além disso, é necessária a manutenção da crença de que aquele meio é confiável e que acerta em suas escolhas. Manter a credibilidade é um fator essencial para que a orientação seja eficiente, daí sua complexidade ser muito maior do que apenas mentir. É preciso convencer. Utilizando os mecanismos de desinformação e torcendo a verdade em vez de simplesmente violá-la, os meios informativos podem criar a impressão desejada sem recorrer a pronunciamentos explícitos e se mantendo na aparente objetividade.

Até mesmo a ordem em que as informações são apresentadas e a ênfase fazem parte dessa escolha de orientação, tudo contribui e conduz o indivíduo ou a população ao objetivo do emissor.

A forma como as notícias são envolvidas, a extensão da exposição, a localização (primeiro plano ou enterrada no interior, artigo principal ou último), o tom da apresentação (atitude aberta ou pejorativa), as manchetes e fotografias e, no caso dos meios audiovisuais, os efeitos da imagem e do som” (SERRANO, 2010, p. 31, 32)

Alguns tipos de desinformação por orientação são:

- a) **Criar problemas para oferecer soluções^(a39)**: é criada uma situação para que o povo reaja de maneira a corroborar a ação pretendida.

Cria-se uma situação para que o povo tenha a reação que confere ao poder a autorização de fazer o que pretendia. É o ato de ordenar o rebanho. Um exemplo que Chomsky dá é criar uma crise econômica para forçar a aceitação, como um mal menor, do retrocesso dos direitos sociais e o desmantelamento dos serviços públicos. Como já mencionado, a propaganda política foi criada nos EUA para gerar esses problemas, cuja solução era a ação pretendida pelo governo antes mesmo da invenção do problema, como no caso da Primeira Guerra Mundial e os inimigos alemães.

Abramo (2003, p. 52) destaca que “a autoridade tranquiliza o povo, desestimula qualquer ação autônoma e independente do povo, mantém a autoridade e a ordem, submete o povo ao controle dela, autoridade”. A autoridade anuncia as providências – soluções já tomadas ou prestes a serem tomadas. Se a questão envolve dissidências, manifestações ou revoltas, a autoridade reprime o mal (o inimigo) e enaltece o bem (“nós”), também oferecendo

a solução para o problema. Por fim, é exaltado o papel resolutório, tranquilizador e alienante da autoridade; ou “melhora” o apelo para obtenção da aprovação. O que também pretendia o marqueteiro do presidente americano no filme “Mera coincidência”, ao criar a guerra que seria resolvida pela intervenção do próprio presidente logo antes da reeleição.

Pascual Serrano (2010) oferece exemplos desse tipo de desinformação trazendo casos sobre terrorismo e guerra, como quando Saddam Hussein, depois de ter sido aliado por muitos anos dos EUA, se transforma em um inimigo detestável e perigoso. A justificativa das armas químicas que estariam sendo produzidas no Iraque, serviu para fomentar o apoio aos ataques e bombardeios. Posteriormente emergiu a informação de que não haviam tais armas químicas. Mas a guerra já estava ganha e o problema solucionado.

- b) **Gradualidade**^(a40): “Para fazer com que uma medida inaceitável passe a ser aceita, basta aplicá-la gradualmente” (Volkoff, 1999) ou como sacrifício futuro. O tempo favorece a resignação do público;

“A comunicação, tal e como é concebida pelos meios de comunicação dominantes na imprensa, rádio, televisão e internet, tem como função principal convencer o conjunto das populações de sua adesão às ideias das classes dominantes” (SERRANO, 2010, p. 9). Convencer gradualmente é mais eficaz quando o assunto é passível de rejeição pela população. No caso do Iraque ficam evidentes os mecanismos por meio dos quais os *lobbies* a favor da guerra conseguiram influenciar massivamente nos meios de comunicação a população, principalmente os estadunidenses.

O mesmo mecanismo é utilizado quando se tratam de “reformas” que, na verdade, subtraem conquistas de reformas anteriores. A população é convencida da necessidade daquela providência, que só terá suas consequências no futuro, assim o convencimento é mais fácil. O cidadão é bombardeado hoje como o risco, por exemplo, do colapso da previdência, logo depois é mostrado como as pessoas vivem mais hoje em dia e como isso impacta no sistema previdenciário (o que é uma verdade incontestável). O passo posterior é explicar a necessidade da contribuição por mais tempo e o adiamento da aposentadoria, neste caso, ainda distante da maioria que será afetada. Por fim o novo plano é apresentado como solução para todo o problema e garantia de um futuro seguro. Está aplicada a gradualidade.

- c) **Culpabilidade**^(a41): o indivíduo é responsável por sua condição – meritocracia.

Nesse tipo de desinformação é conferido ao indivíduo ou ao grupo a culpa pelo fato ou problema, a responsabilidade por sua condição ou pelas consequências. Uma frase recorrente dos setores mais conservadores brasileiros na atualidade é “não tem o que comer, ou é pobre, porque não quer trabalhar”. Essa frase representa o cerne da culpabilidade e foi

alimentada por muita desinformação. Não se trata de falta de emprego, divisão de classe, abismo social, exploração, acumulação do capital nas mãos de pouquíssimos, falta de assistência social, recessão e mais inúmeras causas que poderíamos apontar; a questão é a falta de vontade, a responsabilidade é exclusiva do indivíduo. Essa imputação de responsabilidade pode ser tão bem feita, que o próprio indivíduo a assume como verdade.

O mesmo acontece frequentemente com as mulheres que sofrem abusos ou estupros. Os questionamentos são sobre a hora em que ela foi atacada, a roupa que usava, sua postura no trabalho ou na vida, sua conduta liberal ou reclusa, etc., e não sobre a violência em si.

Infelizmente é frequente esse tipo de tratamento em relação a dados e informações que envolvem os desfavorecidos ou discriminados. Os fatos cruéis são embotados por culpabilidades naturalizadas. O jovem preto pobre é a maior vítima da violência, de acordo com os dados, porque mora na favela, porque foi confundido com bandido, porque carregava drogas na mochila ou porque passou correndo. Os LGBTQI+ são mortos ou agredidos porque parecem o que “não são”, porque “estavam descontrolados”, “se meteram no que não deviam”, “discutiram”¹¹, “compraram briga”¹² ou apenas por serem quem são. Todos culpabilizados por seu martírio.

d) **Interpretação**^(a42): não mente nem esconde fatos, mas faz uma interpretação tendenciosa;

A diagramação, a ordem das informações e as palavras conduz a uma interpretação previamente determinada (ABRAMO, 2003). A ausência ou presença de temas, os ângulos sob os quais determinados segmentos são comentados, enquanto outras informações importantes ou diversidades são ocultadas. “Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa” de maneira maniqueísta – bem e mal – “e o leitor/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança” (ABRAMO, 2003, p. 50).

e) **Generalização**^(a43): começa do individual e parte para o todo, banalizando;

Estratégia utilizada para reduzir responsabilidades ou importâncias, provando que existem mais situações iguais ou semelhantes. Agrega adereços generalizantes. Isso acontece

11 Rodrigo dos Anjos do Nascimento, também aluno de história da UFRJ, foi morto depois de sumir de uma festa. “Amigos relataram à polícia uma suspeita de tentativa de abuso - não especificada - seguida de execução”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/24/estudante-da-ufrj-e-achado-morto-no-rio-universidade-aponta-homofobia.htm> e <https://ufrj.br/2021/02/25/adeus-a-rodrigo-dos-anjos-do-nascimento/>

12 Diego Vieira Machado, aluno de história da UFRJ, morto no Campus. Denunciou a violência contra os LGBTQI+ antes de morrer, pediu ajuda mas nada foi feito. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/ele-comprou-uma-briga-afirma-irmao-de-estudante-morto-na-ufrj.html> e <https://conexao.ufrj.br/2018/07/09/dois-anos-sem-diego-vieira-machado/>

nas guerras, por exemplo, ao serem adereçadas informações generalizantes que minimizam a importância dos fatos. Morreram mil pessoas: “lamentável, mas necessário”; os mísseis, além de atingir os centros de comando, atingiram uma escola: “reprovável, mas resolveu o problema definitivamente”, “em várias civilizações isso era desta maneira”; ele agrediu o vendedor, mas “todos os homens...”, ela foi agredida, mas “todas as mulheres...”.

Pode começar no particular e ir até o geral, como uma conduta generalizada. A generalização ameniza os fatos através da informação e desvia o foco, podendo, inclusive, causar empatia no usuário/leitor.

f) **Ilustração**^(a44): oposto da generalização, começa do todo e mostra as “particularidades” favoráveis.

O famoso “Rouba mais faz”, conhecido na política brasileira. Se todos roubam, e isso é um fato generalizante, pelo menos esse rouba, mas faz alguma coisa pela população. O fato de roubar, ou seja, praticar um crime, é amenizado pela generalização e o foco vai para o que ele faz.

Esse artifício pode começar com a narrativa de resultados semelhantes e generalizados para, depois, alcançar o particular, considerando-o como uma ilustração de uma regra. Em casos que envolvem assuntos políticos, pode ser utilizado para reduzir os danos à imagem. Começar a narrar os horrores de guerras passadas, os milhões mortos pelo Holocausto e, por fim, dizer que neste conflito apenas 100 pessoas morreram. Banalizando e reduzindo a importância de 100 mortes. Comparar os mortos na pandemia de Covid-19 com mortos por outra doença com números maiores foi um artifício bastante usado pela desinformação para minimizar o assombro.

Também pode ser utilizado para condenar um grupo dissidente. As manifestações corriam pacificamente, ocupando as ruas da cidade, até que um pequeno grupo de vândalos colocou fogo em uma lixeira e quebrou os vidros de uma agência bancária. Então a polícia teve que intervir com vigor e dispersar a manifestação. Neste caso a generalização é opositora, a multidão era pacífica, mas os “vândalos” justificam a dispersão de toda manifestação.

O tempo destinado à particularidade e à generalização pode ser distinto. Os méritos serão glorificados em muito mais espaço do que os deméritos. Os defensores se apresentam com mais facilidade, “as intervenções serão interrompidas, os artigos serão truncados, mas continuarão a participar do debate para dar uma sensação de imparcialidade” (Volkoff, 1999, p. 107).

6. **Desorientação**^(a45): informações apresentadas de forma incompreensível, com pontos de vista e escolhas tendenciosas.

O cientista da informação Vicente Romano (2007), discorrendo sobre notícias que tratam da violência, afirma que, na maioria dos casos, as fontes das informações são as autoridades e as informações são respostas governamentais à violência. Raramente explicam os problemas subjacentes à violência e nem suas possíveis causas. Não se discute os motivos e condições sociais que provocam a violência. “A informação se apresenta descontextualizada, isto é, incompreensível. São oferecidos alguns números, mas outros são silenciados”. Abordando a violência simbólica, o autor aponta a linguagem como sendo um de seus principais instrumentos. “Palavras e conceitos são usados conscientemente para violar a capacidade cognitiva das grandes massas da população, para confundir as mentes e, finalmente, para impor significados que contradizem a realidade” (ROMANO, 2007, p. 116).

Marshall (2017) remete a Christopher Hood (2011) ao explicar que para desviar a culpa, podem ser usadas técnicas como negação da consequência e giro positivo, transferindo assim a culpa para outro lugar, em geral abaixo na hierarquia. Podem usar argumentos que utilizem as “parcerias público/privadas, construindo jurisdições conflitantes, alegando apenas seguir regras, ou usando políticas abaixo do ideal que minimizem o risco de responsabilidade” (MARSHALL, 2017, p. 16, tradução nossa).

O autor ainda afirma que “Desorientar os outros com informações imprecisas aumenta o benefício de qualquer informação precisa possuída”(MARSHALL, 2017, p. 14, tradução nossa). A dúvida e a desorientação abrem espaço para que qualquer declaração seja rotulada de falsa ou exagerada. Filtrando a informação por sua contribuição ao lucro e ao poder, os capitalistas limitam a percepção dos problemas. “Ao criar limites artificiais, mercantilizar informações, interromper o fluxo de informações precisas, construir hierarquias, emitir informações estratégicas de aprimoramento de negócios e focar o preço, o capitalismo se torna incorporado à desinformação” (MARSHALL, 2017, p. 14, tradução nossa).

São mecanismos de desinformação por desorientação:

- a) **Fragmentação**^(a46): as informações são fragmentadas, particularizadas e descontextualizadas.

O reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade é feito através do subtexto, ou seja, aquilo que não é falado claramente, mas está implícito. As informações não são apresentadas como “uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e consequências”

(ABRAMO, 2003, p. 41). A informação é, segundo o autor, estilhaçada, fragmentada em muitos outros fatos particularizados, na maior parte desconectados entre si ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e descontextualiza. Esta prática acontece na pauta, mas principalmente na busca de informações, elaboração do texto, das imagens e sons, na edição e na sua apresentação ao público.

Depois de ter sido escolhido como fato jornalístico, “o fato é decomposto, atomizado, dividido, em particularidades, ou aspectos do fato, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público”, segundo o interesse do veículo e de seus aliados políticos e econômicos (ABRAMO, 2003, p. 42). A descontextualização é decorrente da seleção dos aspectos escolhidos. Isolados como particularidades, até os dados, informações e declarações, perdem o significado original e podem ser reconstruídos sob outra égide.

Esta estratégia não é exclusiva do jornalismo, ela está presente em inúmeras informações oficiais, oficiosas e seculares. Saber da estratégia pode auxiliar na desconfiança a respeito das informações, aprimorando a relação usuário-informação.

Segundo Serrano (2010), a fragmentação auxilia também na ocultação e apagamento de fatos. O cidadão se informa sobre os acontecimentos, mas nunca os associa. Associando o que Serrano aponta com Abramo, percebe-se a dificuldade, propiciada pelos meios de comunicação e informação, do usuário/leitor em interpretar as origens, fundamentos, contextos, funcionamentos e motivações das informações e fatos.

b) **Negação**^(a47): quando o público não tem como verificar a verdade;

Neste caso simplesmente se nega a informação conflitiva. A omissão pode evitar o uso da negação, uma vez que o fato sequer aparece. A negação pode ser do fato, das consequências ou dos envolvidos. Pode se valer do giro positivo, que nega um aspecto que não deve aparecer, transmutando a informação em positiva, em geral, transferindo a culpa para outro lugar abaixo na hierarquia. A negação normalmente é trabalhada juntamente com outras técnicas de desinformação.

c) **Inversão**^(a48): quando o público sabe, mas não tem acesso a detalhes. Troca os personagens ou os fatos de lugar;

“Opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e assim criam uma realidade artificial. Está presente no planejamento, mas é coroado na formulação da informação e na apresentação” (ABRAMO, 2003, p. 43). Abramo destrincha algumas práticas da inversão. Quando o secundário é apresentado como o principal, o particular como geral, o “acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe,

enfim, pelo essencial” (ABRAMO, 2003, p. 44). A inversão também pode acontecer na troca do conteúdo pela forma, a forma como a informação é apresentada é mais importante que o conteúdo informativo. Quando a versão dos fatos tem mais importância que o fato em si – a versão sustentada, a versão oficial, a opinião no lugar da informação.

Esse mecanismo não dá ao usuário/leitor/espectador “qualquer oportunidade que não a de consumir, introjetar e adotar como critério de ação, a opinião que lhe é autoritariamente imposta, sem que lhe sejam igualmente dados os meios de distinguir ou verificar a distinção entre informação e opinião” (ABRAMO, 2003, p. 47). Esse mecanismo “implode escalas de importância e a lógica linear de seu pleno entendimento, levando leitores e consumidores de informação a acreditarem em cenários parcialmente verdadeiros ou artificialmente construídos” (Christofoletti, 2018, p. 68).

- d) **Mistura**^(a49): uso de verdades e mentiras, não se nega o fato, mas se cria um contexto falso para justificá-lo;

Trata-se de artifício evocado por Volkoff (1999), Abramo (2003) e Serrano (2010). A mistura é essencial para a manutenção da credibilidade. Como já apontado, os meios precisam convencer de que sabem o que é importante e escolhem isso de maneira objetiva, e que não mentem. Como utiliza dados e fatos verdadeiros e verificáveis juntamente com os manipulados, a mistura embota a percepção da manipulação aderente a elas e da evidência das mentiras que carrega. É bastante eficiente e amplamente utilizada.

- e) **Modificação**^(a50): do motivo ou das circunstâncias, para ressignificar os fatos;

Essa tática acontece quando o público não tem acesso a todos os fatos e informações. As circunstâncias ou motivos são torcidos ou reconduzidos para que, na ressignificação, a versão pretendida seja aceita. Quando da necessidade do convencimento público a respeito de políticas a serem implementadas, esse tipo de desinformação é amplamente utilizado. A motivação real é escondida e motivações que podem convencer a população são utilizadas. A motivação é o controle do petróleo, mas é anunciada e encucada a ideia do risco eminente de ataque com armas químicas.

7. **Parcialidade dissimulada**^(a51): adesão ou condução a uma interpretação e visão de mundo que já vêm prontas, em geral maniqueístas, e quase nunca explicitadas.

É comum a mídia, sem assumir declaradamente uma posição, seguir uma conduta parcial. Quando tratando de problemas que mereceriam um aprofundamento crítico, por seu alinhamento com determinados poderes, tratam apenas da superficialidade deste problema.

Um caso comum é o tratamento do problema da fome. Dados são veiculados, fotos comoventes (quem não se lembra da famosa foto do urubu esperando a morte da criança?), apelos à solidariedade, ou seja, à comoção e nada ou pouquíssimo se fala das razões da fome no mundo, das desigualdades sociais, da exploração imposta aos menos favorecidos pelo dito primeiro mundo, das mazelas decorrentes no dito terceiro mundo, etc. Este silêncio da crítica é uma parcialidade não explícita.

Outra evidência da parcialidade dissimulada é a desigualdade de espaço, ênfase e tratamento dos “lados” envolvidos nas informações. Frequentemente o “lado” alinhado com os interesses do veículo ganha mais espaço, atenção ou destaque, enquanto o “lado” opositor, recebe mais crítica, vem em posição de ser “desmentido” ou confrontado pelo preferido, e os personagens ou assuntos mais radicalmente opostos sequer aparecem; quando figuram, são caricaturados. A parcialidade dissimulada se traveste, comumente, de imparcialidade na informação.

Parenti (2001, *on-line*, tradução nossa) dá um exemplo desse tipo de cobertura:

As guerras apoiadas pelos EUA na Guatemala e em El Salvador durante a década de 1980 foram frequentemente tratadas com o mesmo tipo de falso equilíbrio. Tanto aqueles que queimaram aldeias como aqueles que estavam tendo suas aldeias queimadas foram descritos como igualmente envolvidos em um derramamento de sangue controverso. Embora dando a aparência de ser objetivo e neutro, na verdade, neutraliza a questão e, então, a distorce drasticamente.

O que Parenti está evidenciando é que a imparcialidade no caso narrado é parcial, na medida que coloca algoz e vítima no mesmo patamar – envolvidos no derramamento de sangue. A aparente imparcialidade, neste caso, é parcial, injusta e desinformativa. Quando a mídia fala de previdência, fala do peso dos aposentados por consequência da maior longevidade, mas não explicita que a previdência também atende a deficientes, pessoas com doenças crônicas ou inválidas, o que comoveria a população.

Funcionários alinhados com o posicionamento editorial sequer percebem sua parcialidade ao selecionar, escrever e divulgar as notícias. De modo similar, na ciência, a parcialidade dissimulada acontece na confiança absoluta na imparcialidade e objetividade, recalçando posições pessoais, da bibliografia de referência e a influência de fomentos e financiamentos.

As técnicas de dissimulação da parcialidade mais utilizadas são:

- a) **Desproporção**^(a52): tem aspecto de imparcialidade mas confere mais tempo e empenho para o que é de interesse. Tratamento desigual das garantias democráticas, dos direitos humanos, silenciamento e apagamento daquilo que não

interessa a quem propaga ou produz a notícia/informação.

Chomsky (2014) chama a consequência dessa técnica de “percepção seletiva”. Os assuntos que interessam ou corroboram os interesses ganham destaque, os assuntos que confrontam os interesses ou revelam erros ou fragilidades do sistema são silenciados. As notícias e informações que não interessam são barradas, não se fala no assunto, ninguém fica sabendo.

- b) **Hierarquização**^(a53): definição de hierarquias preestabelecidas que mantêm e consolidam o status quo, os privilégios e opressões – como no caso de uma visão preponderantemente ocidental e da importância de certos países e seus assuntos sobre outros.

As questões do chamado “primeiro mundo” tem mais atenção do que as dos chamados países periféricos, tanto para atenuar quanto para valorizar ou dar destaque. Criticar uns e absolver outros é, também, uma consequência da hierarquização. Para a grande maioria das pessoas do ocidente existe um critério de avaliação do oriente baseado em sua crença e cultura. Da mesma maneira acontece nos países mais ricos e poderosos em relação ao “resto” do mundo.

As informações em geral estão sujeitas a estas hierarquias: ocidente/oriente; brancos/não brancos; homens/mulheres; ricos/pobres; intelectuais/massa. É por isso que, como expõe Serrano (2010, p. 32), “uma crise de fome na África ocupa a capa dos jornais e abre os noticiários de televisão e, na semana seguinte, desaparece da atualidade, como se a fome nesse país também tivesse desaparecido”. De acordo com Serrano (2010, p. 32), Txente Rekondo, do Gabinete Basco de Análise Internacional (GAIN), destaca o apagamento dos conflitos indígenas de qualquer parte do mundo.

No escopo dos textos acadêmicos/científicos, a hierarquização também aparece, como apontam Nathalia Romeiro, Andréa Doyle e Anna Brisola (2018, p. 193), em relação ao protagonismo feminino, das minorias e dos periféricos, muito menos utilizados nas bibliografias do que homens brancos dos países mais “valorizados”. Os clássicos precisam ser lidos, mas, como sugerem as autoras, que “o estudo de tais clássicos seja acompanhado de comentários ou releituras feitas por mulheres/negros/periféricos que possam aportar uma nova perspectiva à discussão primária a partir de seu ponto de vista”.

A hierarquização é um dilema da organização do conhecimento, pela exclusão que esta atividade gera em contraponto à sua necessidade, porém é inevitável. O problema desinformativo está na exclusão proposital ou na naturalização de uma hierarquia que possui motivação duvidosa.

- c) **Etiquetagem**^(a54): distribuição de etiquetas positivas ou negativas que formam, de antemão, uma imagem.

O uso arbitrário de etiquetas é mais um artifício comum. As informações carregam estereótipos e etiquetas para simplificar e distorcer o entendimento a respeito de uma realidade que não podemos presenciar. O objetivo da etiquetagem é formar e reforçar no usuário/leitor da informação, de antemão, uma determinada percepção intencionada. Quando a intencionalidade é de rotular negativamente, associa-se determinado fato ou grupo a uma palavra que causa repulsa, medo ou recusa. No Brasil, manifestantes foram sistematicamente etiquetados de vândalos nas primeiras manifestações de 2013. Já as manifestações anti Dilma eram etiquetadas como “pacíficas” e seus integrantes como “manifestantes”. A simples escolha das palavras que são agregadas e repetidas formam na cabeça de quem recebe a informação um juízo preestabelecido e intencional.

São exemplos da etiquetagem negativa “terrorista islâmico”, “guerrilhas esquerdistas”, “balbúrdia universitária”, “linha dura”, “invasores de terras”. De etiquetas positivas, “estabilidade”, “segurança”, “economia saudável”, “alavancando o progresso”. A etiqueta “reforma” é destacada por Parenti (2001) em função de seu uso invertido. Toda vez que se usa a palavra reforma é com um viés positivo. Contudo, na maioria das vezes o resultado de tal reforma é de perda, prejuízo, como no caso da “reforma da previdência”, que tem como objetivo a destruição de programas de assistência familiar e de “desfazer as reformas que foram alcançadas após décadas de luta popular” (PARENTI, 2001, *on-line*, tradução nossa).

Outro exemplo dado por Parenti (2001) de etiqueta positiva para uma ação negativa é a de “livre mercado”, que ele aponta como rótulo de estimacão americano, que evoca imagens de plenitude econômica e democracia, quando na verdade prejudica os produtores locais, fortalecendo as corporações multinacionais, destruindo os serviços públicos e criando abismos ainda maiores entre os poucos ricos e a multidão de desfavorecidos. Qualquer um que resista às “reformas de livre mercado” é rotulado como “linha dura”.

A linguagem carrega estas etiquetas, mas a informação só é de qualidade quando se preocupa em contextualizar e situar o sentido do que informa. “Sem-terra invadem fazenda” e “Sem-terra ocupam fazenda”, esses dois títulos parecem carregar a mesma informação. Porém um olhar mais cauteloso e crítico, contextualizado, traz à tona que na primeira opção há uma etiqueta que tendencia a informação a favor do fazendeiro que teve sua propriedade privada invadida; no segundo a etiqueta favorece os sem-terra, que ocupam a terra, dando a ideia de que ela estava improdutiva.

Etiquetagens são sustentadas histórica e culturalmente também. “Sexo frágil”, “homens tem mais aptidão para exatas que mulheres”, “baianos são preguiçosos”, “gays são escandalosos” e tantas outras, naturalizadas em nossa linguagem e fazer social. A etiqueta define o assunto sem ter que lidar com detalhes reais que podem levar a uma conclusão diferente da desejada.

- d) **Fontes e analistas parciais**^(a55): o uso de fontes e analistas especializados para corroborar uma informação tendenciosa.

A escolha dos analistas ou fontes carrega uma parcialidade, ainda que se coloque antagonistas na informação. Mesmo a ordem em que a informação é moldada ou encaminhada, gera uma parcialidade, o problema é a dissimulação desta parcialidade. Muitos dos analistas ou fontes, supostamente objetivos, têm ligação com corporações, governos, mercado, seja na qualidade de consultores, executivos ou membros de seus conselhos diretivos. Essa ligação, quando não é explicitada, favorece o recurso da desinformação pela parcialidade dissimulada.

A superficialidade seletiva é uma das artimanhas utilizadas por especialistas.

Os analistas da mídia frequentemente falam sobre o “quadro maior”. De fato, sua capacidade ou disposição de vincular eventos e problemas imediatos a relações sociais mais amplas é quase inexistente, nem uma análise mais ampla seria tolerada por seus chefes. Em vez disso, eles regularmente nos dão uma imagem menor, sendo esta uma maneira de diminuir o conteúdo e permanecer dentro de limites politicamente seguros. (PARENTI, 2001, *on-line*, tradução nossa)

Serrano (2010) denuncia que a média do número de fontes consultadas para a elaboração de uma informação midiática na Espanha, por ocasião da escrita de seu livro, era de 0,71 por notícia. Além disso é sabido que, em consequência da velocidade e da precarização do trabalho do jornalista nas redações, grande parte do material utilizado vem de assessorias de imprensa, cujo objetivo é promover seus clientes na mídia. Esse conteúdo das assessorias é frequentemente publicado na íntegra, sem checagem ou interferência do jornalista, o que agrava a desinformação.

- e) **Partes iguais**^(a56): praticada principalmente na última fase de uma campanha de desinformação, quando a opinião pública já está alinhada com o desinformador. Finge uma imparcialidade, mas escolhe as informações e personagens de maneira parcial.
- f) **Escamotear**^(a57): um conjunto de estratégias discursivas ou de enunciação que atenuam fatos, títulos ou textos, esvaziando parte da contundência dos fatos ou declarações.

Adota uma linguagem moderada, flexível e amenizadora que abrande ou esconde parte da realidade. Pode simplesmente amenizar um aspecto do acontecimento/assunto ou ocultar um dado importante. É aplicado no caso de relatos/notícias/informações que precisam circular, impossíveis de se impedir a circulação ou quando não podem ser simplesmente ignoradas ou ocultadas. A informação é então disponibilizada “com o cuidado de cercar os sentidos, deliberadamente esquecendo dados, personagens ou outros detalhes mais sensíveis ou inconvenientes, mas que também são minimamente importantes para a compreensão daquele relato” (Christofoletti, 2018, p. 70).

Christofoletti (2018, p. 72) oferece alguns exemplos deste artifício. A manchete da notícia trazia: “Homem atropela 3 em Florianópolis e foge sem prestar socorro”. O ocorrido causou comoção e indignação na capital catarinense, por se tratar do herdeiro do grupo RBS, então maior conglomerado de comunicação do estado. “Doria anuncia que devolverá área pública que invadiu em Campos do Jordão”. A forma como a manchete foi composta sugere a boa vontade do político, mas a devolução do terreno só foi feita por execução de determinação judicial.

O padrão de escamotear pode surgir em vários veículos do mesmo jeito, como se fosse um acordo. O não aparecimento de um determinado partido envolvido em um evento que envolve vários partidos ou o foco em um único partido também configuram o escamotear.

Acredito que conhecer os mecanismos e técnicas da desinformação auxilia no desenvolvimento da CCI e na resistência às manipulações e direcionamentos. Como denuncia Parenti (2001, *on-line*, tradução nossa):

Muitas coisas são relatadas nas notícias, mas poucas são explicadas. Pouco se fala sobre como a ordem social é organizada e para que fins. Em vez disso, somos deixados a ver o mundo como os principais especialistas, como uma dispersão de eventos e personalidades impulsionadas por acontecimentos, circunstâncias, intenções confusas, operações confusas e ambição individual – raramente por poderosos interesses de classe. A voz passiva e o sujeito impessoal são construções retóricas essenciais para esse modo de evasão. Assim, lemos ou ouvimos que “os combates irromperam na região” ou “muitas pessoas foram mortas nos distúrbios” ou “a fome está aumentando”. As recessões aparentemente acontecem como um fenômeno natural (“nossa economia está em baixa”), tendo pouco a ver com a constante guerra do capital contra o trabalho e as contradições entre poder produtivo e poder aquisitivo.

Em consequência, num sistema retroalimentado e constante, o desenvolvimento da CCI promove um olhar e pensamentos mais críticos, auxiliando na consciência desta realidade informativa e na seleção da informação.

Abaixo, uma ilustração usada por Volkoff em seu livro de como um fato pode ser transformado pela desinformação. Certamente será possível, após as descrições dos

mecanismos feitas acima, reconhecer rapidamente muitos deles. O exercício é válido para provar a ideia de que conhecer os mecanismos ajuda a reconhecê-los e a desenvolver a CCI.

O fato inicial era “o cachorro comeu o assado”. A tarefa era exonerar o cachorro da culpa fornecendo desinformação sobre o tema:

- De acordo, foi o cachorro, mas outro dia foi o gato.
 - Era apenas um pedaço de carne velha e queimada esquecida na geladeira.
 - O bife foi colocado no prato do cachorro, que só fez dar uma lambida, ainda mais, porque ele não comia há três dias.
 - Ele não comeu, ele o deu para a namorada.
 - Ele é um pastor alemão de cinco anos que no ano passado salvou seu mestre de se afogar. Ele cuida da casa, leva o jornal na boca, late e come muito.
 - O prato do assado era de faiança azul. Era um corte de dois quilos. O cachorro estava dentro de casa por causa da chuva. Foi a vizinha que o deixou comer o assado.
 - Cachorros são infelizes em apartamentos, porque os bancos não emprestam dinheiro a juros baixos para construir canis individuais.
 - O macarrão do Untel com água quente, permite evitar esse tipo de problema.
 - É lamentável, mestres que deixam seu cachorro morrer de fome.
 - O garotinho falou que um cachorro vadio roubou o bife.
 - Teve uma reportagem na televisão que explicou que o cachorro não é responsável quando não recebeu uma educação adequada.
 - Atenção! Já foi dito que ele mordeu alguém, treze semanas atrás, quando na verdade tinha sido outro cachorro. Você estava lá quando o bife desapareceu? Não? Então ache o assado primeiro, antes de acusar este pobre cão, vítima de tantas calúnias.
 - O cachorro morreu. O bife estava envenenado.
- (VOLKOFF, 1999, p. 108, tradução nossa)

Em outro exemplo, desta vez envolvendo um dicionário de sinônimos, Volkoff (1999, p. 113 - 114) demonstra como, mesmo dicionários que, a priori, se propõem como “uma coleção de informações linguísticas da forma mais objetiva possível”, também carregam etiquetas e hierarquias que podem ser desinformativas. Ele usa exemplos do *Dictionnaire des synonymes* publicado por Larousse em 1977. As palavras vêm acompanhadas de exemplos de uso em frases originais, criadas pelos autores. Para espanto de Volkoff, as frases carregavam sentido político mesmo em exemplos de palavras neutras, como que para “infiltrar uma certa atitude política na mente do leitor”.

De acordo com o paradigma liberal, a mídia nunca pergunta por que as coisas acontecem do jeito que acontecem. Os problemas sociais raramente são associados às forças político-econômicas que os criam. Então, somos ensinados a truncar nosso próprio pensamento crítico (PARENTI, 2001, *on-line*, tradução nossa).

Esse é o mecanismo que propicia o cenário atual de desinformação e que também indica a importância premente da Competência Crítica em Informação, uma vez que o afastamento da consciência dos problemas sociais^(a58) também afasta a cidadania e as possibilidades de mudança social.

Parenti (2001) segue o artigo evocando alguns questionamentos que seriam feitos sobre os modos de vida e a informação sob a perspectiva crítica a respeito: das condições de trabalho exploradoras de tantos países respaldadas pelo poder e pelas forças coercivas; do apoio dos EUA às forças militares de direita; do envolvimento dos EUA em conflitos por todo o mundo; das ações mundiais que são executadas para tornar o mundo um lugar seguro para o capitalismo corporativo e o livre mercado; de quais países são ajudados e quais são atacados.

Certamente estas análises não seriam publicadas na mídia corporativa e hegemônica. Muitas linhas seriam cruzadas. Assim, se um analista tentar explicar uma situação particular relacionada às condições de trabalho, trazendo questões como divisão de classes e poder da classe corporativa, essa análise, normalmente, é rejeitada como “marxista”, o que de fato é. Mas mesmo que não fosse alicerçada nos princípios marxistas ou Marx sequer tivesse escrito uma única linha, esse tipo de análise crítica da informação e da realidade é, e sempre será, subversiva e perseguida por aqueles que exercem o poder opressor.

3.2 OS FRUTOS: *FAKE NEWS*, BOATOS, *FIREHOSING*, TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO, *DEEPPFAKE*

Desinformação, com todos seus mecanismos, somada às características do nosso tempo (sociedade da informação/desinformação), ao costume enraizado da propaganda política e aos interesses hegemônicos, encontrando no meio digital espaço aberto para interferências mascaradas e, até certo ponto, sem muito rastreamento, geraram uma prole profícua – *fake news*, *firehosing*, boatos, e a caçula até este momento, *deepfake*. Alguns destes fenômenos são antigos e foram apenas potencializados pelas TIC e redes sociais digitais – boatos, *fake news*, teorias da conspiração. Outros dependem das novas tecnologias para existir – *firehosing* e *deepfake*.

Assim, emprestamos a defesa da importância do estudo do fenômeno da pós-verdade pela Ciência da Informação, feita por Araújo, para destacar, também, a importância dos estudos de desinformação e das consequências e causas informacionais da Sociedade da Desinformação. Consequente à falta de aderência com a verdade ou à “crise” da verdade, é preciso estudar estes fenômenos “como uma nova dinâmica a partir da qual a informação é produzida, circula e é consumida, numa dinâmica na qual atuam os sistemas de informação, as tecnologias digitais, os sujeitos e, permeando tudo isso, a cultura do desdém e do desprezo pela verdade” (ARAÚJO, 2019, p. 14).

Uma das definições de *fake news* mais condensadas que conseguimos propor e que

mais concentra o significado foi baseada em Allcott e Gentzkow (2017, p. 213). *Fake News* são artigos ou informações com características de notícias intencionalmente e verificadamente falsos, que podem enganar os leitores. São notícias fabricadas, com características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade. Elas possuem características bem específicas de produção, formatação e intenção.

É importante a distinção entre *fake news* e:

- Erros de comunicação não intencionais: erros humanos não intencionais podem fazer parte de qualquer informação e comunicação humana, não configurando *fake news*, justamente pela não intencionalidade.
- Boatos e rumores: que não possuem origem em uma determinada notícia ou informação, nem uma intenção específica de influência política, econômica, social etc. são fenômenos antigos, que podem ser criados de má-fé ou não, mas não possuem origem ou formato noticioso e por isso não se configuram como *fake news*. Contudo são um problema real que acompanha as *fake news*, gerando consequências por vezes graves e por isso não podem ser negligenciados.
- Teorias da conspiração: são teorias que não são facilmente verificáveis ou desmentidas. Normalmente se originam em pessoas que acreditam em sua veracidade e são baseadas em pontas soltas de fatos reais ou de crenças enraizadas contextualizadas ou descontextualizadas. Como exemplo temos diversas teorias da conspiração que envolvem o incidente das Torres Gêmeas, muitas aceitas até mesmo por especialistas e costuradas em documentários. Rotular alguma teoria de conspiratória também pode ser uma maneira de desqualificá-la, sem maiores elucidções, ainda que se trate de uma boa explicação, bem embasada em fatos, ainda que nem sempre óbvios. Conspirações existem. A questão está em distinguir o que é realista do que é fantasioso, na totalidade do argumento ou em algumas de suas partes.
- Sátiras: também não devem ser interpretadas como *fake news*, nem fatos. A ideia em torno desse tipo de humor é o cinismo, a exacerbação do absurdo. É o caso do jornal Sensacionalista, que, no início, chegou a ser confundido com um jornal factual, mas contém em seu próprio enunciado “Sensacionalista: um jornal isento de verdade”.
- Declarações e promessas falsas de políticos: não podem ser tachadas de *fake news*, infelizmente, por fazerem parte do jogo, contanto que não estejam propagando ou corroborando as *fake news* circulantes. Contudo, como já comentado, as *fake news* têm sido utilizadas comprovadamente com fins políticos, como no caso Brexit, eleição do

Trump, eleições brasileiras de 2018, entre outras.

- Relatórios que são inclinados ou enganosos: podem ser tachados de desinformação, porém não são *fake news*.

No Brasil, o assunto *fake news* fomentou a proposição de diversos Projetos de Lei apresentados ao Congresso Nacional descritos no PARECER Nº 0/2018 – CCS, do Congresso Nacional/Conselho de Comunicação Social – CCS (BRASIL, 2018). Muitas destas propostas têm como objetivo a tipificação criminal dos atos de criação, divulgação, compartilhamento, publicação ou transmissão de informações falsas pela rede. Em contraponto, a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom) enviou ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional documento ponderando que “a nossa democracia precisa, sim, se debruçar sobre este fenômeno sem, entretanto, incorrer em medidas que cerceiem a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários da Internet no Brasil” (BRASIL, 2018).

Além dos problemas de liberdade de expressão e privacidade, criminalizar o compartilhamento de *fake news* pune o manipulado e não o manipulador. Como discernir entre quem apenas compartilhou e alguém que compartilhou com má intenção ou contratado para isso? Apenas com muita investigação. Fazendas de cliques, *trolls*, operadores de contas falsas, gabinetes de ódio e desinformação industrializada, são a parte operacional organizada das distopias informacionais. Mas ainda sabendo de todo este esquema e encontrando seus redutos, quem os contrata e/ou financia? A criminalização deste fenômeno requer ações muito mais acuradas do que tem sido propostas.

As consequências políticas das *fake news* acenderam um alerta no mundo. O assunto começou a ser amplamente estudado e comentado, inclusive dentro e através grupos midiáticos. Além de discutir o tema, pesquisadores buscam soluções técnicas para o combate às *fake news*. É o caso do estudo de Sneha Singhanian, Nigel Fernandez e Shrishia Rao (2017), que propõe um detector automatizado de *fake news*, rápido e preciso, que emprega *deep learning* através de uma rede de atenção hierárquica em três níveis (*three level hierarchical attention network*) – 3HAN. Através de experimentos em um grande conjunto de dados do mundo real, os autores observaram a eficácia do 3HAN com uma precisão de 96,77%.

Os pesquisadores Natali Ruchansky, Sungyong Seo, Yan Liu (2017), também propõem um modelo híbrido, que combina o que eles especificaram como as três características de detecção das *fake news* – o texto, a resposta do usuário que a recebem e os usuários origem que a promovem. Os pesquisadores incorporaram o comportamento do texto e dos usuários. O modelo proposto CSI é composto de três módulos: Capture (baseado na

resposta do texto utilizando uma Rede Neural Recorrente para capturar o padrão temporal da atividade do usuário em um determinado artigo), Score (aprende a característica de origem com base no comportamento dos usuários), and Integrate (o módulo que integra os dois primeiros para classificar se a notícia é *fake* ou não). Os autores afirmam que a análise experimental em dados do mundo real demonstra que o CSI atinge maior precisão do que os modelos existentes e extrai representações latentes significativas de usuários e artigos.

Shu, K, Wang S, Liu H (2017), buscando o mesmo tipo de solução, exploram uma relação também tríplice para detecção de *fake news*. Para eles a maioria dos algoritmos de detecção existentes se concentram em encontrar pistas do conteúdo das notícias, o que não é eficaz, uma vez que estes conteúdos são feitos para enganar os usuários. Eles então propõem um olhar para o contexto social do processo de disseminação das notícias baseado na tríplice relação entre editores, notícias e usuários. Por exemplo, os editores tendenciosos partidários são mais propensos a publicar notícias falsas, e usuários com baixa credibilidade têm maior probabilidade de compartilhar notícias falsas. Assim os pesquisadores propõe um framework de incorporação tri-relacionamento TriFN, que modela relações editor-notícias e interações usuário-notícias simultaneamente para a classificação de notícias falsas. Realizando experimentos em dois conjuntos de dados do mundo real, demonstram que a abordagem proposta supera significativamente outros métodos de referência para detecção de notícias falsas.

As *fake news* alimentaram na mídia a bandeira de uma cruzada pela verdade, empunhada ostensivamente pelas grandes corporações midiáticas, que se unem em grupos de *fact checking*. Pilar Carrera (2018) põe em cheque essa busca pela verdade promovida por grandes corporações, como parte de uma simulação para recobrar a credibilidade. Este simulacro transcende o campo da comunicação e “permite, entre outras coisas, segregar dois grandes campos discursivos através de um procedimento em que da mesma lógica de poder – e também diríamos dos mesmos atores – emerge, ao mesmo tempo, a doença e sua cura: a pós-verdade e seu suposto antídoto” (CARRERA, 2018, p. 1470).

Ao considerar as *fake news* e até mesmo a desinformação como algo falso/mentira que a grande mídia rejeita, é declarada a inocência de todo o sistema de comunicação que não é “marginal”. As consequências são óbvias e Carrera (2018, p. 1471) elenca três delas:

1. Desvio de atenção: a atenção é desviada da lógica do próprio sistema de comunicação e dos vínculos estruturais da verdade, para focar nos “redutos” de produtores de mentiras. Enquanto isso reforçam a ideia de que os meios de comunicação formais são espaços de transparência discursiva e de reflexo da realidade. Suprimindo de suas

práticas a desconfiança e seguindo assim com a porta aberta para a desinformação. Uma atitude profundamente demagógica que recupera velhos dogmas

em torno do tema da representação como uma duplicata do mundo, sem questionar o que está supostamente ‘Duplicado’ é o resultado de uma conjuntura e poder históricos específicos, não um fato ‘objetivo’ ou natural localizado além do histórico” (CARRERA, 2018, 1471).

2. A internet é a culpada: Quando o discurso é sobre a pós-verdade, vinculando este às formas de mediação, o foco pousa sobre a Internet e as redes sociais, sugerindo que estes são os espaços preferidos para a mentira e deturpação, novamente isentando os meios de comunicação tradicionais, como se fossem espaços de mediação livres de interesses e manipulação.
3. O emissor sincero: vende a ideia de que o importante é focar em um emissor de confiança e fidedigno (a própria mídia) e não na capacidade crítica do receptor para decodificar discursos inevitavelmente atravessados por interesses políticos, econômicos e demais vieses.

De fato, não se pode alimentar estas consequências e ideias, eximindo a mídia de suas ações desinformativas, apoiando a caça às *fake news*. Quem produz desinformação não devia ter autoridade para decidir o que é falso ou verdadeiro. É extremamente suspeito que sites de *fact checking* sejam associações entre empresas como: Globo, CBN, UOL, Band, Folha de São Paulo, SBT, Facebook, Google, e outras grandes corporações. O combate às *fake news* pode ser alimentado por interesses de manutenção da hegemonia e monopólio dos meios de comunicação. Por outro lado é preciso estimular e apoiar o bom jornalismo comprometido com a maior imparcialidade possível e o sério apuramento dos fatos. Existem iniciativas de *fact checking* de perspectiva crítica e ativista, como o da Agência Pública – O Truco e da Escola de Jornalismo da Énois (SP) e do Laboratório Data_labe (RJ) na favela da Maré – ChecaZap, entre outras.

A solução mais ética seria desenvolver mecanismos regulatórios, como Ramonet (2003) sugere, para uma ecologia da informação, argumentando que, assim como o meio ambiente, a informação também está contaminada e é preciso descontaminá-la das mentiras e da ideologia atreladas a ela. As informações e as ideias não podem ser naturalizadas. “Todas as ideias podem ser defendidas, anunciadas, porém como ideias e não como uma coisa natural”; “é preciso igualmente descontaminar de publicidade, do ponto de vista ideológico, o meio que nos cerca” (RAMONET, 2003, p. 252). Desta maneira não seria alimentada uma caça às *fake news* interessada e direcionada e sim um fazer informativo responsável e

sustentável, que combata as distopias informativas e não use rótulos para disfarçar umas em detrimento de outras.

Falsehood ou *Firehose* é a tática que faz analogia com *firehose*, que significa “mangueira de incêndio”. A ideia é a inundação proposital, tal qual a tática de desinformação, mas a inundação é feita exclusivamente através de *fake news*, aí está a diferença entre as duas táticas.

Temos ainda o aparecimento das *deepfakes* (Figura 4), que se aproveitando do caminho aberto pelas *fake news*, desafiam ainda mais nosso sentido de verdade e de realidade. Com ajuda de programas avançados de animação e inteligência artificial, são executados vídeos e áudios manipulados, capazes de ludibriar quem assiste. Podem ser tão aproximados do real que o indivíduo tem dificuldade de distinguir como algo produzido artificialmente.

O termo apareceu em 2017, quando um usuário do Reddit¹³ de nome *deep face* começou a postar vídeos falsos de sexo com famosas. Utilizando softwares de *deep learning*¹⁴, rostos de atrizes famosas eram aplicados em clipes já existentes. O grande problema é a facilidade com que isso pode ser feito e a qualidade cada vez melhor. Em uma busca rápida no Google, vários tutoriais são oferecidos¹⁵. O processo pode ser feito baseado em bibliotecas de código aberto, voltados para *deep learning*, alguns utilizam linguagem Python.

O programador oferece fotos e vídeos da pessoa que quer usar na edição e esses dados são processados automaticamente por uma rede neural. Assim o computador aprende como é determinado rosto, como se move, como reage à luz ou à sombra. Quando o computador encontra pontos em comum entre um rosto e outro, faz a sobreposição, criando a ilusão. Vários programas se agregam na construção dos vídeos, como programas que modulam a voz a partir de amostras, que articulam a fala com sincronização do movimento labial.

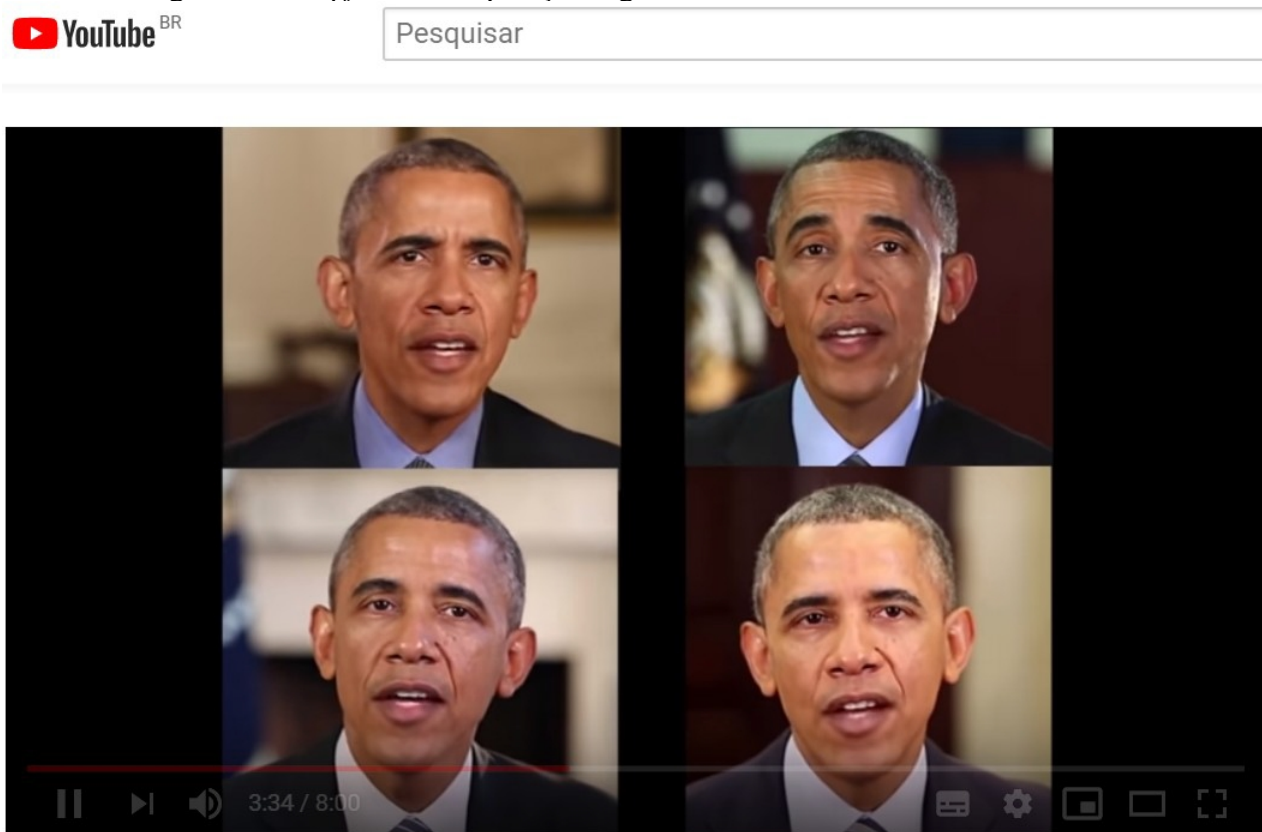
13 Reddit é uma rede social semelhante a um fórum com divisões por categorias ou área de interesse. Os usuários fazem suas postagens e, de acordo com a quantidade de votos de aprovação que recebem, mantém suas postagens no topo. As postagens são abertas a discussão e as respostas também podem receber aprovação ou desaprovação além de comentários.

14 O *Machine Learning* (ML) é o aprendizado de máquina ou aprendizado automático. Suas técnicas se baseiam na criação de algoritmos capazes de aprender, prever ou generalizar uma representação compacta de dados desconhecidos a partir de um conjunto de dados conhecidos. A “rede neural profunda”, por sua vez, acelera as máquinas de aprendizado englobando análise de vídeo, reconhecimento de objetos, assistência na entrega de dados, inteligência artificial e as realidades aumentada e virtual. A interação é essencial neste processo de aprendizagem da máquina. Na mesma linha está o *Deep Learning* ou aprendizagem profunda, que é uma subcategoria de *Machine Learning*, com uso de redes neurais, para aprimorar processos como reconhecimento de fala, visão e processamento de linguagem natural.

15 Exemplos de tutoriais disponíveis em: <https://www.alanzucconi.com/2018/03/14/a-practical-tutorial-for-fakeapp/>; <https://www.alanzucconi.com/2018/03/14/introduction-to-deepfakes/> e <https://www.limontec.com/2018/02/deepfakes-criando-videos-porn-falsos.html>. Acesso em jun. 2019.

Recentemente, versões mais simples, viralizaram nas redes sociais. E exemplos mais elaborados com os presidentes Obama e Trump foram usados para mostrar a eficiência da técnica¹⁶ e causam preocupação. Os resultados do vídeo do presidente Obama (Figura 4) é impressionante e assustador, demonstrando quantas manipulações são possíveis.

Figura 4 – *Deepfake*. Manipulação digital animada do Presidente Obama



Synthesizing Obama: Learning Lip Sync from Audio

1.036.185 visualizações

3,1 MIL

131

COMPARTILHAR

SALVAR

...

Fonte: YouTube – Supasorn Suwajanakorn Publicado em 11 de jul de 2017

Até que ponto será possível manipular as informações em textos, imagens e vídeos? Como será possível a distinção entre verdades e não verdades ante a enxurrada de informações que recebemos, a velocidade da vida que nos atravessa e as técnicas de manipulação cada vez mais precisas?

16 Exemplos de vídeos manipulados com essas técnicas : <https://www.youtube.com/watch?v=9Yq67CjDqvw> e <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/o-que-e-deepfake-inteligencia-artificial-e-usada-para-fazer-videos-falsos.ghml>. Acesso em jun. 2019.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: RAÍZES, EPISTEMOLOGIA E CONFLUÊNCIAS COM A CCI

Nos próximos capítulos são exploradas a Coinfo e a CCI como possibilidades para a formação de uma resistência a estas distopias informacionais e à desinformação. Para isso são conceituadas epistemologicamente Coinfo e CCI, apontando como suas raízes históricas influenciaram seus estudos e estruturação e são apresentados mapas conceituais de cada uma.

A cronologia de evolução da Competência em Informação bem como sua conceituação estão contemplados em diversos estudos e publicações brasileiras e internacionais (ACRL, 2000 e 2015, VITORINO, PIANTOLA, 2009; ELMBORG, 2012; DOWNEY, 2016; DUDZIAK, 2016; BRISOLA, 2016). Por esta razão faremos um sucinto resumo do primeiro ponto, atendo-nos prioritariamente aos conceitos e características da Competência em Informação.

4.1 INFORMATION LITERACY/COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO – ENTENDENDO AS RAÍZES HISTÓRICAS

Elmborg (2012, p. 80) localiza a primeira aparição do termo, *information literacy*, na década de 1970. Zurkowski (1974) é um dos primeiros a conceituar *information literates*. A ideia era conferir cientificidade aos processos de busca, recuperação e uso da informação. Dudziak (2016) pontua o caminho que levou à cunhagem do termo e sua consolidação entre as décadas de 1920 e 1980.

Nos anos 1920, após a Primeira Guerra Mundial e a grande depressão, agências federais dos EUA passaram a estimular a coleta de informações estatísticas por parte dos cidadãos, empresas e indústria, estabelecendo, através de estudos e pesquisas, parâmetros de atendimento às necessidades do público. As bibliotecas se fortaleceram como espaços de apoio aos esforços de guerra entre os anos 1940 e 1950. Na década de 1960 as pessoas em geral não tinham interesse ou qualificação para pesquisar, organizar e utilizar informações de forma eficiente e eficaz. Mas em 1966 foi criada a Lei Federal norte-americana de acesso à informação por meio do *Freedom of Information Act* (que não era universal, por não conceder acesso transparente e aberto de qualquer informação. Por exemplo, os cidadãos não tinham acesso a inúmeras informações governamentais e outros países também não) e a Comissão Nacional Consultiva de Bibliotecas.

Em 1974 Zurkowski redige o relatório *The information service environment*

relationships and priorities, cunhando o termo *information literacy*, considerando *information literates*, pessoas que “aprendem técnicas e habilidades para usar a ampla gama de ferramentas de informação” (ZURKOWSKI, 1974, p. 6, tradução nossa) bem como fontes primárias que subsidiariam a tomada de decisão e solução de problemas. Assim, Zurkowski imprimia uma função muito mais pragmática que social, seguindo a finalidade de aumentar a eficácia¹⁷ e a eficiência¹⁸ no trato da informação e abrindo as portas para os produtos informativos.

Em entrevista concedida a Jeff Kelly (2013), publicada no *Journal of Information Literacy*, o próprio Paul G. Zurkowski relata que as companhias da indústria da informação perceberam que uma vez que as informações pudessem ser transcritas em formatos “lidos” por máquinas, elas poderiam ser entregues por qualquer meio que os clientes desejassem. Em cinco anos e com um aumento de 12 para 200 empresas associadas, em 1974, a *Information Industry Association*¹⁹ percebeu que seria necessário um treinamento para que a população aproveitasse ao máximo os novos serviços. Então ele, Zurkowski, como bom lobista dessa indústria, escreveu à Comissão pedindo treinamento universal em *Information Literacy*; em seguida pede treinamento apenas para o ensino fundamental, algo que julgava mais viável (KELLY, 2013, p. 164). A competência em informação seria alcançada por meio do desenvolvimento de habilidades e técnicas de uso eficaz e eficiente de tecnologias, ferramentas e recursos de informação. O objetivo primordial era maximizar a produtividade e o consumo. Esta característica voltada ao produtivismo vai se refletir por muitos anos na Competência em Informação.

Ainda no início, Zurkowski já estava preocupado com o excesso de informação, sabia que a percepção do usuário é definitiva na busca e uso da informação, atentando também à ideia de que esse acesso à informação reforça ou altera a percepção da realidade e do agir do sujeito. Logo no primeiro parágrafo do texto o autor afirmava que:

informação não é conhecimento; são conceitos ou ideias que entram em um campo pessoal de percepção, são avaliados e assimilados reforçando ou alterando o conceito de realidade do indivíduo e/ou sua capacidade de agir. Como a beleza está nos olhos de quem vê, as informações estão na mente do usuário. (ZURKOWSKI, 1974, p. 01, tradução nossa)

- 17 Segundo Barnard (1938, p. 55) eficácia é a satisfação dos fins do sistema. Segundo Antico e Jannuzzi (2006) cumprimento dos objetivos. No dicionário popular: fazer as coisas certas; resolução total de uma situação.
- 18 Segundo Barnard (1938, p. 55) eficiência é a satisfação das necessidades dos membros. Segundo Antico e Jannuzzi (2006) se trata do nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los. No dicionário popular: fazer certo as coisas; agir com perfeição na realização de um determinado trabalho.
- 19 Associação, criada em 1968 para atender às necessidades de fornecedores de informação, congregava editoras como Encyclopaedia Britannica, John Wiley & Sons, McGraw-Hill, New York Times, RCA, Xerox, entre outras empresas.

Para ele, explicitamente, o excesso de informação é uma condição universal que compromete a capacidade de avaliação. O desenvolvimento da competência em informação era a resposta. Por outro lado podemos questionar se: controlando a formação desta competência também não se controla a percepção de mundo? Estariam pensando no controle ao focar nos aspectos tecnicistas e na apropriação da informação como produto, capital? Afinal, “as informações estão na mente do usuário”.

Segundo Bezerra, Schneider e Saldanha (2019, p. 8) a fundação da Coinfo está atrelada aos pêndulos políticos liberalismo humanista e neoliberalismo mecanicista, que se sobrepõe e estão subsumidos ao modelo capitalista ocidental anglo-americano. De acordo com os autores “a historicidade da prática biblioteconômica do ‘serviço de referência’ em relação às ‘obras de referência’ e aos ‘sistemas bibliográficos’ [...] torna-se a base do que futuramente abordar-se-á como ‘competência’” pela *American Library Association* (ALA). Com o advento das TIC, há um distanciamento entre os sujeitos “competentes” (que sabem manipular as novas infotécnicas) e os “incompetentes” (que não sabem).

Os autores citam Marilena Chauí (2003) que denomina esse fenômeno de “ideologia da competência”, que “oculta a divisão social de classes ao afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas)” (BEZERRA, SCHNEIDER; SALDANHA, 2019, p. 15). Essa ideologia apela para a meritocracia, imputando ao indivíduo e somente a ele o fracasso, por não ter se esforçado a aprender a aprender e/ou a ser competente. Os autores fazem uma reflexão sobre como a Competência em Informação foi forjada atrelada a essa influência liberal capitalista e como é necessária a crítica para ressignificar e libertar a Coinfo e o indivíduo dessa opressão.

Voltando aos aspectos históricos, nos anos 1980 o conceito de Competência em informação extrapolava a questão do conhecimento relacionado ao uso de computadores e à informática. Bibliotecários já trabalhavam com o conceito de competência em informação com foco no desenvolvimento do usuário de informação. Em 1983 surgiam termos como “sociedade de aprendizagem” e “era da informação” e Competência em Informação começa a substituir termos como “educação em biblioteca” e a “instrução bibliográfica”.

Nos anos 1990 Patrícia Senn Breivik e Gee Gordon apresentam o trabalho “*Libraries and Learning*”, onde argumentam que o aprendizado de qualidade deveria basear-se em recursos (*resource based learning*) e que, portanto, estaria centralizado no educando, incluindo o aprendizado de habilidades relacionadas ao acesso e avaliação crítica de informações pertinentes à resolução de problemas. Os autores destacavam a importância de

desenvolver a competência em informação para alcançar o aprendizado ao longo da vida e a atuação cidadã. Ainda assim, os anos 1990 foram marcados pelo conservadorismo, o que conduziu as pesquisas a questões mais ligadas aos preceitos do liberalismo econômico (DUDZIAK, 2003) e, novamente, aos trilhos da produtividade, eficácia e eficiência. Nas palavras de Vitorino e Piantola (2019, p. 48) “o uso da noção de competência começou a aparecer quando as empresas tiveram necessidade de reconhecer as habilidades das pessoas independentemente do posto de trabalho que elas ocupam”.

Dudziak (2003) narra que a Coinfo acontece quando a informação e as práticas que a enredam ganham destaque e estar bem informado é a tônica na Sociedade da Informação. O efeito rebote é um processo diametralmente oposto, ligado a barreiras de acesso, mas também de uso. Estas barreiras foram e são fruto de uma “ampla e por vezes caótica disponibilização de informações [...] número ilimitado de fontes e desconhecimento de certos mecanismos de filtragem, organização e mesmo apropriação da informação” (DUDZIAK, 2003, p. 23).

Desde sua fundação a competência em informação foi influenciada pelo caráter tecnicista e da produtividade forjado em suas raízes. Os anos 2000 destacam-se pelas críticas a este modelo tecnicista, propondo a *Critical Information Literacy*. Com estas críticas alguns pesquisadores e documentos oficiais tentam conferir um caráter mais crítico à Coinfo, mas a CCI (CIL em inglês) continua como uma área de pesquisa e aplicação diferenciada da Coinfo por seu aporte, bases e aplicações mais voltadas para a Teoria Crítica e a Pedagogia Crítica. Os alicerces da CCI a conduzem a um lugar diferente da Coinfo, contudo não antagonico e sim complementar.

Nesta mesma época a Coinfo desembarca no Brasil.

A tradução de *information literacy* para o português brasileiro como competência em informação, sugere uma aderência com a gestão do conhecimento, que por sua vez está aproximada à administração, retomando, em certa medida a questão da eficácia, eficiência e o tecnicismo, apoiado nos métodos ensináveis e avaliáveis de busca, uso etc. da biblioteconomia. A gestão do conhecimento nasce da ideia de otimização dos usuários como processadores de informação e da captura do conhecimento tácito dos funcionários para constituir o capital de uma empresa. “As propostas de conversão de conhecimentos tácitos em explícitos desenvolvidas nessa abordagem acabaram por reproduzir a tendência mecanicista do paradigma cognitivo iniciado em fins da década de 1970” (ARAÚJO, 2013, p. 19).

Carlos Alberto Ávila Araújo (2013) explica a evolução da CI descrevendo suas origens e fases. “O campo da Ciência da Informação, desde sua origem, encontra-se marcado por uma forte natureza operacional, tendendo a se preocupar com a otimização de produtos e

processos e pouco se detendo na reflexão crítica” (ARAÚJO, 2013, p. 10). Contudo, apesar de um caráter inicial eminentemente prático e custodial, a área possui uma ambição pedagógica e divide-se entre vertentes tecnicista e humanista, que perduram. É nesta vertente humanista e pedagógica que os estudos críticos tiveram mais influência, principiando na década de 1970, em aproximação com a área de Comunicação, sobretudo, na América Latina, com a chamada Teoria do Imperialismo Cultural, que tem Matellart como autor de destaque (ARAÚJO, 2013, p. 20).

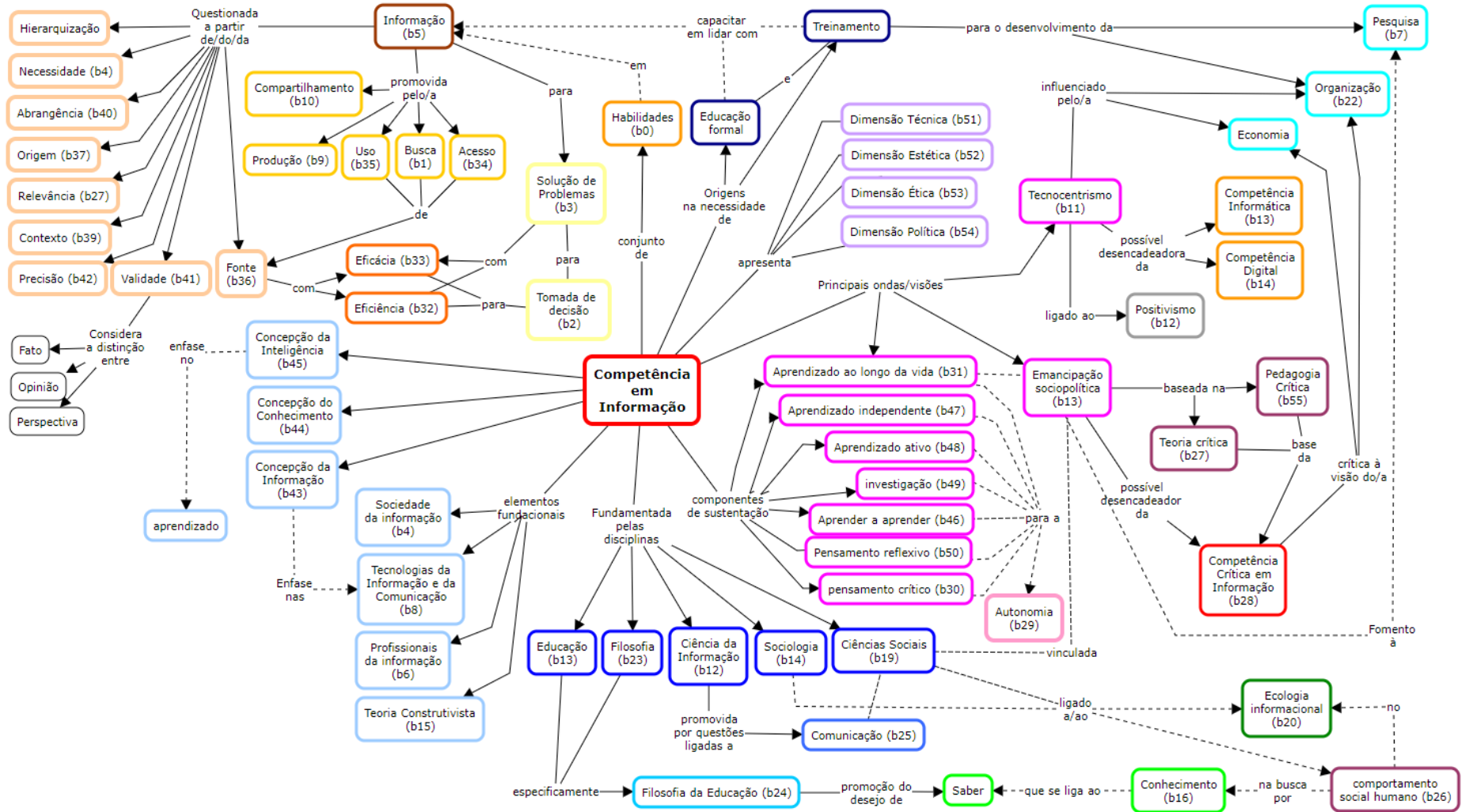
4.2 CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA COINFO

Este subcapítulo tem como objetivo compreender os elementos e conceitos essenciais que constroem a Competência em Informação, com ênfase na perspectiva brasileira, reconhecendo a influência da internacional. Para isso lança mão do mapa conceitual elaborado por Brisola, Braga e Ramos Junior (em fase de pré-publicação) (Figura 5), que esboça e condensa os conceitos utilizados por diversos autores referência.

Apresentaremos os conceitos utilizados no mapa (numerados no mapa e no texto) alicerçados no arcabouço teórico da área, propondo assim, uma compreensão didática da Coinfo que facilitará posteriormente a compreensão da Competência Crítica em Informação, recorrendo adiante às congruências e complementaridades, fomentando a ideia de que ao unirmos ambas em didáticas entrelaçadas e/ou complementares aumentamos a capacidade de resistência do cidadão à Sociedade da Desinformação.

O mapa parte da centralidade da Coinfo buscando articular suas características primordiais. Desta maneira temos, na esquerda superior, Coinfo como um conjunto de habilidades em informação, que são promovidas por ações, questionando a informação com eficácia e eficiência, para solução de problemas e tomada de decisão. Na esquerda inferior e abaixo, estão seus elementos fundacionais, concepções e disciplinas basais. Destaca suas principais ondas e seus componentes de sustentação em rosa, articuladas com suas influências, propósitos e críticas.

Figura 5 – Mapa Conceitual da Coinfo



Fonte: Brisola; Sampaio; Ramos Junior (em fase de pré-publicação)

São características da Coinfo certas técnicas e habilidades^(b0) delineadas ao longo dos estudos e dos anos. Habilidades técnicas para o uso das ferramentas de informação, de busca^(b1) de fontes primárias que subsidiarão tomada de decisão^(b2) e solução de problemas^(b3) (DUDZIAK, 2006, DE LUCCA; PINTO; VITORINO, 2019, GASQUE, 2013). Como já apresentado, a gênese da Coinfo está intimamente ligada às interações dos indivíduos no âmbito corporativo, industrial e institucional. Como apontam Elizete Vitorino e Daniela Piantola,

a competência é o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne o trabalho, a qual supõe conhecimentos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 132)

Para a ALA, referência mundial sobre o assunto, competência em informação trata de um conjunto de aptidões requeridas para o reconhecimento das necessidades^(b4) de informação e habilidades para localização, avaliação e uso eficientes destas informações necessárias (ALA, 2000).

Djuli Machado De Lucca e Elizete Vieira Vitorino (2020) afirmam que a gênese da Coinfo está ancorada no paradigma cognitivo da CI, contudo reconhecem abordagens e influências distintas como a perspectiva estatística, quantitativa, que denotam aspectos do positivismo e funcionalismo, e a presença e influência dos conceitos de eficácia, necessidade e tomada de decisão. As autoras atribuem a estas influências a escolha do termo competência em detrimento de letramento, influenciada também pela ideia de aprendizado ao longo da vida e da competência voltada ao mercado de trabalho. Os dois aspectos estariam inter-relacionados e ancorados na lógica capitalista. Da nossa perspectiva essa escolha também é influenciada pela própria gênese da Coinfo e sentido aderido ao termo *literacy*, distanciado do sentido freiriano que defendemos.

De Lucca e Vitorino (2020) ainda incluem as influências de Belkin (1980), focada na “recuperação da informação para a ‘redução de incerteza’, a qual se origina numa ‘situação problemática’, reconhecida pelo indivíduo quando este percebe que lhe falta informação para resolver um problema”, e a influência do paradigma social, que “possibilitou a emergência de novas abordagens para o campo, voltadas para os aspectos humanistas e sociais dos problemas relacionados à informação” (DE LUCCA; VITORINO, 2020, p. 36) e a abordagem fenomenológica. Desta maneira é perceptível uma aproximação entre a Coinfo e a CCI que se complementam a partir da abordagem e das perspectivas de cada uma.

Como elementos fundacionais, porém não únicos, da Coinfo podemos apontar:

1) A Sociedade da Informação^(b4), já discutida anteriormente, que exige de seus contemporâneos uma visão acurada das práticas informacionais, usando a informação^(b5) como insumo;

2) Os profissionais da informação^(b6) que tem na informação a matéria-prima de suas práticas. Na perspectiva da Coinfo o desenvolvimento destas habilidades só são possíveis “a partir das ações mediacionais de profissionais da informação, sendo estes os sujeitos habilitados a capacitar as demais pessoas, independentemente do nível e profundidade de suas pesquisas^(b7)”.

3) As Tecnologias da Informação e Comunicação^(b8) (TIC) como elemento propulsor da ideia de Coinfo. “A ascensão e a difusão da tecnologia da informação alteraram as bases de produção^(b9), controle, guarda, disseminação e acesso à informação, colocando o computador em foco e alterando definitivamente os sistemas de informação” (DUDZIAK, 2003, p. 25). Afetando também incisivamente o volume e frequência de compartilhamento^(b10). Essa associação com as TIC acabou por influenciar a Coinfo, reduzindo, por anos, seu papel à ações de otimização do uso destas tecnologias, estimulando o tecnocentrismo^(b11), associado ao positivismo^(b12). Entendemos que este mesmo movimento vai desencadear as questões da Competência Informática^(b13) (MACHADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014) e Competência Digital^(b14) (BORGES; OLINTO, 2017), aderentes também às TIC.

4) A Teoria Construtivista^(b15) de Piaget, Vygotsky, Dewey, Bruner e Kelly que, segundo Corrêa e Castro Júnior (2018), foram agregadas aos estudos de Kuhlthau, em parceria com Maniotes e Caspari, ao desenvolverem um modelo de busca de informação chamado de *information search process* (ISP). Mais tarde esse método foi aplicado em ambientes digitais passando a ser chamado de *Guided Inquiry*. Basicamente, este modelo “utiliza sete passos que vão da incerteza, ou seja, do estado anômalo de conhecimento (ASK) e reconhecimento da necessidade de informação ao estágio de avaliação”.

A visão mais humanista e emancipatória (CAVALCANTE, 2006) ou sociopolítica^(b16) dos autores de Coinfo, influenciada pela interdisciplinaridade da Ciência da Informação^(b17) com a Educação^(b18), a Sociologia^(b19) e as Ciências Sociais^(b19), influencia a própria Coinfo. Essa interação propiciou um olhar para informação além do sistêmico, ou seja, uma ecologia da informação^(b20), mas que passa a contemplar também a ideia de que o comportamento social é intrinsecamente ligado às ações informacionais mediadas por suportes comunicacionais e atores sociais info-interdependentes. A percepção de que são estas interações que possibilitam a relação da informação com o conhecimento^(b21) levam a Coinfo às questões mais filosóficas (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Essa influência de outras áreas e as mudanças de perspectiva se deram de maneira gradual. Bruce (2016) destaca isso elencando três fases das pesquisas em Coinfo (*Information Literacy Research*):

1) Fase dos precursores. Situada nos anos 1980, tem como expoente Carol Kuhlthau, com primeiro trabalho fortemente ligado à aprendizagem e uso das tecnologias;

2) Fase experimental, de 1995 a 1999 – quando os pesquisadores propunham aplicações e diretrizes para o desenvolvimento da Coinfo.

3) Fase de desenvolvimento, ou expansão – prevista por Bruce (2016)²⁰, e que começaria nos anos 2000 em diante. Esta fase não envolveria somente as ações vinculadas ao uso das tecnologias e aquisição de conhecimentos para a tomada de decisão, mas também ações que dizem respeito à “atenção a uma variação mais ampla de contextos culturais” (BRUCE, 2016, p. 223). Apesar desse espaço para uma perspectiva mais crítica, a visão da autora a respeito destes contextos e culturas ainda está intimamente ligada à lógica produtivista voltada para o desenvolvimento das Organizações^(b22) e das pesquisas científicas e de setores economicamente estratégicos. Dudziak corrobora essa perspectiva ao atrelar o surgimento da Coinfo e das políticas norte-americanas ao contexto e “trajetória social, econômica e política que conduziu ao estabelecimento de um novo regime de informação nos Estados Unidos” (DUDZIAK, 2016, p. 20).

Estas fases acompanham em certa medida as fases e modelos da CI propostas por Carlos Alberto Ávila Araújo em seu livro “O que é Ciência da Informação”. O autor sistematiza a história e as fases da CI e sugere a existência dos modelos físico, semântico e pragmático. Os três modelos são fundamentais para os estudos de CI e Coinfo, uma vez que são complementares.

O primeiro modelo (positivista, fisicista/mecanicista) é consolidado a partir da influência da Teoria Matemática da Comunicação (linear) e da Teoria Sistêmica (ciclo/circularidade). Este momento está preocupado “não com a custódia e posse de documentos, mas com a sua circulação, sua disseminação, a promoção de seu uso de maneira mais produtiva possível” e, também, com o conteúdo objetivo do documento, ou a informação contida nele (ARAÚJO, 2018, p. 25). Esse modelo guarda elementos comuns ao positivismo e mecanicismo da Coinfo, o lado tecnicista.

O segundo modelo, semântico (ou cognitivo), considera que só existe informação no contato do dado com o conhecimento. É neste modelo que se enquadram, segundo Araújo, os

20 Originalmente publicado em 2000.

estudos de fluxos, sistemas orientados para usuários, comportamento informacional, políticas de informação e inclusão, temas comuns na Coinfo (ARAÚJO, 2018, p. 86).

Por fim, o modelo pragmático que situa a CI como uma ciência humana e social, que vai focar na crítica “ao positivismo, a aplicação dos princípios das ciências naturais ao estudo dos fenômenos humanos, como único método explicativo” (ARAÚJO, 2018, p. 39) e relaciona-se com

a própria natureza dos fenômenos estudados, que não possuem uma existência “em si”, independente dos sujeitos que os experienciam, nem se adéquam a modelos de explicação causais – pois possuem uma causalidade distinta dos mecanismos de causa e efeito, na medida em que se relaciona, com objetos que são também *sujeitos*, bem como são condicionados por processos históricos, econômicos, sociais, políticos, entre outros. (ARAÚJO, 2018, p. 40)

Este modelo influencia os estudos de Coinfo e isso é perceptível ao analisar os assuntos que perpassam as pesquisas da área. Nela se enquadram os estudos ligados à Filosofia^(b23) e Filosofia da Educação^(b24), as maiores aproximações com a Comunicação^(b25) e os estudos relacionados ao comportamento social humano^(b26). Relacionando este modelo a Coinfo, percebe-se que é esta perspectiva, influenciada pela Teoria Crítica^(b27), Pedagogia Crítica e pelos estudos críticos em geral, provoca os questionamentos que levam a CCI^(b28). É na intersecção entre o modelo pragmático e os estudos sobre os sujeitos que Araújo localiza os estudos de CCI.

A definição de Coinfo, na ALA, em 1989 (p. 1) guardava muita aproximação com os dois primeiros modelos:

uma pessoa [coinfo] deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Resumindo, [...] são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (ALA, 1989, p. 1)

Esta definição, apesar da ideia de continuidade, está muito mais atrelada às necessidades do mercado e na importância da capacitação para a produtividade.

Voltando ao Brasil, os primeiros estudos de Coinfo são de Hatschbach (2002), que aborda os aspectos conceituais e históricos da *information literacy* (sem tradução) e suas aplicações no ambiente acadêmico, e Caregnato (2000) que foca na perspectiva da expansão da educação de usuários, especialmente no âmbito das bibliotecas universitárias, visando o desenvolvimento de “habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital” e EAD (educação a distância), usando a tradução alfabetização informacional.

Percebemos que estas influências e interesses ainda se mantêm, inclusive esta tese guarda certa afinidade primária com Hatschbach.

Em 2006 Cavalcante entende a Coinfo como importante instrumento para a promoção da autonomia^(b29) e fomento ao pensamento crítico^(b30) do aprendiz, ainda no âmbito do ensino universitário. Cavalcante propõe um olhar crítico para a Coinfo apontando – no Colóquio em Nível Superior sobre Competência Informacional e Aprendizado ao longo da vida, realizado de 6 a 9 de novembro de 2005 – que na Biblioteca de Alexandria já se possuía indícios de preocupação social na promoção da Coinfo, ainda que mantendo a perspectiva profissional e acadêmica, explicitadas no segundo parágrafo.

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. Ele capacita as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações.

O aprendizado de toda a vida prepara os indivíduos, as comunidades e as nações a atingir suas metas e a aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente global em evolução para um benefício compartilhado. Auxilia-os e suas instituições a enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem estar de todos (UNESCO)

Mais recentemente alguns autores propõem temas mais críticos, demonstrando um avanço para além da educação formal e treinamento de usuários. Santos; Lima; Freire (2019) e Faria; Varela; Freire (2019) propõe a Coinfo como possibilidade de empoderamento de comunidades sub-representadas; Ottonicar, Furtado e Yafushi (2019) abordam a Coinfo e o estereótipo de gênero; Righetto e Vitorino (2019) estudam a Coinfo das pessoas transexuais.

Para Dudziak (2003, p. 28) Coinfo é “o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida^(b31)”. Sob essa ótica a Coinfo pretende promover uma interação eficiente^(b32) e eficaz^(b33) entre atores e informação, sendo esta, um insumo para o desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, socioeconômico.

Stephen Ball (2013) alerta para a cooptação do aprendizado ao longo da vida pelo capital e como o termo é utilizado politicamente e saturado de ficções políticas. Para o autor, formou-se uma indústria da política da aprendizagem ao longo da vida que atrelam o aprendizado ao longo da vida à prosperidade, competitividade, empreendedorismo, inovação e ao sucesso da economia global. Transformando em um imperativo opressor de constante adaptação e aprimoramento do indivíduo. Ball atenta para uma sociedade em que a individualização e a solidão solapam a ideia de comunidade e compromisso coletivo. “Os

laços sociais no trabalho da área de educação tornam-se efêmeros, descartáveis, em série, fugidios” (BALL, 2013, p. 151).

Esta realidade lança os indivíduos e a sociedade em uma situação de corrosão da confiança, uma diminuição da responsabilidade moral e uma falta de compromisso com o outro. Também transforma o aprendiz e o aprendiz em mercadorias, transformando as relações sociais em coisas. Além de tudo isso o conceito atrelado à educação ao longo da vida nesta perspectiva é classista, favorecendo e valorizando aqueles que já são privilegiados socialmente e reforçando o mito da meritocracia.

Obviamente não é nesta perspectiva que tratamos do aprendizado ao longo da vida, mas sim compreendendo de maneira freiriana a inconclusão do humano e a impossibilidade de encerrar o aprendizado sobre o todo informacional ou, como em algumas perspectivas, a possibilidade de tornar-se competente, completo, informacionalmente. Por isso se faz necessário um olhar crítico e atento para os conceitos e aplicações.

Percebemos que, mesmo ampliando os horizontes, boa parte da Coinfo manteve-se atrelada, em algum nível, à perspectiva mercadológica, ao considerar a sociedade e as organizações que a compõem. Deste modo, enquanto conjunto de habilidades para acesso^(b34), uso^(b35) e produção de informações, na análise clássica a Coinfo, oferece uma visão estratégica que fomenta a Economia e a Ciência, enquanto na perspectiva mais contemporânea estimula a promoção social.

No *Framework* da ALA (2016), Competência em Informação é “o conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e participação ética nas comunidades de aprendizagem”, atendendo, em certa medida, às demandas históricas e críticas, sem aprofundá-las, e minimizando a aderência aos termos eficiência e eficácia.

De maneira geral, em conformidade com o mapa conceitual apresentado (Figura 5), a Coinfo trata do conjunto de habilidades em informação, na perspectiva de solucionar problemas de forma eficiente e eficaz, a partir das ações de busca, acesso, uso e compartilhamento (ALA, 1998; LAU, 2008). Ações estas que estão intimamente ligadas ao modelo cíclico da comunicação científica de Garvey (1979) e abrangem a consulta de fontes^(b36) de informação cujo critério se traduz no atendimento a necessidade de informação, ciente de que a resolução deste problema informacional pode ser parcial e poderá repercutir em outras demandas de informação.

No Brasil, em decorrência do uso da tradução “competência”, nos estudos de Coinfo também aparece o CHA (conhecimento, habilidades e atitudes), tripé de competências utilizado para avaliação profissional, advindo do contexto empresarial e administrativo. Neste aspecto a Coinfo se distingue bastante da CCI, inclusive reforçando, por vezes, o bancarismo, criticado por Freire e pela CCI, na intenção de preencher lacunas do usuário, sob uma concepção cumulativa, substituída na CCI pela perspectiva freiriana dialógica e de co-construção do conhecimento.

No que diz respeito às fontes e a própria informação, determinados aspectos ganham atenção da Coinfo (ALA, 1998; 2000, 2016), considerando aqui o acréscimo de parâmetros e aprofundamento dos significados ao longo dos anos nos documentos da ALA de padrões (Standards) para, o mais recente, de estrutura (*Framework*), sobre avaliação de informações e recursos informacionais, como: a origem^(b37) – além de indagar de onde a informação vem, também se preocupa com informações e respeito de quem a produz, as credenciais do produtor da informação, o nível de especialização na temática; a relevância^(b38) – qual a importância daquela informação para atender a uma determinada necessidade ou para a solução de um problema específico; o contexto^(b39) – percepção e sensibilidade do sujeito para reconhecer a pluralidade dos atores sociais, que produzem e interpretam a informação, a partir de suas realidades, estimulando a busca por pluralidade de fontes; a abrangência^(b40) – o quanto aquela informação abarca do assunto, a validade^(b41) – se a informação é válida e fidedigna.

Também interferem na avaliação da informação e recursos informacionais fatores como: credibilidade ou “confiabilidade, [...] autoridade, pontualidade, ponto de vista ou preconceito; reconhecimento de informações manipuladas, prejudiciais ou fraudes; reconhecimento de contexto/impacto do contexto na interpretação da informação” (SAMPAIO, 2016, p. 58); e a precisão^(b42), que, nos padrões da ALA (1998), compreende a organização das informações para aplicação, associação e aplicação da informação no pensamento crítico e na solução de problemas e produção/comunicação adequada de novas informações, produto da aquisição de novos conhecimentos.

Aspectos retomados a partir da criticidade nas Dimensões da CCI, discutidas adiante.

Dudziak (2003) propõe três concepções de Coinfo:

1. A concepção na informação^(b43) – é a abordagem mais instrumental da Coinfo, com foco no acesso através das tecnologias. Aquela que confere características tecnocêntricas à Coinfo.

2. A concepção no conhecimento^(b44) – lança o foco na cognição, diferenciando-se da anterior por, apesar de manter as tecnologias no centro, está buscando entender o que se busca e os processos cognitivos na construção do saber.
3. A concepção da inteligência^(b45) – foco no que se deseja buscar, como, por que e as habilidades, conhecimentos e atitudes envolvidos nesta busca. Nesta concepção a Coinfo é “[...] considerada a partir da dimensão social e ecológica do aprendiz, percebendo-o não mais como usuários [...]” (DUDZIAK, 2003, p. 31), mas ator social que deve aprender a aprender^(b46).

Contemporaneamente essa visão transformadora do sujeito em autônomo e protagonista de seu processo de aprendizagem (o aprender a aprender) é associada a outros fundamentos da Coinfo como aprendizado ao longo da vida; aprendizado independente^(b47); aprendizado ativo^(b48); investigação^(b49); pensamento crítico; pensamento reflexivo^(b50), como apontam Vitorino e Piantola (2019). Também concernem a Coinfo as Dimensões propostas por Elizete Vitorino e Daniela Piantola (2011) que são: Técnica^(b51), Estética^(b52), Ética^(b53) e Política^(b54). Esse diálogo com a Pedagogia Crítica^(b55), especialmente com os estudos freirianos provocou uma Coinfo mais voltada às questões sociopolíticas, impulsionando os estudos críticos para a CCI ou se aproximando da CCI, no caso do Brasil.

As tensões entre essas concepções podem ser notadas nos usos de traduções distintas no Brasil para *information literacy*, que indicam uma disputa pela tradução mais aproximada da concepção na informação, mais tecnicista e mercadológica, optando pela escolha do termo Competência e não Alfabetização, Letramento ou Literacia, que chegam a aparecer como possibilidades de tradução. Essa escolha aponta para a importação da tendência estadunidense tecnicista e mercadológica.

Este foi “o termo proposto na primeira mesa-redonda sobre Competência em Informação (no XIII SNBU, Natal/RN, 2004), reconhecido e utilizado, desde então, por muitos pesquisadores da área” (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p. 24). A Declaração de Maceió (2011) e o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (2014), de Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Helena Dodd Ferrez, recomendam a utilização de Competência em Informação. Assim, convencionou-se o uso de Competência em Informação. Nesta tese e em nossos trabalhos utilizamos o termo competência, apenas por convenção, e não letramento ou literacia que nos parecem mais próximos e concordantes com os estudos mais recentes e com a epistemologia da CCI.

5 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: MAIS QUE UMA NOMENCLATURA

Os primeiros tópicos que fomentaram a CCI podem ser encontrados nos estudos de Pawley (1998, 2003), Luke and Kapitzke (1999), Kapitzke (2003), Swanson (2004), Doherty (2005, 2007), Simmons (2005), Anderson (2006), Doherty and Ketchner (2005), Elmborg (2006), Whitworth (2006), Jacobs (2008), entre outros, que apontam para a construção social, política e ideológica do conhecimento (GREGORY; HIGGINS, 2017, p. 391).

Sarah McNicol (2016) no início de seu livro explica que a CCI, assim como a Coinfo, não possui uma única definição. Citando a definição de Shor da CCI como um processo que “desafia o status quo em um esforço para descobrir caminhos alternativos para o autodesenvolvimento e o desenvolvimento social” (1999 *apud* MCNICOL, 2016, p. XI, tradução nossa), a autora destaca dois eixos principais. Um que considera os contextos sociais e culturais nos quais as informações são produzidos e lidos (no sentido mais amplo de ler). Outro que foca na ação prática e no engajamento da comunidade, não somente na mera abstração acadêmica. Em outras palavras, foca na práxis.

McNicol (2016, p. XI, tradução nossa) considera que o uso de CCI exige um comprometimento com “equidade e a justiça social, através da inclusão explícita daqueles marginalizados com base no gênero, sexualidade, etnia, classe ou outras formas de discriminação/diferenciação”, intimamente relacionado à Pedagogia Crítica de Paulo Freire. Ainda segundo a autora, “a literatura crítica foca em questões/problemas de poder, e seu intento é desenvolver habilidades, disposições e estratégias que empoderem os leitores com a capacidade de desafiar os textos e a vida como conhecemos” (MCNICOL, 2016, p. XI, tradução nossa).

O conceito de *Critical Information Literacy*, nasce caracterizado pelas críticas ao modelo tecnicista assumido pela *Information Literacy*, e demandando uma perspectiva mais social enraizada, epistemologicamente, nos estudos críticos, na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt de Max Horkheimer e, propondo aplicações mais dialógicas e emancipadoras, apoiadas na Pedagogia Crítica de Paulo Freire. Autores de referência no tema, Elmborg (2012) sonda os significados dos termos *Critical*, *Information* e *Literacy* justificando os estudos de CCI, e Tewel (2015) traça a trajetória da *Critical Information Literacy*, demonstrando como as críticas aos aspectos tecnicistas, mecanicista e funcionalistas (como sugere Lisa O’Connor, 2006, 2009) da Coinfo dividiram espaço com propostas mais críticas no ensino desta literacia, incentivando uma abordagem crítica e dialógica da informação, o

aprendizado ao longo da vida, a emancipação e transformação individual para transformar o mundo (como Dane Ward, 2006).

Os estudos, elencados por Tewell (2015), enfatizam questões sociais, econômicas, históricas, culturais e políticas como: raça, gênero, linguagem, cidadania ativa, feminismo, neoliberalismo, equidade e justiça social, entre outras. Em 2017 Lua Gregory e Shana Higgins retomam o assunto e, em revisão de literatura, identificam as áreas de discussão dos estudos de CCI. Gregory e Higgins (2017) terminam seu texto indicando definições de CCI nos diversos textos elencados por elas como significativos para a área. De acordo com as autoras a definição de Downey (2016, p. 40) e McNicol (2016, p. XI), se apoiam no artigo de Shor (1999). Para estas a CCI questiona as relações de poder, discursos e identidades em um mundo não determinado (que não atende ao determinismo), justo ou humano, desafiando o status quo em um esforço que descubra e promova caminhos alternativos para o desenvolvimento pessoal e social.

A CCI é atenta aos contextos sociais e culturais e possui foco na prática, no envolvimento da comunidade e nas questões de poder. A lente da CCI compromete o indivíduo com as questões de equidade e justiça social, estimulando-o a questionar e agir para desnaturalizar as estruturas sociais e as visões de mundo (DOWNEY, 2016, p. 42). Para McNicol (2016, XII) a transmissão do significado fica a cargo do texto, mas é a leitura desse texto que produz significado, sendo fundamental para a construção da CCI. Compreendendo texto como representações de informação, texto escrito, gráfico, anúncio, vídeo, foto etc e entendendo que não existe um jeito único ou certo de ler.

No Brasil, em 2009, Elizete Vieira Vitorino e Daniela Piantola fazem a primeira referência à CCI sem que este seja o tema do artigo. As autoras traduziram *Critical Information Literacy* por “competência informacional crítica”. Em 2015 Arthur Bezerra foca mais no assunto com o artigo “Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação”. Em 2016 a relação CCI e cidadania é desenvolvida na primeira dissertação brasileira sobre o tema “A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível” (BRISOLA, 2016). A produção continua com os artigos de Márcia Feijão Figueredo (2016), Bezerra, Schneider e Brisola (2017) e a dissertação de Andréa Doyle (2017). Na Comunicação a primeira dissertação que utiliza CCI é a de Renata Brás de Souza “Democratização da mídia no Brasil: impasses e tensionamentos políticos e econômicos”. A partir desse ponto, diversos artigos e dissertações vem tratando do tema e evoluindo no Brasil.

A Association of College & Research Libraries (ACRL, 2016) define Competência

em Informação como um conjunto de habilidades que requerem dos indivíduos que “reconheçam quando as informações são necessárias e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias. [...] Avaliar criticamente as informações e suas fontes”. Isso não inclui a crítica na Coinfo? Então qual é a razão da CCI?

O artigo de Arthur Coelho Bezerra e Aneli Beloni (2019, p. 208) “Os sentidos da ‘crítica’ nos estudos de competência em informação” faz um levantamento e “avaliação dos sentidos do predicado ‘crítica’ associados à competência em informação em alguns dos trabalhos mais citados sobre o tema, nas línguas portuguesa e inglesa”. Foi usado o critério número de citações para compor a lista de artigos mais citados, passando à análise semântica das ocorrências do termo “crítica” (e derivações) nos textos.

Bezerra e Beloni avaliaram 10 trabalhos em inglês e 19 em português. Os autores verificaram que “nenhum dos artigos da *critical information literacy* analisados menciona Kant, Hegel, Marx ou Horkheimer, e apenas Elmborg (2006) refere-se à teoria crítica, porém sem associá-la a algum pensador em particular”. Entre os brasileiros, apenas Gasque recorre a Kant para discutir as origens do “pensamento reflexivo” e a relação entre conhecimento e experiência; “Marx é apenas lembrado *en passant* no artigo de Miranda, por sua crítica ao capitalismo [...] e por sua perspectiva dialética inspirada em Hegel” e Vitorino e Piantola se referem à “Teoria Crítica da sociedade” e citam o texto de Elmborg (BEZERRA; BELONI, 2019, p.219).

Segundo Bezerra e Beloni (2019), Paulo Freire é lembrado em três textos em português e três em inglês. É em Elmborg que os autores identificam “o maior esforço em trazer os entendimentos basilares da pedagogia freireana para qualificar a perspectiva crítica da ‘*critical information literacy*’” (BEZERRA; BELONI, 2019, p. 220). Os três artigos que citam Freire “são as únicas publicações comprometidas com uma discussão consubstanciada sobre os preceitos da teoria crítica”. O que corrobora o ponto de vista e a importância desta tese.

Nos demais textos analisados, o que percebemos é o uso de expressões como pensamento crítico (*critical thinking*) e a orientação de avaliar criticamente (*critically evaluate*) a informação, sem maiores convites à reflexão sobre os possíveis significados dessas expressões ou sobre as formas de realizá-las na prática. (BEZERRA; BELONI, 2019, p.221)

De acordo com a pesquisa, nos artigos brasileiros, “raros são os momentos em que notamos um esforço de autoras e autores em aprofundar os sentidos que o predicado pode assumir quando associado a essas expressões” (BEZERRA; BELONI, 2019, p. 221). Na maior parte o sentido está associado à avaliação sem mais aprofundamentos, sendo Dudziak a

autora que mais se aprofunda na questão em seus textos, recorrendo às ideias de Freire de alfabetização crítica e da práxis transformadora pra emancipação.

Assim, consoante com as análises desta tese, tendo percepção semelhante em relação à Coinfo e à importância da presença dos estudos de Paulo Freire e da Teoria Crítica para o desenvolvimento da crítica e da CCI. Pensando no sentido usado, buscamos o dicionário Michaelis (CRÍTICA, 2021) que traz 11 significados de crítica:

1. Apreciação de uma obra literária, científica ou artística
2. Avaliação baseada apenas na razão, com um propósito final.
- 3 Análise detalhada de qualquer fato.
- 4 LIT Gênero literário baseado nessa análise.
- 5 Faculdade de julgar.
- 6 Reunião de críticos e suas opiniões.
- 7 Ação ou efeito de depreciar ou censurar.
- 8 Análise da legitimidade de uma obra ou de um documento.
- 9 FILOS Análise lógica, científica e moral de um conceito ou ideia.
- 10 FILOS Argumentação dos iluministas acerca de todas as crenças e dogmas.
- 11 FILOS Argumentação kantista que procura estabelecer os limites e as potencialidades da razão.

Os 11 sentidos do dicionário denotam as múltiplas interpretações e intenções que a palavra carrega, associando as descrições à muitas práticas diferentes. Assim crítica pode ser um tipo de literatura; um julgamento, avaliação, análise ou censura, positiva ou negativa, que pode ou não estar associado a um critério científico, profissional ou de gosto; está relacionada a uma reunião de críticos e às críticas deles e, nos últimos três itens está associada à filosofia, ainda assim em três distinções e utilizando duas fontes epistemológicas como referência dos últimos dois sentidos. Desta maneira, não se pode concluir que o uso da palavra crítica em um texto abarca todos seus significados, denota associação epistemológica ou dispensa associação com o conteúdo do texto para identificar seu sentido, intenção ou origem. Além disso, o uso mais comum da palavra crítica, no senso comum e na maioria dos textos de Coinfo que analisamos²¹, está associado a julgamento, avaliação, análise ou censura.

Internacionalmente foram exatamente os estudos de *critical information literacy* que impulsionaram as mudanças nos documentos da ALA (1998; 2000, 2016) de Padrões

21 Em análise feita em 2017 em 281 artigos recuperados na BRAPCI, recuperados a partir da busca com e sem aspas das diversas traduções de *information literacy*, em todos os campos, entre 1972 e 2017, dos quais foram lidos os resumos, constatou-se que 82 deles poderiam conter aporte crítico. Estes foram reduzidos à 62 que continham alguma alusão à palavra crítica ou suas variantes, reflexivo ou suas variantes e autores críticos, da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, ainda que uma única aparição. Retirados os artigos em que havia uma única incidência da palavra crítica, ou incipiência. Restaram 24 artigos com maior incidência das palavras ou dos autores. Destes 24 apenas dois utilizavam a expressão Competência Crítica em Informação. Dos 16 textos que citavam a Pedagogia Crítica ou o pensamento crítico, 7 citam também Paulo Freire. Na maioria aparece 1 única incidência de um dos termos e/ou autor, os outros 9 não citam o autor, apesar de utilizarem o termo. Esse cenário suscita questionamento sobre os estudos de Paulo Freire na Ciência da Informação e a superficialidade no uso de suas teorias em artigos, muitas vezes banalizada como um quesito não explicado.

(Standards) para a atual Estrutura (*Framework*). Investigamos então no *Framework* a incidência das palavras: *criticism* (1), *critical* (4) e *critically* (3). Vale aqui explicar que o sentido de racionalidade, rigor, lógica, etc. não estão descolados do termo na Teoria Crítica e Pedagogia Crítica, contudo não são estes significados que lhes conferem o nome, mas a proximidade com o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético, explicados no Capítulo 6.

Mas qual a abordagem de crítica utilizada no *Framework*? Está aproximada dos significados do dicionário ou do significado central dado a palavra crítica na Teoria Crítica (TC) ou da Pedagogia Crítica (PC)?

No quadro a seguir buscamos compreender os sentidos da palavra crítica. O quadro 1 contém o trecho em inglês, sua tradução e nossa compreensão do sentido conferido a palavra crítica, considerando a interpretação do texto e do trecho.

Quadro 1 – Análise do conceito de crítica no *Framework*

Transcrição da aparição	Tradução	Sentido da palavra crítica	Aderência
This Framework depends on these core ideas of metaliteracy, with special focus on metacognition, or critical self-reflection, as crucial to becoming more self-directed in that rapidly changing ecosystem.	Esta estrutura depende dessas ideias centrais de metaliteracia, com foco especial na metacognição, ou autorreflexão crítica, como crucial para se tornar mais autodirigido nesse ecossistema em rápida mudança.	Metacognição ou autorreflexão crítica. A metacognição é a capacidade de monitorar e regular os próprios processos cognitivos. A crítica aqui estando relacionada à autorreflexão está mais próxima do significado de pensamento reflexivo.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC
This approach requires an ongoing adaptation to emerging technologies and an understanding of the critical thinking and reflection required to engage in these spaces as producers, collaborators, and distributors.	Esta abordagem requer uma adaptação contínua às tecnologias emergentes e uma compreensão do pensamento crítico e da reflexão necessária para se engajar nesses espaços como produtores, colaboradores e distribuidores.	Esta é uma aparição em nota de rodapé. A associação aqui, embora não aprofundada é com o pensamento crítico e com pensamento reflexivo. Consideramos assim que, embora sem aprofundamento no significado destas composições, trata das duas perspectivas.	Está relacionada à abordagem mercadológica mas também possivelmente à PC e à TC
An understanding of this concept enables novice learnersto critically examine all evidence—be it a short blog post or a peer-reviewed conference proceeding—and to ask relevant questions about origins, context, and suitability for the current information need	A compreensão desse conceito permite que alunos novatos examinem criticamente todas as evidências – seja uma curta postagem no blog ou um procedimento de uma conferência revisada por pares – e para fazer perguntas relevantes sobre origens, contexto e adequação para a necessidade de informação atual	Esta parte do texto está tratando de autoridade e alerta para o reconhecimento do preconceito que privilegia algumas autoridades sobre outras. Neste caso a crítica aponta diretamente para perspectiva da TC e da PC, ainda que não as cite.	Está relacionada à PC e à TC

Transcrição da aparição	Tradução	Sentido da palavra crítica	Aderência
Recognizing the nature of information creation, experts look to the underlying processes of creation as well as the final product to critically evaluate the usefulness of the information.	Reconhecendo a natureza da criação da informação, os especialistas olham para os processos subjacentes de criação, bem como o produto final para avaliar criticamente a utilidade da informação.	Trata do processo de criação da informação. Aqui a crítica possui um aspecto mais utilitarista e relativo à perspicácia.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC
maintain an open mind and a critical stance;	manter a mente aberta e uma postura crítica;	Esta é uma das Disposições listadas no Framework. Na nossa perspectiva, o sentido aqui é genérico e raso, mais ainda por não haver um aprofundamento anterior no sentido da crítica.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC
critically evaluate contributions made by others in participatory information environments;	avaliar criticamente as contribuições feitas por outros em ambientes de informação participativa;	Listada dentre as Práticas de Conhecimento, de alunos que estão desenvolvendo a Coinfo. Estas práticas estão bastante voltadas para o fazer acadêmico, que é a perspectiva do Framework. A crítica aqui sugere uma avaliação qualificada da informação sem aderência direta com a TC ou a PC.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC
The Framework is developed around a set of “frames,” which are those critical gateway or portal concepts through which students must pass to develop genuine expertise within a discipline, profession, or knowledge domain.	O Framework é desenvolvido em torno de um conjunto de “frames”, que são aqueles portais críticos ou conceitos de portal pelos quais os alunos devem passar para desenvolver experiência genuína dentro de uma disciplina, profissão ou domínio de conhecimento.	Trata da criação do Framework, explicando que foi executado pensando nas “peneiras” críticas que o aluno deveria utilizar. Pela colocação geral do tópico a crítica é colocada de maneira bem genérica, do lugar-comum, e por isso, consideramos que não aponta para a TC e PC.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC
The Task Force systematically reviewed feedback from the first and second drafts of the Framework, including comments, criticism, and praise provided through formal and informal channels.	A Força-Tarefa revisou sistematicamente os comentários do primeiro e do segundo rascunhos da Estrutura, incluindo comentários, críticas e elogios fornecidos por canais formais e informais.	Esta última aparição é no Apêndice 2 que fala do <i>background</i> do desenvolvimento do Framework. Trata da revisão das críticas feitas, no sentido de julgamento.	Não está diretamente relacionada à PC ou à TC

Fonte: Própria autoria a partir do Framework (ACRL, 2016)

Consideramos que, além de não aprofundar suficientemente o assunto, citar *en passant* a crítica, ainda que com a perspectiva posta pela CCI, não é suficiente para atender as demandas e críticas feitas por estes pesquisadores. Das 8 aparições apenas uma possui uma abordagem mais relacionada à PC, TC e CCI. A outra aproximação se faz de uma maneira

dúbia, que pode ou não ter real aderência com o sentido mais profundo de crítica. De uma maneira geral o *Framework* ao considerar a crítica, apoia-se em uma visão epistemológica e prática distinta da CCI e aproximada ao significado de capacidade avaliativa. Assim, a inserção da palavra crítica no conceito de Coinfo não respondem à questão. Mesmo a aproximação de estudos de Coinfo ao aporte crítico no sentido da CCI, não são suficientes para anular a necessidade dos estudos e pesquisas em *critical information literacy*, que segue sendo um campo com características distintivas.

Pelo mesmo motivo, no Brasil, os precursores dos estudos de CCI, partindo da definição de Coinfo e alinhados com autores como James Elmborg (2006, 2012), Eamon Telwell (2015, 2016, 2018), Annie Downey (2016) e Sarah McNicol (2016), utilizam a palavra **crítica** para sublinhar um enfoque no pensamento crítico, na epistemologia crítica, bem como nas dimensões sociais, políticas e econômicas da informação e nos entraves que precisam ser considerados, à luz da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, que como veremos adiante, são centrais nesses estudos, diferenciando-os da maioria dos estudos de Coinfo. Essas semelhanças e diferenças serão mais explicitadas na comparação e complementaridade entre CCI e Coinfo, apresentada adiante neste capítulo.

Assim, esse “grifo” pretende diferenciar-se dos aspectos mais tecnicistas, que por muito tempo foram mais frequentes nos estudos de Coinfo, sublinhando esta perspectiva mais próxima à Pedagogia Crítica de Paulo Freire (1967, 1978, 1981, 1983, 1987, 1989, 1996, 2000), que busca, através de uma educação dialógica, a emancipação do sujeito que, fazendo e sendo no mundo, se apodera de sua cidadania e a exerce. E ainda, concordante à Teoria Crítica, que, influenciada pelos estudos de Marx e Engels (2003, 2006, 2007), problematiza a própria ciência, a informação/comunicação e sua condição subsumida à sociedade.

Como pontua Horkheimer (1980, p. 123), a ciência é um dos ramos do trabalho humano e não pode ser vista como autônoma e independente, porque se constitui como “particularizações da maneira como a sociedade se defronta com a natureza e se mantém nas formas dadas”. Assim, a Competência Crítica em Informação é aquela que distingue o que é simplesmente disponibilizado, técnico ou ensinado (formal ou informalmente pelos dispositivos técnicos ou aparatos de poder), daquilo que é criticamente apreendido e utilizado pelo sujeito, considerando as forças, poderes e influências, que através da sociedade em que está inserida, perpassam e conformam a informação.

Essa perspectiva humana, prática e contínua, sensível às influências que a informação sofre, é o que caracteriza a CCI. A crítica investe na conscientização de que a informação é socialmente construída; que as pessoas não se tornam competentes, mas aprendem o hábito de

questionar as origens, interesses e contextos da produção e disseminação da informação, de uma maneira cumulativa e sempre em construção. Não é uma habilidade que se encerra, mas um exercício contínuo ao longo da vida, inclusive porque as condições sócio-político-econômicas estão sempre em mutação, bem como a produção de informação, sua disseminação e a compreensão coletiva e individual de seus conteúdos e sentidos. Isso é evidenciado quando lançamos o olhar sobre os assuntos mais recorrentes nas pesquisas de CCI.

Analisando as revisões de literatura de Tewell (2015) e de Lua Gregory e Shana Higgins (2017) e os textos estudados e lidos ao longo desta tese, são identificadas as temáticas caras a CCI.

- O reconhecimento da construção social, política e ideológica do conhecimento, examinando e questionando o contexto;
- Busca e promoção da responsabilidade social, justiça social, desenvolvimento social e mobilidade social ascendente;
- Promoção da autonomia, liberdade, desenvolvimento pessoal;
- Promoção do envolvimento da comunidade e participação social;
- Sobre o papel social da CCI, Coinfo e Biblioteconomia, sua práxis, a biblioteconomia crítica e o papel social do profissional da informação, da biblioteca e do arquivo;
- A importância da práxis no desenvolvimento de práticas transformadoras;
- Aprofundamento e discussão epistemológicas e em torno da teoria crítica e pedagogia crítica, (prática crítica e práxis teoricamente informada);
- A contínua exploração, aplicação e maturação da pedagogia crítica;
- Práticas, obstáculos e oportunidades na prática pedagógica da CCI;
- Promoção dos profissionais da informação, bibliotecas e outros espaços informacionais de passivos para ativos que envolvem os indivíduos com o conhecimento existente e o moldam para seus próprios usos atuais e futuros;
- CCI como um apelo à resistência e mudanças;
- Promoção de uma educação dialógica e Freiriana, voltada a emancipação – sugestões, relatos, aplicações, adaptações, exemplos da CCI;
- A educação é um foco caro a CCI, tanto nas questões pedagógicas, quanto currículos, formação profissional, ensino médio, graduação ou pós graduação;
- Preocupação com a influência neoliberal e capital sobre a informação e o aprendizado, incluindo a necessidade de avaliações, padronizações e mercantilização (Carolyn

Caffrey Gardner e Rebecca Halpern, Rachel Gammons);

- Necessidade de um aprendizado contínuo porém que não repliquem o modelo bancário;
- Desenvolvimento da consciência crítica, pensamento crítico, pensamento reflexivo e da práxis crítica;
- Promover a contextualização da produção e/ou consumo de informações, questionando as concepções normalizadas de autoridade, classificação, fonte, discurso, identidade e poder;
- Associação de CCI com MIL, Letramento digital, tecnologias de informação e comunicação, internet, redes sociais, big data;
- Promoção da democracia, cidadania, participação e de uma sociedade mais justa;
- Atenção às questões e teorias de gênero, feminismo, raça e queer;
- Alinhamento da CCI com as diretrizes da ALA, ACRL, UNESCO, IFLA, no que dizem respeito a: responsabilidade social, democracia, diversidade, bem público, justiça social, faróis para a Sociedade da Informação, alfabetização em mídia e informação, acesso e oportunidade para todos; e a crítica a maneira rasa com que essas instituições e documentos tratam estas mesmas questões e a ética;
- Aproximação com as ciências sociais e humanidades, incluindo as humanidades digitais, esta última no Brasil;
- Discute a manipulação semântica e tensão na dicotomia de liberdade/controle, empoderamento democrático/controle, inerentes à junção das palavras *literacy* e *information*;
- A CCI possui um tom otimista apesar do olhar crítico para as noções de neutralidade e objetividade. Esse tom permanece ao focar sobre os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais de consumo, produção e circulação de informações. A CCI pensa estas condições como mutáveis, em consonância com a práxis, olha os fenômenos intencionando mudanças;
- Propõe um olhar descentralizador em relação às autoridades.

No Brasil, além destes temas encontramos associação de estudos de CCI com questões bastante atuais, de comunicação e tecnológicas, relacionados principalmente a desinformação, *fake news*, vigilância, regime de informação, algoritmos, LAI, autonomia dos dados, aplicativos, agenda 2030 e arquitetura da informação. Cada vez mais é perceptível a

relação da CCI com as distopias da sociedade contemporânea e a necessidade da promoção da CCI. Assim mais articulação se forma entre a CCI, a Ciência da Informação, a Coinfo e diversas áreas de pesquisa, expandindo os temas e as conexões.

5.1 CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA CCI – COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO (*CRITICAL INFORMATION LITERACY*)

Seguindo a mesma perspectiva do capítulo 4.2, esse subcapítulo apresenta os elementos e conceitos alicerçantes da CCI, também com ênfase na perspectiva brasileira, sob influência internacional, em diálogo com Paulo Freire. Partindo do mapa conceitual elaborado por Brisola, Braga e Ramos Junior (em fase de pré-publicação), que esboça e condensa os conceitos utilizados por diversos autores referência. Como antes, os conceitos utilizados no mapa estarão numerados no texto e foram desenvolvidos a partir do arcabouço teórico da área, organizado de uma maneira didática, facilitando as posteriores comparações e objetivos, como expresso anteriormente.

Jessica Critten (2016), na introdução do livro de Annie Downey, evoca o significado da palavra informação em CCI, questionando se trata-se de conhecimento crítico da informação ou se busca um nível de habilidade com informações críticas? Na nossa perspectiva não se trata de informações críticas, embora saibamos que estas serão inevitavelmente investigadas pela CCI, mas do olhar crítico para a informação, da formação de um conhecimento crítico, de um pensamento crítico, de uma consciência crítica e de um comportamento crítico. É sobre todo tipo de informação, informação que é viva e carregada de subjetividade.

Um princípio que defendemos na CCI é de que a informação é enviesada e intersubjetiva. Enviesada por ser transpassada pela condição humana, social e histórica, como atenta a Teoria Crítica (HORKHEIMER, 1980). Intersubjetiva por reconhecer o caráter tecido e relacional da informação, com papel ativo dos sujeitos nos sistemas de informação, recuperando “as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais”, considerando a dimensão pragmática (ARAÚJO, 2009, on-line). Mesmo sem associar a essa perspectiva, Critten (2016, p. 1-2, tradução nossa) aponta como uma das definições de *critical information* a de que as informações “não são apenas a mensagem em si, mas também o contexto em que são transmitidas e compreendidas”, bem como sua “natureza socialmente construída e as implicações políticas e culturais que a acompanham”.

Para a CCI não é a definição de informação o cerne da questão, mas sim o olhar

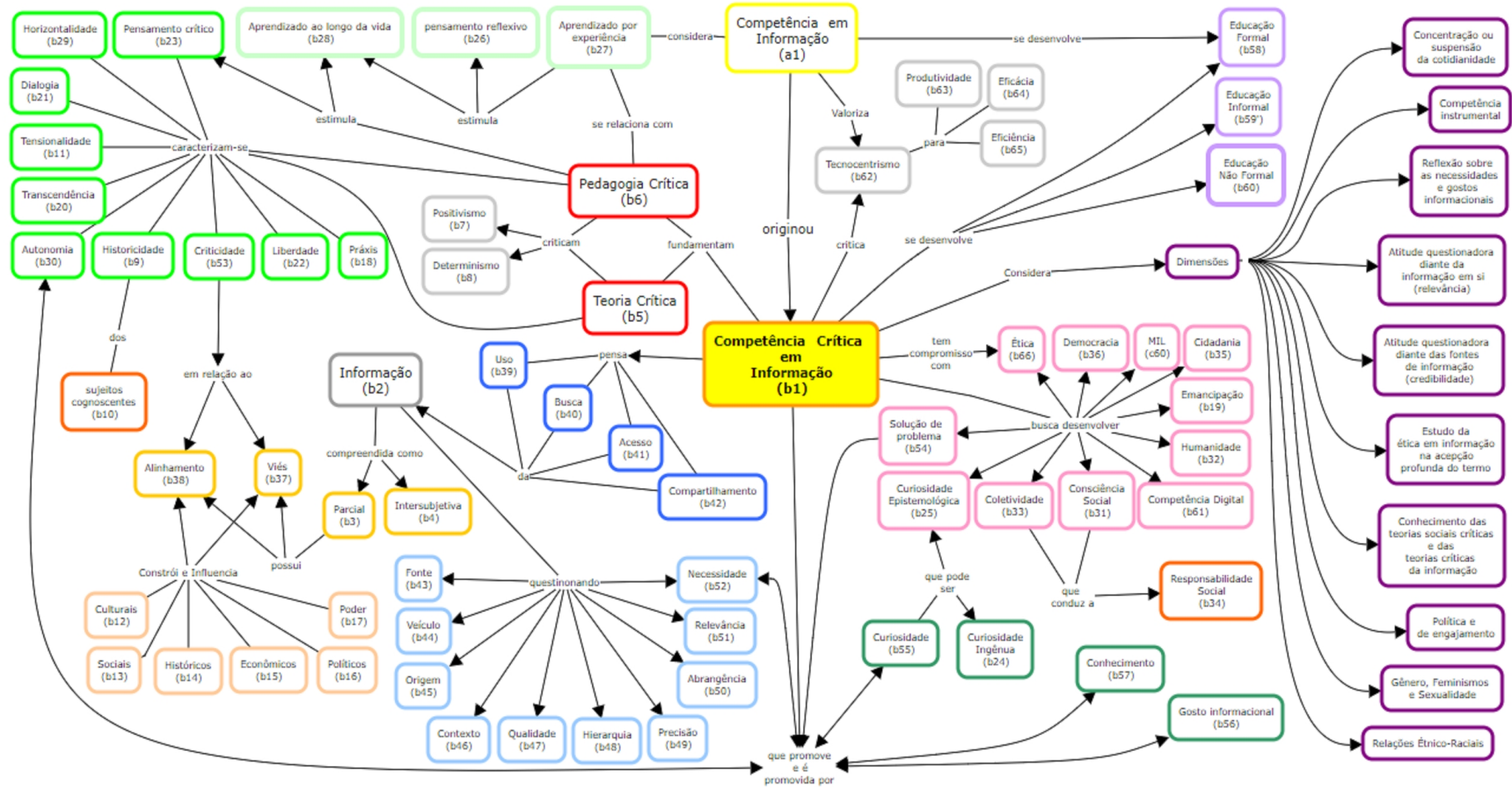
crítico para esta informação, ou para toda informação. Esse é o fio principal da CCI que é puxado firmemente pela Teoria Crítica e pela Pedagogia Crítica. A mudança do olhar possibilita a mudança da consciência, do conhecimento, do empoderamento, da autonomia, da práxis, modificando assim a própria vida. O sujeito que lida com a informação de maneira crítica, que olha para a informação sempre de maneira crítica, em plena Sociedade da Informação e sujeito à Sociedade da Desinformação, tem condições de tomar decisões que imprimem sua práxis em seu roteiro de vida.

Sabendo que a CCI^(c1) nasce da Coinfo^(c2) a partir da influência dos estudos críticos e das críticas ao caráter tecnocêntrico^(c3) que a Coinfo adotou, de maneira mais recorrente a partir dos anos 1980, muitos dos significados basais são iguais ou muito próximos, o que fica evidenciado nesta análise. Desta feita descreveremos mais atentamente, a partir deste momento, os termos que só aparecem no mapa da CCI ou estas aproximações ou divergências de ênfase ou de leitura destes conceitos.

Este mapa conceitual expandido a partir de Brisola, Sampaio e Ramos Jjunior, em fase de pré-publicação (Figura 6), certamente não encerra as possibilidades e a diversidade de conceitos utilizados pela CCI, entretanto o utilizaremos por articular conceitos que consideramos fundamentais para a CCI, contemplados por diversos autores, alguns referenciados no texto que se segue.

O mapa traz em verde-claro as características basais da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica que fundamentam a CCI. Em cinza claro estão os pontos criticados pela CCI na Coinfo e na ciência. Em tons de amarelo, na parte inferior esquerda, os aspectos que influenciam a informação e que são alvo do olhar crítico. Em azul-escuro e claro estão as ações pertinentes a informação e os questionamentos feitos a esta a respeito de origem, fonte, relevância etc. Em rosa e verde-escuro estão as características que a CCI procura desenvolver, promover. Por fim em lilás temos as formas educacionais que a CCI utiliza. Cada um destes conceitos é articulado no texto que se segue.

Figura 6 – Mapa Conceitual da CCI



Fonte: Autoria própria a partir de Brisola; Sampaio; Ramos Junior (em fase de pré-publicação)

A Teoria Crítica^(c4), é formulada na Escola de Frankfurt, com bases no materialismo histórico e dialético de Marx, em um movimento impulsionado pelos estudos Críticos, questiona o positivismo e determinismo da ciência da época e localiza os estudos científicos em seu contexto histórico, social, cultural, econômico e político, em uma “consciência de si”. Sendo o positivismo^(c5) uma corrente filosófica científica criada por Auguste Comte (1798-1857), inspirada no ideal de progresso, que defende que propriedades, uma vez descobertas, obedecendo o método objetivo científico, valem para quaisquer contextos, quaisquer sujeitos, na qual os fatos sociais são “coisa” e o “comportamento como a ação objetiva, externamente observável, resultante de um estímulo igualmente objetivo” (ARAÚJO, 2009, *on-line*). John Stuart Mill (1806 – 1873), adaptou o pensamento positivista ao utilitarismo moral inglês. Segundo Honneth (1999, p. 508) “ao justificar as ciências apenas no nível metodológico, o positivismo desvincula-as tanto da consciência de suas próprias raízes societárias quanto do conhecimento de seus objetivos práticos”.

Já o determinismo^(c6) – defende que todos os fenômenos da natureza estão interligados por rígidas relações de causalidade e leis universais, a univocidade e a concepção mecânica de mundo. Exclui o acaso e a indeterminação e acredita em cadeias causais e padrões de construção do mundo.

Caímos aqui na questão da Historicidade^(c7). O humano é conformado pela história, mas é ele também quem conforma a própria história (MARX, 2003, 2006, 2013; HORKHEIMER, 1980). Essa associação é indissolúvel. “Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo” (HORKHEIMER, 1980, p. 125). Desta maneira é impossível avaliar qualquer informação ou fato sem considerar sua historicidade, seu lugar na história e a maneira com que interage com o humano. Esse é um dos pontos aplicados e defendidos na CCI que aponta a importância em analisar toda informação sob esta perspectiva ao observar criticamente as questões relacionadas à informação, mas também aos sujeitos cognoscentes^(c8) – aquele tem a capacidade de conhecer, aquele que conhece e/ou aquele que realiza o ato do conhecimento (HORKHEIMER, 1980; FREIRE, 1987, 1996).

A contradição consciente caracteriza todos os conceitos e a maneira de pensar crítica.

O sujeito do comportamento crítico tem consciência do caráter discrepante do todo social – contradição consciente. [...] Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade foi capaz e que impôs a si mesma, [...] se identificam [...] com esse todo e o compreendem como vontade da razão: ele é o seu próprio mundo. [...] Por outro lado, [...] esse mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital. (FREIRE, 1997, p. 130)

A desigualdade social e o abismo entre ricos e pobres evidenciam as disputas entre as classes. A Teoria Crítica recusa essa separação de classes e a naturalização dos obstáculos a transposição deste algar, ao contrário propõe a superação destes obstáculos através do “reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social” (HORKHEIMER, 1980, p. 131), como também descrevem Marx (2003, 2006, 2007, 2013), Gramsci (1978, 1982, 1999). A essa relação de conflito como elemento estruturante da realidade humana (HORKHEIMER, 1980), os autores críticos chamam de tensionalidade^(c9) (ARAÚJO, 2013; BEZERRA, 2019) com relação íntima com as disputas de classe (MARX, 2003, 2007, 2011, 2013; GRAMSCI, 1978, 1982, 1999; HABERMAS, 1984).

A ideia geral e principal é de que os fatores culturais^(c10), sociais^(c11), históricos^(c12), econômicos^(c13), políticos^(c14) e de poder^(c15) interferem no indivíduo, na história, vida e na ciência (MARX, 2003, 2006, 2007, 2013; GRAMSCI 1978, 1982, 1999; HORKHEIMER, 1980; ADORNO E HORKHEIMER, 1985; FREIRE, 1967, 1983, 1987, 1996), conseqüentemente na informação. Downey (2016, p. 42) sublinha que o aprendizado em CCI estimula no aprendente que ele não se concentre em objetivos avaliáveis, mas sim que questione “as forças sociais, políticas e econômicas envolvidas na criação, transmissão, recepção e uso de informações”.

A Teoria Crítica propõe uma práxis^(c16) – teoria voltada à prática – que dela se alimenta, numa espiral contínua e ascendente, buscando a emancipação^(c17) do humano. Teoria esta, inaugurada por Marx, que propõe uma filosofia que não apenas interprete o mundo, que contenha saber, mas do agir, que pretenda mudar o mundo (MARX, 2003, 2006, 2007; FREIRE, 1967, 1983, 1987, 1996). “O saber aplicado e disponível está sempre contido na práxis social” (HORKHEIMER, 1980, p. 125). A realidade social, objetiva, não existe por acaso, só existe como produto da ação dos humanos e é através deles que se transforma. “Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘invasão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”, é práxis (FREIRE, 1987, p. 20).

Esta perspectiva de que o humano, através da práxis, transforma o mundo é o que permite a transcendência^(c18) – a passagem de um estado de ser para outro através da interação com o outro e o mundo. Segundo Freire (1967) a transcendência não é apenas o resultado exclusivo da transitividade da consciência, mas está também na raiz de sua finitude, na consciência de ser inacabado, de sua historicidade, na ligação com o Todo, religando-se na liberdade. “O homem existe – *existere* – no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga,

emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se” (FREIRE, 1967, p. 41).

Transcendência, neste contexto, significa a capacidade da consciência humana de sobrepassar os limites da configuração objetiva. Sem esta capacidade nos seria impossível a consciência do próprio limite. Estou consciente, por exemplo, dos limites da mesa em que escrevo porque sou capaz de transcendê-los. (FREIRE, 1981, p. 54, nota de rodapé)

Bezerra (2019, p. 27) sublinha que os estudos críticos propõe alternativas reais de emancipação, se recusando a aceitar o determinismo que postula que as coisas são como são e propondo uma transição descobrindo porque as coisas são assim, como elas deveriam ou poderiam ser e porque não são, desvelando os obstáculos ou condições que impõe ou mantém as coisas como são.

A Pedagogia Crítica^(c19), formulada por Paulo Freire, é diretamente influenciada pelos estudos críticos e por estudos pedagógicos da época, com indícios de algum contato crítico à pedagogia proposta por Dewey (1959; 1979), mais frequentemente utilizada em textos de Coinfo brasileiros. Paulo Freire propõe o desvelar das coisas através de uma transição, fomentada pedagogicamente através do diálogo, do mútuo aprendizado (professor/aprendiz), da curiosidade ingênua para a curiosidade epistêmica, pretendendo a emancipação do indivíduo e a libertação da opressão. Propõe uma educação que busca na curiosidade e vivência dos indivíduos a fonte para a dialogia.

Nessa medida a CCI está preocupada com a dialogia^(c20) (FREIRE, 1987), no sentido de ter na alteridade a troca de conhecimento, reconhecendo em si e no outro a capacidade criadora. Esforçando-se e para perceber em seu interlocutor a curiosidade ingênua para incitar nele o gosto informacional, o maravilhar-se, para o recriar do conhecimento, favorecendo sua emancipação e autonomia^(c21) e a transição para a curiosidade epistemológica.

Seguindo sua raiz na Pedagogia Crítica de Paulo Freire, a CCI contesta a educação bancária, que “deposita” “conhecimento” nos alunos de cima para baixo, e busca a emancipação dos sujeitos, transformando as relações de ensino em sala de aula, as estruturas institucionais, a produção de conhecimento e as relações sociais e materiais da comunidade, considerando também como a cultura dominante reforça certos discursos e marginaliza outros. Nesse sentido, significa também, o engajamento político para mudança da sociedade e a rejeição às discriminações.

O indivíduo emancipado é aquele que percebe que existe a sectarização (FREIRE, 1987), ou seja, o apego exagerado a um ponto de vista, um partidarismo ou proselitismo inflexível, que separa o nós dos outros e, muitas vezes, transforma o outro em inimigo. O sectário é obstinado e inflexível na defesa daquilo que acredita, doutrinas ou ideologias. O

sectarismo, segundo Freire (1997), restringe e estreita a leitura de mundo e a compreensão dos fatos e pode ser de direita ou de esquerda. As certezas sectárias excluem as possibilidades de outras certezas, negam a dúvida, afirmam “verdades” e criam inimigos. Sendo crítico, para Freire (1987; 1997), o sujeito é radical, nunca sectário.

É também a emancipação que permite uma libertação antideterminista do aprender, do pensar e do ser no mundo. As coisas não estão dadas, elas foram cunhadas pelo humano e por ele podem ser transformadas. Para Freire (1997) o determinismo é incompatível com a compreensão da história como possibilidade, incompatível com o sonho. É preciso libertar o aprender, o pensar e o ser no mundo, para cunhar a esperança de construir uma sociedade que não seja opressora, perversa, machista, discriminadora, injusta e racista.

Emancipação em Freire tem raízes em Marx (2007) que fala da emancipação da classe trabalhadora. “A emancipação humana só será completa quando o indivíduo [...] tiver reconhecidos e organizados seus próprios poderes como poderes sociais, de tal modo que não mais separe dele próprio esse poder social como um poder político” (MARX *apud* BOTTOMORE, 1998, p. 48). Assim, “Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana” (BOTTOMORE, 1998, p. 202). Nesta concepção essa libertação é coletiva. Para Freire a emancipação passa pela educação, que ajuda o indivíduo a se reconhecer e se compreender no mundo transformando-se de objeto em sujeito.

O pensamento crítico⁽⁶²²⁾ de Freire, mais utilizado na CCI, distingue-se do pensamento reflexivo⁽⁶²³⁾ de Dewey (1959), que aparece mais na Coinfo. Embora o uso dos dois termos nos trabalhos acadêmicos de Coinfo e CCI sejam bem próximos em relação ao objetivo a ser alcançado, existem diferenças importantes entre os dois conceitos que precisam ser consideradas criticamente.

No caso do pensamento crítico, Horkheimer (1980, p. 132) aponta que “é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro”. Ele não tem a função de um indivíduo isolado nem a de uma generalidade de indivíduos. Ao contrário, ele considera conscientemente como sujeito a um indivíduo determinado em seus relacionamentos efetivos com outros indivíduos, e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza.

Freire (1987) radicaliza, pensando na promoção de uma educação emancipadora e

libertadora, corroborando a ideia da curiosidade e da experiência como força motriz do aprendizado: “Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (FREIRE, 1987, p. 56).

Segundo Freire (1987) é imprescindível a dialética entre subjetividade e objetividade, contudo sem cair no subjetivismo. De acordo com Freire, Marx não critica a subjetividade, mas critica e destrói cientificamente o subjetivismo, o psicologismo. Nesta perspectiva, subjetividade e objetividade se encontram. O aspecto subjetivo ganha corpo nessa “unidade dialética com a dimensão objetiva da própria ideia, isto é, com os conteúdos concretos da realidade sobre a qual exerce o ato cognoscente” (FREIRE, 1987, p. 12). Em Freire esse encontro resulta em uma práxis solidária com o conhecer, com o outro, que busca transformação. Freire (1987), assim como Marx (2001, 2003, 2006), defende que o humano é um ser histórico produtor da realidade social objetiva e também conformado por ela. Assim, na práxis, é tarefa histórica do humano transformar a realidade.

Para Freire (1987, p. 20), a educação e o pensamento crítico são motores da transformação e da libertação da opressão. Libertação porque “a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências”. É a emancipação do indivíduo, de seu pensar, que o desacorrenta e, conseqüentemente, desprende o seu fazer no mundo.

Como a realidade é funcionalmente domesticadora e alienante, libertar-se exige romper com essa realidade, emergir dela e superar sua domesticação. O indivíduo torna-se sujeito, protagonista de seu ser e agir no mundo. Isso só é possível através da práxis. É a crítica que possibilita a práxis conjunta à consciência, porque “o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro” (FREIRE, 1987, p. 21). A inserção crítica só existe na dialética objetividade-subjetividade.

Da mesma forma, o acesso à informação ou a consciência da informação sem o pensamento crítico, não é, de fato, informação, não se torna conhecimento nem promove a competência crítica em informação. Para que o sujeito desenvolva seu conhecimento e competência crítica em informação, com potência de absorção, gosto e criticidade, é preciso que trave com a informação uma relação dialógica e dialética, que consiga associar a informação às suas vivências e conhecimentos anteriores; seja para confrontá-los, completá-los ou confirmá-los.

Para Freire (1996, p. 16-17) é o pensamento crítico que propicia a passagem da

curiosidade ingênua^(c24) – “que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum”, o saber feito de pura experiência –, para a curiosidade epistemológica^(c25) – que metodicamente “rigoriza-se” na sua aproximação ao objeto, buscando maior exatidão em seus achados, cada vez mais próxima da curiosidade científica.

A curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência (FREIRE, 1996, p. 17).

Freire entende a curiosidade como vital. Assim, concordando com a Pedagogia Crítica, a CCI, deve estimular a curiosidade a debruçar-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, percebendo-se curiosidade ingênua e transmutando-se em curiosidade epistemológica.

O conceito de pensamento reflexivo foi cunhado em 1910 por John Dewey, que o define como “a espécie de pensamento que consiste em examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva” (DEWEY, 1959, p. 13). Diferenciando-se da forma rotineira de pensar, o pensamento reflexivo é estimulado por um estado de dúvida, que leva a um ato de pesquisa. A dúvida, articulada com as experiências passadas, vividas ou conhecidas, submetida à reflexão, orientado à pesquisa, caracteriza o pensamento reflexivo.

Para Dewey (1979) o aprendizado por experiência^(c26) cria camadas de experiências que vão se acumulando, se relacionando e se aprofundando à medida que novas experiências vão sendo somadas, em uma contínua aprendizagem ao longo da vida^(c27), com o que concorda Freire. Dewey (1979, p. 39) estimula a criação de um ambiente de aprendizado que “entrando em interação com as necessidades e capacidades daqueles a que vai ensinar, criará a experiência educativa válida”, porém sem abrir mão da disciplina e de uma posição hierárquica do professor, valorizando sua experiência acumulada. Cabe aos educadores, “estabelecer as condições adequadas ao tipo de experiências presentes capazes de ter efeito favorável sobre o futuro. Educação como crescimento ou conquista da maturidade deve ser um processo contínuo e sempre presente” (DEWEY, 1979, p. 44).

O termo horizontalidade^(c28) representa a dialogia de co-aprendizado e de vida, que reduz ou anula a hierarquia forçada e opressora entre educador e educando, liderança e massa, superiores e inferiores. Não significa o extermínio total de hierarquias, mas uma mudança que abre mão da estrutura de cima para baixo, adquirindo uma postura mais dialógica, acreditando que, em alguma medida, sempre há o que ensinar mas também o que aprender.

Como a mãe que desce os olhos a altura dos olhos do filho, diminuindo sua altura e seu corpo, para com ele falar olho no olho. Ela não deixa de ser mãe, mas abre mão da altura, da imposição, do falar alto e ser assustadora e desce à criança para lhe falar diretamente, na mesma altura e em tom mais baixo, solidarizando-se com ela.

Esta horizontalidade é oposta à educação bancária desaprovada na Pedagogia Crítica. Está nos conceitos Horkheimer (1980, p. 119), que não contestam o significado da teoria em geral, “mas a teoria esboçada ‘de cima para baixo’ por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular”, que observa os fenômenos sociais e sua influência sobre os problemas e fatos. Também aparece na ideia dos autores de que o trabalho, a intelectualidade, ciência, serviços, produção, política, economia, enfim a vida, está subsumida ao modo de produção em formas determinadas de sociedade em determinada época, dando que, como indica Paulo Freire, a libertação é para oprimidos e opressores, na construção de uma nova realidade não verticalizada. Assim como no conceito anterior essa preocupação está mais latente e é mais central na CCI do que na Coinfo.

Articulando as questões da práxis, do sujeito cognoscente, da historicidade, das influências sociais, políticas, econômicas, culturais e da hegemonia, Freire (1996, p. 125) ressalta que “o saber aplicado e disponível está sempre contido na práxis social; em consequência disso o fato percebido antes mesmo da sua elaboração teórica consciente por um indivíduo cognoscente, já está codeterminado pelas representações e conceitos humanos”.

Existe uma imbricada relação entre o indivíduo, a informação e os saberes que é atravessada por questões históricas, sociais, de poder, políticas, econômicas e culturais, para a qual a CCI está sempre atenta e, mais que isso, provocando um pensamento crítico a respeito dessas relações na intenção emancipatória do ser, a fim de suscitar uma consciência social^(c29) e de humanidade^(c30), um senso de coletividade^(c31) e uma responsabilidade social^(c32), que promovam a cidadania^(c33) e, conseqüentemente, a democracia^(c34). Para Downey (2016, p. 42), em última instância, a implementação pedagógica deve resultar em atividades de CCI que reconheçam a cumplicidade do individual – e do sujeito como membro da comunidade – em bases informacionais de estruturas de poder e luta.

Considerando estas bases teóricas que influenciaram a CCI conforme visto no mapa conceitual, temos que: a CCI, à luz das teorias que a influenciam, considera que a informação é parcial^(c35), ou seja, contém uma escolha consciente ou inconsciente de interpretação e narrativa. Por isso, a informação é concebida como enviesada^(c36), construída e também influenciada por questões históricas, sociais, de poder, políticas, econômicas e culturais, as quais também podem imprimir um alinhamento^(c37), com estas forças. Essa perspectiva afeta

como a CCI pensa o uso^(c38), a busca^(c39), o acesso^(c40) e o compartilhamento^(c41) da informação. Questionando a fonte^(c42), veículo^(c43), origem^(c44), contexto^(c45), qualidade^(c46), hierarquia^(c47), precisão^(c48), abrangência^(c49), relevância^(c50) da informação e a necessidade^(c51) desta, sempre sob a ótica da criticidade^(c52) de ponto a ponto do percurso informacional.

Esta abordagem mais preocupada com o olhar crítico do que, propriamente com as técnicas, não as desprezando, é a ênfase que, essencialmente, difere a CCI da Coinfo. Assim a CCI agregou à necessidade de informação e à busca da solução de problema^(c53), a importância da promoção da curiosidade^(c54), do gosto informacional^(c55) (SCHNEIDER, 2015; BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017) e do conhecimento^(c56), que em um círculo virtuoso, retroalimentam e auto promovem nova curiosidade, gosto e conhecimento.

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta, com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. (FREIRE, 1967, p. 40)

A CCI, como já dito, está focada na relação do sujeito com a informação, na estruturação de uma relação que não seja superficial ou que apenas engula a informação que vem pronta, mas uma relação dialética, dialógica e crítica, no sentido epistemológico usado pela CCI. A relação com a informação e com o mundo é perpassada pela criticidade mas também pelo desejo transformador da realidade e pelo agir. É no posicionamento crítico do sujeito, em seu protagonismo, emancipação e transformação, que está o foco e a distinção da CCI.

Em relação à ética^(c57), como abordado por Bezerra e Doyle (2017), o documento da ALA, *Framework* (2016), apesar de tentar expandir a questão da ética relacionada a Coinfo, parece fazer isso de maneira superficial e espalhada no texto. Na mesma perspectiva crítica, Brisola, Schneider e Silva (2017) trazem o arcabouço teórico da filosofia para discutir a ética e a CCI, dialogando preferencialmente com a ética intercultural da informação (CAPURRO, 2009, 2010, 2016), alargando o horizonte mais comum na Coinfo que relaciona, com mais frequência, o assunto à ética profissional e às questões legais de autoria, por exemplo. Assim, para a CCI é fundamental uma educação para a ética de maneira abrangente e aprofundada.

Educação é um conceito amplo, podendo ser formal, informal ou não formal, possuindo muitas facetas e camadas, mais ainda na atualidade. Pode envolver diversos aparatos e técnicas. Segundo Edwiges Inácia de Lima, Fernanda Quinei Alves Nagao,

Jaqueline Tumitan Selmo, Sorrana Penha Paz Landim e Vanda Moreira Machado Lima (2019), a Educação Formal^(c58) é aquela sujeita à pedagogia, métodos, exercícios, regras, tempo e especialização. É aquela onde aparecem escola, professor e estudante ou aluno. A Educação Não Formal^(c59) envolve engajamento político, experiências, trabalho, compreensão sócio-política etc. Nesta educação o aprendizado parte de processos culturais. É a educação que acontece, por exemplo, vinculada a movimentos sociais, em associações, sindicatos, através discussões, teatro, música, etc. A Educação Informal^(c60) é aquela que se aprende em socialização – na família, grupos, clubes, igrejas, etc.

A importância da educação não formal e informal para o desenvolvimento do pensamento e consciência crítica, vêm das limitações e limitantes da educação formal, além de aproveitarem o engajamento e as relações sociais, conforme Paulo Freire ao discorrer sobre as limitações formais e os processos da educação não formal.

Conhecer os limites reais da educação formal na sociedade ajudou-me a redirecionar meu trabalho. Sobre esses limites, poderia dizer concretamente que, quando estou com um grupo de vinte ou quarenta alunos, aqui ou no Brasil, discutindo algum aspecto da realidade para tentar desvendá-la, até mesmo quando estou discutindo o próprio processo de educação, não estou pensando que, quando me despeço dos alunos, terei vinte e cinco novos revolucionários! Não, não. (rindo) Mas, o que poderemos ter, ao fim do seminário, é um aumento da curiosidade das pessoas. Talvez os tenhamos estimulado a se tornarem mais conscientes das contradições da sociedade. Alguns deles talvez comecem a se perguntar com quem estão, politicamente, e contra quem estão. Talvez, uns poucos fiquem mais firmemente engajados no processo de trans-formação. Isto é o que eu posso fazer, enquanto professor, porque isto é o que a educação pode fazer, no nível de nossa ação nas escolas e nas faculdades (SHOR; FREIRE, 1986, p. 82).

Enquanto a Coinfo se concentra na Educação Formal (ainda que não se atendo apenas a esta) preparando estudantes, pesquisadores e profissionais, a CCI expande esse horizonte para a Educação Informal e Não Formal, acreditando que estas também podem ser veículos do fomento à CCI, abordando sobre esta lógica também a Competência Digital^(c61), que “envolve não apenas saber como usar as ferramentas tecnológicas, mas também saber como construir coisas significativas com estas ferramentas” (BARRETO, 2007, p. 8) e a MIL^(c62) (*media and information literacy*) – AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) para a UNESCO e Competência em Mídia e Informação (para a CI).

O significado inicial da MIL para a Comunicação era estritamente voltada para as informações midiáticas, mas a UNESCO unificou significados, como ela mesma explica²²: a

22 AMI da UNESCO combina duas áreas distintas – a alfabetização midiática e a alfabetização informacional – em um único conceito: alfabetização midiática e informacional. Ela vai além daquilo que as terminologias significam individualmente, [...] alcançando uma noção unificada que incorpora elementos tanto da alfabetização midiática quanto da alfabetização informacional, transmitindo os propósitos e os objetivos da AMI. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/129895/mod_resource/content/1/Digital%20Literacy.pdf Acesso em jul. 2020.

competência em informação e a midiática são comumente vistas como áreas distintas, mas que a instituição uniu estrategicamente. Não concordamos com o grande guarda-chuva que a UNESCO criou com motivações políticas e de marketing. A discordância possui dois pontos principais.

Primeiro o uso de um termo já consagrado alterando sua significância, pode trazer facilidades de conformação e convencimento em termos de políticas públicas, discussões políticas, comunicação da empreitada e aceitação das massas, contudo cria um problema de recuperação e busca, além de epistemológico. Segundo, a definição coloca a literacia midiática como algo paralelo e unido com a literacia em informação, como se o que se estuda em alfabetização em informação midiática não fosse uma parcela de um todo informacional. Acaba sendo um guarda-chuva forçado que reduz a visibilidade de outras literacias, impõe uma hierarquia da literacia midiática sobre outras literacias que não estão conectadas a ela, e exacerba a importância da mídia em relação a outras informações colocadas abaixo deste guarda-chuva. Ainda assim, em consonância com grande parte da academia, neste ponto, utilizaremos a definição da entidade.

A AMI (MIL) enfatiza a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação por um lado e, por outro, “enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão” (WILSON; GRIZZLE; TUAZON; AKYEMPONG; CHEUNG, 2013, p. 18). A AMI tem se apresentado como uma solução para a desinformação e as *fake news*. A UNESCO, na área de Comunicação e Informação, priorizou a AMI como um dos temas principais, lançando metas de fomento desta habilidade.

No Relatório do HLEG (2018), a AMI (MIL) se refere a um esforço para aumentar a conscientização e a compreensão das informações e mídias, das tecnologias digitais e da análise de dados. Implementar a capacidade de lidar com estas informações e usá-las de maneira mais cidadã e ética. Para a CCI, para que de fato aconteça o uso cidadão, é preciso fazê-lo de maneira crítica.

Além disso, a CCI critica as motivações baseadas em produtividade^(c63), eficácia^(c64) e eficiência^(c65) que considera imbricadamente relacionadas ao capital e a exploração dos indivíduos. Assim a CCI está preocupada com a promoção da liberdade, mas seguindo Marx (2007, 2003), Gramsci (1999), Freire (1987), a liberdade de ambos, oprimido e opressor, em comunidade, com os meios de desenvolvimento de todas as faculdades de cada indivíduo, superando as divisões, rumo a um mundo com mais igualdade e sem exploração, contra o conceito de liberdade das classes dominantes, liberal, a liberdade de oprimir e explorar.

5.2 DIMENSÕES DA CCI

Apresento aqui os níveis da CCI propostas pela primeira vez em BRISOLA, SILVA, SCHNEIDER (2017) e expandidas em Schneider (2019) e Bastos (2020). Estes níveis, que prefiro chamar de dimensões, por passar uma ideia de desmembramento natural e não de escalonamento, pretendem compreender as ênfases críticas da CCI. Tratam-se de caminhos apontados que facilitam a didática para: uso e educação da CCI, promoção da consciência para a autopromoção da CCI, bem como atraem a atenção dos profissionais da informação para a sua responsabilidade na mediação da informação que promova a CCI e, conseqüentemente, a libertação da alienação e a emancipação dos cidadãos.

São elas:

1) Concentração ou suspensão da cotidianidade^(c66)

Diante da enxurrada de informações a concentração é mais que necessária para “ignorar, a cada momento, a maior parte da totalidade potencialmente informacional que nos cerca e atravessa, e em considerar tão somente o que parece poder ser, neste momento, informação relevante” (SCHNEIDER, 2019, p. 80-81). Porém, diante da celeridade da vida e das informações esta não é uma tarefa simples, tampouco existe treinamento para esta detenção e foco da atenção no que diz respeito a informações que não são cobradas ou fundamentais para aquele indivíduo. A educação mais comum ensina a decorar e repetir e não a concentração, análise e crítica. A hipertextualidade e multitarefas da atualidade, promovem a dispersão.

A suspensão da cotidianidade, conceito de Agnes Heller, associada à CCI por Schneider (2019), é caracterizada pela concentração, intensidade e homogeneidade de pensamentos e ações. Essa suspensão exige uma vontade e consciência do indivíduo diante das exigências necessárias a sua realização. Suspensão da cotidianidade requer “foco de toda a atenção em um determinado problema ou conjunto de problemas, abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, da mimese, dos preconceitos” (SCHNEIDER, 2019, 109).

Ante a hegemonia, guiada por valores, juízos, generalizações e preconceitos enraizados e fomentados pela classe dominante, se faz mais complexa a suspensão. A valorização da individualidade e da “opinião própria”, que muito pouco de distinto e individual tem, empaca o distanciamento necessário à análise e promove o achismo, exacerbado pelo imediatismo.

2) Competência instrumental^(c67)

Como defendemos, as competências, ou como preferimos as literacias, são necessárias para a formação de uma CCI. Para ser crítico com as informações é necessária uma consciência de mundo e do seu lugar no mundo, uma consciência social, política, histórica e econômica. Para compreender as artimanhas, por exemplo, das redes sociais, é preciso compreender minimamente os mecanismos digitais, é preciso de Competência Digital. É preciso, também, desenvolver a competência midiática, uma vez que a mídia se justapõe à vida na atualidade. Mais basal que estas competências é ideal que o sujeito seja alfabetizado, saiba interpretar textos, seja munido de conhecimento e estimulado à curiosidade e ao gosto por ele.

A necessidade do domínio instrumental e teórico dos dispositivos informacionais disponíveis (BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA, 2017, SCHNEIDER, 2019) são assim sujeitos a uma formação que propicie este domínio. Ainda que seja possível a um analfabeto que não utilize telas nem internet ser competente crítico em informação, mesmo que só na oralidade, certamente quanto mais competências e compreensão são acumuladas, mais fácil o desenvolvimento da CCI. Daí também a importância da Coinfo para a CCI.

3) Reflexão sobre as necessidades / gostos informacionais^(c68)

A CCI requer um questionamento por parte de usuários e mediadores sobre as necessidades informacionais próprias e do(s) outro(s). Qual efetividade desta(s) necessidade(s), seguida por um exame de hierarquia e condições concretas de satisfação (BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA, 2017). Mediadores, como bibliotecários, professores, comunicadores e influenciadores, são fundamentais neste contexto. Quando desenvolvem sua CCI e percebem a necessidade do desenvolvimento no usuário, são impulsionados a adotarem uma postura mais ativa, que busca compreender as necessidades informacionais do(s) outro(s). Como exemplo, no sentido do desenvolvimento da CCI, uma das mais relevantes contribuições de um bibliotecário aos usuários da biblioteca se faz aproveitando o processo formal de resolução de problemas, mas de maneira dialógica, que desperte a curiosidade e o gosto, aproveitando freirianamente o conhecimento deste usuário, para desenvolver o pensamento crítico do usuário (BRISOLA; RAMOS JUNIOR, 2020).

Essa atitude deve e pode se expandir para inúmeros tipos de mediação da informação, problematizando a “noção de necessidade informacional aliada ao estímulo à curiosidade intelectual e à formação do gosto pelo pensamento questionador e rigoroso” (SCHNEIDER, 2019, p. 109).

4) Atitude questionadora diante da informação em si / relevância^(c69)

Tendo noção da sua incompletude, do enviesamento da informação e de sua subsunção à historicidade em todas as suas nuances, o sujeito passa a ter esta atitude questionadora que se expande para sua visão de mundo. Assim se forma um “questionamento sistemático da relevância da informação e da própria noção de relevância, bem como dos mecanismos e critérios sociotécnicos de atribuição de relevância aos enunciados, aos dados e aos meta-dados” (SCHNEIDER, 2019, p. 109).

De onde vem esta informação? De que classe social vem esta informação? Sobre o que é a informação? Que algoritmos escolheram esta informação como relevante e por quê? A informação responde às questões com propriedade? Por que a visita do presidente dos EUA é mais importante que a visita do presidente do Congo?

As questões que envolvem a informação bem como os mecanismos que a tornam relevantes, passam a fazer parte dos questionamentos do porquê esta informação é relevante para responder a esta demanda e não aquela. A credibilidade das fontes de informação passam a também fazer parte dos critérios de relevância da própria informação.

5) Atitude questionadora diante das fontes de informação / credibilidade^(c70)

Trata do “questionamento sistemático da credibilidade das fontes de informação e dos produtores de dados e meta dados, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de credibilidade às fontes, e aos produtores de dados e meta dados” (SCHNEIDER, 2019, p. 109).

Não se tratará mais do que é escrito, indicado, enviado ou falado por alguém que supostamente tem relevância, mas torna-se prática recorrente olhar para além dessa obviedade forjada e pensar no entorno da nomeação daquela fonte como relevante. Não importa se o âncora do jornal, minha avó, o presidente ou até um médico está vinculado à informação. A pergunta passa a ser: por que esta fonte é confiável? Um médico possui autoridade no que diz respeito à especialidade dele; minha avó pode ser a pessoa mais importante do mundo para mim e certamente é uma autoridade em muitas coisas, mas não para qualquer uma. Como o presidente ascendeu ao cargo? Qual a formação dele? Ele está apto a ser autoridade neste assunto? Quem criou este algoritmo? Com que objetivo? Que jornal é este? Quais os vieses de sua editoria?

As perguntas se multiplicam e a consciência do contexto da informação se constrói de uma maneira mais sólida, favorecendo e aprimorando a CCI, cada vez de maneira mais abrangente, profunda e consciente.

6) Estudo da ética em informação na acepção profunda do termo^(c71)

A ética para a CCI vai além das questões legais de uso, autoria e monetarização da informação. Para CCI a ética é parte integrante necessária da sociedade e, portanto, do funcionamento informacional. “Reflexão séria e responsável sobre o bem ou o mal, resultantes dos usos da informação, com ênfase nos problemas articulados da mentira, da opressão e do sofrimento, numa perspectiva intercultural, sem perder de vista as contradições entre o singular, o particular e o universal” (SCHNEIDER, 2019, p. 109).

Os questionamentos éticos que perpassam a informação também perpassam a sociedade, os atores e os sujeitos. A percepção dos problemas e dilemas éticos que envolvem a informação, que atravessam escancarados nas *fake news* e são aprofundados e dissimulados na desinformação, chegam às questões levantadas por Capurro (2009) sobre a necessidade de uma ética intercultural, que não homogenize o Globo Terrestre sob o domínio dos que tem mais capital para produzir informação e produtos. Promovendo uma ética que respeite as individualidades culturais, sem contudo ignorar e apontar aquilo que é antiético nas culturas, em seus próprios termos e na perspectiva intercultural.

Exemplo disso é a percepção errônea que a maioria dos habitantes da Terra têm, fomentada por narrativas falseadas e distorcidas da história e difundidas pelos filmes hollywoodianos, por exemplo, de que o exército americano foi responsável pela libertação dos judeus dos campos de concentração no fim da Segunda Guerra Mundial, quando, na verdade, o exército soviético foi responsável pela libertação dos principais, e maioria destes campos²³.

O exemplo da outra mão, é a luta de mulheres de todo mundo contra a circuncisão, castração e mutilação de mulheres por motivos culturais ou religiosos como nos casos da Etiópia e Somália. Waris Dirie, que tornou-se modelo e ativista, nasceu em um vilarejo na Somália e sofreu circuncisão feminina²⁴ aos 5 anos. Dirie se tornou ativista contra a mutilação genital feminina e afirma “É uma vergonha que uma tortura bárbara, cruel e inútil continue a existir no século XXI” (CAMPOS, 2015, on-line). Sua história, contada no livro “Flor do deserto”, virou filme com o mesmo nome.

A fala da modelo internacional, africana, Liya Kebede, que possui uma fundação com

23 As forças soviéticas foram as primeiras a se aproximar de um campo nazista de grande porte, chegando ao campo de Majdanek próximo de Lublin na Polônia, em julho de 1944. Os soviéticos também libertaram os principais campos nazistas em Auschwitz, Stutthof, Sachsenhausen e Ravensbrueck. As forças norte-americanas libertaram os campos de Buchenwald, Dora-Mittelbau, Flossenbuerg, Dachau e Mauthausen. As forças britânicas libertaram os campos no norte da Alemanha, incluindo os de Neuengamme e Bergen-Belsen. (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO). Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/liberation-of-nazi-camps>

24 Uma espécie de parteira, com anuência e ajuda da mãe, corta a região genital das meninas (em geral entre 5 e 10 anos) com uma navalha, num procedimento que varia da retirada do clitóris ao corte dos grandes lábios e à infibulação (fechamento parcial do orifício genital).

seu nome destinada a pressionar órgãos mundiais para que dediquem seus fundos à saúde de gestantes e recém-nascidos em países subdesenvolvidos, imprime esta consciência ética que, por vezes, é necessária para suplantar culturas enraizadas. “Não estamos falando de mortes por doenças desconhecidas. Mulheres e crianças estão morrendo por causas como infecção, problemas de parto que uma visita a um médico resolveria. Isso é inaceitável no mundo de hoje” (ERTHAL, 2005).

7) Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação^(c72)

Uma das motivações desta tese é demonstrar a importância da criticidade no ensino e fomento à CCI, bem como delinear um arcabouço teórico epistemológico e didático para este objetivo. Mas é preciso extrapolar os muros da academia e pensar em maneiras de expandir estas noções. Como coloca Paulo Freire

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 1967, p. 36)

O investimento na CCI requer assim, “articulação de todos os níveis anteriores em uma perspectiva emancipatória realista, bem como da própria noção de realismo” (SCHNEIDER, 2019, p. 109). Articulação real e profunda com a crítica central para a CCI.

8) Política e de engajamento^(c73)

Só se é cidadão a partir da compreensão de que a política atravessa toda vida. A noção de cidadania nasce na ideia de conciliação entre o coletivo e o individual, na intenção do interesse público, no qual a coletividade preponderava. Com o tempo foi sendo “abandonada a importância mor do coletivo e abraçada a individualidade. [...] No Estado Liberal, cada indivíduo cuida da sua vida, provendo seu patrimônio privado, como fruto de seu esforço laboral, com o mínimo de intervenção estatal” (BRISOLA, 2016, p. 37). O cidadão, que embrionariamente era a voz da pólis, vai alienando sua participação até delegar a gerência de sua atuação política a outrem através do voto. A política se torna algo sazonal e distante e é recorrente escutar que “não se discute política, futebol e religião” como se a política fosse algo individual relacionado a meras opiniões, fé ou paixão e não parte da vida e regência do interesse público.

Para que o indivíduo se torne sujeito de sua vida é preciso compreender que a política não só interfere em sua vida como faz parte dele e dela. Esse sujeito/sujeita tem consciência

de todas as dimensões políticas do seu ser no mundo e se apropria dela de maneira consciente. Assim, “é a consciência de fazer parte de determinada força hegemônica, e a práxis interativa em aparelhos populares de hegemonia” (BASTOS, 2020, p. 207), distinguindo a cidadania que prioriza a luta por direitos dentro da institucionalidade e a construção de outra hegemonia, compreendendo que a emancipação está na constituição de outra formação econômico-social. Se faz assim “o sujeito consciente de si, graças à ideologia, concebida como lugar de construção da subjetividade, capaz de lutar contra a hegemonia adversária por outra hegemonia, deve apropriar-se dos próprios ‘aparelhos hegemônicos’ ou ‘ideológicos’” (BASTOS, 2020, p. 207).

Bastos (2020) problematiza o conceito de engajamento, que por vezes é reduzido à interação nas redes digitais, tornando-se “sinônimo da performance de uma página ou publicação conforme as métricas dos SRS” (BASTOS, 2020, p. 195), esvaziando seu sentido político e demonstrando um engajamento com o “novo espírito do capitalismo”. “Etimologicamente, engajamento vem do francês medieval *engagier*, de *en engage*, ‘sob compromisso, sob promessa’, de *en*, ‘fazer’, mais *gager*, ‘compromisso, garantia’” (BASTOS, 2020, p. 196), algo mais próximo do engajamento no sentido político e da práxis.

Trata-se portanto de uma consciência política, que envolve ação, consciência e motivação, sob uma perspectiva dialética, crítica e marxiana do conceito de engajamento. Sob “perspectiva de engajamento que compreende a forma de inserção do sujeito na realidade fenomênica, que se apresenta a partir da totalidade material e cuja aparência está impregnada de ideologia” (BASTOS, 2020, p. 206), o autor propõe uma construção crítica e reflexiva de engajamento articulada, também, no desenvolvimento e ensino da CCI.

5.2.1 Novas dimensões propostas

Proponho aqui mais duas dimensões para a CCI, que como veremos mais adiante, fazem parte do repertório das pesquisas da área. Dimensões cuja percepção surgiu do contato no período de doutorado e escrita desta tese, em inúmeros diálogos com a doutoranda e parceira de escrita Andréa Doyle, que tem sua tese em construção concomitante à minha, tratando da questão de CCI e gênero, e com outras companheiras de pós-graduação e de escrita, que tratam das questões de gênero, feminismos, sexualidade e relações étnico-raciais que são trazidas nestes tópicos.

Estas dimensões se alinham com movimentos acadêmicos existentes e outros mais jovens que vem ganhando espaço na Ciência da Informação brasileira. Como marca dos

estudos de gênero e étnico-raciais na Ciência da Informação no Brasil temos Gilda Olinto e Mirian de Albuquerque Aquino. Olinto, tida como referência nos estudos de gênero, desde sua tese de doutorado (1994) “Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura” tratando do tema. Aquino é fundadora do Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS). Formado em 2006 o grupo objetiva

desencadear debates, discussões e reflexões sobre a temática etnicorracial, metodologias alternativas. Disseminar a informação para gerar conhecimento que vise reduzir o preconceito, a discriminação racial e o racismo nas universidades públicas. Considera a responsabilidade ético-social na produção de conhecimento como a condição fundamental para a construção de um novo projeto de educação que possibilite a inserção igualitária de negros (as) na pesquisa e o destravamento de um potencial intelectual historicamente interditado ao longo da história (CNPq, 2021, s.p.).

São exemplos da expansão atual destas linhas de estudo o selo Nyota e o movimento de Bibliotecários e Bibliotecárias Negros.

O selo Nyota nasce da iniciativa de duas bibliotecárias com pós-graduação em Ciência da Informação: Francielle Garcês e Nathália Romeiro. O selo foi inaugurado em 2018 e conta em novembro de 2020 com 15 títulos. A proposta militante do selo é evidente em sua própria descrição:

Este Selo visa disseminar e visibilizar conhecimentos e pesquisas produzidas por mulheres, negros/as, indígenas e população LGBTQIA+ que possuam como interesse principal divulgar suas pesquisas, descobertas científicas e experiências profissionais para a comunidade em geral (SILVA; ROMEIRO, 2021, s.p.).

O movimento dos Bibliotecários e Bibliotecárias Negros, participa da explosão de estudos das relações étnico-raciais no Brasil. O movimento vêm crescendo nos últimos anos, gerando um coletivo atuante nas áreas da CI e da biblioteconomia, expandindo para outras áreas e pelo Brasil. Isto é evidenciado e alimentado em uma crescente e constante discussão desenvolvida a partir dos discursos decoloniais, das propostas de reinvenção da ciência e da CI com a inserção dessas temáticas.

Embora estas dimensões pareçam estar contempladas nos estudos críticos e inscritas na 7ª dimensão, carecem de devida relevância e atenção. Ainda que estas dimensões estejam submetidas e interligadas às questões sociais, políticas, econômicas, históricas, culturais e ampliem o sentido de opressão, apenas olhar para a informação através da perspectiva crítica, pode não fazer saltar aos olhos estas questões que possuem particularidades além das questões de classe, que se complexificam a cada camada de opressão.

Como crítico, Hokheimer, homem branco europeu, aborda o preconceito impresso às

mulheres enraizado na dominação desde os primórdios da democracia na Grécia,

Os conceitos filosóficos nos quais Platão e Aristóteles expõem o mundo, exigiram, com sua pretensão de validade universal, as relações por eles fundamentadas como a verdadeira e efetiva realidade. Esses conceitos provêm, como diz Vico, da praça do mercado de Atenas. Eles refletiam com a mesma pureza das leis da física a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos. A própria linguagem conferia ao que era dito, isto é, às relações da dominação, aquela universalidade que ela tinha assumido como veículo de uma sociedade civil. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.14)

Ainda assim, quantas mulheres tiveram destaque na chamada Escola de Frankfurt, durante seu alicerçamento, em sua primeira geração?

Embora o Instituto de Pesquisa Social tenha contado com presenças femininas como Olga Lang, Käthe Leichter, Monika Pressle e Gretel Adorno (que colaborou com algumas escritas do marido), nenhuma delas teve destaque ao lado dos homens. Certamente a aluna de Adorno, Angela Davis, foi uma autora fundamental da Teoria Crítica Feminista, mas não pelo reconhecimento e suporte do instituto. E não faltavam àqueles autores exemplos fortes de autoras mulheres críticas e engajadas, na própria Berlim, como Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin (TORRE, 2020, on-line). Infelizmente este padrão se repete muitas e muitas vezes na história e em várias partes do mundo e até hoje, apagando ou diminuindo as mulheres, os negros, os periféricos, os discriminados.

A história da mulher é uma história de exclusão sob o domínio do patriarcado, e as lutas feministas colocaram em xeque as naturalizações das opressões de gênero. Da mesma forma, etnias que se impuseram sobre outras geraram a exclusão, o preconceito e o apagamento destas pessoas e culturas. A cultura escravagista, que se perpetuou por séculos, encontrou nos negros africanos a mercadoria que supria as colônias, permitindo que avançassem com a exploração dos negros escravizados. Obviamente, a questão de classe sempre se impôs sobre mulheres e homens, negros e brancos, cisgênero ou não cisgênero. A divisão e a luta de classe não dá conta dos problemas peculiares destes grupos nos quais as opressões se acumulam, mas se diferem. Exemplo disso é a interseccionalidade, ou seja, o estudo das sobreposições e consequências da interação entre as múltiplas formas de dominação e subordinação ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

Exemplo desta distinção se destaca, desde o início, entre a luta feminina das mulheres brancas da burguesia e das mulheres da classe trabalhadora. As origens foram predominantemente intelectuais, brancas e de classe média. Enquanto as mulheres brancas estavam reivindicando o direito ao estudo, trabalho, escolha do marido e independência dos

homens, as mulheres pobres, já eram trabalhadoras, o sustento de suas famílias já dependia do salário delas e de seus filhos, contudo elas recebiam menos, não tinham ingerência sobre o dinheiro e, junto com seus filhos, eram propriedades do marido ou do pai. Por esta razão, quando uma mulher pobre se separava ou era rejeitada, frequentemente a guarda dos filhos era do pai. Para esta classe a maternidade não era vista como algo imprescindível, mas força de trabalho sim. Consequentemente, essa mulher trabalhadora estava preocupada e reivindicando outro tipo de igualdade.

A divisão de classe existe entre a mulher burguesa e a proletária, mas não é somente essa opressão que se impõe sobre as mulheres. A mulher burguesa estava sujeita às determinações patriarcais, mesmo em seu suposto conforto de classe. A mulher pobre acumulava opressões de gênero e classe. Distinções étnicas e de raça também se somavam, e somam, às opressões para os não brancos. O homem pobre branco do Brasil Colônia, estava sujeito a inúmeras dificuldades, mas não à escravidão legal, não era visto como não humano, não era mercadoria e propriedade. A mulher pobre, negra, periférica, homoafetiva e transgênero no Brasil de hoje, acumula opressões, discriminações e violências que não recaem, sequer minimamente, em um homem, branco, cisgênero, heterossexual, de classe média alta e morador do bairro nobre.

Não existe possibilidade de reduzir todas as opressões apenas à de classe. As particularidades e camadas de opressão perpassam as classes e se acumulam nas classes inferiores, mas não desaparecem na classe dominante. As mulheres da classe dominante ainda precisam lutar contra opressões, funções distintivas, salários menores, objetificação e rótulos. Os homens negros das classes mais pobres acumulam opressões e ainda são raros homens negros de destaque na classe dominante. As diferenças são ressaltadas e reforçadas na sociedade a fim de manter o domínio.

Lélia Gonzales (1984) inicia seu texto com uma narrativa que mostra a identificação do dominado com o dominador e o aceite da subserviência de certos negros aos brancos. De maneira muito direta e sucinta a autora declara “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALES, 1984, p. 224, grifo da autora). É desta perspectiva que ela vai analisar a “domesticação” do negro e a negação do racismo no Brasil a partir das noções de consciência e de memória. A autora recorre à Teoria da Alíngua, de Miller (1976), baseada na psicanálise lacaniana como suporte epistemológico do texto.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse

lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (GONZALES, 1984, p. 226)

Nos atos falhos da linguagem são revelados os racismos, sexismos e preconceitos. Aquela coisa de “Preto de alma branca” ou como Gonzales (1984, p. 226) narra: “Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto”. Falas que sem consciência expressam com naturalidade o preconceito, a domesticação e o branqueamento.

A Cartilha “Vamos pensar no nosso Vocabulário? – Racismo sutil”, produzida pelo “Paratodos”, programa do SESC e SENAC de diversidade (nov. 2020), traz várias expressões racistas que usamos no dia a dia. Algumas delas trazem múltiplos preconceitos, pesos históricos e sociais naturalizados: “Da cor do pecado”, “Denegrir”, “Humor Negro”, “Indiada” (ou como falamos no Rio de Janeiro – “Programa de Índio”), “Inveja branca”, “Mercado Negro”, “Não sou tuas negas”, “Judiarria”, a lista é grande. Mas a percepção lançada por Gonzales (1984) é largamente exemplificada na cartilha e mais ainda no cotidiano.

Estas expressões cotidianas, mas também os modos com os quais os brancos escrevem sobre os negros, até mesmo na academia (e espero sinceramente que eu esteja atendendo ao esforço de não fazer isso) revelam a “neurose cultural brasileira” para qual atenta Gonzales (1984). “O neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento” (GONZALES, 1984, p. 232), revelando o desconhecimento de si mesmo.

Neste ponto Gonzales escancara as diferenças entre opressão de classe e outras opressões, no caso, a de raça.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços,

invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando do de ordem e segurança sociais (GONZALES, 1979 apud GONZALES, 1984, p. 233).

Da dura percepção das diferenças de opressão relatadas no texto de Gonzales (1984) e que não mudaram quase nada ou nada em 41 anos, sob a determinação, coincidente com a freiriana, de rejeitar os preconceitos, encontramos na abertura para as semelhanças e não para as diferenças, evidenciada no texto de um aluno de bell hooks, uma vontade, um sonho. Rompendo a expectativa geral de que para os acadêmicos importam mais as diferenças, o aluno declara que bell hooks o ensinou “principalmente sobre as semelhanças, sobre o que eu, como negro, tenho em comum com as pessoas de cor, com as mulheres, os *gays*, as lésbicas, os pobres e qualquer outro que queira entrar” (HOOKS, 2013, p. 33).

Quero eu também, branca, cisgênero, classe média, deixar entrar o que me faz semelhante aos oprimidos do Brasil e do mundo. Quero me solidarizar com estes, me condoer, mas não de forma passiva e sob sentimentos de culpa, mas na consciência, na minha mudança, ainda em curso, e na esperança de poder participar, de alguma forma, com a mudança ao meu redor, com a sua mudança (de quem lê esse texto). Atentar e lutar contra a minha própria “neurose cultural” e, se possível, estimular esta luta ao meu redor e através da minha escrita.

Assim, esta abertura as semelhanças que nos abrem para o diverso é imprescindível à práxis da CCI, se esta quiser ser coerente com a emancipação que prega, coerente com a luta contra as opressões. Somos todos humanos e precisamos desfazer o engessamento das diferenças, abraçar a diversidade com igualdade, sem utilizar as diferenças para justificar a opressão. “O que quero repetir, com força, e que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso das maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria” (FREIRE, 1996, p. 62). Na CCI, assim como deveria ser na educação de um modo geral, é preciso trabalhar para transformar as informações, currículos e o conhecimento, para que, como escreve bell hooks (2013), não reforcem os sistemas de dominação nem reflitam mais nenhuma parcialidade.

Paulo Freire (1981, p. 12) aponta que a educação bancária reforça os apagamentos e o

“‘silêncio’ em que se acham as massas populares dominadas pela prescrição de uma palavra veiculadora de uma ideologia da acomodação”. A educação, mergulhada no paternalismo (homem, branco, cisgênero, “desenvolvido”) não é feita para ser instrumento de transformação da realidade, mas abre brechas para a elucidação de suas falácias. Como exemplifica Freire, a ideia, à época, de que quem soubesse ler conseguiria emprego ou melhor emprego, era quebrada assim que os ex-analfabetos procuravam emprego, ou melhor emprego, e não encontravam. Assim o ensino da CCI pode e deve aproveitar estas brechas e antagonismos entre o que é ensinado e a realidade.

Parece inacreditável que em pleno séc. XXI, em 2020, presidentes e figuras públicas façam discursos sexistas, racistas e homofóbicos. Mas de 2016 para cá, muitas personalidades de peso adotaram discursos assim, libertando da polidez social uma quantidade assustadora de seguidores. Construir um muro para deixar os “xicanos” de fora pareceu uma ideia plausível, mas não foi a única manifestação xenofóbica. Ao repetir uma frase de um chefe de polícia racista dos anos 1960, Trump inflamou e acirrou os conflitos raciais nos EUA.

“Com toda certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós” (URIBE, 2020, on line), essa frase, dita pelo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, carrega tantos preconceitos que causa indignação. Outra frase de embrulhar o estômago, proferida pelo mesmo presidente: Se alguém “quiser vir aqui [ao Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. O Brasil não pode ser um país de turismo *gay*. Temos famílias” (ANSA, 2019).

Já nos EUA Donald Trump causou comoção quando, seu discurso de início das celebrações do 4 de julho, em meio às manifestações “*Black Lives Matter*”²⁵, diz, em resposta aos pedidos de remoção de monumentos que são vistos como retratos da opressão racista, que “há um perigo crescente que ameaça todas as bênçãos pelos quais nossos ancestrais tanto lutaram”(TRUMP, 2020, on-line), Os Estados Unidos da América estão a “testemunhar uma campanha impiedosa para apagar a nossa história, difamar os nossos heróis, apagar os nossos valores e doutrinar os nossos filhos” (TRUMP, 2020, on-line). Somadas a muitas frases

25 Slogan da onda de protestos que iniciam em Mineápolis, nos Estados Unidos após o assassinato de George Floyd por um policial. “*Black Lives Matter* é uma organização, agora global, contra a supremacia branca e a violência contra os negros. Foi criada em 2013 por 3 ativistas norte-americanas: Alicia Garza, da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; Patrisse Cullors, da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; e Opal Tometi, da aliança negra pela imigração justa”. A junção destas mulheres se deu reação à absolvição do vigia George Zimmermann, então acusado de assassinar o adolescente negro Trayvon Martin e ganhou força outros dois casos de negros mortos por policiais nos Estados Unidos: Michael Brown, 18, baleado em Ferguson, e Eric Garner, de 43, estrangulado em Nova York. Ambos estavam desarmados. Ganhando enorme repercussão com a morte de Floyd em 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso: nov. 2020.

racistas anteriores esta soou como mais uma bomba.

Outras frases do ex-presidente norte-americano que expressam preconceitos e discriminação: “Vamos construir um muro na fronteira com o México, um muro grande e bonito, e o México vai pagar por ele” (CONFIRA, 2017, on-line); “Centenas de refugiados, que vêm de territórios e dos países mais perigosos da terra, não? Temos de pôr fim a essa prática”; “Quando você é uma estrela, elas deixam você fazer essas coisas”, “Eu dei em cima dela como (se ela fosse) uma piranha, mas não consegui. Ela era casada” (DÍEZ, 2016) (as duas últimas referindo-se a assédios impetrados por ele).

Os preconceitos expressos nestas frases fizeram com que estes líderes fossem criticados publicamente, mas também defendidos por seus seguidores e admiradores. Mas o que não é perceptível para todos é a construção social que está sendo reproduzida, a naturalização constante do racismo, do sexismo, da xenofobia, da homofobia. Mesmo com os avanços das lutas feministas, étnico-raciais e LGBTQI+, estes preconceitos se perpetuam e ocupam grande parte dos discursos e ações da sociedade. O que assistimos com a ascensão da extrema direita foi a queda de um pudor que a sociedade vinha cobrando dos indivíduos. O “mal fadado” politicamente correto que freava suas línguas, mas nunca seus pensamentos, crenças e hábitos, presentes ainda na sociedade, em cada um de nós, exacerbados na liberação e reforçados na ascensão do fundamentalismo²⁶ político, religioso e moral.

É preciso estar atento a estas dimensões assim como às capacidades de avaliação expressas na 4ª e 5ª dimensões; à reflexão, foco, pensamento crítico e consciência aderidas às dimensões 1ª, 3ª e 8ª; à observância da ética, exposta na 6ª dimensão; às competências e conhecimentos expostos nas dimensões 7ª e 2ª. Assim como o elemento crítico aparece idealmente no conceito de Competência em Informação, mas de tão preponderante e rico de questionamentos, métodos e objetivos próprios, merece destaque na criação de uma linha de pesquisas própria – a CCI, também as dimensões de gênero, feminismos, sexualidade e étnico-raciais são tão relevantes nesse momento que merecem ser consideradas em sua amplitude e complexidade. É preciso atentar para estas dimensões, expondo suas características opressoras, como feridas abertas a serem tratadas, e não simplesmente como assuntos implícitos às outras dimensões da CCI.

“Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1996, p. 39).

²⁶ Significado de fundamentalismo no Dicionário Oxford, por extensão: qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos; integristismo.

Como posto no início da tese, em meu relato pessoal, passei a maior parte da minha vida cega e cegada da miséria e do racismo brasileiros, só os via em filmes, matérias e documentários, que sempre me causavam revolta, indignação e comoção, ainda assim, fiquei triste e chocada com minha cegueira branca.

Encaro este relato como exemplo e consequência da branquitude descrita por Ana Amélia de Paula Laborne (2014, p. 42), que define branquitude²⁷ como “um lugar de privilégio racial, econômico e político no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”. Assim, a branquitude deve ser entendida como um modo de comportamento social alicerçado em estruturas de poder, que finge ser neutra em relação à raça. Esta branquitude articula-se na sociedade e nas instituições criando um contexto propício às desigualdades. Essa cegueira é alimentada pela dissimulação do racismo e dos privilégios.

Tenho essa gênese como mulher branca, carrego as marcas e feridas da vida por ser mulher, inúmeros abusos físicos e emocionais, inúmeros silenciamentos e agressões, muitas violências emocionais e físicas, inclusive dois estupros. Mas também carrego muita desconstrução, muita conscientização, muita percepção das raízes patriarcais e racistas em mim, que trabalhei para desfazer e rejeitar, me reinventando como sujeita. Muitas conversas, leituras, palestras que me guiaram. Caminho que continuo trilhando e é dele que nasce a percepção da importância desta desconstrução, reconstrução e co-construção destas duas dimensões da CCI.

Assim, estas dimensões são caras a CCI diante da constatação de que mulheres, LGBTQI+, negros, indígena e não brancos em geral tiveram, durante muito tempo, suas histórias silenciadas e seus lugares no mundo reduzidos, periféricos e cerceados. É através de suas lutas e resistências que combatem as opressões. Também precisamos considerar a responsabilidade da construção patriarcal da sociedade e das teorias e posturas científicas que apoiaram e contribuíram, e contribuem, para as marcações simbólicas que legitimaram estas opressões e subalternidades. Assim, o reflexo deste contexto na informação deve estar sob a lente atenta da CCI.

27 Laborne aprofunda a questão em sua tese explicando que o conceito não apresenta uma descrição estática e que a ideia do que é ser branco, ou da branquitude, varia de acordo com as culturas e a historicidade. Ele evoca o exemplo dos judeus e latinos de pele clara que podem ser considerados brancos ou não dependendo da época ou da sociedade.

5.2.1.1 Dimensão da CCI em Gênero, Feminismos e Sexualidade^(c74)

Mesmo que as questões de gênero e sexualidade estejam relacionadas e perpassem as outras dimensões, carecem de um enfoque na práxis, fomento e na educação para a CCI a fim de quebrar a hegemonia do patriarcado branco, cisgênero e burguês que se perpetua a despeito de todas as vitórias e lutas feministas. A dominação firmada na opressão de classe, alicerçada no patriarcado, promove uma opressão dupla às mulheres, um apagamento duplo. O mesmo acontecendo em relação às diversidades de gênero LGBTQI+, que sofrem mais opressão, apagamento e discriminação ainda. Daí a necessidade de discutir e fomentar a CCI sob esta perspectiva.

No livro *Pedagogia da esperança* (1997) Paulo Freire retoma seus livros explicando ou retratando aspectos pelos quais foi criticado. O uso da linguagem sexista é uma das críticas que ele acata. “Falar um pouco da linguagem, do gosto das metáforas, da marca machista com que escrevi *Pedagogia do Oprimido* e, antes dela, *Educação como prática da liberdade*, me parece não só importante mas necessário” (FREIRE, 1997, p. 34). O já consagrado autor fala da linguagem machista que marca todo livro e da sua dívida com um sem número de mulheres que lhe escreveram entre o fim de 1970 e início de 1971, alguns meses depois da edição do livro em Nova York.

Freire (1997) relata que as cartas traziam comentários sobre o que lhes parecia positivo e da contribuição que trazia às suas lutas, porém apontavam nele uma grande contradição. “Discutindo a opressão, a libertação, criticando com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres” (FREIRE, 1997, p. 35). O uso genérico da palavra homem excluía as mulheres, ele estava condicionado pela ideologia autoritária machista. A primeira reação de Freire, segundo ele mesmo, foi: “Ora, quando falo homem, a mulher está incluída”, mas ponderando melhor se questiona: “Porque os homens não se acham incluídos quando dizemos: ‘As mulheres estão decididas a mudar o mundo’? Nenhum homem se acharia incluído no discurso de nenhum orador ou no texto de nenhum autor que escrevesse: ‘As mulheres estão decididas a mudar o mundo’” (FREIRE, 1997, p. 35).

Freire (1997) ainda imagina uma situação na qual se, em um auditório pleno de mulheres e com 2 ou 3 homens, ele falasse “Todas vocês deveriam”, certamente a fala seria encarada como um erro de sintaxe ou brincadeira. A explicação para isto, segundo o autor, só pode ser ideológica e não gramatical. A partir deste momento ele passa sempre a usar homens e mulheres, mulheres e homens ou seres humanos em qualquer frase que se refira a estes de

maneira genérica, preocupando-se inclusive com alternância das duas primeiras formas.

E não se diga que este é um problema menor porque na verdade, é um problema maior. Não se diga que, sendo fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque mulher não é classe social.

A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (FREIRE, 1997, p. 35).

A recriação da linguagem e a recusa à ideologia machista são, para Freire, necessárias e fazem parte do sonho de mudança do mundo. Não utilizar a ideologia e a linguagem colonial é ser coerente com o que pensa e apregoa. “Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória” (FREIRE, 1997, p. 36).

bell hooks afirma que Paulo Freire foi uma grande influência para ela, mas é lúcida, crítica e angustiada a respeito da linguagem sexista e da construção falocêntrica da libertação (não só dele mas de outros grandes escritores) – “onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa”. Para ela, este é “um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda” (HOOKS, 2013, p. 69-70). Contudo ressalta que isso não deve ser impedimento para o aprendizado das percepções destes mesmos homens. “O próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico desta falha na obra. Mas questionamento crítico não é rejeição” (HOOKS, 2013, p. 70). O feminismo suporta a crítica construtiva à obra de Freire.

hooks declara que a obra de Paulo Freire a moveu ao falar sobre deixar de ser objeto e tornar-se sujeito, havia ali uma identificação da menina negra criada em terras rurais com os camponeses brasileiros. Essa transição de objeto para sujeito é um ponto importante e alicerce da Teoria Crítica, da Pedagogia Crítica e, conseqüentemente, da Competência Crítica em Informação. Considero aí outra peculiaridade, a transição de indivíduo para sujeito²⁸, traduzido pela sutileza de perceber-se individualista, como subsumido a ideologia individualizante, que aliena e aparta para enfraquecer o ato de ser sujeito, porque só se é sujeito de fato na percepção de que as mudanças sociais só se fazem coletivamente, respeitando as diversidades e singularidades.

28 Atentando aqui para um incômodo com a palavra sujeito, compreendendo que semanticamente e historicamente que homens são sujeitos de sua história e mulheres sujeitas a seus destinos. Entendendo a questão semântica entre estar sujeito e ser sujeito e, também, a naturalização do uso de sujeita e sujeito. Contudo utilizamos sujeito no sentido daquele ou daquela que se torna sujeito da ação, da sua história, da própria vida.

Em relação ao feminismo, hooks atenta para “o impacto da raça e da classe social como fatores que moldam a identidade feminina”, mas lembra que as lutas feministas iniciais não acolhiam as subjetividades das mulheres negras nem sua luta radical. “A obra de Freire (e de muitos outros professores) afirmava meu direito, como sujeito de resistência, de definir minha realidade” (HOOKS, 2013, p. 75). Leyde Klebia Silva (2019, p. 113) retoma esta questão ao afirmar que a questão de gênero se soma à questão de raça nos movimentos negros e feministas. Porque “numa sociedade machista e racista como a brasileira, ser mulher negra é receber dupla carga de preconceito. Mesmo que pareça reles a afirmação, a mulher negra é vitimada socialmente pelo somatório da cor e do sexo, sendo, pois, duplamente discriminada”.

Além da dupla discriminação Silva (2019) atenta que existem outras questões que perpassam a mulher negra, mas que não atingem a mulher branca, que devem ser discutidas com viés próprio. Atualmente o movimento de mulheres negras “ao abordar esses vários vieses (gênero e raça), promove a integração das lutas alçadas tanto pelo movimento negro e quanto pelo de mulheres do país, ‘enegrecendo’ as reivindicações das mulheres e promovendo a feminização também das reivindicações do movimento negro” (SILVA, 2019, p. 105).

O livro de Angela Davis (2016) “Mulheres, raça e classe” traz na edição brasileira, prefácio escrito por Djamila Ribeiro. O prefácio situa a obra como “fundamental para se entender as nuances das opressões” (RIBEIRO, 2016, p. 19).

Começar o livro tratando da escravidão e de seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo. Além disso, a autora mostra a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade. (RIBEIRO, 2016, p. 19-20).

Elucidando a definição de gênero, durante muito tempo as ciências naturais foram utilizadas para a construção do conceito associando-o aos aspectos biológicos (sexo) e sociais (gênero). Contudo essa percepção não considera que as duas perspectivas estão social e historicamente imbricadas. Por outro lado, também é histórica e socialmente que as hierarquias e estruturas de poder incidem sobre as questões sexualidade e gênero e se impõem. Assim é preciso desconstruir criticamente os preconceitos que ditam a hierarquia entre gêneros.

No texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995), a autora diz que existem algumas categorias que descrevem o gênero na sociedade e estas se apresentam como: a) o gênero como um sinônimo de mulher (utilizado como um eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política); e, b) o gênero como sinônimo da relação homem x mulher (pauta-se na existência de uma

categoria social imposta sobre um corpo sexuado, que diferencia o corpo, o sexo e os aspectos socioculturais da história do gênero). Apesar de considerarmos o gênero como um conceito mais amplo e complexo que estas categorias, acreditamos que elas são fundamentais para entender o gênero enquanto um instrumento de análise que rompe com a dicotomia “sexo x gênero” considerando também aspectos como classe e raça/etnia. (ROMEIRO, 2019, p. 42-43).

Andréa Doyle utiliza em sua qualificação²⁹ uma definição de feminismo “como filosofia, como teoria e como prática” que alimenta as lutas LGBTQI+ por questionar os estereótipos de gênero, e como uma luta, antes de tudo, humanitária, que busca a igualdade. bell hooks (2000, p. 1 *apud* DOYLE) sintetiza o significado “feminismo é o movimento para acabar com o sexismo, com a exploração e opressão sexista”. hooks também compreende que as raízes do sexismo estão em todos nós

Para acabar com o patriarcado (um outro nome para a exploração sexista institucionalizada), precisamos deixar evidente que todas e todos, continuaremos a perpetuar o sexismo até mudarmos nossas mentes e corações, até superarmos pensamentos e ações sexistas e conseguirmos substituí-los por pensamentos e ações feministas” (HOOKS, 2000, p. ix, *apud* DOYLE)

Daniella Alves de Melo (2019) retoma a não representatividade histórica da mulher em sua dissertação. Tomamos aqui alguns pontos, muito resumidamente, como embasamento desta historicidade, da construção histórica do patriarcado e da gênese do feminismo. A autora não utiliza a divisão do feminismo em ondas, que vem sofrendo críticas por não representar as lutas das mulheres negras, assim prefere a abordagem histórica.

“Mulheres se dirigiram ao Senado Romano para protestar contra sua exclusão dos transportes públicos, visto que eram obrigadas a se deslocarem andando em Roma” (Melo, 2019, p. 21). Melo acrescenta a citação do senador Romano Márcio Pórcio Catão, que se preocupa com a manutenção da docilidade e exclusão das mulheres para que o domínio dos homens se mantenha. Este discurso também se encontra em Aristóteles (1991, p. 13) “em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção”.

Melo (2019, p. 22) ainda elucida que durante o feudalismo e a Idade Média a mulher teve participação política e até acesso a muitas profissões, porém sem prestígio social, culminando em perseguições religiosas e sociais. Entretanto, no período renascentista, estas conquistas se perderam, diminuindo os direitos civis das mulheres, incluindo o direito de adquirir bens por herança, reger seus bens, representarem-se juridicamente e participação em atividades laborais que passaram a ser restritas aos homens.

²⁹ Qualificação de tese de Andréa Doyle, feita em plena pandemia, virtualmente, assistida por mim, no dia 26 de outubro de 2020.

Sabidamente o impacto do pensamento determinista e positivista eurocêntrico escreveu a história de domínio, calcada na ideia de que os homens brancos europeus eram superiores aos demais e deveriam civilizar o mundo, impondo a projeção da noção de pessoa ocidental às outras sociedades. Assim “o homem” adquire o caráter universal de categoria que inclui a mulher na categoria outros, reforçando e naturalizando o patriarcado. A naturalização da homogeneização do que é ser mulher e de seus papéis, não nasce nesta época, mas é nela reforçada, sendo rechaçada anos depois por Simone de Beauvoir (1967, 1970).

Nos juntamos a Melo (2019) em sua dissertação e Doyle (2020) em sua qualificação, atribuindo a alguns acontecimentos do séc. XX o fortalecimento dos feminismos. Uma sucessão de acontecimentos que foram tirando as mulheres das sombras. O movimento sufragista, que refletia os interesses das mulheres brancas da classe média, iniciado em 1897 na Inglaterra e que conseguiu o direito ao voto apenas em 1918, ano do fim da Primeira Guerra Mundial. Os conflitos mundiais, que levaram as mulheres tanto para o *front* quanto para os postos de trabalho, deixados vagos pelos homens que foram lutar. Com o fim da guerra, estas mulheres ainda participaram efetivamente das reconstruções e muitas não aceitaram retornar para suas posições subalternas e desprestigiadas. Outras, sem marido, pai ou irmãos, mortos na guerra, precisaram tomar posse das rédeas de suas vidas para sobreviver.

Segundo Melo (2019), entre os anos 1930 e 1960 o movimento político das mulheres perdeu força, apesar deste período ter sido atravessado pela Segunda Guerra Mundial durante a qual as mulheres novamente ocuparam os postos de trabalho. No pós-guerra os homens retomaram suas posições reforçando a posição doméstica das mulheres, as “gloriosas rainhas do lar”, mães *dos baby boomers*³⁰. Foi neste mesmo período que Simone de Beauvoir escreve seu livro “O segundo sexo” – “Volume I – fatos e mitos” e “Volume II – a experiência vivida” (publicados em 1949). O livro de Beauvoir (1970), coloca em xeque o papel naturalizado do que é ser mulher, e conseqüentemente dos estereótipos de gênero, afirmando que este conceito foi construído histórica e socialmente e não é natural, biologicamente determinado. A autora discorre sobre a construção e mito do patriarcado e como a mulher foi sendo enquadrada sob a vontade e ótica masculina de acordo com seu poder e vontade/desejo. Abrindo o segundo volume está uma das máximas que reforça o movimento feminista:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode

30 *Baby boomers* são as pessoas nascidas entre 1946 e 1964. A Europa, Canadá e Estados Unidos experimentaram no período pós guerra um aumento súbito da natalidade conhecida como *baby boom*.

apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais, que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967, p. 9, grifo nosso)

Os anos 1960 são marcados por muitas mudanças culturais, dentre elas o questionamento do papel da mulher na sociedade. Também nesta época começam a ser formuladas as diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual. A luta feminista extrapolava as questões da equiparação jurídica, políticas e econômicas, reivindicando o direito ao próprio corpo. É neste período também que as negras e pobres reivindicam seu protagonismo, suas particularidades na luta feminista, criticando o caráter branco-burguês do movimento feminista. Atualmente o movimento feminista é marcado pela reorganização dos movimentos combativos e/ou reivindicatórios e pelo aumento da produção acadêmica.

A respeito do patriarcado, Nathália Lima Romeiro (2019) recorre a Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Pierre Bourdieu para explicar a violência e a dominação masculina. A autora posiciona o *locus* de opressão, que põe o homem como sujeito de privilégios. “Elencamos, como sujeito central desses privilégios no mundo ocidental, o homem branco, cisgênero, heterossexual e de situação econômica abastada (classe média e ricos). Identificamos estes como os principais (não exclusivos) atores e opressores do patriarcado” (ROMEIRO, 2019, p.25). Associando a violência contra a mulher como reflexo cultural da dominação patriarcal e abordando a noção socialmente normalizada de poder que o patriarca tem em relação à mulher, o direito de posse que confere o uso dos seus corpos como bem entender, afiliado ao “conceito de dominação masculina, que diz respeito a um tipo de violência simbólica naturalizada socialmente, na qual suas vítimas por vezes sequer sabem que as vivenciam” (ROMEIRO, 2019, p. 25).

Neste sentido, compreendemos a dominação masculina como uma violência simbólica que também pode ser vivenciada nos comportamentos sexuais, sobretudo nas situações que a mulher está submissa diante do homem. Essa opressão do masculino ante o feminino é exposta também nos escritos de Beauvoir (2014). Para a autora, a mulher é lida socialmente como o segundo sexo e há uma distinção óbvia entre homens e mulheres, o primeiro visto como superior e a segunda como o Outro. (ROMEIRO, 2019, p. 26)

Romeiro trata de questões sensíveis como a pedofilia e a violência contra lésbicas, incluso o estupro corretivo, lembrando que a “homossexualidade feminina é vista como uma afronta em um mundo que gira em torno do falo” (ROMEIRO, 2019, p. 32), uma subversão social. Para ela a homossexualidade feminina se distingue da masculina por subverter duas estruturas patriarcais: a heterossexualidade e a saudação fálica. Daí a sujeição dos corpos e a invisibilização de sua identidade sexual. A heterossexualidade compulsória é fruto da

heterossexualidade e do falocentrismo serem considerados o padrão da sociedade, transformando qualquer outra forma no outro. “A heterossexualidade compulsória se trata de uma estratégia de dominação para controle social e isto impacta na formação ideológica de preconceitos em torno do gênero e sexualidade das pessoas” (ROMEIRO, 2019, p. 43).

No contexto da expressão e liberdade no exercício da sexualidade, são as chamadas minorias que compreende à população LGBTQ+ e as mulheres, principalmente as mulheres negras, as pessoas que mais se enquadram no conceito de vida precária, pois têm, constantemente sua liberdade de ser e vida ameaçadas. Outro grupo sumariamente atacado é o que corresponde a travestis e transexuais, haja vista a visão estereotipada da normalidade e marginalização dessas pessoas. (ROMEIRO, 2019, p. 34)

Mais do que apenas compreender a opressão, a perspectiva da interseccionalidade e do lugar de fala devem perpassar criticamente os estudos críticos e a CCI.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 117 *apud* ROMEIRO, 2019, p. 35-36)

Durante muito tempo as ciências naturais utilizaram o conceito de gênero na dicotomia aspectos biológicos (sexo) e aspectos socioculturais (gênero). Contudo, na perspectiva crítica não existe separação entre biológico e social, os dois se relacionam de maneira imbricada. Desta feita, a questão passa a ser as hierarquias e estruturas de poder que constroem gênero e sexualidade, colocando no topo o homem branco heterossexual, criando e reforçando os preconceitos, discriminações, opressões e violências.

No texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995), a autora diz que existem algumas categorias que descrevem o gênero na sociedade e estas se apresentam como: a) o gênero como um sinônimo de mulher (utilizado como um eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política); e, b) o gênero como sinônimo da relação homem x mulher (pauta-se na existência de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, que diferencia o corpo, o sexo e os aspectos socioculturais da história do gênero). Apesar de considerarmos o gênero como um conceito mais amplo e complexo que estas categorias, acreditamos que elas são fundamentais para entender o gênero enquanto um instrumento de análise que rompe com a dicotomia “sexo x gênero” considerando também aspectos como classe e raça/etnia (ROMEIRO, 2019, p. 41, 42)

Nesta perspectiva os conceitos gênero e sexualidade carregam viés político, social e históricos que precisam permear a ótica crítica da CCI para a desconstrução das estruturas de poder que marginalizam e violentam mulheres e LGBTQI+, considerando também as

questões de classe e as relações étnico-raciais.

A sexualidade e o gênero não são apenas ligados aos genitais, são também construções histórico-sociais. A criança ao nascer será identificada por seu genital, assim, sua socialização se fará associada ao conceito heteronormativo de gênero. Romeiro (2019, p. 44) remete a perspectiva de Butler (2003) que considera “que a construção do gênero normativo (homem cis heterossexual e mulher cis heterossexual) é intencional, performativa e produtora de significados” e não contempla a diversidade.

Muitos estudos, e a própria vida, demonstram que a desigualdade de gênero ainda existe e é violenta. No Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (ONU, 2019b), das Nações Unidas, vinculado à CEPAL, alguns dados podem ser conferidos. Em 2018, no Brasil, ocorreram 1206 feminicídios, uma taxa de 1.1 mulher morta a cada 100 mil. Pode parecer pouco e é uma das menores taxas por 100 mil da América Latina, mas o Brasil tem o maior número absoluto. Os gráficos apresentados logo na página de entrada mostram que as mulheres acumulam mais tempo de trabalho não remunerado e menos tempo remunerado que os homens. Que mulheres ocupam menos cargos executivos e que eram apenas 15% no legislativo em 2019. Mas aponta também que o cenário está mudando na América Latina onde “6 países superaram os 40% de parlamentárias: Cuba, o Estado Plurinacional da Bolívia, Granada, Nicarágua e Costa Rica”. No caso de Granada e Costa Rica 10 pontos são relativos ao ano anterior a pesquisa.

As questões que envolvem as pessoas vinculadas ao contexto LGBTQI+ também precisam ter atenção nos estudos, prospecção e ensino da CCI. Concordamos com a afirmação de Denise Braga Sampaio, Izabel França de Lima e Henry Poncio Cruz de Oliveira (2018):

Assim como Hannah Arendt, acreditamos que não há uma natureza humana, única e universal, mas condições plurais que marcam a existência humana, tornando-nos também sujeitos plurais. “A pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares” (ARENDR, 2007, p. 189). No campo da sexualidade, essa pluralidade pode, ou não, estar manifesta nas expressões socioculturais macroestruturantes, mas não significa dizer que não existam, tampouco que sejam versões patológicas de uma matriz normalizada e moralizante. (SAMPAIO, LIMA, OLIVEIRA, 2019, p. 3)

Desta maneira, a sociedade constrói marcadores sociais que identificam, rotulam e normatizam, através de discursos, cultura, hegemonias e estruturas de poder, de maneira homogeneizante a normalização dos indivíduos. Essa homogeneização se reflete no pensar, no agir e na própria forma de ser, como descrevem Sampaio, Lima e Oliveira, o corpo é território da inscrição das identidades de gênero, mas também de sistemas de classificação e hierarquização social. “Essa hierarquia é presente sobretudo nas sexualidades, cuja perspectiva funcionalista de uma lógica heterocentrista e reprodutiva interfere na vida dos

sujeitos no sentido de colocá-los em divisões autoritárias e punitivas” (SAMPAIO; LIMA; OLIVEIRA, 2018, p. 1674), em um processo contínuo de aceitação, recusa, invisibilidade e violência.

Estas não são apenas questões de números, mas também de visibilidade, qualidade de vida e leis que impactam a comunidade LGBTQI+ em todo o mundo. O relatório *ilga world – State-sponsored homophobia 2019 – 13ª edição* (ILGA, 2019) é um estudo de 500 páginas que fez uma revisão nas legislações vigentes em todos os 193 países-membros da ONU.

De acordo com o relatório, em 2019 70 países ainda consideravam relações homoafetivas como crime, 68 possuíam leis contra práticas homoafetivas, em 44 a proibição valia para qualquer gênero, nos outros apenas para homens. 33 destes países estão no continente africano, 9 nas Américas e 6 na Oceania. Em 2009 Burundi entrou para esta lista, congelando o número de países até 2017, mas no relatório de 2019, Chade na África passa a figurar entre os que criminalizam as relações homoafetivas com pena de até 20 anos de prisão. Em 6 países o crime é punido com pena de morte – Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Sudão, Somália e Nigéria. Contudo o relatório aponta avanços na Índia, Trinidad e Tobago e Angola, que recentemente alteraram suas leis deixando de criminalizar estas relações.

Quanto ao casamento homoafetivo, 26 países possuem legislação aprovando este tipo de união e outros 27 produziram medidas que regulamentam estas uniões civis. Por outro lado, 3 países aprovaram legislações referentes à aplicação de terapias de conversão sexual, conhecida popularmente como “cura gay”. São eles Estados Unidos, Espanha e Canadá. 32 países proíbem qualquer tipo de propaganda que mencione homossexualidade ou relações “não tradicionais” e 41 dificultam o trabalho de organizações ligadas a gênero e sexualidade. O estudo ainda aponta que 9 países especificaram em suas constituições que a orientação sexual não pode ser motivo para a discriminação; 72 possuem leis que protegem homoafetivos de discriminação no ambiente de trabalho, 28 permitem que casais homoafetivos deem entrada em processos de adoção e 39 países protegem os LGBTQI+ contra discriminação por sua orientação sexual. Números baixos considerando a existência de 193 países reconhecidos internacionalmente.

A respeito das pessoas transexuais o relatório ressalta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu “incongruência de gênero” de sua lista de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID), afirmando que a identidade trans é uma “condição” de saúde sexual e que “apenas comportamentos e preferências variantes de gênero” não são uma base para o diagnóstico de saúde mental (ILGA, 2019). Entretanto, essa decisão entrará em vigor apenas em 2022. A alteração de sexo e nome em documentos oficiais

passou a ser aceita em mais países, assim como a redesignação sexual. Já a intervenção cirúrgica não consensual usada para atribuir gênero ou sexo a bebês e crianças intersexuais está sendo revista como antiética e ilegal.

Cortes, Silva, Silva e Soares (2017) tratam da questão da construção e reforço do binarismo e dos resultados opressores deste posicionamento, apesar das mudanças substanciais na forma de ato representação associada a mulheres e homens que vêm acontecendo contemporaneamente. Ainda assim, o reforço binarista se manifesta na violência contra as pessoas que não se enquadram aos padrões ainda hegemônicos.

Dessa forma, a vivência de travestis e transexuais está sublinhada por grande teor de abjeção e vulnerabilidade, exatamente, pela ruptura com a expressão de gênero que fora atribuída a partir de seu sexo biológico e pela responsabilidade com a quebra da vinculação obrigatória entre sexo e gênero. Isso contraria as expectativas sociais e normativas, uma vez que mulheres e homens transexuais desejam e necessitam expressar o seu gênero tal qual se percebem, imaginam, sentem, independentemente do seu sexo. (CORTES; SILVA; SILVA; SOARES, 2017, p. 6).

Os autores seguem problematizando as opressões que se impõe aos transexuais e travestis em função de sua performance distinta do corpo biológico, ressignificando a performance de gênero em relação às atribuições sociais do que é “ser mulher” ou “ser homem”.

As transexuais femininas, ao abandonarem o gênero masculino (preconcebido socialmente), incorrem na adequação de sua performance (condição) ao modo como se vêem e se põem no mundo. Elas saem de uma posição de suposta superioridade (masculina) para uma de suposta inferioridade (feminina), considerando a forma como as relações de poder se expressam sobre os corpos sexuados (FOUCAULT, 1993; BENTO, 2003). Poderia-se concluir que ocorreria o contrário com os transexuais masculinos, que galgariam um lugar de privilégio e prestígio na performatização do masculino. Todavia, a posição de ruptura com o sistema sexo/gênero os coloca na situação de cópia imperfeita (BUTLER, 2010) e de desviantes da norma. (CORTES; SILVA; SILVA; SOARES, 2017, p. 7)

Desta maneira fica evidente que os papéis que associam corpo biológico, sexualidade, comportamento e posicionamento social, hegemonicamente reforçados, estão em constante disputa com as ressignificações, performances e empoderamento daqueles que não se enquadram. Hegemonia esta que está presente na informação e que apresenta-se também sob as distinções de gênero e sexualidade, tendendo a reforçar e consolidar as binaridades, papéis, performances e posição na sociedade, mantendo também as opressões. Neste sentido também, a informação não é neutra. Contudo é através da resistência e luta destes corpos, não sem dor, que vai se formando, ainda que lentamente, uma nova maneira de pensar, uma nova hegemonia.

Ao estudarem os processos informacionais do Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba, conhecido como Espaço LGBT, Cortes, Silva, Silva e Soares (2017, p. 18) concluem que

A produção de conhecimento e disseminação dos processos de difusão, organização e uso da informação a respeito da problemática configura-se como estratégia de profissionais da informação para a subversão da situação de violência vivenciada por LGBTs. Nessa perspectiva, assume um lugar fundamental para visibilizar a realidade e qualificar a produção de diagnósticos sobre a problemática, colaborando para o delineamento de ações para o enfrentamento dos preconceitos, das discriminações e das violências.

Pensando na atual conjuntura, o relatório ilga reconhece que estamos em tempos difíceis, nos quais pessoas de grupos marginalizados se tornaram e/ou ainda são alvos de violência e abusos físicos, psicológicos e verbais. De acordo com o relatório, picos de violência e crimes de ódio aconteceram tanto no hemisfério Norte quanto no Sul e os alvos foram mulheres, imigrantes, profissionais do sexo, trabalhadores do comércio, membros de sindicatos, jornalistas, povos indígenas, pessoas com deficiência, pessoas pobres e pessoas que se identificam à esquerda do espectro político. É notório um retrocesso fundamentalista de direita e religioso que assola o mundo e ameaçam os ganhos de justiça social e direitos humanos. A retórica continua homofóbica, transfóbica, misógina, racista, supremacista, xenofóbica ou de ódio por qualquer outro visto como inimigo.

Sampaio, Lima e Oliveira (2018, p. 1675) explicam que o termo homofobia, utilizado pela primeira vez em 1972, designa o medo de estar próximo de pessoas homossexuais, tomado por seu criador, George Weinberg, como um comportamento patológico; contudo atualmente “compreende a todo e qualquer tipo de violência e discriminação a homossexuais”. Como o termo foi adotado eventualmente como um guarda-chuva de violência contra os LGBTQI+, compreendeu-se que existem diferenças entre as ações fóbicas de acordo com o alvo, assim passou-se a adotar também: lesbofobia, transfobia, bifobia, LGBTfobia.

Essas fobias ligadas aos LGBTQ+ apresentam-se de forma multifacetada, constituindo-se em violências expressas (injúria, difamação, agressão verbal, agressão física, proibição de frequência em determinados espaços, silenciamento...) e implícitas (invisibilidade, violência institucional, privações de vivências sexuais e acesso à saúde, costumes e cultura, ode a comportamentos normalizantes desde a infância, etc.). (SAMPAIO; LIMA; OLIVEIRA, 2018, p. 1675)

A homofobia faz parte de uma matriz de dominação que exclui estas pessoas, a fim de destituí-las como sujeitos e invisibilizá-las. Essa rejeição opressora e hegemônica dissemina a ideia de que estas pessoas não deveriam existir, embargando seus direitos humanos e cidadãos

e dificultando ações e leis que atendam a demanda desta comunidade. Corroborando esta dificuldade, Cortes, Silva, Silva e Soares (2017, p. 3) apontam que os maiores desafios no enfrentamento a esta violência e entrave na produção de leis são: baixa produção de estatísticas sistemáticas e oficiais a respeito da violência impetrada a este grupo, construção sócio-histórica que legitima as práticas sociais, ausência de precisão em relação à tipificação jurídica destes crimes.

Registrando a violência contra os LGBTQI+, há 40 anos o Grupo Gay da Bahia (GGB) produz o “Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil”. De acordo com o relatório “Em 2019, 329 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (OLIVEIRA, 2020). “A cada 26 horas um LGBTQ+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTQfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”(OLIVEIRA, 2020).

Sampaio, Lima e Oliveira (2018) distinguem 5 tipos de homofobia: pessoal, interpessoal, institucional, cultural e ciber homofobia. Os quatro primeiros segundo a *LGBT Resource Center* e o último atribuído a Norbim e Norbim (2018). Os autores seguem analisando as *fake news* endereçadas à cantora Pablo Vittar, considerando as estratégias de checagem dos portais E-Farsas e Boatos.org, concluindo, entre outras coisas, que a escolha da Pablo era motivada por homofobia e a importância da Coinfo como aliada das tecnologias para combater esse tipo de notícia.

Acrescentamos a importância da CCI não apenas para perceber a desinformação aliada aos preconceitos, rejeições e desumanização destes sujeitos, mas também, toda a problemática social, histórica e cultural, discriminatória, invisibilizante e opressora investida nas relações com a comunidade LGBTQI+. Cortes, Silva, Silva e Soares (2019) (2017, p. 3) afirmam que “a produção de conhecimento e disseminação dos processos de difusão, organização e uso da informação a respeito da problemática configura-se como condição *sine qua non* para enfrentamento a LGBTQfobia”, o que inclui a necessidade da CCI.

Como freiriana, abraço a diversidade, mais ainda as características singulares (não individualistas) de cada sujeito. Freire (2000) afirma que a mudança faz parte da experiência cultural e é preciso entendê-la, compreendê-la, na ou nas suas razões de ser. Para ele “uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo”. Desta percepção lúcida advém a nossa posição política e ideológica.

Da mudança em processo, no campo dos costumes, no do gosto estético de modo geral, das artes plásticas, da música, popular ou não, no campo da moral, sobretudo no da sexualidade, no da linguagem, como da mudança historicamente necessárias nas estruturas de poder da sociedade, mas a que dizem *não*, ainda, as forças retrogradadas. (FREIRE, 2000, p. 17)

Se desejamos mudança do mundo, se nos percebemos como sujeitos capazes de transformar o mundo, interferir, nomear, classificar, perceber, valorar, interagir, decidir e escolher, para Freire, esta presença no mundo implica em escolha e decisão, que não seja uma presença neutra. Esta participação na realidade é o exercício de nossa cidadania. “Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade” (FREIRE, 2000, p. 17). Para Freire não é uma questão de falar de sua utopia, mas de participação nas práticas que são coerentes com esta transformação. Sendo assim, considerar a causa e as questões LGBTQI+, negando qualquer discriminação e toda forma de homofobia, é uma postura alinhada com os princípios freirianos e com a CCI.

Se estamos tratando, na CCI de emancipação, liberdade e luta contra a opressão e exploração, como deixar de fora as questões de gênero e sexualidade?

Traremos aqui algumas autoras brasileiras que vêm fazendo aproximações entre a CCI e gênero, feminismos e sexualidade.

Carla Maria Martellote Viola (2018), em sua dissertação “Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados”, trata das relações informacionais e de transparência que envolvem a produção de leis e as mulheres, e afirma que:

As imanências e transcendência da mulher se revelam em questões presentes em seu cotidiano e que terminam por influenciar a sua representatividade política. São eles: o direito à educação e o desenvolvimento da competência em informação; entendimentos sobre casamento e dedicação ao lar; os contraditórios entre maternidade e aborto; concepções sobre a entrada no mercado de trabalho e a busca por uma profissão (VIOLA, 2018, p. 56).

A respeito da violência contra a mulher Viola (2018) defende que “por se encontrarem sempre entre dominação e resistência em sua jornada cotidiana, o conhecimento de seus direitos e o desenvolvimento de sua competência em informação se tornam fatores indispensáveis para o combate à discriminação e maus-tratos” (VIOLA, 2018, p. 23). Assim, entendemos que não somente a Coinfo é fundamental para o combate aos maus-tratos, mas principalmente a criticidade em relação às informações e naturalizações que recaem sobre ela.

A mulher que desenvolve sua CCI também desenvolve-se como sujeita de sua história. Contudo compreendemos que não é somente o desenvolvimento da crítica, e também da CCI, na mulher a questão, mas também nos homens, conscientizando-se da opressão

imposta pelo patriarcado, que justifica e naturaliza a violência, e da sociedade como um todo, para que, através de uma consciência crítica não seja mais tolerável qualquer violência, maus-tratos ou abusos contra as mulheres ou pessoa LGBTQI+ baseada na discriminação e subalternidade.

Nathália Lima Romeiro (2019) em sua dissertação “Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil”, trata da des-naturalização da violência sexual contra mulheres a partir do estudo da folksonomia das Hashtags #primeiroassédio e #mexeucomumamexeucomtodas na mídia social Facebook. A autora, além de discutir as questões de gênero, sexualidade e violência, considera em seu 3º capítulo A trajetória do regime de informação referente as leis sobre violência contra a mulher no Brasil.

Considera que a Constituição de 1988 é uma constituição revolucionária por humanizar e visibilizar a diversidade e ampliar os direitos das mulheres, das crianças, de idosas e idosos, das comunidades tradicionais brasileiras e das pessoas com deficiência. Contudo aponta que apenas a partir de 2002 que efetivamente ocorreram mudanças legislativas relacionadas aos crimes sexuais. A autora traça a trajetória das leis brasileiras, que ao longo da história, estiveram preponderantemente atreladas ao patriarcado. Do Brasil Colônia aos dias de hoje a autora revisa as leis relacionadas à violência sexual, mulher e sexualidade.

Daniella Alves de Melo (2019), em sua dissertação “Práticas Informacionais e a Construção da Competência Crítica em Informação: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba”, considera a construção da CCI através das práticas informacionais, tendo a Bamidelê³¹ – Organização de Mulheres Negras da Paraíba como campo empírico. “ONGs de mulheres negras, por sua vez, representam espaços políticos e de resistência contra várias formas de opressão da sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras” (MELO, 2019, p. 63). As atividades da Bamidelê pretendem fomentar a emancipação das mulheres e seu empoderamento, reforçando e valorizando a identidade negra, proporcionar formação em saúde reprodutiva e direito sexual/reprodutivo, capacitar liderança de grupos de mulheres negras locais, ampliando e fortalecendo a atuação política destes grupos para que lutem por suas demandas. A pesquisa focou nas mulheres que atuam na organização e não nas

31 Trata-se de uma organização não governamental (ONG) composta especialmente por feministas negras, com sede em João Pessoa – PB, sendo institucionalizada em 3 de março de 2001, com o objetivo de “empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais” (CARVALHO, 2013 *apud* MELO, 2019, p. 63).

atendidas.

Através da análise temática de conteúdo Daniella Alves de Melo (2019, p. 76) consegue “entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder”. A autora destaca pontos de convergência com a CCI presentes nos discursos das mulheres entrevistadas. São eles: aprendizado ao longo da vida, subdividido em questionamento das necessidades informacionais, uso de espaços informacionais alternativos, senso crítico informacional e contribuições para o enfrentamento diário, subdividido em fortalecimento mútuo e uso da informação construída. “A Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente a informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos, podendo ser vista, então, como uma postura contra ideologias” (MELO, 2019, p. 95).

O selo Nyota apresenta diversos títulos que contemplam os temas desta dimensão. No segundo livro lançado pela editora, “O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2018), destacamos os artigos que trazem a questão da CCI. São eles:

“Por uma representatividade feminina nas bibliografias: um ensaio teórico militante” (ROMEIRO, DOYLE, BRISOLA, 2018, p.186), cujo objetivo é “questionar as bibliografias na educação básica, graduação e pós-graduação que, apesar de muitos avanços, ainda refletem uma hegemonia de saberes que privilegia os homens brancos europeus”, utilizando o conceito de competência crítica em informação para refletir criticamente e questionar a hegemonia acadêmica e a Pedagogia Crítica de Freire para discutir a questão da educação.

“Competência crítica em informação e empoderamento de mulheres: revisando e entrelaçando conceitos” (COSTA, ALVES, SILVA, 2018, p. 397) que propõe uma revisão e entrelace de literatura entre os conceitos Competência Crítica em Informação e Empoderamento, especialmente das mulheres, conectados pela proposta de protagonismo, luta por justiça social e à subversão das estruturas dominantes de poder. Conceitos que são “essenciais para pensar o protagonismo social a partir do uso e apropriação da informação”.

Assim, para os autores “uma Competência Crítica em Informação permite que as mulheres selecionem e identifiquem informações específicas e relevantes, que podem proporcionar a compreensão de inúmeros aspectos que envolvem sua percepção enquanto mulher e seu lugar na sociedade na qual se insere” (COSTA, ALVES, SILVA, 2018, p. 410). Neste contexto a CCI se apresenta como fator fundamental de luta e não como mera ferramenta. É através também da CCI que as mulheres questionam as relações de poder, se empoderam de seu lugar de sujeitas e não de subalternas, através da recuperação, uso,

pensamento, conhecimento e comportamento críticos, em resistência.

Concordamos com estes autores sobre a importância dos espaços informacionais alternativos como terrenos caros a construção e fomento da CCI e da notabilidade da CCI para o empoderamento, fortalecimento e embasamento das lutas e resistências de gênero e sexualidades, bem como para a emancipação e transformação social que diluam as naturalizações e culturas que oprimem mulheres e LGBTQI+.

5.2.1.2 Dimensão da CCI em Relações Étnico-Raciais^(c75)

Os saberes negros, indígenas, orientais, e não brancos em geral, foram rebaixados pela hegemonia branca europeia ocidental. A perspectiva hegemônica que impera na informação até hoje é fruto desta percepção. Por mais que tenhamos na atualidade mais visibilidade das etnias orientais, não brancas e ancestrais não eurocêtricas, a informação ainda carrega e reforça a hierarquia patriarcal na qual o homem branco europeu está no topo.

Exemplo dessa hierarquia é a classificação dos países como: primeiro mundo (Europa Ocidental, Canadá, EUA, Austrália, Japão) formado por países desenvolvidos, atual designação, em sua maioria brancos ou dominados por brancos, a exceção do Japão. Segundo mundo (Rússia, Brasil, Argentina, México, Índia, Europa Oriental, China) formado pelos “países em desenvolvimento”, anteriormente tratado como o grupo dos países ex-comunistas, que integravam este grupo inicialmente, e atualmente é formado por países designados como emergentes, daí a entrada dos não ex-comunistas. Terceiro mundo formado majoritariamente por países da África, América Latina e Ásia. Essa designação foi criada pelo economista francês Alfred Sauvy em 1952 e utilizada até 1990. O economista constatou uma enorme disparidade política, econômica e social entre os países, o que deixava muitos deles na marginalidade. As designações mudaram mas a realidade mundial nem tanto.

Segundo Freire (1981) é a visão da ideologia-dominante que também rotula como Terceiro Mundo o mundo “subdesenvolvido”, “Daí que o subdesenvolvimento apareça para muitos teóricos metropolitanos como expressão de atraso, de incapacidade” (FREIRE, 1981, p. 47), como um mundo “marginal” sem viabilidade histórica própria. Deste modo, a “salvação” só pode vir de seguir docilmente os modelos estabelecidos de fora, das sociedades metropolitanas, das classes dominantes. Desta maneira preserva-se a dependência. Emprestando o ponto de vista de Freire (1981), esse mecanismo se reproduz nas relações de discriminação e opressão, se impõe na percepção do que é superior e inferior e está impresso subliminarmente ou não, nas informações e nas relações sociais.

As relações étnico-raciais são frutos da historicidade que perpetua a dominação. No Brasil a introdução do negro é como mercadoria, ser inferior, escravo. São massacradas suas memórias, negadas “suas práticas religiosas, língua, família, pois na troca ou na venda da mercadoria (homem), separavam-se as famílias e misturavam-se as etnias, para que falando línguas diferentes, jamais pudessem se articular ou comunicarem para algum atentado aos seus donos” (SOUZA; POLI, 2012, p.3). Historicamente os negros são colocados na subalternidade e suas revoltas, fugas e resistências apagadas ou invisibilizadas no decorrer dos anos.

Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. O espírito de muitas gerações europeias foi progressivamente alterado. A opinião ocidental cristalizara-se e admitia de antemão a verdade revelada: negro = humanidade inferior. À colonização apresentada como um dever, invocando a missão civilizadora do Ocidente, competia à responsabilidade de elevar o africano ao nível dos outros homens. (MUNANGA³², *apud* SOUZA; POLI, 2012, p. 4)

O artigo de Aparecida de Jesus Ferreira (2014), através da análise de narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça de professores de línguas, evidencia que, nestas narrativas, 70,47% das ocorrências de palavras que descrevem a identidade racial negra, desfavorecem a identidade negra. A autora ainda ressalta algumas narrativas que evocam a branquitude como o normal e o deslocamento social dos negros.

Os impactos do racismo nas pessoas pode ser demonstrado através do infográfico “*How Racism Can Affect Child Development*”, desenvolvido pelo *Center on the Development Child* (2020) da Universidade de Harvard. O infográfico compilou estudos e documentou como a vivência cotidiana do racismo estrutural impacta o aprendizado, comportamento e a saúde física e mental na infância. A BBC Brasileira (IDOETA, 2020, on-line) fez uma contextualização entre esse infográfico e a realidade brasileira, destacando estes impactos.

O racismo e a violência a que estão expostas as crianças mantém os seus cérebros em estado constante de alerta, gerando o que se chama de “estresse tóxico”, desgastando seus cérebros e afetando o desenvolvimento e seu corpo, modificando as conexões neurais de medo, impulsividade, ansiedade, racionalização, planejamento e controle do comportamento. O racismo sistêmico e a discriminação cotidiana são ativadores do estresse. Este estresse

32 Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo, antigo Zaire, no dia 19 de Novembro de 1942. Foi o primeiro antropólogo do seu país, tendo saído pela primeira vez para fazer mestrado na Bélgica. Chegou ao Brasil por convite de um colega, terminado o seu doutorado, retornou ao Congo. Em 1980 veio para o Brasil, para assumir a cadeira de Antropologia na Universidade do Rio Grande do Norte. Depois de um ano muda-se definitivamente para São Paulo, tomando como sua casa a Universidade de São Paulo. Tem cinco filhos, dois belgas, dois congolezes e um brasileiro (SOUZA; POLI, 2012, p. 5)

tóxico pode explicar a maior incidência de doenças crônicas entre os não brancos. Segundo o documento, na média, pessoas negras, indígenas e de outras raças nos EUA têm mais problemas crônicos de saúde e vidas mais curtas do que as pessoas brancas, em todos os níveis de renda.

Não está discutido no documento a questão das mortes violentas, mas a matéria da BBC brasileira traz os dados. No Brasil segundo O Atlas da Violência, os negros foram 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil em 2018; “a taxa de homicídios de brasileiros negros é de 37,8 para cada 100 mil habitantes, contra 13,9 de não negros” e o Ministério da Saúde publicou em pesquisa que a cada 10 adolescentes que morrem por suicídio, 6 são negros (IDOETA, 2020, on-line).

As disparidades no acesso e tratamento relacionados à educação e à saúde também são apontados no documento de Harvard. Pessoas negras recebem “tratamento desigual quando interagem em sistemas como o de saúde e educação, além de terem menos acesso à educação e serviços de saúde de alta qualidade, a oportunidades econômicas e a caminhos para o acúmulo de riqueza” (IDOETA, 2020, on-line). No Brasil o cenário é parecido, 67% do público do Sistema Único de Saúde (SUS) são negras, mas realizam, proporcionalmente menos consultas médicas e atendimentos de pré-natal; 75% das pessoas que estão entre os 10% com menor renda no Brasil, são negros; “53,9% dos jovens declarados negros concluíram o ensino médio até os 19 anos — 20 pontos percentuais a menos que a taxa de jovens brancos, apontam dados de 2018 do movimento Todos Pela Educação” (IDOETA, 2020, on-line).

Segundo os documentos, as crianças também são influenciadas pelo estresse de seus cuidadores.

Múltiplos estudos documentaram como os estresses da discriminação no dia a dia em pais e outros cuidadores, como ser associado a estereótipos negativos, têm efeitos nocivos no comportamento desses adultos e em sua saúde mental [...] Especialmente para crianças de minorias (raciais), a exposição frequente ao racismo indireto pode forçá-las a dar sentido cognitivamente a um mundo que sistematicamente as desvaloriza e marginaliza (IDOETA, 2020, on-line).

Este é um problema histórico que se repete. Com a Lei Áurea, o Brasil foi um dos últimos países a proibir legalmente a escravidão e “libertar” os negros, mas a liberdade não existiu de fato, os negros estavam largados a própria sorte, continuavam a ser vistos como inferiores, continuavam sendo obrigados a trabalhar sob o “chicote” branco. É sabida a origem da primeira favela do Rio de Janeiro no Morro da Providência. As resistências étnicas constituídas no imaginário social e a realidade da subalternidade podem “ser constatadas no mercado de trabalho, no sistema de saúde pública, nas altas taxas de reprovação, evasão e

repetência em escolas públicas, e até nas diferentes formas de abordagens dos policiais nas ruas... – sabem sim a cor do sujeito de que estamos falando” (SOUZA; POLI, 2012, p. 4).

Em “Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo” Paulo Freire (1978) registra que a educação colonial não poderia servir para a reconstrução nacional da Guiné-Bissau, porque fora construída para “desafricanização” daquela população. A educação colonizadora servia a seu princípio dominador, e era “antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias”, os negros.

Os trechos de Souza e Poli (2012) e Paulo Freire (1978) demonstram como a educação e a estrutura social, manejada pelos dominantes, trabalham para manter o *status quo* nas relações étnico-raciais, reproduzindo e reafirmando a ideologia dominadora e opressora, utilizando informação e educação. Freire denuncia que chamando de fracasso a exclusão, as escolas colonizadoras inculcavam nas crianças e jovens, através de sua presença civilizatória, a ideia de que eles eram “seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se ‘brancos’ ou ‘pretos de alma branca’”. O autor ainda acusa o apagamento, a negação de tudo o que fosse “representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua” (FREIRE, 1978, p. 15). A história dos colonizados começava com a chegada dos colonizadores. Essa realidade é a mesma impressa em relevo na sociedade brasileira, confrontada nas lutas dos negros, nas antigas e novas resistências.

A história do indígena brasileiro também é semelhante na escravidão, nas fugas, estupros e genocídios. A “história” indígena brasileira é contada e documentada, por muitos anos, sob o modelo da sociedade ocidental, inicialmente produzida no contato com as missões religiosas e posteriormente pelo Estado em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), que marca o início da relação laica dos indígenas com o Estado. A principal característica deste Serviço era atender aos interesses do Estado a respeito do controle das populações indígenas por meio de um sistema tutelar, realizando também o registro das manifestações culturais dos povos que assistia. (COUTO; MELO, 2017; MELLO; PIMENTA, 2018).

Contudo esta memória, ainda sob tutela dos brancos, sofreu apagamentos além da narrativa enviesada. Em 1967 um incêndio no Ministério da Agricultura, em Brasília, que ocorreu logo após a CPI do SPI, transformou em cinzas “arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)” (MELLO; PIMENTA, 2018, p. 102). Esta breve narrativa demonstra como o apagamento não acontece apenas simbolicamente, mas também na cultura, memória e informação.

Discorrendo sobre a resistência indígena, Melo e Couto (2017) e Mello e Pimenta (2018), concentram-se na apropriação pelos indígenas dos modelos de registro documental de memória disponíveis, para criarem seus próprios registros e o uso destes registros para lutarem por suas causas. Para isto os indígenas utilizam as TIC, novos repositórios e seu gerenciamento. “Essa nova memória indígena, que pode ser classificada como auto-referente, é também fruto de uma mudança da postura do Estado com relação à diversidade étnica” (MELLO; COUTO, 2017, p. 93). Como exemplo Mello e Pimenta (2018) citam a luta dos Pataxós que, registrada em arquivo do Estado brasileiro, transformou-se em instrumento de reapropriação de seu espaço, do seu direito de fala e autoridade.

Considero Ailton Krenak (2019) uma excelente fonte para tratar do assunto, por seu lugar de fala. O autor se pergunta como construímos a ideia de humanidade?

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p. 8)

Krenak segue reconhecendo que essa ideia vem sendo questionada de maneira crítica por pensadores de culturas e visões distintas e faz perguntas:

Somos mesmo uma humanidade? [...] “Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?”. “Será que não estamos sempre atualizando aquela nossa velha disposição para a servidão voluntária?” [...] Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?. (KRENAK, 2019, p. 8)

O autor faz uma dura e justa crítica ao antropocentrismo e a como a “civilização” arrancou as pessoas dos campos e florestas para marginalizá-las nas favelas e periferias, “arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade” (KRENAK, 2019, p. 9). A imposição do domínio e da redução do indígena, assim como dos negros à subalternidade é evidente, bem como a ação “civilizatória” que, apagando suas raízes, culturas, pertencimentos, memórias ancestrais e identidades, os entrelaça no conceito de humanidade de maneira desumana. Desqualificam sua cultura, suas crenças, sua relação com seus lugares utilizando “um abuso do que chamam de razão”(KRENAK, 2019, p. 11). O autor é crítico à ideia de uma humanidade homogênea.

São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica,

orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” (KRENAK, 2019, p. 11-12)

Para Krenak (2019, p. 12) é absurda a ideia civilizatória, dominadora e descolada da Terra. “Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”. Esta dominação está em constante choque com as comunidades indígenas, remanejando, expulsando, dizimando, poluindo, explorando. E nestes conflitos a informação é utilizada, muitas vezes, a favor do domínio.

Exemplos desta retórica podem ser observados em discurso como o do presidente brasileiro, já citado, e nas disputas em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Por um lado populações indígenas e tradicionais, ambientalistas e ativistas contra a construção, focados nos impactos ambientais, culturais e sociais; do outro o governo e outro tipo de ativista, defendendo sua construção em prol do aumento da produção de energia no país. Contudo, ainda que com reduções, a hidrelétrica é construída e em 2019 aciona sua última turbina.

Por fim, consideramos as questões xenofóbicas que também podem ser analisadas pelo mesmo prisma, pois, na maioria das vezes, são alimentadas pelo preconceito e ideia de superioridade de um grupo sobre outro. Bruno Nathansohn e Anna Cristina Brisola (2020) tratam desta questão relacionando desinformação e migrações humanas. Articulando entrevistas e os mecanismos de desinformação evidenciam incisões e consequências desinformativas sobre os refugiados. Os refugiados e migrantes, em função da visão hegemônica, nacionalista e neocolonialista, são frequentemente vistos como ameaças potenciais, sendo alvos de monitoramento, vigilância e controle social.

“Barreiras simbólicas, baseadas em discursos, narrativas e decisões políticas comunicadas, criam o ambiente para o estabelecimento de uma determinada ideia preconceituosa a respeito dos refugiados, tentando excluí-los do acesso a direitos” (NATHANSOHN; BRISOLA, 2020, p. 3). Este cenário é sustentado por informações que perpassam dos meios de comunicação aos documentos oficiais. Toda esta estrutura embarga o pleno gozo da cidadania por estas pessoas em contradição aos acordos, declarações e estatutos assinados pelos países. Exemplo recorrente deste problema é o rótulo de “terrorista”, atribuído a alguns povos de origem árabe e utilizado por alguns países que tentam justificar o risco de

receber pessoas com esta etnia. Também o uso de uma série de termos que insistentemente colocam o imigrante como risco iminente.

Outro exemplo de como a xenofobia e os preconceitos étnico-raciais afetam os refugiados é a etiquetagem de determinadas qualidades físicas e intelectuais estabelecidas de maneira estereotipada, de acordo com o país de origem e etnia. Assim, “africanos e centro-americanos relacionam-se à ‘força física’ e ‘aceitar menores salários no início’, enquanto profissionais de origem europeia são relacionados à ‘capacidade de liderança’ e ‘criatividade’” (NATHANSOHN; BRISOLA, 2020, p. 7). A etiquetagem pode variar da qualificação, desqualificação à invisibilidade. A terminologia utilizada, por senso comum, intenção ou preconceito, revelam questões estruturais reprodutoras de vulnerabilidade social, política e econômica.

Exemplos cotidianos de desinformação associados ao preconceito são percebidos quando não se tem uma contextualização ou conhecimento das realidades e das distinções enormes entre grupos e países na África e o continente é tratado como se fosse um único país de negros, salvo algumas exceções; ou sob a forma de orientação, com indução a uma visão de mundo, na qual a generalização é facilitada e alimentada – “todo japonês é igual”, “chinês é porco”, todo oriental é “japa ou china”.

O acesso à informação ainda não é universal, se considerarmos o preparo para uma relação crítica com a informação, este grupo fica mais restrito ainda. Por questões históricas de segregação, a maioria não branca compõe as classes menos privilegiadas no Brasil e a formação escolar apenas reforça esta segregação privilegiando os assuntos predominantemente eurocêntricos. Como desenvolver a CCI sem consciência dos entraves étnicos-raciais para a construção e apropriação da cidadania pelos não brancos?

Leyde Klebia Rodrigues da Silva trata deste tema em sua dissertação (2014), evocada no capítulo “Bamidelê: trajetória histórica informacional da organização das mulheres negras da Paraíba” do livro “Mulheres Negras na Biblioteconomia” (2019). A dissertação e o artigo trazem também como objeto de estudo a, não governamental, Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê, formada por feministas negras cujo propósito é promover impactos sociais. A Bamidelê organiza a informação para a formação de seus atores sociais e “serve como uma fonte de informação para conhecimento da história e da cultura da população negra, sobretudo, das mulheres” (SILVA, 2019, p. 107).

A autora afirma que nos anos 1970 “o Movimento Negro Brasileiro adotou estratégias mais politizadas de denúncia aberta à discriminação racial e ao racismo no Brasil, incidindo em um consenso entre intelectuais negros de que a raça se constituía um conceito organizador

das relações sociais no Brasil” (SILVA, 2019, p. 105). De acordo com Leyde Klebia Silva (2014 e 2019), esse movimento gerou participação e impacto na elaboração e no conteúdo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de desconstruir ideologias raciais. Apenas nos anos 2000 começa a adoção de políticas públicas que combatem o preconceito, discriminação e racismo e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

Corroborando a importância da inclusão da dimensão em Relações étnico-raciais, Silva destaca a respeito dos estudos na área:

Estudos sobre os processos de organização da informação étnico-racial partem do princípio de que as Ciências Sociais Aplicadas precisam realizar práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação que torna os negros invisíveis. Exige-se que qualquer campo da ciência assuma sua responsabilidade ético-social na produção de conhecimento com a finalidade de buscar soluções que ajudem a resolver os problemas existentes na sociedade, sejam eles físicos, estruturais, sociais ou culturais. (SILVA, 2019, p. 107)

Cabe a CCI atenção a estas práticas efetivas (práxis) e específicas para modificar a realidade da informação e da produção, recuperação, memória e uso do conhecimento, para, como pretende, contribuir para a modificação da sociedade, ou não será crítica em consonância com suas bases epistemológicas. No Brasil a CCI precisa se adequar as especificidades desta questão, como aponta Leyde Klebia Silva (2019),

No Brasil, a questão dos grupos negros tem o agravante do racismo cordial, em que as pessoas dizem que não os discriminam e respeitam as religiões afro-brasileiras. Trata-se de uma situação histórica e cultural, o racista ou preconceituoso é sempre o vizinho. A política de embranquecimento da população brasileira, através do incentivo à imigração europeia, a perseguição, até os anos 1950, às religiões afro-brasileiras e a destruição de seus templos, são alguns exemplos da opressão sofrida por esses grupos. Não é por menos que uma parcela da população afrodescendente acabe por renegar sua herança africana. A vergonha de ser negro é fruto de um estigma colocado sobre a população (negra e não negra) e de uma estratégia de sobrevivência social. Nesse entender, a construção de uma memória cultural pela Bamidelê é essencial para que o indivíduo conheça suas raízes, e possa construir sua identidade e, dessa forma, ter condições de se integrar efetivamente ao seu grupo social. (SILVA, 2019, p. 133)

Ao narrar as práticas informacionais da Bamidelê Leyde Klebia Silva (2019) evidencia preocupações e ações que, de acordo com a teoria, promovem CCI, ainda que sem associação com o conceito. Exemplos dessa proximidade podem ser visto quando trata dos processos de disseminação da informação étnico-racial, feito através de fontes formais, fontes informais e fontes web. Contudo, preocupados com o processo informativo daqueles que não tem acesso às fontes tradicionais, a Bamidelê promove ações e eventos. “Com o acesso a essas informações, esse público tem a possibilidade de vivenciar a sua cultura e,

consequentemente, construir uma identidade cultural solidificada a partir da interação contínua das experiências vivenciadas em grupo”.

Percebe-se aqui que a oportunidade informacional é criada de maneira informal e a partir da interação. Ainda que não sejam levadas em consideração, a dialogia e a crítica no sentido da CCI, estão presentes as oportunidades de desenvolvimento desta CCI. “Uma competência construída através de Práticas Informacionais cotidianas, em espaços formais e informais, construída coletivamente” (MELO, 2019, p. 61). A pesquisa de Daniella Alves de Melo, na mesma Bamidelê, constata como estes espaços alternativos e informais de informação contribuem para a construção da identidade e da CCI, a partir da conscientização, troca de experiências e empoderamento, fortalecendo a resistência e as lutas destes grupos para a atuação cidadã. O que também remete à 8ª dimensão.

Em relação às práticas que estimulam a CCI, Melo (2019) atenta para a atuação da instituição como espaço para atender as necessidades informacionais do seu público-alvo, como mediadora da informação, que reflete sobre estas necessidades e procura desenvolver ferramentas que, atendendo a estas necessidades, promova o crescimento social, emocional e econômico dessas mulheres. Também aponta esta instituição como um espaço informacional alternativo, para grupos que estão em situação de opressão/submissão diante da sociedade, como é o caso das mulheres negras. “Esses espaços oferecem a oportunidade de ressignificar as informações disseminadas pelas classes hegemônicas da sociedade, e que são responsáveis por reforçar as marcações simbólicas que marginalizam determinados grupos” (MELO, 2019, p. 90).

Melo (2019, p. 92) ainda defende estes espaços como estimuladores do senso crítico informacional dos sujeitos, que

também é responsável por estimular uma atitude questionadora por parte dos sujeitos informacionais, no que diz respeito às informações que lhes são impostas no cotidiano, ou seja, a informação hegemônica que vem reforçar às relações de submissão/opressão às quais estamos submetidos/as

e atuam como um instrumento de empoderamento dessas mulheres. A CCI também é colocada pela autora como contribuição para o fortalecimento mútuo, como visto anteriormente.

Além da atuação dos espaços informais, a informação transformadora e empoderadora, precisa estar disponível, organizada e comunicada, mas também é preciso que o indivíduo se aproprie destas informações criticamente para atingir seus propósitos. Sem estes dois movimentos, do produtor ou disseminador da informação e do sujeito, em prol de

uma informação que considere e visibilize os oprimidos, tendemos, ainda que, por vezes não intencionalmente, ao discurso e à informação masculina, branca e eurocêntrica ou anglofônica. “As etnias devem aliar-se em prol da inserção sociocultural, de forma plena, e resistir às atitudes discriminatórias das quais continuam sendo vítimas” (SILVA; SILVA JUNIOR, AQUINO, 2014, p. 258).

As classes dominadas, silenciosas e esmagadas, só dizem sua palavra quando, tomando a história em suas mãos, desmontam o sistema opressor que as destrói. É na práxis revolucionária, com uma liderança vigilante e crítica, que as classes dominadas aprendem a “pronunciar” seu mundo, descobrindo, assim, as verdadeiras razões de seu silêncio anterior. (FREIRE, 1981, p. 104)

Seguindo os passos freirianos cabe ao ensino, pesquisa e prática da CCI, dar voz aos excluídos, silenciados e às minorias que, na verdade, são maioria.

5.2.2 A CCI como resistência à reprodução informacional das opressões

Evidentemente toda essa estrutura histórica, cultural e social que coloca as mulheres, os LGBTQI+, os negros, indígenas e não brancos na alteridade e subalternidade é reproduzida e reforçada nos sistemas e regimes informacionais. Este é um problema a ser considerado diligentemente na CCI. A ideia do homem como centro e dominador do mundo, do homem, cisgênero, héterossexual, branco como espécie e raça superior às outras, continua sendo espelhada nas vantagens evidentes que estes tem na sociedade, mantidas também pela informação, para o controle daqueles outros. É na continuidade da construção histórica que a informação é cunhada, na sua maioria, para manter o *status quo*.

É acompanhando esta historicidade que a sociedade reproduz o machismo sobre as mulheres e segue na lógica patriarcal, o que é evidenciado nos dados sobre mulheres. Está espelhado na objetificação das mulheres, na naturalização das violências verbais, ideológicas, emocionais, laborais, sociais, culturais, físicas e sexuais. Violências que assumem várias formas: silenciamento; subalternidade; salários menores; interrupção da fala por um homem; menor prestígio profissional e científico; naturalização de que é de responsabilidade da mulher a educação dos filhos e o cuidado da casa, restando a ela a maior parte destas obrigações; na fala machista que reproduz as opressões e diminuições; no assédio e no estupro; a lista é enorme.

O mesmo acontece com a comunidade LGBTQI+. A informação e os dados sobre eles é negligenciada, desinformada, reduzida, apagada, distorcida, negada e rejeitada. A violência, não aceitação e exclusão se perpetuam embasadas em “verdades” construídas ao longo da

história que sequer se sustentam cientificamente. Ainda que muitas destas máximas já tenham sido desmentidas cientificamente, elas seguem acolhidas e defendidas socialmente, e com unhas e dentes por fundamentalistas. A violência segue andando enquanto as leis e propostas, que pretendem garantir os direitos civis e humanos para os LGBTQI+, se arrastam sobre uma montanha de entraves empurrados pelas lutas deste grupo.

Negras e negros continuam escravizados e desumanizados, não mais nas senzalas, mas nas favelas, nas prisões, nos trabalhos subalternos, servindo os brancos, sendo alvo de violência e mortos. Isso se reproduz também na escassez de autores negros em nossas bibliografias e na linguagem racista, que é reproduzida e naturalizada. Está estampada na solidão da mulher negra, na falta de acesso, na repulsa a ações afirmativas, no apagamento de suas culturas, nas perseguições religiosas, na parca representatividade política, nos discursos de ódio e nos assassinatos e chacinas.

Indígenas continuam morrendo, sendo exterminados, e tendo suas terras e direitos roubados e invadidos. Quando muito há uma romantização do indígena ou a ideia de que ele civilizou-se. Uma cultura ancestral brasileira que é discriminada, diminuída e quase totalmente anulada, usando o indígena de uma maneira caricata e primitiva. O conhecimento indígena é negligenciado, inferiorizado ou ressignificado sob a ótica branca, mesmo a ameríndia sendo a cultura ancestral brasileira.

A práxis da CCI precisa ser vetor de reconhecimento e denúncia das desvantagens, marginalizações, apagamentos e dicotomias que invisibilizam atores, negam ou diminuem culturas e origens, criadas por uma estrutura social excludente e discriminatória e que impõe uma cultura dominante e opressora.

Se a informação reflete as naturalizações históricas, cabe ao ensino e propagação da CCI o olhar atento para as informações sob uma perspectiva crítica a respeito de gênero, feminismos, sexualidades e relações étnico-raciais, a fim de conscientizar aqueles que não estão na condição de oprimido e empoderar e emancipar aqueles que estão oprimidos. É através da percepção crítica da informação que o pensamento ingênuo transmuta-se em pensamento crítico, gerando consciência crítica que produz o comportamento crítico, esse é o percurso que a promoção da CCI pretende. Esse percurso é capaz de, chegando ao comportamento crítico, confrontar e transformar a estrutura histórica-social, romper a linha cultural e social construída através de anos de opressão.

Através do pensamento crítico, do desenvolvimento das dimensões da CCI, a relação com a informação se transforma, transformando também as atitudes e as demandas por mais informação. Quando o sujeito, que percebe-se fazedor da história, reconhece seus

preconceitos, discriminação, racismo, machismos, xenofobias, ele se vê confrontado com elas e, sendo crítico, rejeita-as e passa ao esforço de negá-las e transformar seus hábitos. Da mesma forma, aquele que se compreende parte de um grupo chamado de minoria, mas que faz parte da maioria oprimida, compreendendo suas raízes, as causas de sua condição e de sua opressão, olhando para isso de maneira crítica, revolucionária, exige a mudança da realidade, luta por ela. Neste caso a CCI, através do olhar crítico que evidencia as exclusões e opressões camufladas (ou não) nas informações e, através do esforço de equalizar estas ausências, estimula a busca e curiosidade por informações que venham deste lugar de fala, colabora para uma transformação dos sujeitos através da percepção de sua condição privilegiada ou oprimida.

Os sujeitos vitimados pela opressão (ou pelo acúmulo delas) de gênero, sexualidade, etnia ou raça, têm através do desenvolvimento da CCI o reconhecimento de onde estão no mundo, promovendo o empoderamento desses grupos e fortalecendo suas lutas. Para Freire (1986) o empoderamento não é individual e sim coletivo.

quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71)

Freire (1986) entende que ainda que o empoderamento individual ou de alguns não seja suficiente para a transformação da sociedade como um todo, é absolutamente necessário para o processo de transformação social. “O desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si só, suficientes.” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71). Assim, ainda que o empoderamento não seja tão amplo, caminha para a emancipação e para a liberdade.

Quando pensamos no desenvolvimento da CCI a respeito de um grupo e também empoderando este grupo, facilitamos os avanços na transformação social. Sob esta perspectiva a CCI ao transformar a relação com a informação, propicia a transformação dos sujeitos, dos grupos e por fim da sociedade, cumprindo o papel que se propõe.

6 BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA CCI

Para contribuir com o ensino, pesquisa e aprimoramento da CCI no Brasil é preciso compilar e desenvolver suas bases teóricas e epistemológicas, destacando os conceitos a serem ensinados, pontos observáveis e as características a serem desenvolvidas nos sujeitos para o estímulo à CCI, à emancipação e à cidadania. Este é o esforço deste capítulo para o robustecimento dos estudos teóricos e aplicados emergentes em torno da noção de CCI no Brasil, bem como auxiliar o encaminhamento pedagógico, associado à Pedagogia Crítica, para a CCI; contribuindo com este esforço de uma maneira didática e objetiva, estimulando um aprofundamento, mas, ao mesmo tempo, sistematizando os principais termos e significados da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica. Tendo em Paulo Freire, autor brasileiro, um norte de quem vivenciou as peculiaridades deste país.

6.1 BASES NA TEORIA CRÍTICA

Propomos aqui um mapa conceitual da Teoria Crítica (Figura 7) com a finalidade de facilitar o didatismo. Este mapa conta com conceitos basilares da Teoria Crítica que tem correlação com a CCI e é um primeiro esforço neste sentido, não pretendendo abranger toda grandeza da Teoria Crítica, mas lançando bases para o seu ensino voltado à CCI e desenvolvimento de novos mapas. Os conceitos estão numerados no mapa e no texto para maior facilidade de localização e correlação.

A fim de colaborar com a compreensão basal dos elementos da Teoria Crítica vinculados mais diretamente à CCI é necessário compreender inicialmente o conceito de teoria adotado por Horkheimer, seu fundador. “Teoria é o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível” (HORKHEIMER, 1980, p. 117).

A expressão Teoria Crítica ^(d1) nasce a partir dos estudos do Instituto para Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), posteriormente, “Escola de Frankfurt”. Seu marco fundante costuma ser apontado como o artigo de Horkheimer, “Teoria tradicional e teoria crítica”, publicado pela revista do Instituto em 1937, que carrega os princípios norteadores dos estudos da Teoria Crítica; porém Fleck (2017) e Honneth (1999), retrocedem alguns anos e apontam 1931 como o ano que Horkheimer propõe uma guinada nas pesquisas desenvolvidas no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, evidente em seu discurso de posse como diretor. O projeto que contrapunha o que denominavam de Teoria Tradicional^(d2).

A utilização sistemática de todas as disciplinas de pesquisa da ciência social no desenvolvimento de uma teoria materialista da sociedade^(d3) foi o principal objetivo da teoria crítica; com isso ela esperava superar o velho purismo teórico do materialismo histórico^(d4) e reservar um lugar para a possibilidade de uma proveitosa fusão fecunda entre a ciência^(d5) social acadêmica e a teoria marxista (HONNETH, 1999, p. 505).

Como referência, alguns dos membros da Escola de Frankfurt foram: Erich Fromm, Herbert Marcuse, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin; Alfred Schmidt, Jürgen Habermas, Friedrich Pollock, Franz Neumann, Leo Lowenthal, Axel Honneth e outros. O amalgama que une estes autores é a influência de Marx e sua crítica da economia política^(d6) ao capitalismo^(d7), contextualizando-a para a época e a crítica à positividade^(d8) dos estudos humanos.

O capital^(d9) para Marx (2001) não pode ser separado do capitalismo, é uma categoria complexa, que não comporta uma definição simples, e mesmo Marx dedicou grande parte de seus escritos a fim de explorar suas muitas expressões. Definindo inclusive significados, relações e equações que expressam as relações de produção capitalistas em *O Capital* (2001, 2013). Assim, utilizando esta citação de Marx, damos uma introdução ao significado de capital e de seu caráter de relação social que toma forma de coisa.

o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, que pertence a uma determinada formação histórico-social, representa-se numa coisa e confere a esta um caráter especificamente social. O capital não consiste na soma dos meios de produção materiais e produzidos. Ele consiste nos meios de produção transformados em capital, meios que, em si, são tão pouco capital quanto o ouro ou a prata são, em si mesmos, dinheiro. Consiste nos meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de atividade da força de trabalho autonomizados precisamente diante dessa força de trabalho, que se personificam no capital mediante essa oposição. O capital não se resume aos produtos dos trabalhadores, produtos transformados em forças autônomas, aos produtores como dominadores e compradores daqueles que os produzem, mas também se constitui pelas forças sociais e a forma futura [...] {? ilegível} desse trabalho que eles se contrapõem como atributos de seu produto. De modo que temos aqui, pois, uma forma social determinada, muito mística à primeira vista, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (MARX, 2017, p. 1075).

O capitalismo é a “denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção” (BOTTOMORE, 1998, p. 90). O modelo econômico predominante e hegemônico é o capitalista, o que não quer dizer que ele sempre possuiu características exatamente iguais. Prova disso é o capitalismo liberal, no qual a ideia de menor interferência possível do Estado no mercado prevalece, a defesa do chamado Estado Mínimo. No dicionário de Bottomore (1998, p. 92) o capitalismo é caracterizado por: produção para venda e não para uso próprio; existência de um mercado no qual a força de trabalho é comprada e vendida; uso da forma monetária – mediação universal do uso do

dinheiro; controle capitalista do processo de produção; controle capitalista das decisões financeiras e uso de recursos de outras pessoas para financiar a acumulação; concorrência entre capitais que estimula a redução de custos e a concentração do capital nas grandes empresas.

A reprodução ampliada^(d10) trata da acumulação do capital feita através do reinvestimento de parte da mais-valia no aumento da escala de produção, através da compra de meios de produção complementares ou contratação de mais operários. Desta maneira parte da mais-valia agrega-se ao capital inicial acumulando-se.

Com a ampliação da produção, cresce a massa de mais-valia apropriada pelo capitalista e, em consequência, aumenta aquela parte da mais-valia destinada a satisfação das necessidades pessoais e dos caprichos dos capitalistas. De outro lado, através do aumento da mais-valia, os capitalistas têm a possibilidade de ampliar cada vez mais a produção, explorar um crescente número de operários e apropriar-se de uma massa cada vez maior de mais-valia (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961, Cap. VII)

Considerando a cultura e a subjetividade, a Indústria cultural^(d11) passa a ser objeto dos estudos da Teoria Crítica, recorrendo também aos estudos da psicanálise^(d12) de Freud, “em especial por seu conceito de ‘identificação com o agressor’, crucial para entender o ‘enigma da docilidade’ da classe trabalhadora, que agia então de forma contrária àquilo que seriam os seus interesses racionais” (FLECK, 2017, p. 102). Os estudos de psicanálise tem papel importante e interdisciplinar com os estudos críticos, que passam a expolarar:

O problema da conexão que subsiste entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações que têm lugar nas esferas culturais em sentido estrito – às quais não pertencem somente os assim chamados conteúdos espirituais da ciência, da arte e da religião, mas também o direito, os costumes, a moda, a opinião pública, o esporte, as formas de divertimento, o estilo de vida etc. (HORKHEIMER, 1999, p. 130)

Fleck (2017, p. 111) defende que as reflexões da Teoria Crítica “não tratam apenas do conteúdo propriamente dito (a sociedade em seus múltiplos aspectos), mas também da forma como este conteúdo é apreendido”, perspectiva esta fundamental para a CCI e para a Pedagogia Crítica. A Teoria Crítica critica o positivismo^(d8) por sua incapacidade de compreender as complexidades dos objetos investigados, tratando, de maneira diferente da teoria tradicional, a relação sujeito-objeto.

Enquanto um abismo separa um do outro na tradicional, sujeito e objeto se codeterminam na crítica, de forma que o sujeito se torna sujeito por meio de sua confrontação com o objeto (e o mesmo pode ser dito da relação entre forma e conteúdo). Ademais, enquanto na teoria tradicional o intuito é o de classificar o objeto e, assim, torná-lo manuseável para fins de dominação da natureza, na teoria crítica o objetivo é antes o de transformar o objeto, compreendendo-o, visando tanto

uma emancipação de todas as formas de dominação quanto uma reconciliação com a natureza. (FLECK, 2017, p. 111).

Esta intenção de compreender, classificar e dominar o objeto de pesquisa e a própria natureza, cria um pseudoafastamento entre pesquisador e objeto, ao mesmo tempo que objetifica o mundo e as relações e coisifica^(d13) as relações, a natureza e o próprio humano. Tornando coisificado e despersonalizado o objeto pode ser então dominado, classificado, manuseado e transformado de cima para baixo, sob uma perspectiva ideologizada^(d14), opressora e de dominação. Trata-se do que Horkheimer nomeia de racionalidade instrumental^(d15), oposta a razão crítica. Ela visa a dominação da natureza^(d16) bem como da humanidade. Assim a ciência torna-se também instrumento de dominação^(d17), bloqueando ou retardando a emancipação^(d18).

Na Teoria Crítica a intenção é confrontar sujeito e objeto, buscando na realidade^(d19) as perguntas e respostas, emancipando objetos, humano, relações e natureza da dominação e propiciando uma consciência crítica da realidade, de si e da alteridade. Não impondo à pesquisa suas hipóteses previamente definidas, mas resgatando da realidade as possibilidades, tentando compreender assim os fenômenos que se apresentam. Promove assim a intenção de reconciliação com a natureza através do (re)conhecimento da interação entre humano e natureza através do trabalho^(d20).

Em seu artigo Horkheimer explica que a Teoria Crítica não contesta o significado da teoria em geral, “mas a teoria esboçada ‘de cima para baixo’ por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular”. Ele está criticando o fazer científico da própria sociologia na época de características dominadoras. “O caminho que a sociologia teria que percorrer seria a difícil ascensão da descrição de fenômenos sociais até comparações detalhadas, e só então a partir daí passar para a formação de conceitos gerais” (HORKHEIMER, 1980, p. 119).

Ao reconhecer a economia vigente e o todo cultural^(d21) como produto do trabalho humano e que a organização social foi autoimposta, o sujeito crítico passa a se perceber como parte deste todo, e o compreende “como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo” (HORKHEIMER, 1980, p. 130). Por outro lado percebem que este mundo não é deles, mas do capital. Assim está posta uma contradição consciente^(d22) que advém desta identificação, contradição esta que caracteriza todos os conceitos do pensamento crítico^(d23). O reconhecimento das categorias dominantes contém sua condenação. Desta maneira a razão não pode florescer em uma sociedade irracional, em sujeitos alienados, daí a importância da emancipação. O comportamento crítico é aquele que está orientado para esta emancipação e

tem por meta a transformação do todo, da realidade existente. É esta a práxis^(d24) que a Teoria Crítica persegue.

Axel Honneth considera que autores como Horkheimer e Marcuse

partiram do pressuposto de que as ciências empíricas – por intermédio de sua metodologia – são determinadas pelas demandas do trabalho societário; aqui, a verificação das proposições teóricas se subordina ao mesmo interesse de dominação da natureza física pelo qual a atividade do trabalho é guiada num nível pré-científico (HONNETH, 1999, p. 509).

Assim, a base da Teoria Crítica da sociedade pressupunha o fim da separação entre pesquisa empírica^(d25) e filosófica^(d26), criticava o modelo positivista e buscava um conceito de pesquisa interdisciplinar, ancorada no processo histórico e no materialismo dialético^(d27), consciente de seu contexto social de origem e de aplicação prática. Compreendendo a ciência como parte da sociedade histórica e da divisão de trabalho, visando a transformação da sociedade^(d28).

Este espírito da Teoria Crítica se espelha em autores anteriores e propaga em autores posteriores como Paulo Freire e a Pedagogia Crítica. Os estudos críticos já existiam antes da Escola de Frankfurt e seguiram depois dela. A CCI está intimamente ligada à Teoria Crítica, mas também aos estudos críticos em geral.

Fleck (2017) se propõe discutir as convenções de definição da Teoria Crítica, considerando que existem familiaridades entre os estudos que se propõe como Teoria Crítica e recorda que Horkheimer teria entrelaçado seu programa em três eixos:

1. Recusa consciente e deliberada a divisão do trabalho científico então em curso – em sentido oposto a tendência da época de especialização e separação das ciências sociais (sociologia, psicologia, economia e filosofia) a Teoria Crítica propõe uma interdisciplinaridade ou até uma pesquisa não disciplinar que “permitisse investigar processos sociais^(d29) em seus mais diferentes aspectos e, sobretudo, em seus cruzamentos”. Neste eixo cabia o entrecruzamento entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações na esfera da cultura^(d21). Para isto era preciso “vincular a pesquisa empírica com a especulação conceitual, buscando nos detalhes indícios das grandes transformações sociais” (FLECK, 2017, p. 113,114, numeração sobrescrita nossa).
2. O “caráter fortemente materialista da crítica social elaborada pelos frankfurtianos” – O materialismo, embora considere a codeterminação entre sujeito e objeto, considera que “toda elucubração teórica é, em certa medida, secundária, posterior e mesmo oriunda de uma situação material”. Assim, a teoria não fetichizada ou positivista, parte das

insatisfações e sofrimentos humanos e teoriza, na práxis, para a transformação desta realidade. Deste modo ela não parte de um ideal e sim da crítica às injustiças e aos “sofrimentos sociais patentes que poderiam, dado o desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, ser abolidos por meio de transformações sociais”, observando as tendências sociais em curso, pretendendo transformá-las fomentando a emancipação. “A teoria deve começar pela construção do diagnóstico mais preciso possível da situação social presente” (FLECK, 2017, p. 114 - 115).

3. A práxis – o objetivo da Teoria Crítica é prático, de transformação, “trata-se de uma teoria que se vê como um instrumento para emancipação dos homens daquelas situações que o exploram, oprimem e dominam”. Cabe à Teoria Crítica conscientizar as pessoas, principalmente os oprimidos^(d30), de “sua situação objetiva para que não cooperem com as forças que as oprime”. É preciso então confrontar as visões de mundo e evidenciar que o sofrimento, o fracasso pessoal, as injustiças são consequências do sistema dominante, socialmente determinados (FLECK, 2017, p. 115, marcação sobrescrita nossa).

Existe no teórico crítico um engajamento, porque ele não se separa como cientista de sua realidade como indivíduo social. “Assim, a teoria crítica se caracteriza também pelo alto nível de reflexividade: trata-se de uma teoria que precisa ser consciente de suas intervenções, do contexto e das relações de força em que está inserida, da divisão do trabalho social e dos males decorrentes dela” (FLECK, 2017, p. 116).

Horkheimer defendia que nem o cientista, nem o objeto, podem estar totalmente descolados da sociedade e da historicidade.

Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação desse conhecimento aos fatos são determinações que não tem origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão como os processos sociais reais. (HORKHEIMER, 1980, p. 121)

A representação tradicional da teoria abstrai o funcionamento da ciência como parte integrante da divisão de trabalho e o fato que a atividade científica é executada como todas as demais atividades sociais, crescentemente subsumida ao capital nos últimos duzentos ou trezentos anos. Assim, projeta não a função real da ciência nem o significado da teoria para a existência humana, mas apenas o que significa nas condições históricas^(d31) em que é feita.

Na verdade, a vida da sociedade é um resultado da totalidade do trabalho nos diferentes ramos de profissão, e mesmo os seus ramos, e dentre eles a ciência, não podem ser vistos como autônomos e independentes. Estes constituem apenas particularizações da maneira como a sociedade se defronta com a natureza e se

mantém nas formas dadas. São, portanto, momentos do processo de produção social, mesmo que, propriamente falando, sejam pouco produtivos ou até improdutivos. (HORKHEIMER, 1980, p. 123)

O autor revela, lembrando Marx, que as formas e divisões do trabalho não constituem relações eternas ou naturais, mas emergem do modo de produção em formas determinadas de sociedade. A aparente autonomia no processo de trabalho, nada mais é do que a ilusão de liberdade dos sujeitos econômicos na sociedade burguesa, o pensamento burguês. “Eles são expoentes do mecanismo social invisível, embora creiam agir segundo suas decisões individuais” (HORKHEIMER, 1980, p. 123).

Se “o cientista tem que conceber e classificar os fatos em ordens conceituais e dispô-los de tal forma que ele mesmo e todos os que devem utilizá-los possam dominar os fatos o mais plenamente possível” (HORKHEIMER, 1980, p. 123), até que ponto nós cientistas temos feito isso com as informações que produzimos e difundimos? Sem preocupação com a Competência Crítica em Informação de nossos interlocutores em geral, não considerando apenas nossos pares, não cumprimos esta função plenamente. Enjaularemos informações e conhecimento nas paredes dos doutos, não o dividindo com a sociedade a fim de aprimorar os cidadãos. Como coloca Horkheimer, faz-se assim uma ciência de cima para baixo que deixa a crítica de fora. Essa postura colabora com a rejeição de parte dos cidadãos comuns à ciência, abrindo espaço para a ignorância ostentação, desinformação e o retorno de crenças obscuras, como a de que a Terra é plana.

A ciência não está acima da vida em sociedade ou das condições históricas. Tampouco os cientistas são imunes à divisão do trabalho, pelo contrário, são partes integrantes e atuantes desta divisão. Como recorda Horkheimer,

nem a estrutura da produção industrial e agrária nem a separação entre funções diretoras e funções executivas, entre serviços e trabalhos, entre atividade intelectual e atividade manual, constituem relações eternas ou naturais, pelo contrário, estas relações emergem do modo de produção em formas determinadas de sociedade (HORKHEIMER, 1980, p. 123).

Nem mesmo os cálculos mais complicados estão fora da subsunção da historicidade e da sociedade, por mais que os cientistas neguem esse fato ou pensem agir de forma imparcial e objetiva.

A Teoria Crítica possui três eixos estruturais: a historicidade dos sujeitos cognoscentes (homem histórico^(d32)) e dos objetos cognoscíveis; a totalidade dos fenômenos sociais (que impossibilita o estudo dos fenômenos sociais isolados do contexto) e a tensionalidade constante presente na sociedade (ARAÚJO, 2013).

Para a Teoria Crítica, mesmo o mundo natural, desde que o homem existe, é também fruto da *práxis* humana, do trabalho, de seu modo de ver e ser no mundo. Assim, os humanos não são separados da história e esta não afeta simplesmente a sua indumentária, sua figura ou sua relação com as coisas e a tecnologia, considerando, assim, o trabalho como a força motriz da história e do humano. Agindo sobre o mundo externo e modificando-o, modificamos nossa própria natureza. Ser-no-mundo para Leonardo Boff (2005, p. 30) “significa uma forma de estar presente, de navegar pela realidade e de relacionar-se com todas as coisas do mundo. Nessa navegação e nesse jogo de relações, o ser humano vai construindo o próprio ser, a autoconsciência e a própria identidade”.

O trabalho^(d20) é qualificado como qualquer atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado. Assim é o trabalho que modifica a natureza, o humano e a realidade, é aquele cujo produto possui valor de uso. Este aspecto do trabalho como atividade “é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana” (MARX, O Capital I *apud* BOTTOMORE, 1998, p. 599).

A maneira de ver o mundo é também fruto inseparável do processo de vida social e como este se desenvolveu através do tempo. “Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo” (HORKHEIMER, 1980, p. 125), não são naturais, mas sim conformados pela atividade humana. Assim, “o saber aplicado e disponível está sempre contido na *práxis* social” (HORKHEIMER, 1980, p. 125).

Segundo Marx (2001, 2011) e os teóricos que seguem a Teoria Crítica, o humano forjou sua história até aqui, nada é natural ou predestinado pelo divino. Se cada indivíduo e a soma destes indivíduos em comunidades e na sociedade, constroem consensos de verdade que guiam a vida e consensos de interesses que fundam e controlam essa vida, isso está sujeito, em alguma medida, ao arbítrio humano e as negociações de consenso e hegemonia, por força, por restrição, por manipulação ou por dialogia.

Desta maneira, quanto mais humanos investirem em CCI mais dialogia deverá existir em torno dos consensos, mais acesso às informações e aos fatos, mais consenso baseado em investigações criteriosas e profundas sobre as informações e a realidade. Assim, a chance de consensos mais justos e com menos distanciamentos entre uns privilegiados e “dignos” de serem liderança, a “classe especializada” e “homens responsáveis”, suficientemente inteligentes “para entender como as coisas funcionam” – opressores, e os outros, rebanho

desorientado, ignorantes, expectadores a serem guiados – oprimidos^(d33), segundo o que escreveu Lippmann (2008) em livro publicado inicialmente em 1922.

Esta separação entre indivíduo e sociedade é eliminada na Teoria Crítica, na medida que ela sempre considera as influências da divisão do trabalho e de classes. De acordo com Honneth (1999, p. 511), a Teoria Crítica pretende contextualizar e aplicar a filosofia da história materialista à sua época. Assim, considera que o processo histórico progride de modo que “o potencial para a razão incorporado nas forças produtivas é liberado continuamente em conflitos sociais”. Portanto, é preciso investigar quais são exatamente os mecanismos que impedem a eclosão destes conflitos, das lutas de classe^(d34), e como se dão estas influências e negociações. Honneth ressalta que pesquisa de Horkeimer esteve concentrada no processo de integração da classe trabalhadora no sistema societário capitalista. Suas pesquisas se voltariam para a seguinte questão: “Como ocorrem os mecanismos mentais em virtude dos quais e possível que as tensões entre as classes sociais, que se sentem impelidas para o conflito por causa da situação econômica, possam permanecer latentes?” (HORKHEIMER, 1932 *apud* HONNET, 1999, p. 511).

A contradição existente entre a consciência do fazer no mundo unida à atividade individual como *práxis* e a submissão da vida às divisões de classe, trabalho e ao capital, caracteriza todos os conceitos da maneira de pensar crítica. Consequentemente esta corrente teórica, além de perceber o mundo a sua volta, possui um olhar crítico, inclusive, sobre os poderes^(d35) e estímulos que incidem sobre a produção científica/acadêmica. Sendo ela própria *práxis* e consequência do fator político^(d36) inerente a este tipo de pesquisa, com intenção de superar as tensões e eliminar a oposição entre “a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro” (HORKHEIMER, 1980, p. 132). É, portanto, função do teórico e da teoria crítica a *práxis* emancipadora e libertadora.

Pensando sobre a relação da Teoria Crítica com a Ciência da Informação, recorreremos à introdução do livro *Critical Theory For Library And Information Science – Exploring the Social from across the Disciplines*, organizado e editado por Gloria J. Leckie, Lisa M. Given e John E. Buschman (2010), na qual os autores afirmam que:

Desde o início da década de 1930, a teoria crítica tem sido um lembrete de que as configurações econômicas, políticas e ideológicas^(d37) específicas dos contextos sócio-históricos têm relação direta com a forma, o conteúdo, a prática e a orientação normativa das duas[:] vida social e ciências sociais. (LECKIE; GIVEN; BUSCHMAN, 2010, p. vii, tradução nossa)

No Brasil, Carlos Alberto Araújo (2009, p. 196) indica que a Teoria Crítica “tem por atitude epistemológica a desconfiança, a negação do evidente, a busca do que pode estar escondido ou camuflado” nas relações, especialmente nas relações de poder. Para o autor, a explicação da realidade através da mudança e não da estabilidade remonta à Heráclito e é retomada na dialética de Hegel, por Marx e outros autores críticos.

A teoria crítica da informação é um esforço que se concentra ontologicamente na análise da informação no contexto de dominação, relações de poder assimétricas, exploração, opressão e controle, empregando epistemologicamente todos os meios teóricos e / ou empíricos necessários para fazê-lo, a fim de contribuir no nível praxeológico para o estabelecimento de uma sociedade participativa e cooperativa (FUCHS, 2009 *apud* BEZERRA; ALMEIDA, 2020, p. 9)

A Teoria Crítica colabora com a Ciência da Informação, inclusive por sua natureza interdisciplinar, na formação de seus pesquisadores, para que, independentemente de suas áreas de origem, possam aplicar o viés sociológico crítico, acrescentando, mesmo às pesquisas técnicas e mais exatas, a crítica e a percepção da influência de poderes e questões históricas, políticas, sociais e culturais, que perpassam suas pesquisas. Assim, Honneth (1999, p. 510) afirma que tanto Horkheimer quanto Marcuse, a favor da interdisciplinaridade, defendiam que “uma teoria crítica da sociedade deve fazer uso de todo o espectro das disciplinas científicas sociais a fim de poder investigar apropriadamente o atual conflito entre as forças produtivas e as relações de produção”, em uma relação dialética entre filosofia histórica e pesquisa interdisciplinar, voltada para o essencial e o universal.

A economia política, em sua vertente crítica, de inspiração marxiana, deveria ser a disciplina central para estes estudos, como uma mediadora entre a “filosofia da história e as ciências especializadas, porque investiga, de um ponto de vista empírico, o mesmo processo de produção capitalista que aparece, numa perspectiva filosófico-histórica, como uma etapa na realização da razão”. Sendo as primeiras interdisciplinaridades articuladas com a psicanálise/psicologia e os estudos culturais ou Teoria da Cultura. Esta triangulação compreendia “a análise econômica da fase pós-liberal do capitalismo, a investigação sociopsicológica da integração societária dos indivíduos e a análise teórico-cultural do modo de operação da cultura de massa^(d38)” (HONNETH, 1999, p. 511, numeração em sobrescrito nossa).

Caberia à economia política o papel de investigar o processo de longo alcance do capitalismo liberal. Pollock foi o responsável por esta pesquisa na Escola de Frankfurt e cunhou o termo “capitalismo de Estado” que supunha uma integração entre os conglomerados capitalistas e as elites do poder político propiciando a integração social na forma

administrativa centralizada (HONNETH, 1999, p. 513). Para Pollok o capitalismo de Estado obteve êxito em eliminar os fatores de crise e integrar as forças conflituosas de classe (LENHARD, 2019, p. 26).

O gancho para a interdisciplinaridade com a psicanálise e psicologia vêm da docilidade e submissão da classe oprimida ao opressor e ao sistema capitalista, como apontado anteriormente, e forja conceitos como “personalidade autoritária” e “identificação com o agressor”. A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha (1933) gerou preocupações sobre como a ideologia operava nas massas, provocando uma coesão social que permitia a dominação política. A questão era: como se dá o mecanismo de interiorização que permite que a maioria oprimida aceite sua opressão pela minoria?

Consequentemente, autores como Adorno, Horkheimer, Fromm e Marcuse, apropriando-se das categorias psicanalíticas procuraram explicar fenômenos socioeconômicos (ASSIS, 2011). Essa interdisciplinaridade com a psicologia/psicanálise foi importante para a compreensão histórica do indivíduo em suas relações conflitantes com a cultura que o constitui, fomentando novas abordagens e estudos sobre a cultura da época.

Um dos conceitos mais influentes criados pelos pesquisadores de Frankfurt é Indústria Cultural, complexo de empresas de produção e comercialização de entretenimento, que configuram cultura de massa e, cooptadas pelo capitalismo, tornam-se maneiras de dominação e condução. Na concepção de Adorno e Horkheimer, a cultura de massa, diferindo da cultura popular e da cultura erudita, é inautêntica e um recurso capitalista para vender uma forma inferior de arte que, ao mesmo tempo, manteria a população sob controle.

Nesta perspectiva, cabe à Indústria Cultural levar ao consumidor entretenimento disfarçado de cultura e arte, padronizado e homogeneizado, de forma simplificada, agradável e de fácil consumo imediato. Essa indústria massificaria a arte, inculcaria ideais da classe dominante e desviaria a atenção da população de problemas sociais de sua época. Também trabalharia sobre o estado de consciência e inconsciência dos indivíduos, cultivando falsas necessidades psicológicas que seriam atendidas e satisfeitas por produtos do capitalismo, determinando o consumo. Vide a inserção de propaganda nos filmes cinematográficos e outros produtos audiovisuais. Bens de cultura se tornam mercadorias e estratégias de controle social. Culminando no que Debord nomeou de Sociedade do Espetáculo^(d39) com a exacerbação do fetichismo e da alienação^(d40). Essa visão se estende a Comunicação de Massa até hoje.

É fácil perceber como a cultura de massa reflete, inculca e instiga ideologias, “verdades” e desejos hegemônicos. Os jeitos de ser estadunidenses ganharam o mundo muito

mais através de produtos culturais do que da dominação bélica e/ou política. Ainda que estas também sejam úteis e eficientes. Através dos filmes, músicas, teatro, literatura, artes plásticas e outros produtos culturais, o consumo, a ideia da “liberdade” liberal, o estilo de vida, valores e o sonho americano, se espalharam pelo globo.

Considerando os autores mais citados da Teoria Crítica, mas não apenas aqueles da escola de Frankfurt, destacamos a seguir alguns conceitos básicos, corroborados pelo Dicionário do Pensamento Marxista, de Bottomore (1998), pelo Dicionário Gramsciniano, de Liguori e Voza (2017), pelo *Dictionary of Critical Theory* – Oxford, de Ian Buchanan e em leituras dos autores que indicam outros autores.

O quadro 2 traz na primeira coluna o termo utilizado no mapa, na segunda coluna o resumo do conceito e na terceira coluna, exemplos de referência de autores que tratam ou utilizam o conceito.

Quadro 2 – Termos e conceitos básicos na Teoria Crítica

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
Acumulação	Um dos aspectos essenciais do CAPITAL é o de que ele tem que ser acumulado, sendo o capital um valor que se expande e deve ser preservado. As faces da acumulação vão se modificando de acordo com as transformações das relações de produção. Também está relacionada à produção, capitalização, mais valia e a reprodução ampliada. É sempre a finalidade última do capitalismo. A centralização do capital e o ritmo desigual da própria acumulação promovem o desenvolvimento desigual das economias e sociedades, não sendo apenas um problema econômico, mas também incluindo as relações sociais, exacerbando também as diferenças de classe.	Marx, 2001, 2013; Marx e Engels, 2003;
Alienação (d40)	Vem da expropriação do trabalho e da própria vida do trabalhador pelo opressor, alienado-as do oprimido. Quando um indivíduo, grupo, instituição ou sociedade se torna ou permanece alheio/apartado/alienado do resultado de sua produção, da sua atividade, da natureza, do(s) outro(s) e/ou de si mesmo (auto-alienação).	Horkheimer, 1980; Benjamin, 1955; Marx, 2001, 2013; Marx e Engels, 2003; Debord 2003; Bottomore 1998
Aparatos hegemônicos ou aparelhos ideológicos do estado (d41)	São as estruturas privadas ou não que apoiam, negociam e conservam a hegemonia na esfera cultural. Incluem escolas, família, igrejas, sindicatos, jurídico, informação, meios de comunicação etc. Para Gramsci aparatos privados de hegemonia para Althusser de aparelhos ideológicos do estado.	Gramsci 1982, 1999, 2000, 2001; Althusser, 1970
Aparelho repressivo ou coercivo do Estado (d41)	Cabe a ele a manutenção ou tomada de poder de Estado através da repressão, coerção, punição e força. Compreende exército, polícia, tribunais, penal, as leis, etc.	Gramsci 1982, 1999, 2001; Althusser, 1970
Capital (d9)	O primeiro sentido é de um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono. Na teoria marxista, o capital não é principalmente uma coisa, mas uma relação de produção definida que pertence a uma época histórica, na qual os meios de produção são	Marx, 2001, 2013; Bottomore 1998

Termo	Conceito resumido	Autores (texto usando o conceito)
	monopolizados por um certo setor da sociedade e a força de trabalho é convertida em mercadoria. É a cristalização das forças sociais em disputa, a alienação do trabalho e a propriedade dos produtos deste trabalho.	
Capitalismo (d7)	O capitalismo é a “denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção” (BOTTOMORE, 1998)	Marx, 2001, 2013;
Ciência tradicional (d2)	Para Horkheimer é a maneira positivista e especializada de fazer ciência em sua época.	Horkheimer, 1980
Classe	A classe social é determinada pela posição ocupada na divisão do trabalho.	Marx, 2001, 2007;
Classe dominante (d42)	“As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes” (Ideologia Alemã). Esta classe é a “força material” e a “força intelectual” da sociedade, que dispendo dos meios de produção material também controlam os meios de produção intelectual. Assim, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, também precisa dominar politicamente, exercer o poder de Estado”. (BOTTOMORE, 1998, p. 110)	Marx, 2001, 2007;
Coerção (d43)	A coerção externa é aquela que se impõe aos indivíduos pelas regras morais e legais da sociedade. Ela pode ser consensual ou imposta. No caso dos aparelhos hegemônicos em Gramsci, a coerção externa pode ser exercida também de forma violenta. Está associada tanto às instituições hegemônicas de consenso (educação, religião, associações, leis, Estado, meios de comunicação etc.) quanto aos que remetem à punição ou controle através do medo (polícia, militares, prisões, penas, etc.)	Gramsci 1982, 1999, 2001
Coisificadora (d13)	Trata-se da ciência, prática ou conjunto de ideias que transformam subjetividades, pessoas, processos, sociedade, etc. em coisas. Adorno (1995) se refere a consciência coisificada sobre o caráter manipulador que torna as pessoas em coisas.	Horkheimer, 1980; Adorno, 1995
Comportamento crítico (d44)	É o comportamento consciente que visa a emancipação e a mudança do todo social.	Horkheimer, 1980; Gramsci, 2015
Contradição consciente (d22)	É a consciência adquirida pelo sujeito crítico da realidade discrepante e cindida do todo social em contradição com a consciência de que, enquanto humano, faz parte da moldagem desse mundo através do trabalho.	Horkheimer, 1980
Contra-hegemonia	São as ações que vão contra o movimento hegemônico, o contradizem, antagonizam ou questionam. Para refletir sobre a hegemonia e contra-hegemonia é preciso analisar os modelos de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as formas peculiares de sociabilidade, as maneiras de ser coletivas e as clivagens, assim como as contradições presentes em cada período histórico.	Ramond Willians, 1973, 1979; Dore; Souza, 2018
Cultura (d21)	Um conjunto de crenças, práticas, rituais e tradições compartilhadas por um grupo de pessoas com, pelo menos, um ponto de identidade comum (como sua etnia, raça ou nacionalidade). Cultura como a cola que mantém a sociedade unida, se refere a qualquer forma de produção criativa.	Horkheimer, 1980; Gramsci, 2001, 2015; Debord, 2003; Benjamin, 1955; Buchanan, 2010
Cultura de Massa	Trata dos produtos e influências culturais da Indústria Cultural.	Adorno &

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
(d38)	A cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança, forma um sistema e encerra uma coerência – trabalho, produção, consumo, lucro. A produção em série e a reprodutibilidade técnica, são características da Indústria Cultural que se imprimem na cultura de massa. Assim, a Cultura passa a ser um produto que visa o lucro. A cultura de massa reflete a imbrincada relação entre a trama econômica e a cultura, reproduzindo e sua ideologia e fomentando a homogeneidade ao mesmo tempo que expressa, acentua e difunde as distinções. Feita para atingir o todo e a parte. A cultura de massa captura a realidade e a transforma de maneira que convença de que tudo é assim mesmo.	Horkheimer, 1985; Debord, 2003; Benjamin, 1955;
Determinismo (d45)	a tese de que, para tudo o que acontece, há condições tais que nada diferente poderia ter ocorrido (BOTTOMORE, 1998, p. 166).	Marx, 2001;
Dialética (d13)	Como (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética ontológica; e (c) o movimento da história: dialética relacional. Baseada no diálogo, que busca a explicação da realidade a partir de oposições ou choques entre situações diversas ou opostas, buscando a síntese. Tem uma função central na Teoria Crítica pela presença da contradição. Com bases em Hegel, Sócrates e Platão.	Marx, 2001; Adorno e Horkheimer, 1985; Horkheimer, 1980; Gramsci, 1978; Bottomore, 1998
Dialogia	Prática do diálogo, “a indispensável relação ao ato cognoscente, desvelador da realidade” (FREIRE, 1987, p. 41). “Um princípio ou condição de interconexão de diferenças performativas que sustentam todas as formas de comunicação” (BUCHANAM, 2010, p. 377). “O diálogo é o modo coletivo de arejar julgamentos e pressupostos” (BOHM, 2005) Na Teoria Crítica o diálogo é imprescindível para a negociação da vida na alteridade. O diálogo estabelece a relação entre os seres humanos.	Horkheimer, 1980; Freire, 1967, 19887, 1986
Domínio da natureza (d16)	O agir humano que transforma a natureza sob a perspectiva de uma ciência que quer impor este domínio e sobrepujar as forças naturais	Horkheimer, 1980;
Economia política (d6)	A Economia Política é a primeira formulação da ciência econômica, sendo uma ciência social preocupada com o complexo que envolve produção, circulação e consumo de bens, o que envolve relações de trabalho, propriedade, tecnologias, recursos naturais, necessidades humanas etc. Marx inaugurou a crítica da economia política. Às teorias críticas da economia cabem a tarefa de descrever e pensar o que é econômico e o que não é de maneira dialeticamente entrelaçada. Ou seja, se ocupa da descrição e compreensão dos processos de produção, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos, considerando, dialeticamente, as relações humanas que os permeiam.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Horkheimer, 1980
Emancipação (d18)	É a libertação, independência, que na perspectiva crítica possui vínculo com a autodeterminação. A liberdade seria então a eliminação dos obstáculos a emancipação humana, desenvolvendo as possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana. A Teoria Crítica postula essa visão de emancipação “como um ponto de vista a partir do qual criticar as sociedades reais e talvez não emancipáveis” (BOTTOMORE, 2018, p. 203).	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Horkheimer, 1980; Freire, 1967, 1986
Empirismo (d25)	O empirismo tradicional, na perspectiva crítica, “vê o mundo como uma coleção de aparências dissociadas ignora o papel da teoria na organização ativa e na reorganização crítica dos dados oferecidos por	Horkheimer, 1980; Marx, 2001

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
	essas aparências e não identifica a função desta como o esforço de representar no pensamento as relações essenciais que as geram” (BOTTMORE, 2018, p. 204).	
Esfera pública	Espaço no qual a vontade pública se manifesta, toma corpo e ciência, e pode ser articulada.	Habermas, 1984
Estado (d46)	É tratado na Teoria Crítica como parte integrada ao capitalismo, uma forma histórica de expressão do capitalismo, como força econômica diretamente envolvida com a acumulação de capital. O Estado é o centro da disputa de classes, do poder dominante. Assim, o Estado é um produto da realidade material e não é simplesmente uma categoria política desvinculada.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003;
Filosofia (d26)	Considerada nos estudos de Teoria Crítica. Dando origem à filosofia da práxis ³³ , propondo uma filosofia que não apenas interprete o mundo, mas do agir, que pretende mudar o mundo. Para Gramsci, que influenciou os autores subsequentes, a “filosofia da práxis” “é um instrumento ideológico para expandir a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, tornando as massas populares melhor capacitadas para controlar suas vidas e ‘dirigir’ a sociedade ou ‘controlando os que a dirigem” (MONASTA, 2010, p. 30)	Marx, 2001, 2007; Marx e Engels, 2003, 2006; Horkheimer, 1980; Gramsci, 1999 Freire, 1967, 1983, 1987, 1996
Hegemonia (d47)	Na concepção de Gramsci, indica uma forma de dominação social que combina coerção (econômica, política, legal) e convencimento (moral, ideológico, cultural). Historicamente a hegemonia é direcionada pela classe dominante e alcançada através do poder, da coerção (leis, força policial/militar) e dos aparatos privados (escolas, igrejas, clubes, meios de comunicação).	Gramsci 1978, 1999, 2001, 2015
Historicidade (d31)	Todas as sociedades são produto de sua história, assim como os humanos e a ciência.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003, 2006; Horkheimer, 1980; Freire, 1967
Homem histórico (d32)	Conformado pela história, mas é ele também quem conforma a própria história	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003, 2006; Horkheimer, 1980; Freire, 1967, 1983, 1987, 1996
Ideológica (d14) Ideologia (d37)	Na conotação negativa e crítica de Marx e Engels, refere-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta, favorecendo os interesses da classe dominante.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Bottomore, 1998
Indústria cultural (d11)	A cooptação da arte e da cultura pelo capital/indústria que as degrada, massifica e reproduz ampla e mecanicamente. Ao mesmo tempo desenvolve a capacidade de pacificar e integrar grupos dissidentes. A indústria cultural produz um “cimento social” para a ordem existente. Tem o poder de aliciar ou assimilar as artes e culturas não hegemônicas, revolucionárias ou contra-hegemônicas, subvertendo-as ou enfraquecendo sua raiz.	Debord, 2003; Benjamin, 1955; Marcuse, 1973 (Escola de Frankfurt)

33 Alguns autores alegam que Gramsci em seu período no cárcere utilizava “filosofia da práxis” como um eufemismo, um disfarce para o marxismo, outros como Attilio Monasta (2010), entendem que isto é verdade em parte, pois o termo não equivale ao termo “marxismo”, mas define seu entendimento sobre a questão central do marxismo – o vínculo inseparável entre teoria e prática.

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
Instrumento de dominação (d17)	Aquilo que é utilizado pela classe dominante a fim de manter o controle e o status quo.	Horkheimer, 1980
Interdisciplinaridade (d12)	A ideia da Escola de Frankfurt de que a cooperação entre as disciplinas colaboraria com os estudos e compreensão dos fenômenos sociais.	Horkheimer, 1980
Justiça social (d48)	Trata da redução das diferenças sociais e de classes. A Teoria Crítica, ao analisar a sociedade, pretende apontar as crises e injustiças para, então, intervir para a mudança desta realidade.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Freire, 1967, 1996
Lutas e disputas de classe (d34)	Disputas, lutas de classe e relações de poder que são travadas e a opressão se impõe entre as classes sociais são construídas socialmente e podem ser dissolvidas. “a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história das lutas de classes” (Manifesto Comunista). O interesse do opressor contradiz os interesses do oprimido, assim, a consciência de classe é a consciência de que classes diferentes têm interesses diferentes e até contraditórios. O resultado é o conflito.	Marx, 2001, 2013; Marx e Engels, 2003; Gramsci, 1999, 2001; Horkheimer, 1980; Bourdieu, 2010; Habermas, 1984
Materialismo Dialético (d27)	Defende que a realidade concreta é diferenciada e contraditória, não é estática. É este conflito que faz avançar historicamente a realidade, em transformação progressiva e constante. Historicamente o ambiente, o organismo e os fenômenos físicos, os seres humanos, a cultura e a sociedade modelam o mundo e são modelados por ele, modelados dialeticamente. É um dos pilares da Escola de Frankfurt. A matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social.	Marx & Engels, 2007; Adorno & Horkheimer, 1985;
Materialismo Histórico (d4)	Método do marxismo, corpo central da doutrina, que “assume a posição de que o desenvolvimento da história não é determinado pelos desejos ou ações de sujeitos humanos específicos, mas sim moldado pelos fatos objetivos da existência material” (BUCHANAM, 2010, p. 641). Designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes (ENGELS, 1892 <i>apud</i> BOTTOMORE, 1998, p. 411).	Marx 2001, 2011, 2013; Gramsci, 1978, 2004a, 2004b, 1999
Sociedade (d3)	Refere-se à vida em sociedade com seus processos e relações, já pautados anteriormente.	Todos os citados
Transformação social (d28)	É o objetivo da Teoria Crítica através da práxis	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Freire, 1967, 1987, 1996
Opressor (d33)	O opressor é aquele que se vale da estrutura hegemônica social e econômica para explorar o oprimido em seu trabalho e sua vida.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Freire, 1967, 1983, 1987, 1996
Oprimido (d30)	Aquele que é explorado sob o sistema dominador e é alienado, e se aliena, a este.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Freire, 1967, 1983, 1987, 1996
Pensamento crítico (d23)	Modo de pensar do teórico, cientista e do sujeito crítico. O pensar que considera “conscientemente como sujeito a um indivíduo determinado em seus relacionamentos efetivos com outros	Horkheimer, 1980

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
	indivíduos e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza” (HORKHEIMER, 1980, p. 132).	
Poder (d35)	Refere-se no mapa ao Poder político, econômico e da classe dominante, subsumido ao capital. A ideia de ascensão da classe trabalhadora ao poder está presente no sentido de superação das divisões de classe e abismos sociais. Para Gramsci, o poder pode ser dirigente (em termos morais, ideológicos e culturais) e/ou dominante (em termos econômicos, políticos e legais).	Marx, 2001, 2013; Gramsci 1978, 1999, 2001, 2015;
Psicanálise (d12)	Tem uma influência fundamental na Teoria Crítica. Criada por Freud que reserva um importante papel aos impulsos inconscientes na explicação do comportamento humano. Possui 3 dimensões: “é (i) um método para investigar os significados inconscientes das coisas que os pacientes dizem e fazem; (ii) uma técnica terapêutica; e (iii) um conjunto de teorias inter-relacionadas que tentam explicar sistematicamente o funcionamento do aparelho psíquico” (BUCHANAM, 2010, p. 1062). Usada para compreender os problemas da alienação e ideologia, bem como explicar como grandes segmentos da população podem aderir a convicções políticas que, do ponto de vista marxista, não representam seus interesses.	Adorno, 2006, 2015; Adorno e Horkheimer, 1985; Marcuse, 1998, 1999;
Política (d36)	De origem grega a palavra significa a administração da pólis e a teoria que a estuda. Assim, a política perpassa qualquer pessoa que viva na pólis ou que está submetido à pólis. Transpondo para a atualidade a política pode ser vista como a negociação dos modos de vida, organização do Estado e/ou da sociedade, ou motivações de lutas por poder ou como representatividade.	Horkheimer, 1980; Freire, 1967; Marx, 2001, 2013; Gramsci 1978, 1999, 2001;
Positivismo (d8)	“O objetivo do positivismo é descobrir as leis universais imutáveis governando o universo conhecido em virtude da análise científica e observação” (BUCHANAM, 2010, p. 1014).	Horkheimer, 1980;
Práxis (d24)	É atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o humano cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao humano, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Processo mediante o qual teoria e prática se retroalimentam, em mútuo aprimoramento e transformação de ambas, consequentemente do mundo, no sentido da emancipação.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Horkheimer, 1980; Adorno e Horkheimer, 1985; Freire, 1967, 1983, 1987, 1996
Previsão (d8)	No sentido de prever as reações, acontecimentos, mutações, consequências, resultados etc, dos experimentos e da sociedade	Horkheimer, 1980
Processos sociais (d29)	Processos que atuam na sociedade. Horkheimer afirma que “Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais” (HORKHEIMER, 1980, p. 121).	Horkheimer, 1980
Racionalidade Instrumental (d15)	Está relacionada à decisão de conhecer, controlar e dominar a natureza. É caracterizada pela busca de meios que viabilizem seus fins, se hipertrofiando no tratamento dos meios e não em uma reflexão objetiva dos fins. Perdendo sua autonomia a razão torna-se um instrumento de dominação.	Horkheimer, 1980, 2015
Realidade (d19)	A realidade pode ser percebida através do senso comum, que afirma a realidade, a independência e a externalidade dos objetos. Contudo os objetos do pensamento científico crítico são estruturas reais	Horkheimer, 1980

Termo	Conceito resumido	Autores (texto) usando o conceito
	irredutíveis aos eventos a que dão origem. A realidade assim é objeto da Teoria Crítica.	
Relações sociais	São o conjunto de <i>habitus</i> que orientam os comportamentos humanos. São as relações estabelecidas entre os humanos que constituem a existência social. Elas também são influenciadas pelas forças produtivas e pela apropriação dos meios de produção. Ao modificar a produção os humanos modificam as relações entre humanos e entre humanos e natureza.	Horkheimer, 1980
Reprodução ampliada (d10)	É a repetição do processo de produção em escala aumentada, quando a sociedade não apenas repõe os bens materiais consumidos, mas também produz meios de produção e artigos de consumo pessoal complementares. Na reprodução ampliada parte da mais-valia é investida no aumento da produção, agregando-se ao capital inicial e sendo acumulada. A reprodução simples está contida na reprodução ampliada.	Academia de Ciências da URSS, 1961
Socialmente construída	A ideia geral e principal de que os fatores culturais, sociais, históricos, econômicos e políticos interferem no indivíduo, na história, vida e na ciência.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003; Horkheimer, 1980; Adorno e Horkheimer, 1985; Gramsci 1978, 2001, 2015; Benjamin, 1955; Habermas, 1984; Debord 2003; Freire, 1967, 1983, 1987, 1996 e muitos outros autores
Sociedade do espetáculo (d39)	Trata-se do desdobramento social, quase total, da alienação. A fetichização alienante da vida que se faz em espetáculo, imagem.	Debord, 2003;
Superestrutura	Consciência ou visão do mundo de uma sociedade. É o projeto “triunfo” da hegemonia. Constrói-se uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões de vida, sobre propriedade, consciência social, existência, conformadas a uma situação histórica. Conjunto de ideias, práticas e instituições relacionadas à consciência social: cultura, religião, arte, filosofia, ciência, ideologia, direito, política.	Gramsci, 1999; Dicionário Bottomore, 1998
TEORIA CRÍTICA (d1)	Teoria desenvolvida na Escola de Frankfurt	Horkheimer, 1980
Trabalho (d20)	É a força motriz da história e do humano. É através do trabalho que o humano transforma o mundo.	Marx, 2001; Marx e Engels, 2003, 2006;
Utilidade (d7)	Horkheimer está destacando criticamente na Ciência tradicional o conceito de que é “tarefa da ciência a previsão e a utilidade dos resultados”, sem a crítica de que esta utilidade está atrelada e submetida aos poderes, influências e ideologias do cientista e da sociedade.	Horkheimer, 1980

Fonte: própria autoria

Este quadro pretende facilitar futuras consultas, estimulando pesquisas e diálogos com a Teoria Crítica. O quadro sistematiza e resume termos que frequentemente aparecem nos

estudos críticos e aponta alguns dos autores onde é possível encontrar e aprofundar estes conceitos. Consideramos que conhecer as bases epistemológicas da CCI são necessárias para sua didática e práxis. Não existe aqui a pretensão de esgotar os termos, mas colaborar com alguma sistematização didática de parte da Teoria Crítica mais intimamente relacionada à CCI e a esta tese.

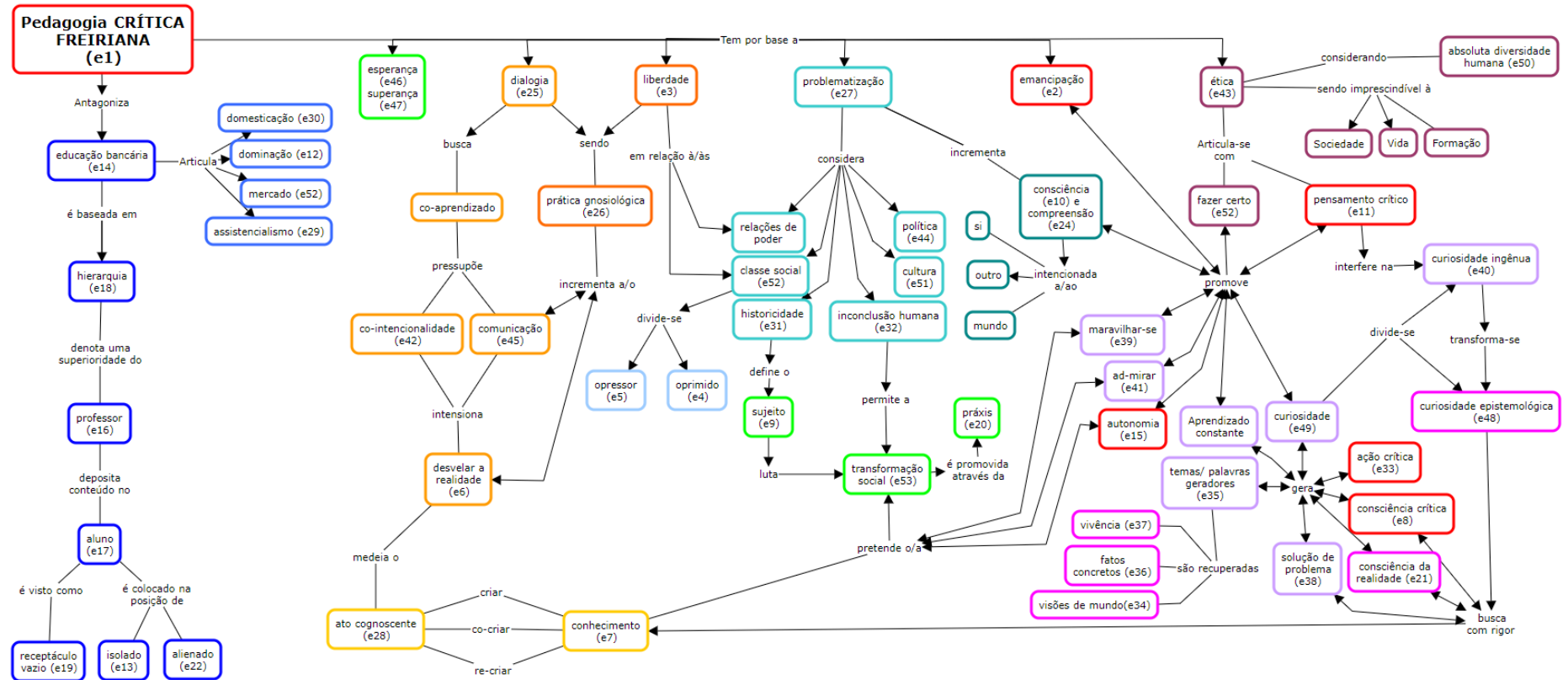
6.2 BASES NA PEDAGOGIA CRÍTICA

Seguindo a mesma metodologia dos outros capítulos, para facilitar a didática e compreensão dos principais conceitos da Pedagogia Crítica diretamente relacionados com a CCI, foi desenhado o mapa conceitual (Figura 8). Os termos foram extraídos dos livros de Paulo Freire e corroborados no Dicionário Paulo Freire (2010, 2015) referenciados. As cores no mapa pretendem demonstrar alguma coesão entre os termos, considerando as relações com a CCI e a numeração no mapa e no texto segue o mesmo sentido dos mapas anteriores.

Estas bases perpassam todo este texto desde o início e Paulo Freire é uma presença e influência constante nesta tese, mas não só isso, é pilar da CCI. Pilar este mais que necessário por ser pedagogia absolutamente inspirada pelos autores críticos e pela Teoria Crítica, o que fica evidente pelos autores referência de Freire e por seu discurso e metas. Sendo a CCI uma prática pedagógica, torna-se ainda mais relevante este mergulho profundo em Paulo Freire e o sublinhamento desta base epistemológica. Ressaltando também que a Pedagogia Crítica é o norte para as práticas da CCI.

Neste sentido o mapa conceitual ajuda a indicar este caminho e este subcapítulo funciona como o pavimento desta estrada que precisa ser trilhada pela CCI e por seus pesquisadores. Este é nosso esforço.

Figura 8 – Mapa Conceitual da Pedagogia Crítica



Fonte: Própria autoria

Paulo Freire funda a Pedagogia Crítica^(e1), influenciado por Hegel, Marx, Gramsci, Teoria Crítica e também por estudos críticos e pedagógicos de sua época, com indícios, não tão explícitos de contato com a pedagogia de Dewey (1959, 1979). Sua pretensão é estimular uma educação que emancipe^(e2) e liberte^(e3) o indivíduo do sistema que o oprime, libertando ambos, oprimido^(e4) e opressor^(e5). Neste processo, “educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram em uma tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la^(e6) e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar esse conhecimento^(e7)”. (FREIRE, 1987, p. 31, marcação numérica nossa).

O antagonismo a este tipo de educação vem de um medo latente da liberdade e conscientização. Medo da conscientização do oprimido, da formação de uma consciência crítica^(e8) e da percepção deste em relação às injustiças sociais e à divisão de classe mantida pela classe dominante. Freire ao comentar este medo da classe dominante também critica o fanatismo e a sectarização advinda de ambos lados da luta. Para ele, “a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito^(e9), evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (FREIRE, 1987, p. 12, marcação numérica nossa). A consciência^(e10) de si no mundo pode levar à expressão de insatisfações sociais, contudo, se isso ocorre a partir do pensamento crítico^(e11) verdadeiro, é porque, de fato, há uma constatação da situação de opressão. Por isso, como afirma Paulo Freire (1987, p. 23), “seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora”.

Aqueles, porém, que manifestam o medo da liberdade, o fazem por comodismo ou por temerem perder o controle e/ou poder. Ao se manifestarem sobre esse temor, o fazem camufladamente, em um “jogo artificioso de palavras em que aparece ou pretende aparecer como o que defende a liberdade e não como o que a teme” (FREIRE, 1987, p. 12). Hoje esse disfarce de liberdade é mais presente do que nunca, com seus jogos artificiosos, mais profícuos e elaborados, se utilizando da performance digital da informação e desinformação. Palavras são usadas de formas tão opostas a seus sentidos e etimologia, que seria impossível que os discursos carregassem o sentido de tais palavras ou a verdade. Rótulos pejorativos são aderidos aos que têm visão política oponente, e estes se transformam em inimigos. Esta dicotomia é acirrada nas bolhas, fomentada por desinformação e espriada contra a educação.

A Pedagogia Crítica é pautada na educação como prática da liberdade, oposta àquela que é praticada na dominação^(e12) e implica na negação do sujeito, tornando-o isolado^(e13), solto, desligado do mundo, alienado. A educação opressora nega a realidade que só existe pela presença e atuação do humano no mundo. Assim, o isolamento privilegia a educação

bancária^(e14) e não a autonomia^(e15). Educação bancária é como Paulo Freire denomina a educação tradicional que separa professor^(e16) e aluno^(e17) em uma hierarquia^(e18) distante onde o primeiro detém o conhecimento e o aplica ao receptáculo oco, vazio^(e19), o aluno.

Na Pedagogia Crítica, a reflexão proposta é autêntica, sobre os humanos e suas relações com o mundo e com os outros seres e não sobre este humano abstrato, ou sobre um mundo independente dos humanos. Sobre as relações nas quais existe simultaneidade entre ser e fazer no mundo, na práxis^(e20). Na certeza de que a consciência^(e21) e o mundo se relacionam e se criam, recriam, co-criam. Não existe uma consciência sem mundo, nem a percepção do mundo sem consciência, tampouco um mundo moldado pelo humano sem humanos.

Se o humano é o único ser com consciência de si no mundo, no sentido de racionalizar sua experiência e experimentação no mundo, então esta razão só existe na presença do humano. A Terra sem humanos é outra Terra, com outra realidade que não essa dos últimos milênios. Sendo assim o humano não é levado por uma condição determinada e determinante sem possibilidade de mudança. É no humano que se promovem as mudanças, é ele que se coloca sob a opressão, é ele que se aliena^(e22) a outro humano ou a um conceito criado por humanos, é ele sujeito que detém o seu fazer. Mas o aprisionamento do pensamento é tanto, e tão eficaz, que o indivíduo, isolado dos outros indivíduos, resignado ao que pensa ser o curso “natural” de sua vida, preso a concepções inculcadas em sua mente, reforçadas na educação formal ou informal, faz com que ele, o sujeito, sequer tenha noção de sua participação na construção do mundo como é.

Se na concepção “bancária” o educador vai “enchendo” os educandos de conteúdos impostos, na Pedagogia Crítica os educandos são estimulados e chamados a desenvolver o seu poder de captação e compreensão do mundo^(e24). Mundo este atrelado a sua realidade, experienciado nas suas relações com ele e com os outros, não mais como uma realidade estática e dada, mas como uma realidade em transformação, em processo. A tendência, nesta relação dialógica^(e25) entre educador-educando é o estabelecimento de uma forma autêntica de pensar e atuar. O indivíduo pensa a si mesmo e ao mundo sem dicotomizar essa relação, na práxis, na relação teoria/pensamento/ação.

Essa educação constitui-se em uma prática gnosiológica^(e26), que proporciona aos educandos as condições de “superação do conhecimento no nível da ‘doxa’ pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá, no nível do ‘logos’” (FREIRE, 1987, p. 40 - 41). O ciclo gnosiológico consiste movimento que se faz entre educador e aprendiz. Como coloca Freire (1996), não há docência sem discência, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, na dô-discência – mutualidade inseparável entre o educador e o aprendiz

no processo de ensinar-aprender. Trata-se de uma educação problematizadora^(e27) e dialógica que promove permanentemente a percepção crítica do ser e fazer no mundo, que encontra na palavra (*logos*) e na junção de conhecimento e diálogo a superação das crenças ingênuas e da doxa (crenças e/ou opiniões).

Uma educação que se empenha na desmistificação e na indispensável relação ao ato cognoscente^(e28), desvelador da realidade. Em vez de “assistencializar”^(e29) e “domesticar”^(e30), critica, estimula a criatividade, a reflexão e a ação verdadeiras sobre a realidade. Ações estas inerentes ao humano, que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora e consciente, fora de sua historicidade^(e31).

É a certeza da inconclusão humana^(e32) que diferencia estes dos outros animais – estar em constante processo de construção do conhecimento, do aprendizado, na práxis. Nessa concepção o humano e o mundo, inter-dependentes e relacionados, estão em constante desvelar e mudança, não são estáticos e não há determinismo, existem apenas problemas e desafios, por vezes limitantes, a serem resolvidos, transpostos e/ou superados. O ciclo gnosiológico só termina quando um novo conhecimento é construído.

Analisando a maneira com que os humanos captam os dados, Freire (1967, p. 105) aponta que o indivíduo, “na captação, juntamente com o problema, com o fenômeno, capta também seus nexos causais. Apreende a causalidade”. Assim essa apreensão será mais crítica quanto mais for apreendida também a causalidade, percebendo sua capacidade de mutação. Assim, Freire retoma Vieira Pinto (1961) ao comparar a consciência crítica e a consciência ingênua. A primeira constrói a representação nas correlações causais e circunstanciais, a segunda se julga superior aos fatos, externa a eles e, por isso, livre para compreendê-los como melhor lhe agrada.

Acrescenta, ainda, a estas a consciência mágica, e a fanática. A mágica não acredita ser superior nem julga de fora, apenas capta os fatos, como um poder superior, dominante, ao qual apenas lhe resta submeter-se docilmente. É próprio desta o fatalismo, a apatia e a “impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem” (FREIRE, 1967, p. 105). Na “consciência fanática, cuja patologia da ingenuidade leva ao irracional, o próprio é a acomodação, o ajustamento, a adaptação” (FREIRE, 1967, p. 105). Assim, se a consciência é crítica, a compreensão e a atuação também serão; se é mágica, ingênua ou fanática a compreensão, também será a ação.

Para promover o pensamento, consciência e ação críticas^(e33), Paulo Freire (1987, 1989) acredita que ao programar o conteúdo didático é necessária uma investigação prévia do pensamento-linguagem que se referem à realidade daquele(s) sujeito(s), de como percebe(m)

a realidade e os níveis desta percepção, sua(s) visões de mundo^(e34). Deste modo percebe-se o contexto em que estão envolvidos e seus “temas geradores”^(e35), ou seja, aqueles que vão estimular o interesse e a curiosidade pelo aprender. Temas geradores fazem parte da proposta central da Pedagogia Crítica.

Os temas não estão fora dos humanos, como coisa apartada deles, os temas só existem nos humanos, em sua relação com o mundo, referentes aos fatos concretos^(e36) e vivências^(e37). Do ponto de vista do educador, importa detectar o ponto de partida usado pelo educando para visualizar a sua realidade e, no processo, perceber se houve ou não transformação no modo de perceber a realidade. A investigação dos temas não se dá no domínio das coisas, mas sim no humano, assim não se reduz a investigação a um ato mecânico e repetitivo. É um processo de busca, de conhecimento e também de criação, co-criação; exige dos educadores e educandos a descoberta do encadeamento de temas significativos para a solução dos problemas e para o aprendizado (FREIRE, 1987).

“Toda investigação temática de caráter conscientizador se faz pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar” (FREIRE, 1987, p. 58). Neste processo dialógico de solução de problema^(e38), o tema é gerado a partir do sujeito, assim, o educador não elabora ou soluciona o problema, mas o gera, dialogicamente, em um processo de aprendizado e solução do problema, que encoraja o desenvolvimento do pensamento crítico. Essa ação dialógica estimula a ampliação e renovação do conhecimento e o gosto pela informação, que Paulo Freire chama de maravilhar-se^(e39). É um trabalho em equipe e interdisciplinar.

Do mesmo modo, ao investir na competência crítica em informação, existe o papel problematizador e de proporcionar a passagem da mera informação ao conhecimento. Na educação problematizadora e no investimento na CCI, de caráter reflexivo, forjadas num constante desvelamento da realidade, através da solução de problemas, promove-se a inserção crítica na realidade.

Para Freire o caminho pedagógico está na dialogia (FREIRE, 1987), no sentido de ter na alteridade a troca de conhecimento, sua capacidade criadora, percebendo em seu interlocutor a curiosidade ingênua^(e40), incitando-lhe o ad-mirar^{34(e41)} e o maravilhar-se. Como coloca Paulo Freire, se por um lado não é possível se adaptar ou se “converter” ao discurso

34 Paulo Freire destaca com hífen o prefixo para destacar o significado deste prefixo – exprimindo movimento, com o sentido de para, direção, aproximação. Assim o estudante ad-mira o que está conhecendo. Através das palavras geradoras, apresentadas em filminas, quadros, imagens, slides, etc, que refletem a cotidianidade dos estudantes. Assim, nas palavras de Freire, como “representativos das respectivas situações, que, da experiência vivida do alfabetizando, passam para o mundo dos objetos. O alfabetizando ganha distância para ver sua experiência: “ad-mirar” (FREIRE, 1987, p. 6).

ingênuo, por outro não se pode impor, arrogantemente, o “meu” saber como o verdadeiro.

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua ‘incompetência’ para explicar os fatos” (FREIRE, 1996, p. 49).

Este diálogo, proposto por Freire, não pretende conquistar, mas sim desvelar a realidade, no respeito às diferenças e na coerência entre o que o educador emancipador faz e diz. É neste espaço que se dá o encontro entre o eu e o eles, na segurança, construída na disponibilidade à realidade e na disponibilidade à insegurança da realidade a desvelar.

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o "maior". Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria existência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer. (FREIRE, 1996, p. 86)

Esta abertura a inconclusão, “a experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado” deve ser objeto da reflexão crítica de qualquer educador, docente ou não, pois é ela, para Freire (1996, p. 86) que viabiliza o diálogo. Sabendo-se inacabado, confirmada a inquietação da curiosidade, se abre ao mundo e aos outros a procura de respostas e explicações. Citando o que ouviu de um professor Freire (1996, p. 87) revela em uma frase toda importância da Pedagogia Crítica em seu fundamento dialógico e na Teoria Crítica: “Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” O afastamento hierárquico do educador, das classes sociais, das distâncias geográficas e culturais, sem abertura a uma curiosidade que pretende uma libertação e emancipação, embota e embarga o diálogo.

Paulo Freire pretende uma aproximação entre os sujeitos e suas realidades, na intenção de mudar o mundo. Uma aproximação na qual o privilegiado (inclusive o educador), consciente de seu privilégio, através do conhecimento e na humildade co-intencionada^(e42) de diálogo e troca, quer conhecer a realidade do estudante, do outro, do mais oprimido, do explorado, de sua dor, e unir-se em luta a ele para a libertação de ambos, um suicídio de classe. Uma luta que sonha com justiça e uma mudança radical do mundo, para um mundo sem opressão ou exploração. É preciso se abrir à realidade do outro com quem partilhamos o saber, o educar, o diálogo. Necessário diminuir as distâncias e estranhezas entre o eu e o outro, entre a minha realidade e a do outro. Conscientizar-se da realidade hostil e cruel em que muitos vivem, a realidade negadora de seu projeto de gente e aderir a eles, elas e seu direito

de ser.

Não é mudando-me para uma favela que provarei a eles e a elas minha verdadeira solidariedade política sem falar ainda na quase certa perda de eficácia de minha luta em função da mudança mesma. O fundamental é a minha decisão ético-política, minha vontade nada piegas de intervir no mundo. É o que Amílcar Cabral chamou “suicídio de classe” e a que me referi, na Pedagogia do Oprimido, como páscoa ou travessia. No fundo, diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivem os explorados, quando, aderido realmente ao sonho de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue porque se disse que chegará. Diminuo a distância entre mim e a dureza de vida dos explorados não com discursos raivosos, sectários, que só não são ineficazes porque dificultam mais ainda a minha comunicação com os oprimidos. Com relação a meus alunos, diminuo a distância que me separa de suas condições negativas de vida na medida em que os ajudo a aprender não importa que saber, o do torneiro ou o do cirurgião, com vistas à mudança do mundo, à superação das estruturas injustas, jamais com vistas à sua imobilização. (FREIRE, 1996, p. 87)

Freire está apontando aqui tanto a necessidade de assumir privilégios quanto de estar disposto a este “suicídio”, porém compreendendo que este lugar de privilégio deve ser utilizado e reconhecido também nesta luta, sempre atrelado à ética^(e43) e à política^(e44) de uma maneira solidária, movidas pela vontade de mudar o mundo. Essa práxis exige uma redução da separação e uma consciência das injustiças. Freire critica o uso de discursos de raiva e do sectarismo por quem está decidido a mudar o mundo, porque estes só afastam o outro e dificultam mais ainda a comunicação^(e45) e a possibilidade de mudança, a superação com esperança^(e46) – “superança”^(e42) das estruturas injustas.

O saber que propicia ou espera esta travessia, que pretende diminuir a distância entre o eu e a realidade perversa dos mais explorados, é fundado na ética de que absolutamente nada justifica a exploração de um sujeito por outro e de um país pelo outro. Mas segundo Freire apenas este saber não basta, é preciso que ele seja “permanentemente tocado e empurrado por uma calorosa paixão que o faz quase um saber arrebatado. É preciso também que a ele se somem saberes outros da realidade concreta, da força da ideologia; saberes técnicos, em diferentes áreas, como a da comunicação” (FREIRE, 1996, p. 88).

A preocupação de Freire com a mídia também está explícita na preocupação de “desocultar” e desmistificar as farsas ideológicas e “enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’ que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito”. Ainda inclui a quantidade de temáticas sem tempo para reflexão e o encurtamento do mundo e a diluição tempo. Para ele educadores não devem desconhecer estes meios, mas utilizá-los criticamente, discutindo-os educativamente. Na época sua crítica ainda estava restrita aos meios de comunicação tradicionais, mas é totalmente adequada para, e antecipa, a ampliação desta influência com o advento do mundo digital.

Paulo Freire (1987) afirma que a vida humana só tem sentido na comunicação^(e45). O pensar só ganha autenticidade na intercomunicação, portanto o pensar é dialógico e tem a realidade como mediação. Para o desenvolvimento do saber é necessária uma construção dialógica e relacionada com o ser no mundo. O verdadeiro pensar não é uma consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas uma consciência intencionada ao mundo, problematizadora.

Retomando, a consciência da inconclusão só é possível ao humano. Sabendo-se inacabado, percebendo-se como condicionado histórica e socialmente é possível também ir além, querer mudar e querer mudança. A diferença entre ser condicionado e determinado é a percepção de que a presença do sujeito no mundo não se faz no isolamento, isenta das forças sociais, de que essa construção do eu não pode ser compreendida fora da tensão entre a herança genética e a herança social, cultural e histórica. Sem esta percepção, é renunciada a responsabilidade ética, política, social e histórica que nos é colocada, é a renúncia à vocação ontológica de intervir no mundo. O sujeito que se percebe como condicionado também se percebe como alguém que se insere no mundo e não apenas se adapta a ele. Abre-se a possibilidade de intervir no mundo, de quem luta para não ser apenas objeto, mas também sujeito da história. Mesmo compreendendo as dificuldades de transpor as barreiras e obstáculos à mudança, sabe que estas não se eternizam ou “são porque são”.

Para transpor as barreiras e se fazer sujeito da luta por mudança é preciso a consciência, mas também o esforço crítico de compreender estes obstáculos em um caminho para a curiosidade epistemológica^(e48), logo para a CCI. Consciência da inconclusão que nos remete num processo social permanente de busca, de curiosidade^(e49), que possibilita a transposição dos limites impostos e naturalizados. Do meu lugar de fala, a mulher que se percebe como condicionada à opressão machista de um mundo patriarcal, pode criticamente analisar os obstáculos à superação do machismo, buscar conhecimento que impulse mudanças neste status quo e lutar, sendo protagonista de sua própria luta, para esta superação, produzindo conhecimento. “Como a linguagem que anima a curiosidade e com ela se anima, é também conhecimento e não só expressão dele” (FREIRE, 1996, p. 32). Da mesma forma todos os oprimidos, seja por gênero, etnia, credo, sexualidade e todas as formas de opressão. “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 1996, p. 35). Este é um movimento da Pedagogia Crítica que se reflete diretamente na CCI e justifica a necessidade de sua promoção e da observância das dimensões aqui propostas.

É um imperativo ético o respeito à autonomia e à dignidade de cada um, considerando

a absoluta diversidade humana^(e50), e não um favor concedido; elucidando que o desvio ético e/ou sua negação só pode ser entendido como transgressão. O educador que não respeita a estética, inquietude e a linguagem do educando ou que o ironiza ou diminui transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. O reconhecimento de nós mesmos como responsáveis, cobra a eticidade de nossa presença no mundo, e de que estamos no mundo com os outros. Por isso o aprendizado crítico não pode prescindir da formação ética.

Para Paulo Freire ensinar exige ética e estética, ambas devem caminhar juntas na promoção da criticidade. Para ele, estar fora da ética é uma transgressão. A ética é uma marca da natureza humana e é indispensável à sociedade e à convivência. “É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (FREIRE, 1996, p. 18 - 19). Parecendo ter uma janela para nossos dias, o educador alerta “Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado”. Pensar criticamente demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e interpretação dos fatos. Pensar certo é também fazer certo^(e52) é querer e promover transformação social^(e53).

6.3 A CRÍTICA E A SOLUÇÃO DE PAULO FREIRE (NÃO SOMENTE DELE) ÀS ESTRUTURAS QUE APRISIONAM

Consideramos estruturas que aprisionam aquelas que mantêm a pessoa alienada ao sistema dominante, ou seja que distanciam do pensamento crítico e homogeneízam ao máximo as crenças, hábitos e a própria vida. Estas estruturas dificultam o ensino da CCI, por isso é preciso compreendê-las a fim de otimizar o desenvolvimento das didáticas e para superação, na medida do possível, destes embargos. Desta maneira é preciso uma contextualização cultural, geográfica e social destas estruturas. A escola não funciona na Suécia do mesmo jeito que na França ou no Brasil. A televisão, por mais parecida que seja, é diferente no Japão, EUA, Itália e Brasil. As religiões predominantes são diferentes no ocidente e no oriente, no Congo ou na Índia, as igrejas neopentecostais, que cresceram no Brasil, não são iguais à mesma religião na Coreia. No Brasil a religião assumiu uma posição demarcada na política e na Coreia também. Mas no Brasil, se sempre existiram atores políticos vinculados a religiões, hoje temos uma bancada evangélica, articulada, organizada, que influencia a política, a moral, o pensamento e os hábitos no país.

Desta maneira, para o fomento e o ensino da CCI não basta apenas compreender

teoricamente estas estruturas, mas é preciso pensar suas características na realidade de quem se pretende alcançar. Como o universo cultural^(e51) do Brasil é muito diverso, não pretendemos fazer esta análise nesta tese, não haveria fôlego para tal. O que propomos aqui é um breve diálogo entre alguns conceitos basais e recorrentes da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, trazidos anteriormente, e a necessidade da contextualização para a compreensão destes obstáculos e a sugestão da contextualização destes à realidade Brasileira.

6.3.1 Educação Bancária

A educação formal, de base iluminista, apresenta o mestre/professor como detentor do conhecimento que informa em narrativa ou dissertação o aluno, que é o receptáculo a ser preenchido. Visando as necessidades funcionais laborais, aplicadas ao mercado^(e52), esse “conhecimento” possui um conteúdo pragmático e funcionalista. Neste tipo de educação verticalizada o trabalho do educador “será, também, o de limitar o mundo. O de ordenar o que já se faz espontaneamente. O de ‘encher’ os educandos de conteúdos. É o de fazer depósitos de ‘comunicados’ – falso saber – que ele considera como verdadeiro saber” (FREIRE, 1987, p. 36).

A industrialização produziu o moderno mercado de consumo e, com o seu crescimento, a necessidade da alfabetização universal e de informações sintéticas para atingir um grande número de pessoas, determinando, assim, modificações globais de comportamento e das comunidades, para as quais se faz necessária a criação de linguagens específicas. Assim, durante a industrialização, os donos das fábricas perceberam a necessidade de alfabetizar seus operários para que eles pudessem ler as instruções, placas, avisos etc.

Marx e Engels (2006, p. 91 e 96) já apontavam para esta tendência educacional ao declararem que “o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma verdadeira educação”. A obliteração intelectual dos adolescentes em função de sua rotina laboral, que os transformava em máquinas de fabricar mais-valia, se tornou tão aguda que o Parlamento inglês foi compelido a transformar a instrução elementar em condição compulsória às indústrias sujeitas às leis fabris, para o emprego “produtivo” de menores de 14 anos.

A decisão não veio de consenso. Adam Smith sugeriu que para que o trabalhador mantivesse seu ânimo, a capacidade de aplicar com vigor a força de seu corpo e a perseverança para qualquer atividade que não aquela para a qual havia sido adestrado, era necessária a criação do ensino popular pelo Estado, contudo prudentemente, em doses

homeopáticas. Ou seja, para que o indivíduo, no caso crianças e adolescentes, que estavam se tornando brutos e obtusos, não sucumbissem à divisão de trabalho, deveriam ser instruídos, porém com cautela, comedidamente. (MARX; ENGELS, 2006).

Outra opinião preocupada com os problemas que a educação poderia gerar, segundo Marx e Engels (2006), foi de Germain Garnier, senador do governo francês. Ele discordava veementemente de Smith. Para ele, a instrução popular contrariava as leis da divisão do trabalho e adotar o ensino popular seria proscrever todo sistema social. O senador francês ainda defendia que a divisão entre trabalho intelectual e mecânico se acirra e evidencia à medida que a sociedade se torna mais rica, como uma consequência natural do progresso passado e causa do progresso futuro. Afirma sua discordância com tal investimento, defendendo que o governo não pode contrariar a ordem natural nem a divisão do trabalho. Garnier ainda questiona o governo por utilizar parte de sua receita pública para tentar confundir e misturar duas classes⁽⁶⁵³⁾ de trabalho que se esforçam por sua divisão e separação.

Marx, em Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, explica que entende a educação em três divisões:

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (MARX; ENGELS, 2006, p. 68)

E divide as crianças em três grupos por idade, de acordo com o hábito laboral da época que se iniciava aos 9 anos. Um grupo de 9 aos 12 anos, que deveria trabalhar apenas 2 horas (em casa ou como operário); outro de 13 aos 15 anos, que trabalharia 4 horas; e um terceiro de 16 a 17 anos, que trabalharia 6 horas, com 1 hora para descansar e se alimentar. O trabalho infantil e adolescente noturno e insalubre deveria ser terminantemente proibido. Todos eles deveriam receber educação em um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, física e politécnica, de acordo com a divisão de educação exposta acima. Parte dos custos dessa educação seria pago com sua própria produção. A ideia de Marx é que essa educação elevaria a classe operária acima dos níveis da classe burguesa e aristocrática.

Fica evidente o medo de quem defendia a divisão de classes em relação à educação e a prevenção destes em relação a como educar. A educação bancária também é fruto dessa “prudência”. Porque Marx, Smith e Garnier percebiam que o operário que aprendesse a ler instruções, ordens e bíblia, também poderia ler jornais, livros, manifestos e panfletos, mas

com visões e intenções bem diferentes sobre os resultados disso.

No Brasil vivemos 21 anos de ditadura militar, de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Antes deste período a escola progressista ganhava espaço. Em 1930 é feito um manifesto em prol da educação pública e em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, redigido por Fernando de Azevedo, que clamava pela reconstrução social da escola para o povo e pela universalização da escola com investimentos nas escolas públicas. Entre os nomes que o assinaram estava Anísio Teixeira, um dos expoentes da luta pela educação no Brasil, inspirado em John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno em uma pós-graduação nos EUA.

Mais tarde durante o governo de Getúlio Vargas é implementada uma das mais duradouras reformas do Sistema Educacional Brasileiro, as Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como Reforma Capanema (1942-1946), que estabelecem a formação técnica (industrial, comercial e agrícola) voltada para o mercado de trabalho. É neste período que surge o sistema S (SENAI, SENAC). Do manifesto de 1932 foram mantidas a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; o planejamento educacional; garantia de recursos para o ensino primário (Fundo Nacional do Ensino Primário); referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração (BITTAR; BITTAR, 2012).

A quarta Constituição Republicana brasileira (1946), reafirmou o direito universal à educação com obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, guardando afinidades progressistas com o manifesto de 1932. Apesar dos avanços em relação aos impulsos tecnológicos e criação de agências de fomento à pesquisa e ciência, o ensino não era de fato universalizado e os aspectos mercadológicos eram a força motriz da educação – formar para trabalhar. Este período marca as disputas políticas sobre a educação entre progressistas e conservadores. O Brasil chegava aos anos 1960 com quase 40% de sua população ainda analfabeta (BITTAR; BITTAR, 2012).

Neste contexto, a disputa está entre os conservadores e progressistas como Anísio Teixeira e Paulo Freire. No início dos anos 60 a pedagogia crítica de Paulo Freire começava a ser implementada e despontava como um método capaz de alfabetizar muitos adultos em muito pouco tempo.

Em 1962 Paulo Freire foi convidado para alfabetizar 380 trabalhadores na pequena cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. A experiência ficou conhecida como “Quarenta horas de Angicos”. Em dezembro de 1962, um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, realizava o levantamento vocabular da população de Angicos, a fim de levantar os temas e palavras geradoras^(e35), criando vários Círculos de Cultura^(e51), para viabilizar a

experiência de alfabetização de Paulo Freire. O projeto tinha patrocínio do Governo do Rio Grande do Norte, da “Aliança para o Progresso” (programa de origem norte-americana) e apoio do Presidente da República João Goulart.

Entre o final de janeiro e início de abril de 1964, são dadas as 40 horas de aula. De fato, algo em torno de 300 trabalhadores foram alfabetizados, o que consagrou Paulo Freire e seu método, que seria implementado, com apoio do então presidente, em todo Brasil através do Programa Nacional de Alfabetização. Projetos piloto do programa chegaram a ser implementados em algumas outras cidades, mas em função do golpe de 1964 o projeto foi interrompido, Paulo Freire preso por 70 dias e depois exilado. Professores e estudantes foram perseguidos por todo país.

Trinta anos depois alguns destes estudantes e colaboradores voltam a Angico, esse momento é narrado em trecho do livro de Carlos Lyra (1996), “As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação”. O diálogo com ex-alunos é transcrito e reflete como é importante para o poder manter a educação bancária. Maria Luiza da Silva: “Porque o senhor foi preso?” – “Porque vocês aprenderam demais”. Severino Araújo, pergunta em seguida: “Esse negócio de que todo mundo era comunista... os nossos papéis, nossos cadernos que nós ‘tinha’, ‘queimemos’ tudo. Alguém pode me explicar o que foi que aconteceu? O que foi que não deixou a gente continuar a aprender?”. Antônio Ferreira da Paz indagou sobre o “porquê da interrupção daquelas ‘bocas de noite’ que matavam a fome da cabeça”.

Assim como Germain Garnier, na época da Revolução Industrial, os militares na Ditadura Brasileira enxergaram na Pedagogia Crítica o inimigo, o perigo à manutenção do status quo. Os conservadores de sempre e os fundamentalistas atuais, também condenam Paulo Freire; o que foi jogado por eles aos quatro ventos desde 2018. Não interessa o desenvolvimento do pensamento crítico, da emancipação e da autonomia àqueles que defendem e desejam manter a opressão deles sobre os outros.

Marx e Engels defendem que uma pessoa que passeie livremente por diversas atividades, que tem “uma vida que abranja uma larga escala de atividades diversas e de relações práticas com o mundo” (MARX; ENGEL, 2006, p. 37), uma vida multiforme, possui também um pensamento universalizado como sua vida. Seu pensamento é naturalmente um momento da vida total e não algo apartado, que requer um esforço de concentração ou um momento apartado de sua atividade laboral, dividindo o trabalho do prazer de pensar. Isso se reflete nas atividades desta pessoa, nas suas relações e no seu modo de pensar e sentir. “Pensar e ser estão, pois, diferenciados e, ao mesmo tempo, em unidade um com o outro” (MARX; ENGEL, 2006, p. 40).

Engels, em carta a Bebel, critica o que chama de “defeituoso método de ensino de história nas universidades”, especialmente, segundo ele, nas austríacas.

Lá, ensinam sistematicamente aos estudantes a fazerem investigações históricas com materiais que sabem serem inadequados, mas que supõe considerar adequados, isto é, ensinam a escreverem coisas que eles mesmos devem saber que são falsas, porém se supõe serem consideradas corretas” (MARX; ENGELS, 2006, p. 53).

Segundo Engels, ensinavam sem terem ideia do que significava o trabalho científico. Algo que se reproduziu através dos tempos na educação bancária, que é guiada para reproduzir as “verdades” hegemônicas, sem espaço para a crítica, para o pensar criticamente, como aponta Paulo Freire anos depois.

O aluno é conduzido à mera memorização, distanciada de sua realidade. “A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante” (FREIRE, 1987, p. 33). Mesmo que a memorização, tão presente até os anos 1990 (tabuada, conjugação verbal, rios e seus afluentes, datas etc.) pareça atualmente ultrapassada, ainda tem como objetivo o concurso. As práticas educacionais voltadas para os concursos são focadas no “como passar”, com métodos, fórmulas e macetes a serem, obviamente, decorados.

“Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus ‘depósitos’, tanto melhor o educador será. Quanto mais se deixem docilmente ‘encher’, tanto melhores educandos serão” (FREIRE, 1987, p. 33). Essa lógica ainda está presente em muitas escolas valorizadas por serem tradicionais e possuírem os melhores resultados nos concursos. Estas são as que, frequentemente, mais enchem os receptáculos e os professores que cumprem essa tarefa são os mais valorizados. Por outro lado, até hoje, os alunos considerados bons alunos são aqueles que se deixam encher docilmente. Neste formato, não há estímulo à criatividade, à transformação, ao saber, à crítica nem à competência crítica em informação, existem apenas sombras, migalhas ou disfarces destas características.

Desta maneira, os indivíduos continuam sendo forjados quase como seres autômatos conformados e programados para o trabalho, sem estímulo ao pensamento crítico e acostumados a receber “verdades” através de discursos de autoridade, reforçados nas instituições de ensino, famílias, religião, meios de comunicação e trabalho. Nesse esquema o indivíduo é adequado e programado à hegemonia ou tornado dócil à disciplina, mantendo o status quo e replicando as verdades hegemônicas, sem questioná-las, na maior parte do tempo.

Esse hábito se reflete na vida cotidiana e digital, na qual a informação já vem mastigada e digerida, para, apenas, ser assimilada. A novidade do último segundo é o que

interessa, já superada pela próxima novidade, que surgirá tão rapidamente quanto a primeira em uma sucessão de informações rasas. Sem estímulo ao conhecimento, crítica etc., enxergando o aprendizado como algo chato, sem sabor pelo conhecimento e pela busca, os indivíduos forjados na educação bancária, seguem cumprindo as instruções ao longo da vida, sem muita curiosidade e sem caminhos para encontrar, mais facilmente, a solução de seus problemas. A palavra da autoridade, ainda que esta não tenha embasamento para discorrer sobre aquele assunto, é vista como verdade, afinal, assim foi ensinado desde sempre.

A educação bancária não estimula o gosto pela pesquisa, pela busca do conhecimento, pelos métodos de solução de problemas, pela busca, seleção e uso da informação de maneira crítica. Não há estímulo ao diálogo. Esse comportamento se espelha nas relações sociais presenciais e na internet. Os discursos polarizados e a defesa de “verdades” tão antagônicas à realidade de quem as profere – como um judeu nazista, um empregado que é a favor da reforma trabalhista, uma mulher machista etc. – são indícios dessa falta de crítica, do desenvolvimento do pensamento crítico e da busca pelo conhecimento.

Quanto mais bancária e instrutora a educação, menos é estimulada a criticidade e a competência crítica em informação. Essa situação aliena do indivíduo o poder de distinção entre as informações, propicia um ambiente dicotomizado e hostil. É fértil para a propagação de informações distorcidas, manipuladas e/ou falsas. Nesse ambiente, o cidadão não se dá conta de sua cidadania, não se apodera dela, não transmuta conhecimento em agir. Não é à toa que o status quo, a hegemonia, não estimulam a mudança do sistema educacional para um sistema dialógico e crítico, como apregoava Paulo Freire. E, mais que isso, rotula esse tipo de educação participativa, criticizante e que estimula a competência crítica em informação, como perigosa, ineficaz. Sem ela é mais fácil dominar o pensamento da maioria, do povo, aqueles julgados e rotulados como os que não se esforçaram bastante, sem mérito, preguiçosos, incapazes ou intelectualmente limitados.

O que não percebem os que executam a educação "bancária", deliberadamente ou não (porque há um sem número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o “bancarismo”) é que nos próprios “depósitos”, se encontram as contradições, apenas revestidas por uma exterioridade que as oculta. E que, cedo ou tarde, os próprios “depósitos” podem provocar um confronto com a realidade em devenir e despertar os educandos, até então passivos, contra a sua “domesticação” (FREIRE, 1987, p. 35).

Mas o que Paulo Freire já percebia em sua época se torna mais viável na atualidade? Com a disponibilização da informação no meio digital, a mínima curiosidade pode levar o sujeito a uma informação que confronte o que aprendeu ou leu, e com isso desperte mais curiosidade ainda. Existe hoje entre as pessoas marginalizadas, da periferia, das favelas, entre

os jovens, alguns movimentos que ganham força desafiando antigos paradigmas, hábitos ou “verdades”. Então, da mesma forma que a informação é alienante e massificante na net, como fora dela, há nesse espaço, também, uma possibilidade de vazamentos que confrontam o sistema hegemônico. Contudo isso depende da ação de busca ou de atenção crítica do usuário e ações pedagógicas dos que militam pela crítica.

6.3.2 Opressão, falsa caridade e dominação

Leonardo Boff discute a questão do trabalho³⁵, com um prisma mais humanitário, conduzindo uma reflexão sobre o cuidado como essencial a este novo ethos. “Cuidado é *pathos*, introspecção, emoção, um sentimento que permanece indelével” (BOFF, 2005, p. 28). Ele define dois modos de ser-no-mundo: trabalho e cuidado. O ser-no-mundo é aqui construído por relações dialéticas do sujeito com o ambiente, se relacionando com todas as coisas do mundo. Pensando no modo-de-ser no trabalho, com um olhar evidentemente marxista, pondera que o homem se fez dominador e antropocêntrico, hominizando toda a Terra em um afã objetivista e coisificador. Surge assim o “cibionte: o superorganismo híbrido, feito de seres humanos, máquinas e redes de informação” (BOFF, 2005, p. 31).

Na Sociedade da desinformação esse “cibionte” ganha vida e direções que se distorcem para além da hegemonia dominante, infringindo na humanidade e na Terra seus interesses dominadores e antropocêntricos a despeito da realidade. Ailton Krenak, em “Ideias para adiar o fim do mundo”, atenta para a dissociação do ser humano da natureza. “Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade” (KRENAK, 2019, p. 16).

Krenak aponta que ao tratar todos os grupos de humanos como uma coisa única e indistinta, apagou-se os vínculos com a ancestralidade e com as referências que dão sustentação a uma identidade. “A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade” (KRENAK, 2019, p. 14).

Não há dúvidas de que a Terra é modificada pelo trabalho humano e que somos esta sociedade e esta humanidade como fruto deste trabalho. Mas até que ponto o trabalho é usado para benefício dos seres humanos, da sociedade e da própria Terra?

35 Esse tema de Boff é mais amplamente discutido no capítulo 5 da dissertação que antecede esta tese (BRISOLA, 2016)

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p. 22 – 23).

Para analisar a relação atual do humano com o trabalho, Boff recorre a Marx, afirmando que os últimos séculos, principalmente, a partir da industrialização do século XVIII, caracterizam-se pela ditadura do modo-de-ser trabalho como intervenção e produção. O trabalho teria perdido sua relação com a natureza (modelação), relacionando-se ao capital (confronto capital-trabalho, analisado por Marx e Engels). “O trabalho agora é trabalho assalariado, e não atividade de plasmação da natureza”. Segundo ele, as pessoas passaram a viver escravizadas pelas “estruturas do trabalho produtivo, racionalizado, objetivado e despersonalizado, e submetidas à lógica da máquina” (BOFF, 2005, p. 32).

Esse modo-de-ser mata a ternura, liquida o cuidado e distorce a essência humana. Por isso, a dominação do modo-de-ser trabalho masculinizou todas as relações, abriu espaço para o antropocentrismo (dominação do ser humano, homem e mulher), o androcentrismo (dominação do homem), o patriarcalismo e o machismo. Estamos às voltas como expressões patológicas do masculino desconectado do feminino, o *animus* sobreposto à *anima*. O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia (BOFF, 2005, p. 32).

Sob o prisma do cuidado, Boff afirma que “não se opõe ao trabalho, mas lhe confere uma modalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito” (BOFF, 2005, p. 31), em uma relação mais harmônica com a natureza e o outro. Dessa maneira, refletir sobre a circulação da informação na contemporaneidade implica dimensionar os modos-de-ser no cuidado e no trabalho, pelo viés da ética e a relação deste humano neste organismo híbrido – o cibionte.

Sendo assim, Boff (2005) coloca a valorização da subjetividade como relevante para compreender as dominações que também ocorrem em relação às informações, que ficam subjugadas pelo capital, afastadas do prazer e atreladas ao modo-de-ser trabalho. Com isso a ética que atravessa os meios de informação, e a própria informação, ficam subsumidas a um instrumentalismo e ao poder hegemônico do capital. Já foi mencionado nesta tese que interesses particulares, corporativos, hegemônicos, econômicos ou estatais quase sempre interferem no acesso à informação. Que sobre a disseminação da informação pesam inúmeros interesses e poderes diretos e indiretos. Mas é preciso pensar em como o acesso à informação se conecta com o trabalho, visto a partir de um uso ético, o modo-de-ser no mundo.

Se Freire (1987) está preocupado com os indivíduos desumanizados pela opressão, hoje, cai sobre esse indivíduo outra desumanização que não anula a primeira, mas soma-se a

ela – a que é fruto de um consumismo que transforma o próprio humano em produto. A sociedade de consumo aliena a privacidade do indivíduo, através de dados constantemente colhidos por programas guiados por algoritmos, que os transforma em algo vendável e lucrativo. É a objetificação digital do indivíduo, que se soma a todas as objetificações, e a apropriação de seus dados, seu tempo e vida pelo capital, mesmo suas horas de lazer ou seu prazer. (DANTAS, 2006, 2012; MARX, 2001).

Krenak alerta para o distanciamento da humanidade de seu lugar enquanto corporações vão tomando conta da Terra, devorando montanhas, florestas e rios. Neste contexto,

a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra (KRENAK, 2019, p. 20 – 21).

O que alimenta a opressão é a redução do outro a menos. O oprimido perde a ingerência de sua vida, perde a força de se saber um modulador de sua história e, frequentemente, perde a consciência de sua capacidade de autonomia, caindo em um conformismo de ser o que é ou na ilusão de que o sistema permite os menos serem mais, se estes tiverem virtude. No limite, a opressão é a desumanização do ser humano.

Assim, a revolução se dá quando o oprimido se rebela contra seu opressor. Ao contrário da ideia que se espalhou popularmente e erroneamente, a questão não é que todo oprimido quando alcança o poder vira um opressor, mas o que Freire aponta é que, essa luta só tem sentido quando o objetivo é a recuperação de sua humanidade, o que é em si uma forma de criá-la. Quando alimentados pelo sentimento de humanidade, os oprimidos, ao se libertarem, “não se sentem idealistas opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 1987, p. 16 - 17). Se os oprimidos sentem inveja daqueles que os oprimem, vão tender a transformarem-se em opressores, mas se buscam a humanidade, libertam-se a si e aos seus opressores.

Para Freire, a força de libertação está no oprimido, pois aquele que oprime, explora e violenta em razão do seu poder e mesmo que concordasse que seus privilégios existem, em função de uma desigualdade opressora, não possuiria em si a força necessária para a libertação. É difícil demais abrir mão dos privilégios. Assim, o poder opressor ameniza sua “culpa” na falsa “generosidade” que é alimentada pela “ordem” social injusta, se nutre da

opressão, e nutre a morte, desalento e miséria. Esta falsa “generosidade” não liberta, apenas usa o assistencialismo, a “caridade” para manter cada um em sua posição social. A verdadeira generosidade só é possível quando intenta findar as razões de sua necessidade.

É da falsa caridade que decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”, dos marginalizados. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de gente ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E que vá se fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos oprimidos e dos que com ele realmente se solidarizem. “Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira” (FREIRE, 1996, p. 17).

A falsa caridade é oposta ao que Boff chama de cuidado e a grande generosidade a que Paulo Freire se refere. Para Boff (2005) o cuidado é essencial a este novo ethos. Repetindo, “cuidado é *pathos*, introspecção, emoção, um sentimento que permanece indelével”. Para que a opressão seja combatida é preciso atentar para estas diferenças e para as raízes dessa objetificação do humano e da natureza e é necessário compreender o quanto somos permeados pelos significados e ações dominadoras, o quanto naturalizamos a objetificação da natureza, do outro e de nós mesmos.

É necessário que o oprimido reconheça o opressor “hospedado” nele e que rompa com este hóspede. Para que o oprimido, ao se descobrir e entender esta sua condição, em lugar de buscar a libertação, não atenda a tendência de tornar-se opressor também, ou sub-opressor como coloca Freire. Isso ocorre porque a estrutura do seu pensar é condicionada à sua formação sociocultural, na qual ser homem ou humano é ser opressor. É preciso que, ao desenvolver a criticidade, este indivíduo também se liberte destas “verdades” e “valores” e rompa com a identificação com seu oposto, o opressor. Sem essa consciência e cuidado, acontece o que Freire chama de aberração – “um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário”.

Quando o oprimido se liberta sem desenvolver a criticidade ele não se identifica com o que Paulo Freire chama de “homem novo”, aquele que nasce da superação da contradição, que gera uma nova realidade de libertação. Se a ótica do oprimido é individualista, se, de alguma maneira, inveja ou admira o opressor, tornando-se aderente à imagem do opressor e sem consciência do seu papel de humano histórico, de classe oprimida, apenas há reprodução do ciclo. Consequentemente, os oprimidos se tornam os opressores de outros. “Raros são os

camponeses que, ao serem ‘promovidos’ a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo” (FREIRE, 1987, p. 18). A opressão não foi superada, o capataz apenas precisa provar sua lealdade ao patrão.

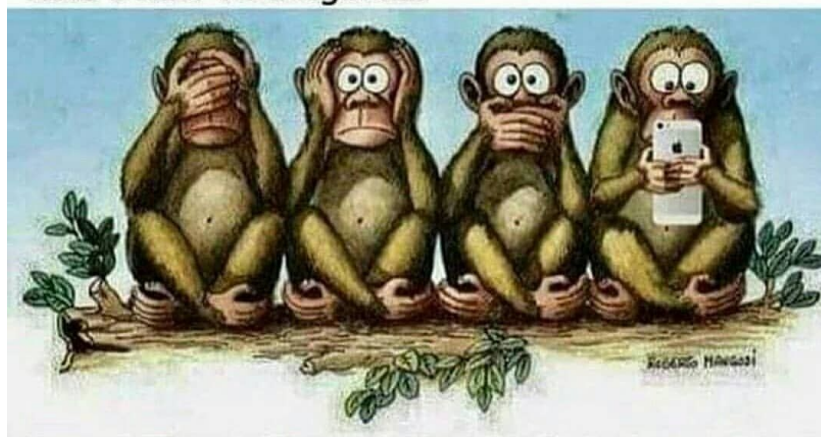
O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude desse ato de amar, na sua existenciação, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. Dizer que esses homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta formação se objetive, é uma farsa. Da mesma forma como é, em uma situação concreta – a da opressão – que se instaura a contradição opressor-oprimidos, a superação desta contradição só se pode verificar objetivamente também. (FREIRE, 1987, p. 20)

O opressor também está aprisionado a essa lógica, quando observado individualmente. Tomar consciência de si como opressor, por mais que cause desconforto e até, em alguns casos, sofrimento, não necessariamente o impele à solidariedade verdadeira ao oprimido. A solidariedade não é praticar caridade, promovendo a assistência a um grupo ou indivíduo com uma mão, contudo mantendo-os aprisionados na mesma posição de dependência e subjugo com a outra. A consciência da exploração e a racionalização paternalista da culpa na caridade não é solidariedade. A verdadeira solidariedade é radical e requer uma atitude igualmente profunda, enérgica e integral, extremamente difícil de ser assumida por quem possui privilégios, incluso eu, – o suicídio social.

6.3.3 *Alienação*

Figura 9 – Charge do quarto macaquinho. Alienação alimentada pelas telas

Finalmente surgiu o quarto macaquinho. Ele é um resumo dos outros três: não ouve, não fala e não vê ninguém.



Fonte: <https://twitter.com/osmarterra/status/951549470977740800>

A charge do quarto macaquinho (Figura 9), circulou amplamente nas redes sociais digitais, como no Twitter do Deputado Osmar Terra, assim como outras charges, memes, imagens e vídeos que fazem críticas à relação das pessoas com os aparatos digitais de informação e comunicação. Na charge trata-se de um *smartphone*, aparelho que se tornou comum e presente no cotidiano de muitas pessoas, a maioria nos centros urbanos, principalmente pelo número de usuários e quantidade de horas/dia despendidas neste contato.

Segundo a ONU, em 2016, existiam 7 (sete) bilhões de habitantes no mundo, dos quais 6 (seis) bilhões possuíam celulares. De acordo com pesquisa de mobilidade da Ericsson, há 7,8 bilhões de SIMs ativos no mundo. Já na GSMA Intelligence, que mostra os números em tempo real, para o dia 26 de junho de 2019, existiam em torno de 8.970.850. 300 (e subindo a cada segundo) conexões móveis, incluindo IoT celular licenciados (apenas 55% destas conexões são referentes a *smartphones*); 5.132.434.033 (e subindo a cada segundo) assinantes móveis exclusivos, gerando uma receita de 1.05 trilhões de dólares por ano.

O levantamento realizado pelas empresas *Hootsuite e We Are Social (WE ARE SOCIAL, 2019)* afirma que já existem mais de 4 bilhões de pessoas no mundo usando a internet, isso é mais da metade da população, considerando os 7 bilhões. Segundo o levantamento, a África é o continente que registrou o crescimento mais rápido, mais de 20% ao ano. Mais de 3 bilhões usam as redes sociais e o levantamento corrobora os números da GSMA.

É importante ressaltar que possuir celular não significa possuir *smartphone* ou conexão com a internet. A quantidade de SIMs ativos também não corresponde a mesma quantidade de usuários; frequentemente usuários possuem mais de um SIM. Da mesma maneira, os números da GSMA referem-se a conexões e não a pessoas. O Cisco Annual Internet Report Complete Forecast Update 2018-2023, faz projeções sobre o uso de internet e registra que em 2020 o uso mundial chegou a 4,5 bilhões de pessoas. As diversas fontes apontam números e leituras diferentes, o que requer atenção nas análises e conclusões, contudo estes números demonstram a enorme e crescente penetração das redes móveis e internet no mundo.

Mas por que usar a imagem dos 4 macacos?

A origem do provérbio (*Kotowasa*) japonês dos três macacos, vem de um trocadilho das palavras *Mizaru, Kikazaru, Iwazaru*, que significam: *miru*=olhar, *kiku*=ouvir, *iu*=falar e *zaru*=negar. Como a pronúncia de *zaru* é parecida com *saru*, macaco, esse trocadilho inspirou a estátua dos três macacos no Santuário *Toshougu*, na cidade de Nikko, o que popularizou a imagem. A origem da filosofia por trás do provérbio nasce de um provérbio budista “não veja

o mal, não ouça o mal, não fale o mal”, chamada no Japão de “regra de ouro”(KAWANAMI, 2013, on-line).

A popularização da imagem pelo mundo abriu brecha para diversos usos e interpretações, chegando a essa charge que brinca com o significado dos macacos. Embora esse uso não seja tão fiel à ideia filosófica inicial, cabe perfeitamente na discussão pretendida aqui.

A dependência, cada vez mais comum, desta extensão maquínica ou “implante” robótico que é o celular, tem interferido e influenciado nos hábitos e modos de ver e viver o mundo e no mundo. É notória a digitalização do ser no mundo e das relações. Passou a ser comum ver integrantes de uma mesma mesa em um restaurante ou bar absortos, cada um em seu “mundo particular digital”, com os olhos e atenção pregados na tela boa parte do tempo. Por vezes a própria interação presencial é intermediada ou mediada pelo aparelho, seus aplicativos e redes sociais.

Até aqui usamos o *smartphone* como aparelho foco, mas essa realidade se estende a *tablets*, *notebooks* e computadores, passeando por intermináveis aplicativos e inúmeras redes sociais pelas quais desfila a vida cotidiana contemporânea. Como se fala no Vale do Silício – as Telas. As relações afetivas/amorosas sexuais também estão intermediadas pelas telas, do Tinder, e outros tantos aplicativos de encontros, aos dispositivos sexuais acionados por celulares, à distância e pela internet.

Os aplicativos e sites de encontro se propõem a conectar pessoas com afinidades para um relacionamento ou simplesmente facilitar encontros sexuais entre pessoas que estão próximas geograficamente. O documentário “*Swiped: Hooking Up in the Digital Age*”³⁶ explora os mecanismos utilizados pelos aplicativos para reter a atenção e gamificar as escolhas e como as pessoas estão se relacionando na atualidade através destes aplicativos, com entrevistas feitas com usuários, não usuários, programadores, CSO, pesquisadores e psicólogos. O documentário traz à tona os problemas recorrentes desse tipo de interação, alguns que não estão sendo considerados pelas empresas. A violência e o assédio sexual é um ponto, uma das entrevistadas sofreu difamação nas redes sociais propagada por um homem que conheceu pelo aplicativo. As recompensas dos *matches* (combinação de *like* entre duas pessoas que abre a possibilidade da conversa, paquera e encontro), do deslizar a tela e das interações são baseadas nas experiências do psicólogo Burrhus Frederic Skinner, um expoente da psicologia behaviorista, que considerava o livre arbítrio uma ilusão e utilizava

36 *Swip* é o ato de deslizar a tela utilizado nos aplicativos de encontro para, deslizando para um lado ou para o outro, aprovar ou desaprovar alguém.

recompensas em intervalos curtos para condicionar os animais submetidos ao experimento. Também expõe as diferenças entre homens e mulheres em relação à expectativa sobre os aplicativos, que favorecem as expectativas masculinas e pressionam as mulheres a se adaptarem.

Os dispositivos sexuais acionados à distância são a última novidade digital. São roupas íntimas com dispositivos de vibração ou vibradores controlados a distância por um celular ou controle remoto, através de um programa que controla ligar ou desligar, intensidade, velocidade e até vibrações que acompanham uma música. Existem também simuladores a distância que conectam o casal através de dispositivos utilizados para interação via internet.

A consciência desta impregnação e até do vício que causa é sabida no Vale do Silício. Em matéria publicada no jornal El País Brasil (GUIMÓN, 2019) fica evidenciado como os gurus digitais educam seus filhos sem telas até a adolescência e, mesmo nessa fase da vida, o tempo despendido em frente às telas é limitado. A reportagem destaca que no Vale do Silício proliferam escolas telas *free*, sem *tablets* nem computadores, ou nas quais elas só entram no ensino médio. Nos jardins de infância os celulares e *smartphones* são terminantemente proibidos por contrato.

Pierre Laurent, pai de três filhos, engenheiro de computação na Microsoft, na Intel e em várias *startups*, atualmente presidente do conselho da escola de seus filhos, afirmou à reportagem que uma tela diante de uma criança pequena “limita suas habilidades motoras, sua tendência a se expandir, sua capacidade de concentração”, além da capacidade viciante das telas. Steve Jobs, criador da Apple, e Bill Gates, criador da Microsoft, usaram as mesmas estratégias. Seus filhos tiveram a interação com celulares e *tablets* limitadas e apenas a partir da adolescência.

Os documentários “Privacidade Hakeada”, “*Generation Like*”, “*We live in public*”, “Dilema das Redes” e muitos outros têm discutido, sob várias perspectivas, as influências e consequências das relações humanos-telas. O jornal El País traz, no “Especial Crescer Conectados”, uma matéria que trata do problema que chamam de “vício sem substância”. A matéria, de Ana Torres Menárguez, escrita em 12 de abril de 2019 em Madri, discorre sobre a preocupação espanhola com o vício em telas. Os dados apresentados pela matéria são assustadores: “Um em cada cinco espanhóis entre 10 e 25 anos sofrem de transtornos de comportamento devido à tecnologia, de acordo com uma pesquisa feita com 4.000 pessoas que será incluída no novo Plano Nacional sobre Drogas do Ministério da Saúde da Espanha” (MENÁRGUES, 2019, on-line). São fatos e consequências que não podem ser ignoradas, mas

tem sido solapadas pelo interesse econômico.

De acordo com o levantamento da *We are social – Digital in 2020* (WE ARE SOCIAL, 2020) a maior rede social é o Facebook com mais de 2 bilhões de usuários (quase 1 milhão destes usuários passaram a usar as mídias sociais pela primeira vez ano passado), seguida do YouTube com 1,5 bilhão de usuários e WhatsApp com 1,2 bilhão. 2,78 bilhões dos usuários acessam as redes sociais pelos dispositivos móveis. Vale lembrar que Zuckerberg é o dono de duas das redes citadas, a primeira e a última. 56% das contas do Facebook são associadas a homens e 44% a mulheres e a maioria dos usuários está entre 18 e 35 anos. A Filipina tem a maior média de tempo gasto nas redes sociais por dia: 3 horas e 57 minutos. O Brasil está em segundo lugar com 3 horas e 39 minutos diários. Quem menos tempo fica nas redes sociais são os japoneses que gastam 48 minutos diários, em média, nas redes sociais. É, sem dúvidas, um fenômeno mundial.

Essa realidade remete, quase que naturalmente, ao verbete alienação. Mas a qual sentido de alienação? Que significado está colado a essa palavra? Ou seria apropriado dizer que este cenário alimenta e reflete mais de um significado de alienação?

O primeiro significado, e mais simples de perceber e compreender na charge, é a alienação como o apartamento do indivíduo do que está fora de seu campo de ação, visão, pensamento, ideologia e conforto. O macaquinho que não vê, ouve ou fala nada além do que se acostumou, ou foi acostumado, nada além de sua zona de conforto, de seus interesses ou daquilo a que pensa pertencer. Seriam mesmos seus os interesses?

O macaquinho que não vê, não ouve e não fala nada para além do seu mundo restrito e moldado, que não possui gosto pelo conhecimento e pela expansão de seus horizontes, agora mergulha em um mundo guiado e moldado por algoritmos e se aliena das possibilidades, informações e verdades que não lhe aprazem ou, simplesmente, não circulam em seu mundo fechado, quase individual, em bolha e customizado. Esta é a primeira alienação dos três macaquinhos, exacerbada no quarto macaquinho na perspectiva da charge e, muito provavelmente, na realidade muito afastada da sabedoria budista do fazer bem, na prática, alienando-se da alteridade.

O dicionário Michaelis (2020) traz as seguintes definições: alienação – 1. Ação ou efeito de alienar(-se); alheação, alheamento, alienamento. 2 – (Jur) Cessão de bens. 3 - (Med) Perturbação mental. 4 – (Psicol) Estado de perturbação psíquica; arrebatamento. 5 – (Filos) Conforme o pensamento hegeliano, processo essencial à consciência através do qual o observador comum da realidade vislumbra o mundo como sendo constituído de coisas independentes umas das outras. 6 – (Filos) No marxismo, estado do indivíduo que, por causas

econômicas, sociais, políticas ou religiosas, se afasta da sua verdadeira natureza, visto que já não possui controle sobre sua atividade primordial – o trabalho – e se torna um objeto, uma vítima da cobiça material da sociedade capitalista. 7 – (Por Ext) Ausência de consciência em relação aos problemas políticos e sociais.

A segunda concepção de alienação que trataremos aqui, que não exclui a primeira, é a de Marx (2001, 2003) – a alienação do trabalho, decisão e pensamento ao dominante, que também está na definição do dicionário no sentido de ceder a outrem o direito à propriedade ou domínio.

A manipulação das ideias, emoções e escolhas através de repetitiva, técnica e insistente incidência de informações que se adequam às expectativas e sentimentos de cidadãos do mundo inteiro, já se mostrou mais que eficiente em alienar a cidadania. Os indivíduos deixam de ser sujeitos críticos e desconfiados, a quem é preciso convencer com discursos e passa a ser teleguiado por emoções, memes, *fake news* e desinformação que o inundam de maneira muito precisa, graças aos algoritmos e às estratégias de manipulação através das redes. O cidadão, que antes já estava alienado ao patrão através da venda de suas horas de vida como força de trabalho; ao banco que administra sua renda à revelia e o prende através das dívidas e promessas de crédito; aliena-se ao governo, quando democrático, tendo sua participação restrita ao voto; aos aparatos de poder e ideológicos do Estado e do status quo, que negociam a hegemonia; passa então a também alienar-se às telas, aos “prêmios” e dopaminas que as telas lhe dão, à condução ao e do consumo, dos desejos, das relações, da autoestima, das ideias, conceitos e preconceitos. Literalmente teleguiados.

O domínio do capital alcançou novo patamar ao promover propagandas teleguiadas especializadas e direcionadas, quase de maneira individual, para cada um dos usuários. Se a publicidade já era especialista em despertar desejos de consumo, com as novas técnicas que utilizam as telas, isso é muito mais incisivo, ostensivo e eficiente. Basta pensar em quantos aplicativos, sites, redes sociais cada um utiliza e quantas propagandas é obrigado a assistir antes de chegar onde realmente quer, ou pensa que quer. Até quando buscamos informações mais densas e especializadas, algum tipo de propaganda acontece. Quanto mais popular o produto digital, mais propagandas ele oferece e maior o lucro. Tudo com um custo reduzido em relação à publicidade tradicional. Ganha-se na multidão e na coleta de dados, que especializa e valoriza ainda mais o serviço.

A religião, seja qual for, sempre foi utilizada para criar hegemonia. Suas características de lugar de fé, a torna lugar propício para criação de uma mentalidade comum, com valores e hábitos comuns. Enquanto em alguns países a religião vem perdendo espaço,

em outros ela ganha cada vez mais poder. É o caso do Estado Islâmico, mas também, do Brasil, com uma associação forte da Igreja Evangélica Neopetencostal (e outras mais tradicionais também) com a Presidência, Governadores, Prefeitos Deputados, Vereadores e ocupantes de cargos estratégicos, travando a participação cidadã ao voto e guiando pela fé cega estes votos. A bancada evangélica é um exemplo forte deste poder que se levanta pretendendo um domínio hegemônico.

O sistema social/educacional, formal e informal, trabalha a favor desta alienação, através dos aparelhos hegemônicos (GRAMSCI, 1978, 1999, 2001), aparatos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1970). São aparelhos ideológicos os meios de comunicação, associações, igrejas, escolas, todos que ajudam a conformar os indivíduos para a hegemonia, para funcionarem de acordo com a vontade dominante.

A apropriação dos sistemas informacionais e educacionais pelo capital, afastam o sujeito da busca e do gosto pelo conhecimento, levando-o a um aprendizado vertical, bancário (FREIRE, 1964) e tecnicista, sem estímulo ao pensamento crítico, voltado para a produção subsumida ao mercado e não para o conhecimento. Como já apresentado. Neste ponto, percebe-se a falta que Paulo Freire fez nos sistemas de aprendizagem e educacionais, favorecendo a realidade do quarto macaquinho.

A proposta de Paulo Freire é oposta à de dominação; está pautada na emancipação do sujeito, justamente através do reconhecimento da alienação e da promoção de um espírito coletivo de libertação e crítica.

Como aponta Freire (1996, p. 20), “formar é muito mais que treinar o educando no desempenho das destrezas”, ressaltando a importância da educação emancipadora. A alienação às telas é obviamente uma alienação à hegemonia, ao sistema global e globalizante, às forças condutoras desta humanidade marcada pelo consumo, pela ostentação, pelo apartamento do ser no mundo com o outro.

Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importa os meios usados para esta proibição. Fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões que são transferidas a outro ou a outros” (FREIRE, 1996, p. 43).

A busca pelo ser mais não se realiza no isolamento ou individualismo, mas na comunhão e solidariedade com o outro. O individualismo leva ao “ter mais egoísta”, ao ter para ser, que, ao se tornar, cada vez mais, em ter mais, fortalece o poder do opressor, esmagando cada vez mais o oprimido. A cultura consumista, que glamoriza o ter, a ponto do parecer ter se tornar estimulado, aumentando mais ainda a alienação e o abismo entre as

classes.

Talvez o ditado original, a regra de ouro budista possa auxiliar no retorno a um equilíbrio no qual a tecnologia não subsume os humanos, mas os indivíduos utilizem de forma racional a tecnologia. Se utilizarmos no meio digital a premissa “não veja o mal, não ouça o mal, não fale o mal”, com certeza muitas das distopias informacionais atuais seriam minimizadas, se não evitadas. Obviamente o trocadilho aqui não se refere a estar alheio, alienado, às coisas ruins, injustas ou erradas que acontecem. Mas estar atento, rejeitado, às falsas e más mensagens e informações, que em nosso tempo se acumulam e nos chegam.

Voltando às dimensões da CI aplicadas ao que chega aos nossos olhos e ouvidos: Não veja e não ouça o “mal”, nesta perspectiva, significaria não dar atenção às desinformações, *fakes*, boatos e informações que são irrelevantes ou que não são fidedignas. Não fale o mal trata da não propagação de informações categorizadas como não “bem”, ou seja, que não possuam as características distintivas que tornam uma informação relevante e confiável. Ter a atenção de não propagar mensagens sem antes conferir esta informação, ou, se não existe tempo de conferir, não repassar, independente de que seja “mal” ou “bem”.

A filtragem consciente e crítica do imenso volume de informação que nos alcança através dos meios de comunicação de massa e dos digitais é fundamental para a manutenção da saúde mental, social e cidadã.

7 CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VERDADE: BASES DA CCI COMO RESISTÊNCIA À SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO – UM OLHAR FREIRIANO

Em consonância com a Pedagogia Crítica, a Teoria Crítica e a CCI, acreditamos que a consciência, apropriação e ação cidadã estão intimamente ligadas à consciência da historicidade humana e à identificação de si como ser histórico, capaz de interferir na realidade. Consideramos que a emancipação e a liberdade fazem parte de uma cidadania ampliada. Desta feita, a CCI aplicada consonante à Pedagogia, e só podendo ser aplicada através dela, forja a resistência à opressão e à desinformação.

A dissertação de mestrado que antecede esta tese, “A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível”³⁷, trata da relação entre CCI, informação e cidadania. Por este motivo, remeteremos a ela em parte deste capítulo sem maior aprofundamento. Contudo existe uma questão nova que é esta relação do exercício da cidadania com e na Sociedade da Desinformação. É sabido que a atuação cidadã tem sido sistematicamente reduzida e atacada ao longo dos tempos e que manipulação não é coisa nova. Contudo, a vultuosidade da desinformação na atualidade tem atacado com muito mais ferocidade a cidadania, ampliando o espectro e alcance da condução e manipulação do que resta de seu exercício, ameaçando a democracia. Este será o foco deste capítulo.

7.1 AFINAL O QUE É SER CIDADÃO?

Voltando aos primórdios da noção de cidadania, Aristóteles (2000) concebia o homem como naturalmente sociável, o que os tornava parte integrante da cidade – um cidadão. A Grécia Antiga é berço da noção de cidadania e estabeleceu suas bases e conceitos. Já naquela época a ideia de democracia pautava que o interesse coletivo suplantava os interesses individuais; as decisões dos muitos regia a vida de cada um. Participar, portanto, destas decisões, possuir a perspectiva de poder de influência, de formador de opinião, de convencimento dos pares, era o que fazia do cidadão grego um orgulhoso e privilegiado membro da pólis.

Contudo, já em seu nascedouro, a cidadania não era universal, deixando de fora mulheres, crianças, escravos, não nativos e grande parte dos trabalhadores. Além disso, para

37 As noções de cidadania, cidadania planetária e cidadania ampliada estão descritas na dissertação apontada, Brisola (2016), bem como as relações entre hegemonia, contra-hegemonia e cidadania. Além destas questões discute a importância da CCI para a apropriação cidadã, o exercício da cidadania, para a ampliação desta e para uma democracia participativa.

exercer a política, o direito de influenciar as decisões da pólis, o cidadão precisava de tempo livre, o que excluía aqueles cujo trabalho demandava tempo e dedicação. Assim, o trabalho material e intelectual já se distinguiam desde o berço da cidadania, com privilégios para os mais ricos e que tinham mais tempo livre (BRISOLA, 2016).

A abstração essencial para o pensamento, não é considerada compatível com o trabalho obediente. “Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 18). A ideia é de que o trabalho obediente, ou seja, subalterno, explorado e dominado, necessita de concentração prática, esforço dos músculos e não da abstração. Se abstrair não é considerado importante para execução da maioria dos trabalhos, menos ainda o pensar crítico, que possui a capacidade de questionar as relações de trabalho, de consumo e do humano com a natureza.

Cabe a educação (aqui tratada da maneira mais abrangente possível) equilibrar a capacidade de trabalhar manualmente e intelectualmente. Gramsci (1982, 2000), Marx e Engels (2006) e Freire (1967, 1987, 1996) trazem a importância da educação para promoção e conquista da emancipação dos oprimidos. A educação, segundo Gramsci, deveria ser orientada para “elevação cultural das massas”, livrando-as de uma visão de mundo que, por se assentar em preconceitos e tabus, predispõe à interiorização acrítica da ideologia das classes dominantes. Essa visão tem raiz em Marx, se expande na pedagogia de Paulo Freire e está nas bases da CCI.

Ao longo da história a noção de cidadania foi adquirindo novos aspectos. Como os conceitos correlatos de liberdade, justiça, igualdade e propriedade que, posteriormente, seriam discutidos nos modelos de Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Weber, e tantos outros. Reconfigurou-se a partir do humanismo colocando o homem no centro da história e não mais apenas refém da vontade e determinação divina. Aderiu à ideia contratualista na qual o homem organiza um Estado de Direito, “fundamentado na valorização dos direitos individuais, da liberdade de pensamento e expressão, no laicismo, no direito à propriedade privada” (QUEIROZ, 2011, p. 140), devolvendo a condição de cidadãos aos súditos. A partir deste contexto foi sendo abandonada a importância mor do coletivo e abraçada a individualidade. “Agora, o singular é a regra, enquanto que o plural passou a ser a exceção. Inverteram-se os valores” (QUEIROZ, 2011, p. 141).

Gadotti compreende que existem diversas concepções de cidadania – “concepção liberal, neoliberal, socialista democrática” e, a atual, que ele chama de concepção consumista de cidadania, “sustentada na competitividade capitalista”. Esta última se restringe aos direitos do consumidor, “uma cidadania de mercado” à qual se opõe “uma concepção plena de

cidadania”, que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista e a construção dos direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado (GADOTTI, 1998, p.2). “Dentro da visão capitalista contemporânea, o labor e o trabalho se agigantaram, tomando o tempo e o interesse da maior parcela da sociedade e, por outro lado, a ação ficou restrita a poucos que se incumbem de representar o povo” (QUEIROZ, 2011, p. 143). Assim, o exercício da cidadania, a participação e influência do cidadão nas decisões da pólis, do Estado, oscilaram ao longo da história, mas reduziram nas últimas décadas tornando-se, na maioria dos países, democracia representativa associada a ideia de que política é coisa para políticos. Ao mesmo tempo que mais tipos de pessoas foram sendo incluídos no rótulo de cidadãos, votantes.

Para Boito Jr. (2000) a ideologia dominante burguesa utiliza a cidadania como peça central de seu discurso, mas esvaziando-a e falseando a natureza das relações sociais concretas, embotando a realidade de discrepância social. A revolução burguesa e as revoluções industriais modificaram os modos de produção, propiciando uma nova conjuntura de ordens. Esta conjuntura de cidadania abria espaço de voz a uma classe anteriormente alijada do poder – a burguesia. Mesmo existindo, na prática, diversas classes sociais, a divisão central de classes entre proprietários e trabalhadores permaneceu, mas o discurso de cidadania se fez como algo que perpassasse essa dicotomia e atuasse independentemente das classes, o que comumente não é verdade.

Segundo Boito Jr. (2000, p. 253), “é possível manter a desigualdade socioeconômica, prescindindo da desigualdade jurídica”. Desta forma, o capitalismo manteve a exploração de classes e pôde conviver com a igualdade jurídica, convertendo proprietários e trabalhadores em cidadãos. Na prática, as decisões continuaram nas mãos da classe dominante e a exclusão não tão diferente da que acontecia na Grécia antiga ou no “Estado Liberal Clássico que não concedia direitos políticos (votar e ser votado) nem sociais (legislação de fábrica, saúde, educação e previdência social) aos trabalhadores” (BOITO JR., 2000, p. 257).

Na atualidade essa participação política restringiu-se, quase que simplesmente, ao voto, até por falta de consciência, educação e formação crítica para a participação cidadã e política. Obviamente é possível ascender à condição de representante de determinada classe quando eleito por ela ou participando de associações, sindicatos, partidos, discussões e manifestações políticas, mas isso não é propriamente estimulado de maneira hegemônica. Daí o papel fundamental da educação como base dos demais direitos e deveres ser pré-requisito necessário à liberdade civil. Exatamente por isso é usada, muito mais frequentemente, como adestramento e moldagem hegemônica e não como ferramenta emancipadora.

Schneider afirma que se esta é a realidade, faz-se necessário denunciar este

esvaziamento ou travestimento da cidadania, retomando e fortalecendo a dimensão anterior pautada da ampliação dos direitos e das responsabilidades dos poderes públicos por sua efetivação. E acrescenta a colocação de Boito Jr. de que a cidadania representou avanços nos interesses das classes populares, e não somente da burguesia, ainda que de maneira contraditória, graças às diferenças de classe (SCHNEIDER, 2012, p. 284). “A igualdade civil [...] concedeu independência pessoal ao trabalhador, mas oculta a exploração de classe”. (BOITO JR., 2000, p. 257).

Chomsky (2014, p. 6) distingue dois modelos de poder circulantes:

- a) “uma sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres”; b) “aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados”.

Como visto anteriormente, é nesta segunda concepção, ainda que de maneira velada, que atua a desinformação e as ideologias dominantes, que favorecem a classe dominante. É nesta seara que o cidadão é tratado como rebanho a ser conduzido, cujo papel democrático reduz-se, quase que simplesmente a delegar poder, através do voto, a seus representantes, estes sim, qualificados (nem sempre, como bem sabemos) para legislar e executar as políticas, normas e organização do coletivo.

A dificuldade de promover a consciência cidadã está em contrapor o senso comum e o discurso e padrão de cidadania hegemônico, com um discurso que seja suficientemente atraente, que se dirija às massas, e não somente a uma pequena minoria já convencida. Mas que fuja de ser um discurso doutrinário, dogmático, um discurso de pura retórica, artificial. Formando cidadãos críticos, abre-se uma brecha para a informação séria, dados concretos, fontes e referências qualificadas. Contudo esta informação precisa conter técnicas que facilitem esta interação, aprendizado e promoção da CCI e da cidadania. Apenas possuir a verdade não é o suficiente, se não, qualquer discurso justo de uma classe oprimida sempre ganharia espaço na sociedade. Da mesma forma, uma informação que carrega um discurso voltado à população que seja pretensioso, erudito demais e arrogante atrapalha a comunicação, afasta o interesse, não desperta o gosto e deprecia a cidadania.

Intencionado na promoção da cidadania, Paulo Freire (1967) considera que a ignorância não é compatível com uma maior democratização. É imprescindível combater o analfabetismo, mas também a inexperiência de participação cidadã e ingerência desta, substituindo-as pela participação crítica. Somente através da participação crítica, que compreendemos aqui ser ação e fim da CCI, é possível a participação cidadã consciente,

capaz de optar e decidir. Se Freire pensava na alfabetização como um método ativo, com resultados rápidos, que também promovesse a tomada de decisão, a promoção da emersão da realidade, ligada à democratização da cultura, um ato de criação, co-criação e recriação, que “desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação” (FREIRE, 1967, p. 104), crítica e emancipadora, assim também pensamos a CCI.

Para Freire o exercício da cidadania está atrelado ao direito da palavra, do discurso, mas não somente isto, como um discurso que se converte em práxis e esta, como ação transformadora do mundo, busca mudar a realidade das cidades. “No fundo, o exercício da cidadania implica em dizer e desdizer o mundo” (FREIRE, 1994, p. 16). O silenciamento, para Freire, é oposto à cidadania. Para ele, o Brasil foi forjado na asfixia do direito de dizer, uma história na qual se percebe a negação do direito à palavra, mas também que, em certos momentos, diante da constatação de motivos de sua opressão e silêncio, assume o dever da luta e de dizer.

É preciso, então, diferenciar esta informação da informação/discurso comercial, que é puramente ideológico na medida em que trata de vender um modelo de vida. Ramonet atenta,

O intolerável é que nossa liberdade de cidadãos se veja constantemente limitada por esta agressão publicitária que sofremos quando estamos em contato com qualquer meio de comunicação ou simplesmente quando circulamos pela cidade, onde resta cada vez menos espaço público (RAMONET, 2003, p. 252).

A questão da cidadania está intimamente submetida ao sistema de entendimento do mundo, ao empobrecimento da noção de coletivo, ao embotamento da compreensão de que cada um de nós é sujeito dessa história mas também parte de um todo, um todo que não é só humano, mas que sustenta nossa vida. Esse descompasso do sujeito consigo, com o outro e com a natureza, é permanentemente alimentado por informações e discursos subsumidos ao sistema e a serviço dele. Ailton Krenak (2019) fala de como perdemos nossos vínculos com a natureza ao sermos engolidos pela ideia de “evolução” e pelo pensamento hegemônico eurocêntrico. Ele critica inclusive o falso resgate dessa preocupação com a natureza impresso na ideia de sustentabilidade, refletindo sobre

o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (KRENAK, 2019, p. 9 - 10).

Estas relações e a própria cidadania são constantemente manipuladas pela desqualificação do indivíduo como ser de pensamento crítico. Também constante é a etiquetagem do cidadão como um ser que possui coisas, para o qual adquirir coisas define seu lugar no mundo. Essa cidadania consumista alimenta a ânsia por produtos, a obsolescência programada, a objetificação, o acúmulo de capital, a alienação e o abismo social. Mais do que isso, é destrutiva para o meio ambiente e o próprio humano. Transformar cidadania em consumo alimenta a destruição do planeta, a exploração sem limites de mais matéria-prima, a busca incessante por novos produtos, que não apenas satisfaçam demandas mas que as provoquem.

Para citar o Boaventura de Sousa Santos, a ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade. Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões” (KRENAK, 2019, p. 23 - 24).

Se o papel da Coinfo e, mais ainda, da CCI é de capacitar o indivíduo para empregar adequadamente a informação, utilizando-a como ferramenta para a construção e manutenção de uma sociedade mais democrática, com sujeitos mais conscientes, críticos e em processo de emancipação, estão elas também atreladas à responsabilidade da expansão da cidadania e da participação cidadã. Promovendo a formação de um conhecimento que dê autonomia criativa e construtiva aos indivíduos, para que estes distingam entre verdades e não verdades, e então possam interferir na sociedade para a ampliação de sua cidadania e para as mudanças necessárias a uma sociedade mais justa, participativa e harmônica. Uma sociedade que adie o fim do mundo.

7.2 VERDADE?

Como já tratado, a atualidade carrega em si uma crise da verdade. O afogamento em informações, desinformação, manipulações, *fake news*, pós-verdade, *deep fake*, alienação, que emergem como a força das ondas, tirando os pés do chão e causando um mareamento no indivíduo, perdido à deriva dos poderes e interesses hegemônicos. Sempre foi difícil definir o que é a verdade, mais fácil definir o que não é. Mas esta crise de nau que perdeu a âncora, de

navio sem os lemes da ética, leva os indivíduos a uma cegueira tal qual, ou pior, a que Saramago (1996, p. 149) descreve e que é citada no início dessa tese. Repetindo propositalmente: “Porque foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem” [sic].

Essa cegueira, que Saramago tão bem descreve em seu romance, trata da alienação do ser humano de si mesmo e do outro, a alienação de sua própria humanidade. Cegos que não podem distinguir realidade e ficam confusos ante o que seria a verdade. E como bem colocou Franco Berardi em entrevista, “a solidariedade é a maior ameaça para o capitalismo financeiro. A solidariedade é o lado político da empatia, do prazer de estarmos juntos” (BERARDI, 2018, on-line). Enxergar o outro faz parte da saída de um mundo de manipulações e desinformação que mantém o *status quo*. Faz parte de retornar à realidade da humanidade do ser e fazer no mundo, do afeto, da solidariedade, do cuidado, da empatia. Ver!

A definição de verdade sempre foi um problema. Talvez seja impossível determinar com toda certeza uma verdade, principalmente ante as limitações humanas, históricas, culturais, cognitivas e materiais. Se é difícil definir verdades, que dirá A verdade. Não estamos aqui propondo que não exista verdade, muito menos julgando a capacidade de determinar verdades de uma maneira ampla, filosófica, matemática ou epistemológica, mas pensando a problemática das verdades na contemporaneidade e a banalização e confusão que o significado de verdade tem se tornado em nosso tempo.

7.2.1 A Verdade, a Ciência e o pobre indivíduo

Rendón Rojas (2008) discorre sobre uma das características da ciência: a de que seus conhecimentos são verdadeiros. “A ciência é um sistema de conhecimentos. O conhecimento é uma crença verdadeira e justificada; isto é, um estado do sujeito em que ele afirma ou nega algo sobre a realidade” (ROJAS, 2008, p. 87, tradução nossa). Porém, no mesmo texto, ele afirma que a ciência só investiga parte da realidade e o faz de uma perspectiva particular. Rojas sublinha que em Aristóteles e Tarsky a verdade é uma característica das afirmações que correspondem à realidade e a adequação de dizer como esta deve ser. Por outro lado, recordando a dialética de Hegel e Marx, o autor sublinha que é necessário distinguir entre verdade absoluta (aquela que não pode ser falsa sob as mesmas condições) e relativa (pode ser verdade nestas condições e falsa em outras). Essas afirmações colocam novamente a verdade

em um lugar difícil de determinar.

Para Rojas, o positivismo nas ciências humanas é um problema, pois nas humanidades é preciso considerar subjetividades individuais e coletivas. Acrescento intersubjetivas. Segundo o autor, é impossível obter o conhecimento através de uma visão reducionista, seja do tipo mecanicista, biologicista, psicologista ou cibernética. Por outro lado, o núcleo da ciência ataca-se com a verdade justamente por defrontar-se com a realidade (ROJAS, 2008, p. 71).

Rosa Rides e Rojas (2004) apontam três tipos de relação entre o sujeito e o objeto: a) a ação pertence ao sujeito – representada em Kant, Nietzsche e no construtivismo; b) a ação é do objeto – representada pelos mecanicistas que compreendem o conhecimento como um reflexo; c) a ação é dialética – tanto o sujeito quanto o objeto interagem dialeticamente, não existindo um passivo e um ativo, os dois necessitando da reciprocidade para que o conhecimento se dê. Aqui se enquadram Hegel, Marx, a Teoria Crítica que deles deriva e esta discussão.

Transversalizando essas concepções, os mesmos autores destringem o “problema da verdade” enumerando as diferentes concepções de verdade: Verdade como correspondência (Teoria da correspondência) – só é verdade quando o estado de coisas descrito é dado; Verdade como consenso (Teoria do consenso) – só é verdade quando há um acordo dentro da comunidade que a gerencia como verdadeira; Verdade como uso (Teoria Pragmática) – só é verdade se e somente se essa afirmação é útil para atividades práticas; Verdade como coerência (Teoria da coerência) – só é verdade se e somente se não é contraditório (RIDES; ROJAS, 2004, p. 15 - 16). Estas concepções ajudam a pensar nas relações com a verdade e o sentido de verdade.

Rancière (2002, p. 66 - 67) inicia a discussão sobre “O princípio da veracidade” com a seguinte frase: “Há duas mentiras fundamentais: a daquele que proclama eu digo a verdade e a daquele que afirma eu não posso dizer”. Proclamar dizer a verdade, de acordo com Rancière, não é possível, pois só temos a interpretação da verdade e a explicação reduzida e condicionada à linguagem. O autor afirma que o não posso dizer é a negação do que em si mesmo não pode lhe enganar, “volta a ti”, “o mal está em divagar, sair de seu caminho, não mais prestar atenção ao que se diz, esquecer-se do que se é”. A limitação da linguagem e do próprio ser humano é também a da verdade, o voltar a si é perceber o enviesamento humano que atravessa as “verdades”.

Divagar e afastar-se de sua realidade, sem prestar atenção ao que se diz, esquecendo dessa condição de humano é sair de seu caminho. Assim, o princípio de veracidade está no

coração da experiência de emancipação. Ele não é a chave de nenhuma ciência, senão a relação privilegiada de cada um com a verdade — aquela que o coloca em seu caminho, em sua órbita de pesquisador. É o fundamento moral do poder de conhecer (RANCIÈRE, 2002, p. 67).

Rancière coloca no indivíduo a veracidade e distingue veracidade de verdade. Para ele a veracidade é a descrição, o nome de um fato que enxergamos, que orbita a verdade, mas não se confunde com ela. A verdade não se dá aos seres humanos e existe independente deles, não se submete ao despedaçamento de nossas frases. “A verdade existe por si mesma; ela é o que é e não o que é dito. Dizer depende do homem; mas a verdade não depende”. Assim, dando voltas em torno da verdade de frase em frase, “a experiência de veracidade nos liga a seu núcleo ausente, nos faz dar voltas em torno de seu centro. Podemos, primeiramente, ver e mostrar verdades” (RANCIÈRE, 2002, 68).

Ainda conforme Rancière, orbitamos ao redor da verdade, criando parábolas, que raramente se cruzam, não tendo mais que pontos em comum. Cada indivíduo descreve seu vislumbre de verdade e é preciso entender que isso é apenas nomear e não explicar. Raramente os vislumbres, opiniões e parábolas coincidem, apenas se tocam em pontos comuns. Quando esses pontos se cruzam muitas vezes fixam uma “verdade”, obedecendo a teoria do consenso, e ali é suspensa a liberdade criativa. A questão para o autor é que o Ensino Universal propõe os caminhos a serem seguidos, sozinho o aluno poderia não seguir estes caminhos, seguir outros. O filósofo relata suas opiniões, seus caminhos, suas experiências e colhe no caminho algumas verdades.

Voltamos aqui à cegueira com Rancière (2002): “O essencial é não mentir, não dizer que se viu quando se manteve os olhos fechados, não contar senão o que se viu, não acreditar que se deu uma explicação quando tudo o que se fez foi nomear”. A consciência de ver em parte, de que a verdade não se descortina totalmente a nenhum indivíduo, traz uma humanidade à relação com a verdade e com a realidade. Essa consciência também faz o ser humano desconfiar e seguir curioso, ao mesmo tempo que lhe coloca em situação de mudar a realidade se esta o oprime e não simplesmente aceitá-la como uma verdade ou realidade dada e imutável. É uma relação de cuidado com a verdade, mas nunca de desprezo a ela.

Paulo Freire, ao tratar do método da Pedagogia Crítica possui uma perspectiva bem parecida e humilde.

Ao procurar conhecer cientificamente a realidade em que se dão os temas, não devemos submeter nosso procedimento epistemológico à “nossa verdade”, mas buscar conhecer a verdade dos fatos. Isto não quer dizer, contudo, que ao empenharmos no conhecimento científico da realidade, devamos assumir em face dela, como dos resultados de nossa investigação, uma atitude neutra. É necessário

não confundirmos a preocupação com a verdade, que deve caracterizar todo esforço científico realmente sério, com a tão propalada neutralidade da ciência, que de fato não existe (FREIRE, 1981, p. 78).

Se na ciência, que se caracteriza pela afirmação de que seus conhecimentos são verdadeiros, existe uma certa flexibilização do que é verdade e não existe consenso, imaginemos para o cidadão comum. Onde estaria a verdade neste tsunami de informações e “verdades”?

7.2.2 *Verdade ou realidade?*

E se pensarmos que a “verdade” foi apropriada pelo opressor, dono da verdade e por isso detentor do poder, para se manter acima e superior ao oprimido? Quantas vezes na história vimos religiões, estados e poderosos se revestindo do poder da “verdade” e se fazendo de baluartes ou canais da “verdade” para subjugar os demais? Seria possível um conceito de verdade universal? Seria possível definir, ainda que poucas, verdades universais?

Seria então uma saída para essa encruzilhada se, em vez de discutirmos A Verdade e as possibilidades de definir verdades ou relativizar tudo e a própria verdade, em termos puramente especulativos, a pensássemos em articulação com a realidade histórica? Não propondo aqui uma positividade, mas uma suspeita de que a realidade é palpável e talvez o mais próximo que podemos chegar do que seria uma verdade, sabendo que verdades que pretendem estar acima da realidade não são verdades de fato. Algumas verdades, entretanto, se apresentam como uma solução ou alternativa da realidade.

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é o suficiente: é necessário “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem, neste sentido, é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade. (GRAMSCI, 1978, p. 47)

É verdade que é eticamente indefensável que qualquer ser humano passe fome, mais ainda havendo alimento disponível ou condições concretas de produzi-lo e distribuí-lo. Contudo essa “verdade”, ou parábola da verdade, se quisermos remeter à Rancière, não muda a realidade de que pessoas ainda morrem de fome. A vontade de mudar a realidade ou propor realidades distintas das que se apresentam, não é sempre verdade, ou por apenas existir transforma a realidade, tornando-se verdade. Isso, não necessariamente, é algo ruim ou fora da

ética, pelo contrário, pode ser, se ético for, o caminho de mudança da realidade, mas sem a opressão da voz da verdade.

É, contudo, a partir dessa vontade e verdade, segundo Gramsci, que se dá uma direção concreta e racional à vontade, identificam-se os meios de realizá-la e contribuir para modificar a realidade de maneira mais frutífera. Esse movimento de mudança da realidade exige consciência, vontade e ação. A práxis passa pelo empenho de transformação da verdade das vontades de mudança, de recriar as realidades.

Marx e Gramsci apontam nesta direção ao propor o que chamamos de filosofia da práxis. Paulo Freire, inspirado nos dois pensadores, sublinha isso em sua proposta de pedagogia crítica, como já citado anteriormente, ao falar da co-intenção à realidade de educador e educandos, ambos como sujeitos na tarefa de desvelar a realidade e de re-criar o conhecimento (FREIRE, 1987, p. 31). É a re-criação da realidade, baseada na teoria, porém voltada para a prática.

Ater-se à realidade e em sua historicidade seria então uma maneira de aproximar a parábola da verdade. Mas como, nestes tempos de hiperinformação, desinformação, *fake news* e *deep fake* é possível conhecer a realidade histórica? Como isso era possível nos tempos antigos? Como perceber a realidade em sua complexa dinâmica se ela nos é apresentada e informada através de olhos que a enformam (a colocam em uma forma) de acordo com interesses hegemônicos? Se os livros de história contam a “verdade” dos vencedores, se as mídias falam das “verdades” que lhes interessam, se as crenças e ideologias escolhem a “verdade” que lhes conforta ou apraz, como pensar em Verdade?

7.2.3 As superestruturas da “verdade”

Gramsci pretendia que seu texto fosse um guia prático e direto para a esquerda italiana e não uma reflexão abstrata. Ao tratar do conceito das superestruturas (designação das práticas sociais, políticas e culturais pelas quais a classe dominante exerce seu controle sobre a sociedade como um todo) apoiado em Marx, Gramsci reelabora a concepção marxiana de Estado e introduz a noção de Estado ampliado. O Estado inclui suas instituições jurídicas e coercitivas associadas, mas também as instituições e práticas sociais e culturais usualmente associadas à ideia de sociedade civil, incluindo igrejas, escolas, mídias, imprensa, literatura, teatro, organizações sociais e bibliotecas, conjunto por ele denominado de aparelhos privados da hegemonia, que condensam e mantêm a hegemonia.

Em linhas gerais, o Estado ampliado é dominado e dirigido por um bloco histórico (composto por frações da classe dominante) que detém o poder econômico. Nesta conjuntura, para Gramsci, a dominação e o poder de coerção cabem ao estado político, e a direção, o poder de convencimento, aos aparelhos privados de hegemonia que influenciam cultural, moral e ideologicamente. Dominação e direção estão sempre em disputa entre as diversas classes e frações de classe. Em Gramsci a disputa em torno da hegemonia, desestabiliza a dominação que se reestabiliza através da negociação, sempre na intenção do bloco histórico em manter o status quo. Para uma nova hegemonia é preciso ganhar espaço através dessas pressões e negociações, no que Gramsci chama de “a longa marcha”.

Raber sintetiza o papel das superestruturas em Gramsci:

Seu papel é duplo: assegurar a reprodução histórica das relações capitalistas de produção e reduzir ou eliminar a necessidade de coerção estatal para alcançar esse objetivo, garantindo o consentimento do proletariado e de outras classes subordinadas quanto à legitimidade das relações de produção. A superestrutura é um aparato ideológico que é necessário e historicamente orgânico para uma dada estrutura. É a cola que impede que as estruturas capitalistas desmoronem devido às tensões geradas por suas contradições internas (RABER, 2010, p. 145. Tradução nossa).

Na trilha de Marx, Gramsci entende que as ideias que dominam e governam um momento particular da história são as ideias do bloco histórico que domina e governa tanto os meios e as relações da produção material quanto a espiritual. Para Gramsci a identidade de classe se tornou ambígua. Ambiguidade que ele percebe como um fenômeno social e psicológico, não somente econômico, determinado no contexto de estrutura de classe histórico. Gramsci aponta que as superestruturas influenciam a materialidade da realidade capitalista e que existem relações de negociação entre as superestruturas e os indivíduos para manter o *status quo* ou para a revolução. É nesse espaço que se molda o pensamento hegemônico e o conceito consensual de verdade ou a verdade como consenso.

Raber (2010, p. 146) destaca que, segundo Gramsci, “a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘liderança intelectual e moral’”. A verdade, ligada à ciência ou não, está normalmente atrelada às autoridades morais e intelectuais em algum nível. Para Gramsci (1982) cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, que desempenham na sociedade essa função; lembrando que não existe a categoria não-intelectuais. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Esta divisão é criada a partir da função social da categoria profissional dos intelectuais.

Se o operário é visto como um “gorila amestrado” (expressão utilizada por Taylor e criticada por Gramsci), por seu trabalho manual ou instrumental, mesmo neste trabalho, condicionado por determinadas condições e relações laborais e sociais, demanda “um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Gramsci está sendo crítico a essa divisão que, para ele assim como para Marx, Freire e tantos outros autores críticos, está atrelada à divisão do trabalho.

1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

2) Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como ex-pressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 1982, p. 3 - 5)

São exemplos de intelectuais para o autor: os empresários (que criam o técnico da indústria, o cientista da economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo direito etc.), os eclesiásticos (que carregam o título de uma estrutura histórica anterior), os intelectuais que Gramsci chama de “tipo tradicional e vulgarizado” – literatos, filósofos, artistas. Gramsci aponta como exemplo do tipo vulgarizado de intelectuais “os jornalistas – que creem ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais”. (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Gramsci referia-se nessa passagem à imprensa conservadora de sua época, numa crítica irônica que poderíamos desdobrar ao papel atual desempenhado por certos jornalistas e comentaristas da mídia corporativa, intelectuais do “tipo tradicional e vulgarizado”, pretensos detentores da verdade, na verdade, *experts* em desinformação e manipulação das realidades para direcionar ou moldar as verdades consensuais.

Como saber, por exemplo, a realidade das guerras e do povo na Síria ou no Iêmen, se só conhecemos delas o que nos chega através das mídias?

Como já descrito anteriormente, a mídia segue padrões de desinformação que afastam os leitores da verdade ou realidade através de filtros que determinam quais informações são “importantes” e devem ser passadas adiante e quais não. E que esses filtros são gerenciados, antes de tudo, pelo capital, pelo que interessa ao capital, o que dá mais lucro e reduz mais custos, no menor intervalo de tempo possível. Desta maneira o poder hegemônico controla as

“verdades” e os indivíduos, em sua maioria, passam orbitar em torno de não realidades, ou de fragmentos estrategicamente selecionados de realidade, crenças que sabem a verdade ou confusos com o que é a verdade.

A título de ilustração, Serrano (2010, p. 33) reproduz em seu livro a narrativa do escritor Santiago Alba, que relata com ironia a maneira como a guerra no Iraque (1991) foi transformada em entretenimento. A ironia vem da pergunta sobre o que interessa primeiro, o entretenimento ou a morte dos filhos e a apropriação do petróleo?

Enquanto nos distraímos vendo pela televisão como os EUA bombardeiam o Iraque, matam seus filhos e se apoderam do seu petróleo, os EUA aproveitam para bombardear o Iraque, matar seus filhos e se apoderar do seu petróleo. Ou será o contrário? Enquanto os EUA bombardeiam o Iraque, matam seus filhos e se apoderam do seu petróleo, nós nos distraímos vendo pela televisão como os EUA bombardeiam o Iraque, matam seus filhos e se apoderam do seu petróleo” (ALBA *apud* SERRANO, 2010, p. 33 - 34).

A realidade das mortes é obliterada pelo espetáculo luminoso dos artefatos que cruzam o céu de Bagdá, historicamente marcada como a primeira guerra televisionada ao vivo. A linha informativa é claramente traçada por quem tem o poder no mundo. É esse lado poderoso que determina quem é o inimigo, o crente ou herege, o bom ou o mal, o certo ou errado, o justo ou injusto, a mentira ou a verdade. Essa supremacia ocidental, anglofônica, branca, patriarcal, machista, racista, fóbica, sobre as informações midiáticas e até acadêmicas, força ao “resto” do mundo sua visão da verdade, ou do que pretende que seja visto como verdade (e aí há um peso negativo proposital na escolha da palavra resto). As maiores agências de notícia são exemplos desse mecanismo.

Segundo a Forbes, “das 25 maiores empresas de tecnologia, 15 são norte-americanas, com oito delas no Top 10: Apple, Microsoft, Alphabet, IBM, Intel, Cisco Systems, Oracle e Facebook” em 2017. Em 2016 no *ranking* das maiores conglomerados de mídia do mundo, na mesma revista, estavam: Google/Alphabet, Disney Corporation (que detém além das marcas com o nome a abc, a ESPN e a Marvel), Comcast NBC Universal, 21st Century Fox, Facebook, Bertelsmann (alemã), Viacom, CBS Corporation, Baidu (o “facebook” chinês) e a News Corporation, a maioria com sede nos Estados Unidos da América.

Essa visão de mundo que se impõe e domina as informações mais propagadas, escolhe a lente que utiliza para mostrar ou julgar os periféricos, os outros, o resto e a si mesma com “verdades”. Um exemplo disso é a perspectiva utilizada a respeito dos direitos humanos. Quando os EUA e seus aliados da Otan invadem em guerra um outro país, suas atrocidades são vendidas como necessárias para a recuperação da democracia e da liberdade. *Guantanamo* foi por muitos anos um silêncio para os direitos humanos; os mísseis norte-

americanos e de seus aliados que atingiram escolas ou bairros residenciais ao redor do planeta foram erros técnicos – perdas calculadas da guerra; as crianças mutiladas por minas são consequências da falta de organização dos governos que assumiram depois da libertação. Assim a intervenção é vendida, sempre como o bem, como a paz.

Por outro lado, escutamos recentemente, com eloquência, como era uma violação o governo cubano ficar com parte do pagamento destinado aos médicos cubanos que trabalhavam no Brasil no programa Mais médicos. A ponto destes médicos deixarem o país sob aplauso de rejeição de parte da população. Mas quanto foi ouvido dos cubanos que aqui estavam? Quais relatos vieram à tona? Quantas pessoas que atacavam com veemência o projeto sabiam, de fato, quanto do salário era destinado ao governo e por quê? Esse “lado” da história ficou obscuro. Da mesma maneira, quais informações mais chegam ao grande público sobre o conflito Israel/Palestina? Quando estas informações chegam vem normalmente sem contexto nem antecedentes. O objetivo é assistir aos acontecimentos e não compreender. Informar sobre tudo, mas sem inteirar de nada ou quase nada.

Outro exemplo oferecido por Serrano (2010, p. 41) é a diferença de tratamento dado à informação sobre as mortes por escassez na China e na Índia na segunda metade do século XX. Os dois países tomaram caminhos econômicos e políticos diferentes, porém, no caso da China é atribuído ao comunismo a escassez que assolou o país nos anos de 1958 e 1961. No entanto, a Índia teve 3,9 milhões de mortes adicionais em relação à China, partindo de condições básicas bem semelhantes. A cada oito anos teriam morrido na Índia mais pessoas do que no período de escassez chinês. Contudo, as mortes na China são constantemente atribuídas ao comunismo, enquanto as mortes na Índia não são relacionadas ao capitalismo ou à democracia. A mesma relação é suprimida nos países da África assolados pela fome. A ideia propagada é que o comunismo gera escassez e mata, o capitalismo não. Esse tipo de escolha nas informações não conduz o cidadão a uma avaliação justa dos fatos, da realidade.

Em tempos de crise da verdade e autoengano, a informação que aparece é, quase sempre, resumida, simplificada. São as manchetes das notícias, chamadas, os *leads*³⁸ (o lide) e, cada vez mais, as informações que chegam através das redes sociais digitais, nestas ainda proliferam os *clickbaits*³⁹. De acordo com Gottfried e Shearer (2016 *apud* ALLCOTT E

38 No jargão jornalístico, “lide” é a primeira parte de um texto jornalístico que fornece as informações essenciais e básicas da matéria. Costuma responder as seis perguntas primárias do jornalismo – o que, quem, quando, onde, como e por que? Tem duas funções essenciais: prender a atenção do leitor e/ou passar a informação pretendida, mesmo sem a leitura completa do texto.

39 Iscas de cliques que utilizam chamadas ou imagens que usam apelos de segredo, sensacionalismo, promessa de solução, senso de urgência ou curiosidade para compelir ao clique. Em geral são vazios, engodos ou só cumprem parte do prometido mediante inúmeras condições

GENTZKOW, 2017, p. 213), 62 por cento dos adultos norte-americanos recebem notícias nas mídias sociais. No Brasil, uma pesquisa realizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, publicada em dezembro de 2019, aponta que 79% dos brasileiros afirmaram receber notícias pelo WhatsApp, seguido de canais de televisão (50%), YouTube (49%), Facebook (44%), sites de notícias (38%), Instagram (30%), rádio (22%), jornais impressos (8%) e Twitter (7%). Os números demonstram a nova supremacia das redes sociais com acesso livre cedido por operadoras de celular. A pesquisa foi feita com amostra de 2400 pessoas, reproduzindo a composição da população. Segundo os autores, o nível de confiabilidade é de 95%.

A maior parte dessas pessoas não possui banda larga ou planos ilimitados de telefonia, deste modo seu acesso à informação é constantemente restrito ou resumido a informações sumárias e impactantes que circulam pelo WhatsApp ou Facebook, sem contexto. Ainda que o usuário tivesse motivação para conferir as fontes e confrontar versões, esta estaria limitada por questões de custo e gasto de seu pacote de dados. Acumulando-se a este panorama ainda temos as técnicas de *microtargeting*⁴⁰ e a obscura lógica algorítmica do Facebook e do Google, formando as bolhas informativas, retroalimentando visões de mundo, fomentando as dicotomias e a falta de diálogo.

Esta realidade des/informacional, dominada pelos poderes hegemônicos, as superestruturas e os aparatos que a formam, na qual a informação é na maioria das vezes mediada pelas grandes corporações midiáticas, e onde o indivíduo é afogado em um mar revolto de informações indistintas ou taticamente direcionadas, cria um terreno absolutamente instável onde a verdade e mesmo a realidade perdem sua aderência e importância e passam a ser relativas a ponto de criar uma crise do próprio conceito de verdade ou realidade. Há três décadas Baudrillard já denunciava parte da lógica interna dessas cacofonias:

Quando a informação se confunde com sua fonte, com o acontecimento (virtual), produz-se, como para as ondas sonoras, uma microfonia, um efeito gigantesco de confusão e incerteza. Quando a demanda de acontecimentos é máxima [...], produz-se um efeito de hipersensibilidade às condições iniciais, um efeito de ressonância e turbulência incontrolável. (BAUDRILLARD, 1993, p. 151).

A emoção, a hipersensibilidade ou a insensibilidade, alimentadas também pela desinformação, são, como já exposto, mecanismos que acabam por confundir as noções da realidade ou aderir “verdades” aos indivíduos. Se a emoção que é sentida ao se defrontar com uma informação é verdadeira, a informação parece verdadeira, criando um vínculo forte entre

40 Através de dados, o *microtargeting* relaciona os tipos de produtos que combinam com o público-alvo garantindo melhores resultados. Usam os algoritmos que revelam suas características mais íntimas e seu perfil psicológico e têm uma aplicação poderosa: bombardear você com mensagens publicitárias e não publicitárias, ajustando essas mensagens para torná-las mais interessantes e mais relevantes para o público-alvo.

sentimento e crença, sobretudo se a emoção é intensa, não importando se o recorte da realidade que gerou aquela informação seja, de fato, um retrato da realidade ou uma construção deliberada (ou não) da realidade, uma “ficção”.

Se a informação coaduna ou reforça crenças e vínculos afetivos, positivos ou negativos, de reforço ou rejeição, mantendo o indivíduo em sua zona de conforto, maior ainda será a atribuição de valor de verdade àquela informação. Desta maneira, uma desinformação, boato ou *fake news* que corrobora as crenças individuais são, naturalmente, mais aceitas e creditadas, levando a sectarismos e fanatismos. O culto à imagem agrava essa situação.

A escolha da linguagem utilizada, bem como da imagem, também conduz o interlocutor. A linguagem e quem a profere conferem à informação autoridade. Além disso, a escolha das palavras nunca é neutra e pode incluir ou excluir informações, como já visto. Um exemplo disso que Serrano (2010) também aponta como método de desinformação é a substituição da divisão de classe nos discursos pelas divisões de raça, gênero ou idade, como se essas divisões movessem mais a opinião pública que as classes. A linguagem escolhida também cola etiquetas positivas ou negativas nos assuntos, grupos, indivíduos ou fatos sem explicar o porquê.

Essas características hegemônicas das mídias, indústria cultural e informações se repetem também nas relações informacionais de cada país, adequadas a cada cultura e até mesmo aos regionalismos. Destas maneiras as superestruturas conformam os sentidos de verdade, exilando o cidadão comum da discussão e da realidade, dos fatos; embotam a visão dos indivíduos e lhes amputam a possibilidade de confronto e crítica sobre as informações. As “verdades” informacionais hegemônicas funcionam como antolhos para os cidadãos comuns.

Não estamos aqui afirmando que estes não possuem nenhuma crítica ou desconfiança, que não enxergam nenhuma realidade. De forma alguma. Mas, ante toda a situação desinformacional descrita nesta tese, ante toda orquestração hegemônica do que saber e do que não saber, pensando nas superestruturas e nos aparatos da hegemonia, incluso neles as escolas, clubes, grupos sociais etc., como o cidadão comum, ou até mesmo o mais douto, pode não vivenciar uma crise da verdade?

7.2.4 Deixando de remar na beirinha

A manipulação e controle da informação e do acesso crítico a esta, mesmo que disfarçada de informação disponível, rouba dos indivíduos sua liberdade de pensar, pensar

criticamente, ferindo a ontológica e histórica vocação do humano – a do ser mais, a do conhecimento e do aprendizado.

Seria possível ao senso comum, diante desse mar de informações, tão manejado, deixar de navegar apenas na espuma da beira, que lhe é vendida como segura, e mergulhar, mar a dentro, sem boias ou escafandro, a fim de pescar a realidade, criando sua própria órbita individual livre, emancipada, em torno da verdade, como coloca Rancière?

Definitivamente não é tarefa fácil nem confortável. A educação padrão, formal e informal, como já visto, não costuma dar segurança e vontade para correr os riscos da liberdade de pensamento, do mergulho. Nesse regime educacional, e porque não dizer, social, os indivíduos são forjados como quase robôs, treinados e instruídos para o sistema e para o trabalho, sem estímulo ao pensamento crítico. São acostumados a receber “verdades” através de discursos de autoridade, reforçados nas instituições de ensino e meios de comunicação. A frase popular da caserna traduz esse espírito muito bem: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, demonstrando a influência da hierarquia coerciva no Brasil e na escola, principalmente durante a ditadura militar.

Se Freire já acusava o excesso de hierarquia, opressão e falta de estímulo ao pensamento crítico e à autonomia nas escolas de sua época, denominado-as de educação bancária. A perseguição à Escola Nova, aos projetos de educação de Paulo Freire (e a ele próprio) e aos métodos e professores progressistas durante a ditadura, reafirmaram a educação bancária na maioria das escolas. Além disso uma influência militar nas escolas que resistiu ao tempo e que retorna hoje nos projetos de militarização das escolas. No portal do MEC o anúncio é de que está “prevista a implementação de 216 colégios até 2023 – 54 por ano, a começar por 2020” (BRASIL, 2019). No portal do governo (.gov) o projeto da escola cívico-militar é explicado (PERA, 2019, on-line). Na mídia em geral o assunto também é bastante discutido⁴¹ e na academia, em busca no Google Acadêmico por “militarização das escolas”, foram recuperados mais de 300 resultados (a maioria com data superior a 2018).

Gramsci já apontava que essa relação professor/aluno ou intelectual/indivíduo não é, na maioria das vezes, emancipada ou emancipadora:

41 Exemplos de aparições do assunto sob diversas perspectivas aparecem na rede, por aparição no Google. Disponíveis em: <https://ubes.org.br/2019/10-problemas-graves-no-projeto-de-bolsonaro-para-militarizar-escolas/>
<https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-das-escolas-publicas-no-brasil-um-debate-necessario/>
<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/03/militarizacao-das-escolas-pode-confundir-politicas-de-educacao-e-de-seguranca-publica/>
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/>
<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/o-que-ninguem-fala-sobre-a-militarizacao-nas-escolas/>. Acesso em: nov. 2020.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Assim como Freire, que ao denunciar que os professores, mesmo os bem-intencionados, acabam por executar a educação bancária e os depósitos desumanizantes, porém alerta, esperançoso, que nestes depósitos também se encontram as contradições que podem ser confrontadas com a realidade.

Reafirmando com Paulo Freire (1987, p. 38), que é na educação dialógica, problematizadora e emancipadora que criticamente se desvela a realidade. Concordando com Marx, Gramsci e Freire, seria então o desenvolvimento de uma educação, formal e/ou informal, emancipadora e crítica o caminho para conferir ao cidadão a curiosidade e coragem necessária ao mergulho emancipado em busca de sua própria órbita da verdade. Não uma “verdade” pessoal e individual baseada em emoções e sentimentos, porque essa seria, em grande parte, guiada pela hegemonia e emoções, mas uma órbita da verdade no seu caminho singular desvelar verdades particulares de uma realidade universal concreta, isto é, comum.

Mas como colocar essa educação em prática? Se as distopias da informação, alimentadas e fortalecidas por diversas modalidades de desinformação, em ampla e acelerada circulação – *fake news*, boatos, *firehosing*, *deepfake*, teorias da conspiração etc. – adquirem a forma de pós-verdade, ou seja, de uma opinião pública cada vez mais refratária à ciência e ao pensamento crítico, qual seria a resistência possível?

Na contemporaneidade alguns projetos têm se apresentado como instrumentos para combater esses problemas informacionais: *Media and Information Literacy (MIL)*, traduzido para o português como alfabetização midiática e informacional; *Information Literacy*, traduzida como Competência em Informação (COINFO); e *Critical Information Literacy*, traduzida como Competência Crítica em Informação (CCI). Não propomos aqui uma hierarquia, mas uma aplicação e organização prática destas resistências. Pensando em seu fomento, ensino e fortalecimento, relembramos rapidamente cada uma.

A União Europeia uniu um grupo de especialistas para propor iniciativas no combate a esses fenômenos no ambiente online. O relatório produzido pelo grupo (HLEG, 2018) destaca a MIL como um esforço para aumentar a conscientização e a compreensão das informações e mídias, das tecnologias digitais e da análise de dados, defendendo a necessidade de se implementar a capacidade de lidar com estas informações e usá-las de maneira mais cidadã e ética.

A UNESCO, na área de Comunicação e Informação, priorizou a *MIL* (AMI) como uma das principais linhas de ação no combate à desinformação, lançando inclusive metas de fomento desta habilidade. Em sua página na internet, a UNESCO explica que a competência em informação e a midiática são comumente vistas como áreas distintas, mas que a instituição estrategicamente as uniu.

Em um manual de alfabetização midiática e informacional voltado para a formação de professores, publicado pela UNESCO, lemos que

Um importante pré-requisito para o empoderamento dos cidadãos é o esforço concentrado para aprimorar a alfabetização midiática e informacional – habilidades que auxiliam no fortalecimento das capacidades críticas e de comunicação que permitem aos indivíduos utilizar as mídias e as comunicações tanto como ferramentas, quanto como uma maneira de articular processos de desenvolvimento e mudança social, aprimorando a rotina cotidiana e empoderando as pessoas para que influenciem suas próprias vidas. (WILSON et al., 2013, p. 38)

Coinfo e CCI, já apresentadas longamente nesta tese, incluindo novos desdobramentos teóricos e abordagens pensadas sob o viés brasileiro, sob a perspectiva freiriana são encaradas aqui como necessárias a esta possível resistência. Sublinhando a CCI que volta-se essencialmente para a emancipação do sujeito, especialmente dos grupos socialmente oprimidos e explorados, através de uma educação dialógica, onde educador e educando compartilham conhecimento e aprendizado em um ciclo crescente, sob uma epistemologia que situa o conhecimento racional em termos históricos e dialéticos, ou seja, não existe conhecimento, incluindo o conhecimento científico, que não seja atravessado pela história, pela política, pela economia, pela cultura, restando a neutralidade axiológica uma quimera, quando não um embuste conservador.

Assim, a CCI está preocupada, antes de tudo, com a crítica em relação à produção e ao uso social da informação, buscando formas de fomentar o pensamento crítico do usuário/cidadão (e diagnosticando as razões da sua ausência) nas práticas de busca, hierarquização, acesso, uso, compreensão etc. da informação, contribuindo para o exercício de sua cidadania, autonomia e emancipação. Sob esta perspectiva, a CCI precede e atravessa a COINFO e a MIL, não hierarquicamente, mas porque não se separa das outras e é necessária para que as outras se transformem em *práxis* e sejam críticas.

A realidade social objetiva, é produto da ação dos seres humanos, não é acaso nem se transforma por acaso. Sendo produtores desta realidade e condicionados também por ela, transformá-la é tarefa histórica dos seres humanos. Para isso é importante conhecer a realidade, criar sua órbita em torno da verdade. É importante que o indivíduo, relacionando-se

mais autonomamente com a informação, possa mergulhar no tsunami de des/informações e emergir de lá com alguma consciência da realidade e visão da verdade.

É a crítica que possibilita a práxis conjunta à consciência. Investir na criticidade dos indivíduos, em uma relação mais resistente à enxurrada de informações, mais consciente dos mecanismos de desinformação e, portanto, mais desconfiada em relação às *fake news*, boatos e “verdades”, torna-se vital para a sociedade contemporânea. Sem esse investimento, viveremos em uma sociedade crescentemente descolada da verdade, conseqüentemente da ética. Ao ser ultrarrelativizada a verdade na pós-verdade, relativiza-se também a ética, uma vez que a crença e o próprio pensamento já não são mais guiados pela razão, mas por emoções, crenças e interesses particulares.

Pensando na condição informacional da atualidade, Martins (2007) aponta a “situação espiritual do nosso tempo” como “angustiante” e a configura como “uma crise geral do sentido”, considerando-a também como uma “crise geral dos valores”. Perde-se aderência com a verdade e a ética, ora um, ora outro descolamento provocando o sequente. A crise vem da dificuldade, ligada ao descolamento da ética, em se distinguir o que é verdadeiro do que não é, distinguir os valores atrelados à degradação da informação. No limite, o próprio convívio social é impossível sem nenhuma confiança em parâmetros compartilhados de realidade, conduzindo à deterioração das relações inter-humanas.

No âmbito da academia, cabe o cuidado de perceber que as mesmas forças hegemônicas que orquestram a desinformação não seriam tão eficazes em combatê-la. É preciso olhar, não com ceticismo, mas com certa desconfiança para essas ações, para as suas definições e, principalmente, para a “verdade” que apregoam. Nesse sentido, e para a promoção da cidadania ampliada, o fomento prático e teórico à Competência Crítica em Informação torna-se fundamental.

7.3 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA – SOB A LÓGICA FREIRIANA

Se as distopias informacionais, alimentadas e fortalecidas pela desinformação, incluem as *fake news*, os boatos, a pós-verdade, a pós-realidade, *deepfake*, enfim, os deslocamentos da verdade ou da realidade, quais seriam os mecanismos de resistência?

A Australian and New Zealand Institute for *Information Literacy* – ANZIIL (2004, p. 4), aponta a necessidade da crítica quando afirma que: a competência em informação é pré-requisito para participação cidadã; inclusão social; a criação de novos conhecimentos;

empoderamento pessoal, vocacional, corporativo e organizacional e aprendizado para a vida. Uma dimensão social e subjetiva, que é construída através de uma relação dialógica do indivíduo com a informação, através do pensamento crítico e reflexivo, mais aos moldes do que defendia Paulo Freire. Fica evidente então a importância da CCI para que o indivíduo compreenda as implicações informacionais atuais da cultura dos algoritmos e o uso dos dados que são coletados a partir de seu cotidiano às manipulações que são feitas a partir do uso da desinformação, *fake news* e boatos.

Sendo possível desenvolver sua Competência Crítica em Informação, o cidadão fica mais apto a lidar com a informação em geral e com a digital. Considerando as consequências e usos de seus dados, sua relação com as corporações digitais e com o próprio mundo digital e informacional. Não é tarefa fácil, uma vez que obviamente não é interessante para este ecossistema que as pessoas que o alimentam tenham total ciência disso e do quanto estão alienando suas características, ações, localização, hábitos, ideologias e até sentimentos.

A Competência Crítica em Informação é, então, uma possibilidade de reação ou resistência às forças dominantes e opressoras. Um aprendizado que prepara e conscientiza o cidadão sobre os riscos e importância dos dados, informação e conhecimento, e da disponibilidade destes. Além da consciência, saber buscar, verificar, analisar, utilizar e repassar a informação de maneira crítica, ou seja, pensando em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e utilizando o que aprende continuamente ao longo da vida, de maneira a desenvolver sua autonomia e seu pensamento crítico.

A CCI está preocupada, antes de tudo, com a crítica em relação à informação, ou seja, o pensamento crítico do usuário/cidadão, perpassando a busca, hierarquização, acesso, uso, compreensão etc. da informação, contribuindo para o aprendizado emancipatório, seu ser e fazer no mundo, ou seja, para o exercício de sua cidadania. Trata-se também de um conjunto de habilidades construídas ao longo da vida em aprendizado constante, que modifica a visão de mundo, a relação com a realidade e de si, de quem a desenvolve. Desta maneira a CCI está intimamente conectada e alinhada com as práticas pedagógicas de Freire.

Ao longo da vida social e acadêmica medíocre, no sentido de comum, mediana, vários conceitos são adquiridos e travestem-se de crítica e pensamento individual. Contudo, o gosto pelo conhecimento, o maravilhar-se, a curiosidade científica e filosófica, a desconfiança, não são estimulados, como criticava Paulo Freire, e como já posto ao longo desta tese. Como então fomentar a CCI para que o indivíduo conquiste o caminho de sua autonomia e da resistência?

Freire nos indica um caminho educacional como esperança, um caminho a ser aberto

para a cidadania. Se a cidadania garante a educação, a educação para a cidadania estimula o exercício da cidadania e a consciência cidadã. Contudo, na Sociedade da Desinformação, acreditamos que se faz necessário acrescentar as dimensões da CCI, a consciência e pensamento críticos, ante a desinformação e a multidão de informações que nos assolam para que seja possível, então, resistir às armadilhas da desinformação e à alienação exacerbada por ela. A CCI passa a ser fundamental para a resistência a esta realidade, para a transformação desta realidade e a emancipação e liberdade dos sujeitos e da sociedade. Pois é ela a junção entre saber lidar com as informações, de um modo geral, e a perspectiva crítica, atenta a todas suas dimensões.

Sob a lente de Freire é a partir do próprio trabalho que os sujeitos precisam construir sua cidadania. Cidadania esta que não pode ser construída apenas sobre bases técnicas, mas sob um fazer político em favor da recriação social mais justa e humana. Deste modo, as pessoas que desenvolvem a CCI, o corpo teórico, as práticas de promoção, a pesquisa e o ensino da CCI, que pretendem os mesmos valores, precisam não tratar de maneira vaga os conceitos que herdaram de Freire. Uma CCI que pretende a transformação está preocupada com as mesmas questões da Pedagogia Crítica.

Desta maneira, emprestando o que Freire (1996, p. 63 - 64) aponta como nortes de sua prática como professor crítico, trazemos estes direcionamentos para a CCI:

A práxis da CCI precisa perceber que, por não poder ser neutra, sua prática exige definição, posicionamento, decisão e ruptura. Tanto por suas raízes na Teoria Crítica quanto na Pedagogia Crítica, é preciso que a práxis da CCI e seus promotores assumam suas perspectivas e historicidade, até para que seu interlocutor sabendo disto aguace sua percepção crítica. Também por uma honestidade que não adere ao sectarismo ou ao discurso de ódio, mas promove o diálogo e a co-criação do conhecimento, sempre em movimento de ruptura com as maldades do mundo, se posicionando contra as injustiças e perseguindo a mudança social, ainda que isto signifique seu suicídio de classe.

Assim, não pode ser vaga em sua determinação humanista, que precisa correr em suas veias. A CCI precisa ser a favor da dignidade, da liberdade e ser contra o autoritarismo. Precisa, mais que isto, promover a dignidade e a liberdade de maneira generalizada, de humanos, da natureza, da própria Terra. Precisa estar engajada na luta contra o autoritarismo, a cegueira, a falta de empatia e solidariedade, contra a apatia, objetificação e sujeição, contra aquilo que eleva e promove uns privilegiados e engessa mais abaixo outros. Precisa lutar pela democracia e cidadania, e ser contra qualquer ditadura ou opressão. Ser contra a dominação, exploração e a miséria.

Precisa ser contra qualquer forma de discriminação e lutar por isto. Daí a importância de promover e desenvolver as dimensões 9 e 10 da CCI, assumindo que a configuração opressora do mundo possui opressões distintas que se acumulam além da classe. Jogando o holofote sobre as heranças, práticas e naturalizações das opressões patriarcais, machistas, racistas e étnicas. Não aceitando estas discriminações e lutando para que elas sejam percebidas e superadas.

Ainda que diante de uma realidade difícil, precisa ter e apregoar esperança. A práxis da CCI não pode aderir ao desengano que consome e imobiliza. Precisa estar atenta às conformidades maldosas do mundo e apregoar a crítica sobre elas. Mas em contra ponto, precisa ser encantada com a boniteza (como dizia Freire) de sua própria prática e zelosa como o saber que deve ensinar, brigar por este saber, lutar pelas condições materiais necessárias para fazê-lo.

Para a formação e ensino de CCI é preciso estar capacitado, tentando atualizar-se e reciclar-se sempre, para acompanhar as mudanças contemporâneas. Ter preparação científica mas sem arrogância, pelo contrário, mantendo sempre a humildade, para que a boniteza não se esvaia de sua prática por ser arrogante e desdenhosa do outro. É preciso estar alicerçada na ética, dar testemunho ético ao ensiná-la, ter coerência entre o que é dito, escrito, ensinado e o que se faz. Ensinar CCI é transbordar o respeito ao outro e a seu saber, ainda que este saber seja pensar ingênuo, é a busca da superação feita em parceria com o outro. É preciso paixão.

Tendo a Competência Crítica em Informação como uma perspectiva teórica, que nasce na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, mas que está em sintonia com diversas outras disciplinas que têm buscado soluções para os problemas informacionais que se avultam. Sublinhando também a necessidade de que a CCI se debruce analiticamente sobre a Ética enquanto disciplina, não apenas no que se refere ao uso e propagação éticos da informação, mas também às relações humanas e no mundo. Para compreensão e apropriação da política, cidadania e da informação. Para burlar, entender, resistir e reagir aos mecanismos hegemônicos que embotam, escondem e distorcem a verdade, promovendo o pensamento crítico, consciência crítica e comportamento crítico.

Assim, na busca da promoção da autonomia a práxis da CCI promove também a crítica, a criatividade e o empoderamento (no sentido freiriano) para que pessoas, que se sabem sujeitos da história, possam interferir na sociedade impulsionando, através da sua prática cidadã, a ampliação da cidadania e mudanças necessárias à uma sociedade mais justa e participativa. Buscando em cada indivíduo os temas geradores, que nascem também das incertezas, dúvidas, angústias, curiosidades e vivências deste, em dialogia sempre, o ensino e

ou promoção da CCI se aproximam das práticas da Pedagogia Crítica. Uma promoção que pode, e deve, começar nas salas de aula, agregando-se às disciplinas convencionais, promovendo a passagem do pensamento ingênuo para o epistemológico, transformando as relações com as informações em sala de aula e as práticas de vida. Atendendo a premissa de Paulo Freire de que o reconhecimento crítico da sociedade, quando verdadeiro, conduz a uma transformação da realidade objetiva.

Educação esta que não seja de forma alguma de cima para baixo, replicando a educação bancária, por mais difícil que seja quebrar esses padrões. Daí também a possibilidade do ensino de CCI se dar nas escolas, desde sempre, mas também na educação fora delas, na educação informal e não formal, em dialogia, desenvolvendo uma práxis crítica. Assim, a relação com a informação e o conhecimento, passa a ser focada, como em Freire, em atos de cognição e não de transferência. Sob este prisma, na atualidade, a incorporação da CCI nos currículos da formação de profissionais da informação e comunicação e da educação, mas também nas escolas em geral, pode contribuir com a resistência à desinformação, *fake news*, boatos e muitas das distopias informacionais.

A CCI nasce da aproximação com a pedagogia de Freire e a crítica a subsunção ao ensino bancário no ensino da Coinfo. Assim como Freire em seus livros, Elmborg (2012), convida a refletir sobre a problemática da relação ensino-aprendizagem quando não são considerados os conflitos culturais, sociais e históricos que perpassam e moldam nossa relação com a informação e o conhecimento.

A promoção da CCI precisa estimular o desenvolvimento do conhecimento com potência de absorção, gosto, rigor e criticidade. Precisa estimular uma relação dialógica e dialética com a informação, que seja capaz de experienciar, associando cada informação às suas vivências e conhecimentos anteriores, confrontando-os, complementando-os ou confirmando-os criticamente. Na educação para a CCI, cabe ao profissional ou mediador da informação facilitar a ponte entre realidade e informação, compreendendo e considerando os entraves ao desenvolvimento da crítica e da CCI. Acreditamos que uma formação que inclua a promoção da CCI, também no contexto educacional, possibilita a expansão da participação cidadã, atenta à disseminação de *fake news*, boatos e desinformação, confrontando também o estado de pós verdade.

Em consonância com a perspectiva freiriana, a CCI pode colaborar com uma nova postura dos sujeitos ante a Sociedade da Desinformação e os problemas de seu tempo e espaço. Conduzindo a uma curiosidade que busca informações avaliadas e avalizadas, mediante critérios preestabelecidos e críticos, que se distinguem e freiam a desinformação.

Em lugar da mera replicação e repetição de informações desconectadas da sua realidade, promove a crítica e a consciência cidadã. Em consequência auxilia na promoção de políticas informacionais que facilitem a resistência às distopias informacionais, mas que também considerem a CCI do público-alvo.

Consideramos que a promoção da transparência informacional e do acesso cidadão às informações e dados precisa considerar a capacidade deste indivíduo de interpretar e utilizar estes dados. Isso quer dizer que, não basta apenas disponibilizar informação e criar políticas informacionais, mas é preciso considerar a disponibilização destas, e de seus dados, ao máximo de cidadãos possível, inclusive com mecanismos que aprimorem a CCI destes cidadãos, para promoção também de participação política cidadã. Se Freire em sua época se preocupava com a alfabetização da população para que esta pudesse compreender seu lugar no mundo, se apropriasse de seu fazer no mundo e pudesse se posicionar e interferir politicamente em sua realidade, hoje, a CCI é essencial para que a população alcance estas metas.

Outra questão que é importante para Freire é o maravilhar-se. É preciso para o desenvolvimento do pensamento, conhecimento e comportamento crítico, o encantamento, no bom sentido, pela informação, o gostar de aprender, de ser curioso, de buscar conhecimento. Da mesma forma, para a CCI é preciso despertar o gosto pela informação e não pela desinformação, porque os sentimentos interferem na maneira que buscamos, aceitamos e absorvemos a informação. Se é na parte sensível da percepção que se dá o gosto por esta ou aquela informação, aproximando a informação que é útil, mas também conferindo vulnerabilidade à informação distorcida, manipulada e falsa, é também aí que a CCI precisa atuar resistindo a desinformação, para que esta ali não encontre terreno fértil.

Com estas premissas e posicionamentos a promoção da CCI é também promoção da resistência. Resistência esta que aprimora a relação com a informação, mas também com o mundo. CCI que promovendo o pensamento, consciência e ação críticas, reage às distopias informacionais, promove consciência da desinformação, de seus mecanismos, mas também de suas causas e consequências. Resistência, que aprimorando as relações do indivíduo com a informação e a realidade, também se faz contra a manipulação, discriminações, naturalizações torpes e as injustiças.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

A contemporaneidade tem desafios próprios, como todas as épocas. É certo que em nosso tempo a velocidade chegou a algo que chamamos de hipervelocidade, pela maneira como o tempo parece atropelar nossa vida. Mas seria mesmo o tempo que está passando mais rápido ou nossa percepção, hiper-atarefada que nos atropela? Certamente temos cada vez menos tempo e consciência para uma “suspensão da cotidianidade” e menos tempo para a coletividade, para olhar, sentir, fazer e viver o outro. Menos tempo para o prazer do trabalho e do aprendizado que ultrapasse as barreiras forjadas ao longo dos anos. Sim existe prazer nisso também.

Também sofremos com a hiperinformação. Bem, quase sempre a humanidade acumulou um conhecimento que não cabia em um só. Cada ano que passava, mais informação era acumulada. Mas ela estava lá, onde poderia ser acessada quando útil e se útil fosse. Com a escrita a informação correu mundo, a pé, a cavalo, de carroça, de barco, de avião, pelo satélite, já imediata e, finalmente, pela internet, imediata e interativa. Um tsunami de informações via computador, *note*, *tablet*, *smartphone* chega às nossas mãos e aos nossos olhos. Mas nem todas à nossa mente.

Lidar com tanta informação não é tarefa fácil, ainda mais para quem perdeu a esperança das promessas modernas de um mundo menos duro. Pior, quando muitos perderam o interesse na verdade, na ciência e na alteridade como na pós-verdade, fechando-se em suas bolhas confortáveis, sectárias e isoladas das contradições, questionamentos e, principalmente, da crítica. Vivemos um contexto em que somos captados pela economia da atenção, encantados pela simplicidade da imagem, vigiados e monitorados por empresas que sabem mais de nós que nós mesmos e governos, que cada vez mais montam sistemas de vigilância e captação de dados. Junta-se a este caldeirão a ignorância ostentação e o analfabetismo ideológico e temos um terreno mais que fértil às bombas informacionais.

Entendemos que a desinformação é um projeto de poder que atende aos interesses mercadológicos, políticos, econômicos. Projeto alimentado e fortalecido pela educação de baixa qualidade, não crítica, bancária e pelo afrouxamento ético e o descolamento da busca pela verdade que perpassa a sociedade contemporânea. Na intenção de manter o status quo, a desinformação é utilizada para a manipulação da opinião pública e dos grupos, escondendo informações estratégicas, afastando a consciência dos problemas sociais, imputando a meritocracia e desqualificando qualquer oposição, inclusive a ciência e a educação. É ela também que dificulta a interpretação dos indivíduos a respeito das origens, contextos,

motivações, historicidade das informações e fatos.

Está dado o problema para a Ciência da Informação e para esta tese. Não temos mais apenas o que chamávamos de Sociedade da Informação, precisamos conviver com a Sociedade da Desinformação, com suas distopias informacionais, que cada vez ficam mais perigosas para a democracia, para a vida. Se é que algum dia, de fato, existiu uma Sociedade da Informação. Hoje, definitivamente, informação é poder e dinheiro, provado e comprovado nas eleições direcionadas algoritmicamente por informações, desinformações e *fake news*, e nos negócios milionários, ou bilionários de coleta e venda de dados. Perspectiva que transborda para a questão do “ambiente informacional”. Ou também seria desinformacional?

Certamente, como Ciência da Informação, Comunicação, Biblioteconomia, Arquivologia, Ciências Sociais, Psicologia e qualquer ciência envolvida com a informação, a comunicação e a sociedade, precisamos compreender, elucidar e expor as distorções que atravessam a informação em nosso tempo. Considerar os fenômenos que se apresentam: pós-verdade, *fake news*, desinformação, e quantos mais vierem, para distinguirmos a informação. Parece tarefa simples mas, definitivamente, não é. A tarefa requer muito mais do que apenas atender para os fenômenos, vai muito mais fundo e requer muito mais esforço até que a ciência consiga destrinchar e combater cada um destes fenômenos. Não é tarefa sequer para uma só área. Requer interdisciplinaridade e interlocução.

As *fake news* se tornaram um problema sério e mundial como instrumento de manipulação, de desinformação e de acirramento das dicotomias. Se ao início desta tese o fenômeno já vinha sendo discutido mundialmente em função de sua influência em eleições, que aconteceram em diversos países e culturas, e percebidas como riscos à democracia, à sociedade e às pessoas, durante a pandemia da COVID-19 a questão das *fake news* ultrapassou o território das disputas políticas e hegemônicas para ameaçar vidas e agravar a situação dramática que vivemos em 2020 e que se estende por 2021. As *fake news* passaram a ser um problema de saúde pública.

Nesta tese entendemos que as *fake news* e até a pós-verdade são alicerçadas pela desinformação. São as pontas afiadas dos icebergs que furam os cascos dos navios com mais frequência, mas foram estruturadas ao longo dos anos em vontades, estudos, técnicas e aplicação. Como vimos, os métodos, táticas e técnicas de desinformar, desembarcaram no terreno fértil da alienação, do controle e negociação hegemônico para manutenção do status quo. Nesta perspectiva, adentrar e esmiuçar, cada vez mais, os aspectos da desinformação pode contribuir para entendermos e resistirmos também às distopias informacionais como a pós-verdade, as *fake news*.

Compreender os mecanismos de desinformação, a partir do estudo crítico de diversos autores, foi um esforço desta tese para elucidar e expor estes mecanismos de forma didática, inclusive com a produção de um mapa conceitual, a fim de facilitar o diagnóstico e o treinamento para a percepção das desinformações ocultas nas informações que nos chegam. Consciente das sutilezas da desinformação. Seguindo a tendência mundial de órgãos internacionais como UNESCO, ONU, União Europeia, entre outros, dissecar a desinformação é um passo importante para ensinar às pessoas a prestarem mais atenção às informações e desenvolverem sua crítica, com olhos mais atentos para as pistas que a desinformação deixa. Esse aprendizado pode se fazer através da educação formal ou informal, através de programas educativos, palestras, conversas, postagens ou qualquer meio que se conseguir elaborar.

Muitos mecanismos de desinformação são utilizados para forjar as *fake news*. São táticas testadas há muitos anos e aplicadas com maestria na atualidade na confecção das *fake news*. Importante aqui lembrar que entendemos que as *fake news* são informações desenhadas como notícias, que exacerbam as táticas de desinformação, com informações intencionalmente falsas com intuito de enganar, manipular e direcionar o leitor. Mais que isso, muitas informações categorizadas como *fakes news* são mais do que apenas falsas. Algumas usam partes de verdade e imprecisão em sua estrutura. Desta mesma maneira, podemos perceber muitas das táticas aplicadas na desinformação, se reproduzindo nas *fake news*. Novas pesquisas podem aferir esse paralelismo das táticas e a profundidade desta relação.

Ante esta realidade, acreditamos que a Competência Crítica em Informação é um caminho possível de resistência. Desenvolvendo, cada vez mais, as técnicas de interação e o olhar crítico sobre a informação, reflexo do aprimoramento do pensamento crítico e da consciência crítica, a desconfiança e a capacidade de avaliar as informações aumenta. Desta maneira o indivíduo, consciente de sua incompletude e de sua historicidade é capaz de encarar a realidade de maneira crítica, filtrando também as informações que lhe chegam ou as que ele busca, para a solução de problemas, para atender sua curiosidade, para instigar a curiosidade e a sede de conhecimento e para desenvolvimento de sua cidadania e possibilidade de mudança social.

Mergulhando nos estudos e pesquisadores da Coinfo e da CCI e organizando em mapas conceituais as bases destas duas áreas, podemos perceber as temáticas de cada área, os objetivos e os meios que cada uma utiliza na otimização, fim último, da informação pelo e para o indivíduo e, conseqüentemente, para a sociedade. Compreendemos assim que a Coinfo está focada na relação usuário/informação para otimização desta relação, para busca, acesso, uso, produção e/ou compartilhamento da informação, a partir, principalmente de um

aprendizado formal, que implemente a relação do indivíduo com a informação e lhe confira habilidades que, em última instância e na perspectiva mais humanista, possibilite emancipação sociopolítica e autonomia.

A CCI vai buscar esta mesma emancipação sociopolítica e a autonomia, alicerçando-se na Teoria Crítica e na Pedagogia Crítica e, por isso, pensa em uma práxis que atravessa tanto a educação formal quanto a informal, utilizando as habilidades ressaltadas pela Coinfo de uma maneira mais flexível, mas com ênfase na sua criticidade epistemológica. A CCI vai, necessariamente, questionar a informação em sua historicidade, considerando as tensões das relações de poder, com foco nas disputas entre opressão e justiça social. Sempre buscando a transformação social, a liberdade e a emancipação em consonância com suas bases epistemológicas.

Assim esta tese também se esforçou para desenhar estas bases e seus conceitos concernentes com a CCI. Do que aferimos que a Pedagogia Crítica de Paulo Freire é a prática pedagógica da Teoria Crítica. Da mesma maneira que Freire pretendia alfabetizar a população excluída para conscientizá-la de sua opressão e municiá-la para a mudança social, inclusive através do direito de votar, a CCI pretende hoje “alfabetizar” ou “letrar” a população para conscientizá-la da condução informacional que desinforma, mantém a opressão e o *status quo*.

A partir desta percepção essa tese se esforçou para discutir a proximidade e o alinhamento da CCI com o pensamento de Paulo Freire, mergulhando na obra do autor e traçando esta dialogia estreita entre CCI e Pedagogia Crítica. Acreditamos que esse alinhamento permite um didatismo e uma práxis que viabiliza o ensino da CCI e a resistência à Sociedade da Desinformação, conseqüentemente, às *fake news* e demais distopias informacionais. O experimento de Paulo Freire em Angico, quando alfabetizou cerca de 300 pessoas em 40 horas, nos dá esperança de que a aproximação com a Pedagogia Crítica possa conferir ao ensino da CCI um caminho promissor.

Entendemos que da mesma maneira que estão sendo feitas propostas, como da UNESCO, de capacitação dos professores para ensinarem a alfabetização midiática, a fim de ensinar os estudantes a lidar com a informação na contemporaneidade, o ensino concomitante da CCI, oferece um caminho de resistência que seguirá em aprendizado constante e ao longo da vida. O ensino da CCI nas escolas e universidades, à luz da Pedagogia Crítica, confere um caráter crítico e transformador ao aprendizado que pretende otimizar a relação com a informação.

Entendemos que, no Brasil, podemos contextualizar e aprofundar a didática para o ensino de CCI, seguindo os exemplos de aulas de *Critical Information Literacy* como os

apresentados no livro que Tewell (2018) chama de pedra angular teórica para estas práticas, *2010 volume Critical Library Instruction: Theories and Methods*, “que apresenta capítulos que exploram as interseções da pedagogia crítica com o ensino da biblioteca e é um recurso valioso para bibliotecários interessados em como a competência crítica em informação pode ser aplicada em sala de aula” (TEWELL, 2018, *on-line*). Os relatos são particularmente influenciados por obras-chave da pedagogia crítica de bell hooks, Paulo Freire e Henry Giroux.

Um destaque teórico de Tewell com particular interesse para esta discussão é o livro de Annie Downey, *Critical Information Literacy: Foundations, Inspiration, and Ideas*,

no qual ela entrevista bibliotecários de instrução acadêmica envolvidos em trabalhos de *Critical Information Literacy* e utiliza suas próprias experiências como educadora para examinar o quão crítica é a competência em informação praticada em uma variedade de ambientes, proporcionando uma riqueza de insights (TEWELL, 2018, *on-line*).

Outra obra que pode contribuir nesta busca é *Critical Library Pedagogy Handbook. 2 vols* organizado por Nicole Pagowsky e Kelly McElroy (2016). Os livros trazem inúmeros capítulos, de autores diferentes, com objetivo de engajar-se na teoria e prática (ou práxis) do ensino inclusivo e reflexivo para ampliar a compreensão dos estudantes sobre as estruturas de poder dentro do sistema educacional e na sociedade. Focando em design instrucional de fácil implementação. O primeiro volume foca em discussões sobre temas como pedagogia anti-racista, auto-reflexão crítica, processos de avaliação, entre outros e planos teóricos. O segundo volume oferece, em 30 capítulos, planos de aula para a instrução de CCI.

Nessa intenção, autoras como Karen P. Nicholson and Maura Seale (2018) e Nicole Pagowsky and Kelly McElroy (2016) vão no sentido de relacionar teorias e práticas, reforçando a própria definição de práxis; Gardner e Halpern (2016, p. 41) propõem “uma análise de práticas comuns de avaliação em sala de aula que podem ser orientadas criticamente”; Tewell (2018) estuda as expectativas de professores e instituições em relação à competência crítica em informação; Galoozis e Pinto (2016, p. 164) entendem que iniciativas de CCI “podem ser lugares de resistência, naturalmente alinhadas com os ideais de educação para a liberdade que encorajam estudantes a se engajar com a pesquisa crítica”.

Com base nas experiências norte-americanas, acreditamos haver uma complementaridade entre Coinfo e CCI que favorece a didática, principalmente no que concerne ao ensino formal. Defendemos que, ancorados em Freire, um autor reconhecido internacionalmente, que influenciou estas práticas e estudos, mas que é brasileiro, podemos desenvolver uma didática própria, adaptada a nossa cultura e peculiaridades. A Pedagogia

Crítica de Freire, já adequada à realidade brasileira e próxima, como visto da CCI, pode ajudar a trilhar a práxis do ensino de CCI no Brasil.

No Brasil aulas sobre Competência Crítica em Informação começaram a ser ministradas na Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ-ECO/IBICT no ano de 2016 e seguem até hoje, ministradas pelos professores doutores Arthur Bezerra e Marco Schneider. Outros PPGCIs do Brasil também incluíram em suas temáticas a CCI, como na disciplina “Competência em Informação: teorias e reflexões”, com módulo exclusivo sobre CCI, da professora doutora Renata Lira Furtado da Universidade Federal do Pará. A CCI também é tema dos grupos de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfi-i) e Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos), ambos inscritos no CNPQ. Vários estudos, pesquisas, artigos, seminários, encontros, palestras e aulas isoladas também têm acontecido no Brasil de 2016 para cá.

Pensando nos problemas que oprimem, nos empenhamos em iniciar um embasamento teórico que apresentasse duas novas dimensões da CCI: a dimensão em Gênero, Feminismos e Sexualidade e dimensão em Relações Étnico-Raciais, que se somam às 7 dimensões propostas por Marco Schneider (2019), e à oitava dimensão, acrescentada por Pablo Nabarrete Bastos (2020). Estas são dimensões também coerentes com Paulo Freire e inspiradas em suas próprias experiências. Tornam-se necessárias para combater as discriminações, inaceitáveis na concepção de Freire e na nossa, e promover a consciência de uma opressão que se soma, se sobrepõe e diferencia oprimidos de mais oprimidos ainda. É nessa consciência que podemos assumir e mudar nosso racismo e machismo estruturais, nossa “neurose cultural brasileira”, como denomina Lélia Gozales (1984).

Entendemos que não existe cidadania se existe marginalização e exclusão. Para apropriação da cidadania e o fazer cidadão é preciso consciência de seu lugar no mundo, é preciso se compreender sujeito, histórico, inconcluso. Retomar a noção de cidadania como ideia de conciliação entre o coletivo e o individual na intenção do interesse público na qual a coletividade prepondera. Só se é cidadão a partir da compreensão de que a política atravessa toda vida. Passar de indivíduo/individualista a sujeito, consonante com a coletividade necessária para a transposição e superança.

Retomando a questão da verdade, atentamos para como a alienação e o afastamento da verdade influenciam a vida e as relações sociais. Compreendemos como este afastamento e alienação promoveu este terreno fértil para a desinformação e entendemos a importância de uma reaproximação com a valorização do conhecimento, atenção aos fatos e perseguição da verdade, são fundamentais para resistir às distopias informacionais, bem como o

conhecimento dos mecanismos de desinformação. Defendemos, por isso, a importância da práxis da CCI para percepção da informação em tempos de dúvidas, crise e inconsistência da verdade. Importância também para a cidadania e a prática cidadã.

Seguindo os passos de Paulo Freire, entendemos que a CCI não pode ser feita distante de seus ideais de liberdade e emancipação. É preciso coerência na práxis da CCI, no caminho, na resistência e, principalmente no ensino. Desta maneira o ensino da CCI, sua prática ou sua promoção deveriam estar alinhados com o ensino e as práticas da Pedagogia Crítica. Não como uma reprodução, mas como um caminho, um alicerce.

Voltemos a Freire.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABRAMOVAY, Pedro. Para 2020 não repetir 2018: Justiça Eleitoral anuncia parceria com WhatsApp - mas sequer julgou irregularidades do pleito passado. **Piauí**, São Paulo, set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/para-2020-nao-repetir-2018/> Acesso: set. 2020.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de Economia Política** – Cap. VII. Editorial Vitória Ltda, Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/07.htm>. Acesso em: nov. 2020.

ADLER, Richard P. e FIRESTONE, Charles M. **A conquista da atenção: a publicidade e as novas formas de comunicação**. São Paulo: Nobel, 2002.

ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista [1951]. Trad. G. Pedroso, **Margem esquerda: Ensaios marxistas**, 7. 2006. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo>. Acesso em: out. 2020.

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. [1955] São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.

ALIENAÇÃO. In: **Michaelis**. Editora Melhoramentos Ltda. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alienacao/>. Acesso em: out. 2019

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, 2017, p. 211-236.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença, Lisboa. 1970.

AMANCIO, Verceles. Velocidade e política de Paul Virilio. Em **Debat: Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 2, p. 71-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21718/19712>. Acesso em: maio 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information literacy competency standards for higher education**. Site da ACRL – Association of College & Research Libraries. Chicago,

2015. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>. Acesso em: 20 set. 2017.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ACRL, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/handle/11213/7668>. Acesso em: maio 2020.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information literacy standards for student learning: standards and indicators**. Chicago: AASL; AECT, 1998.

ANSA. **‘Brasil não pode ser país do mundo gay’, diz Bolsonaro**. IstoÉ. São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro/>. Acesso em: nov. 2020.

ANTICO, C.; JANNUZZI, P. M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. São Paulo.: 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, on-line first, jan. - abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-524500.%25p>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/101666>. Acesso em: dez. 2020

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf., Brasília**, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, set. - dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

ARAÚJO. Carlos Alberto Ávila. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na ciência da informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 2, p. 9-29, jul. - dez. 2013.

ARAÚJO. Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA. 2018.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASSIS, F. S. de Q. As Relações entre Teoria Crítica e Psicanálise. **Humanidades em diálogo**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 123-133, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2011.106193. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106193>. Acesso em: out. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilFramework> Acesso em: mai.2020.

AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND INSTITUTE FOR INFORMATION LITERACY (ANZIIL). **Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice**. 2.ed. Adelaide: ANZIIL, 2004. Disponível em: <http://adbu.fr/wp-content/uploads/2013/02/Infolit-2nd-edition.pdf>. Acesso em: out. 2017.

- BALL, Stephen. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 144-155, maio - ago. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12886/9446>. Acesso em: jan. 2021.
- BARATTA, Alessandro. **Ética na Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad. 1995.
- BARNARD, C. The function of the executive. Cambridge: Harvard University Press, 1938.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mitos e lendas da informação: o texto, o hipertexto e o conhecimento. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/164/1/Barreto%206.pdf>. Acesso em: dez. 2017.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **Matrizes**. v.14, n. 1 jan. - abr. 2020 São Paulo – Brasil. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p193-220>.
- BAUDRILLARD, Jean. Televisão/Revolução: O Caso Romênia. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagemmáquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida: Diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Tradução de português por José Lino Grünnewald e publicado na coleção **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1955.
- BERARDI, Franco. "O pensamento crítico morreu". Entrevista com Franco Berardi. [Entrevista concedida a Ana Pina]. **Revista IHU on-line**. São Leopoldo, jun. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580228-o-pensamento-critico-morreu-entrevista-com-franco-berardi>. Acesso em: 08 de dez 2018.
- BEZERRA, Arthur Coelho; ALMEIDA, Marco Antônio de. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. **Brazilian Journal of Information Studies: Research trends**, vol.14, no.2, Abr.-Jun.2020. p. 06-23.
- BEZERRA, Arthur Coelho; BELONI, Aneli. Os sentidos da “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245252.208-228>
- BEZERRA, Arthur; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. XVIII ENANCIB. 2017. Anais eletrônicos... Marília, ANCIB, 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna Cristina. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação.. **Informação & Sociedade-Estudos**, v. 27, p. 7-16, 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência Crítica em Informação como crítica à Competência em Informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul. - set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337/27363>. Acesso em: jul. 2020.

BEZERRA, Arthur C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: **iKritika: estudos críticos em informação**. Org: Arthur Coelho Bezerra, Marco Schneider, Ricardo Pimenta, Gustavo Saldanha. Gramond. Rio de Janeiro. 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, XVI ENANCIB, 2015. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>. Acesso em: nov. 2017.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, jul - dez., 2012, p. 157-168. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, Brasil

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1690>. Acesso em: mai. 2019.

BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, XVIII ENANCIB, ANCIB, 2017. Anais eletrônicos... Marília. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105237>. Acesso em: out. 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 65-69.

BRADSHER, Keith. China Blocks WhatsApp, Broadening Online Censorship. **The New York Times**. New Yourk. Set. 25, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/25/business/china-whatsapp-blocked.html>. Acesso em: mar. 2019.

BRAMAN, Sandra G. **Information, policy, and power in the informational state**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/028_Braman_Chapt9.pdf. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL, Congresso Nacional. **Parecer nº 0/2018** – CSS do Conselho de Comunicação Social. Brasília, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/6/art20180604-12.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Escolas Cívico-Militares**. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: set. 2020.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. — 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRISOLA, Anna Cristina; BEZERRA, Arthur Coelho. **Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação**. In: Anais do XIX Encontro Nacional De Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB) LONDRINA, 2018.

BRISOLA, Anna Cristina; DOYLE, Andréa. Critical Information Literacy as a Path to Resist “Fake News”: Understanding Disinformation as the Root Problem. **Open Information Science**, 3(1), p. 274-286. 2019. Doi:10.1515/opis-2019-0019. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/opis.2019.3.issue-1/opis-2019-0019/opis-2019-0019.xml?lang=en>. Acesso em: fev. 2020.

BRISOLA, Anna Cristina. **“Vem pra Rua”: mobilização em articulação na rede**. Orientadora: Adriane Figueirola Buarque de Holanda. (Graduação em Publicidade) – Centro Universitário Augusto Mota (UNISUAM), Rio de Janeiro, 2013. 80 f.

BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível**. Orientador: Schneider, Marco. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016. 146 f. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/890>. Acesso em: mai. 2020.

BRISOLA, Anna Cristina. Um embate contemporâneo: Informação, Desinformação e Competência em Informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Informação**. XIII CINFORM. Anais, Salvador, UFBA, 2017. p. 411-423.

BRISOLA, Anna; SCHNEIDER, Marco; SILVA JUNIOR, Jobson F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. XVIII ENANCIB, Anais eletrônicos... Marília: UNESP, 2017.

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. 2015.

BRUCE, Christine. Information Literacy Research: dimensions of the emerging collective consciousness [reprint]. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 47, n. 4, p. 220-238, 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00048623.2016.1248236>. Acesso em: mai. 2020.

CAMPOS, Amanda. “**Desmaiei de dor**”, lembra top model da Somália sobre mutilação genital. Portal Geledés, abr. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desmaiei-de-dor-lembra-top-model-da-somalia-sobre-mutilacao-genital/>. Acesso em: nov. 2020.

CAPURRO, Rafael. Cidadania na Era Digital. Trad. SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur. In: CABRAL, Adilson, CABRAL, Eula (orgs.) Comunicação, cultura, informação e democracia: tensões e contradições. Lisboa, Portugal: **MEDIA XXI – Publishing, Research & Consulting**, 2016, p. 49-75

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información (Conferência inaugural). In: **Simpósio Brasileiro de Ética da Informação**, 1., 2010, João Pessoa, Anais... João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.capurro.de/paraiba.html>. Acesso: 17 jun. 2016

CAPURRO, Rafael. Ética intercultural de la información. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan. - dez. 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11883861.pdf>. Acesso em: mai. 2020.

CARRERA, Pilar. Estratagemas de la posverdad. **Revista Latina de Comunicación Social**, 73, p. 1469 a 1481. 2018. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/073paper/1317/76es.html>. Acesso em: set. 2019.
DOI: 10.4185/RLCS-2018-1317

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Política de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Rev. Bras.cde Bibliot. e Doc.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17>. Acesso em: mai. 2020.

CGEE. Percepção pública da C&T no Brasil – 2019. Resumo executivo. Brasília: **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, 2019. 24 p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_resumoexecutivo_Percepcao_publica_CT.pdf. Acesso em: mai. 2020.

CHAUÍ, Mariana. Ideologia da competência. In: **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHINA quer implantar sistema 'Black Mirror' de avaliação de pessoas. **Revista Digital Galileu**, [s. I.] dez. 2017. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/12/china-quer-implantar-sistema-black-mirror-de-avaliacao-de-pessoas.html>. Acesso em: jan. 2019.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Tradução: Fernando Santos. wmf Martinsfontes. São Paulo. 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: *fake news* e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**. n. 23, v. 12, jan. - jun. 2018.

CNPq. Grupo de Estudos Formando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS). **Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25725>. Acesso em: nov. 2020.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CASTRO JÚNIOR, Orlando Vieira de. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 35-51, maio - ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/4156/3792>. Acesso em: mai. 2020.

CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Laelson Felipe da; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SOARES, Gilberta Santos. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. XVIII ENANCIB, Anais eletrônicos... Marília, UNESP, 2017.

COSTA, Fernanda C. da Silva; ALVES, Daniella; SILVA, Laelson Felipe da. Competência crítica em informação e empoderamento de mulheres: revisando e entrelaçando conceitos. *In: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro. (Org.). O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 1 ed. Florianópolis: ACB, 2018, v. 1, p. 397-418.

CRÍTICA. *In: Michaelis*. Editora Melhoramentos Ltda. São Paulo. 2021. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cr%C3%Adtica>. Acesso em: nov. 2020.

CRITTEN, Jessica. Introdução. *In: DOWNEY, Annie. Critical Information Literacy: foundations, inspiration and ideas*. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor, **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2006, n. 19, p. 44-72.

DANTAS, Marcos. **Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH-UFRJ), Rio de Janeiro. 2012. 248 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Guy Debord (1931-1994)**. Projeto Periferia. Paráfrase em português do Brasil: Railton Sousa Guedes. Digitalização da edição em pdf originária de www.geocities.com/projetoperiferia. 2003.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre Competência informacional, assinada durante o **I Seminário sobre Competência informacional**, evento paralelo ao 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Maceió, Alagoas, Brasil, 09 de agosto de 2011. Apoio FEBAB. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: dez. 2020.

DE LUCCA, Djuli Machado; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 22-48, set. 2020.

DE LUCCA, Djuli Machado; PINTO, Marli Dias de Souza; VITORINO, Elizete Vieira. **Educação de usuários e competência em Informação**: interlocuções teóricas e práticas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/1160/1106>. Acesso em: nov. 2020.

DE PAULA SOUZA, Tadeu. O método da cartografia: conhecer e cuidar de processos singulares. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. S75-S83. Universidad de Antioquia. Colombia. 2015.

DESINFORMAÇÃO. In: **Merriam-Webster Dictionary**. Springfield – MA, 2020. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/disinformation> Acesso em: abr. 2019.

DEWEY, John. **Como pensamos**. Como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição. São Paulo: Nacional, 1959. 3ª. ed.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. Tradução Anísio Teixeira. 3ª ed. Coleção “Atualidades Pedagógicas”. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1979.

DÍEZ, Beatriz. **6 promessas de campanha que Donald Trump mudou após eleito**. BBC Mundo, Los Angeles, nov. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998134>. Acesso em: nov. 2020.

DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert G. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, p. 243-260, jul. - set. 2018

DOHERTY, J.J. Giving voice to the silenced: an essay in support of information literacy. **Library Philosophy and Practice**, p. 1-8, Jun. 2007.

DOWNEY, Annie. **Critical Information Literacy: foundations, inspiration and ideas**. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

DOYLE, Andrea. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. Orientador: Arthur Bezerra. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2017. 140 p.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da *information literacy*. In: **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática [S.l.: s.n.]**, 2016. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002846718>. Acesso em: dez. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Os faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no brasil**. *Informação & Sociedade: Estudos*,

18(2). 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704>. Acesso em: jun. 2018.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information literacy as an emancipatory process directed to social inclusion in a knowledge society. *In: IFLA International Conference, 2006, Seoul. IFLA, 2006.*

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan. - abr. 2003. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15970.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

ELMBORG, James. Critical information literacy: definitions and challenges. *In: WILKINSON, Carroll Wetzel; BRUCH, Courtney (Orgs.). **Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community.** Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.*

ELMBORG, James. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

GIGANTES de tecnologia são postas... **Revista Época**. [s. I.], 30 jul, 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/07/epoca-negocios-gigantes-de-tecnologia-sao-postas-em-xeque-em-depoimento-historico-nos-eua.html>. Acesso em set. 2020

ERTHAL, João Marcelo. Liya Kebede, uma top model engajada. **Revista Veja**, jun. 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/liya-kebede-uma-top-model-engajada/>. Acesso em: nov. 2020.

FARIA, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida; FREIRE, Isa Maria. Competência em informação para comunidades: empoderamento e protagonismo social. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 4-24, mar. 2019.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas.** Revista da ABPN. v. 6, n. 14, jul. – out. 2014, p. 236-263.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de. Ferramentas no julgamento avaliativo em ambiente web para buscas com vistas ao desenvolvimento de competência crítica em informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul/dez. 2016.

FINN, Ed. **What algorithms want: imagination in the age of computing.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2017. (versão e-book).

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 24, n. 44, maio-ago. 2017. ISSN1983-2109. DOI: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24n44ID12083>

CONFIRA as 10 frases mais polêmicas de Donald Trump. **Jornal Online Folha Vitória.** Guarapari, jan. 2017. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/politica/noticia/01/2017/confira-as-10-frases-mais-polemicas-de-donald-trump>. Acesso em: nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis. Vozes. 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1967.

FREIRE, Paulo. Educación: etica y ciudadanía. **Revista Educación**. Costa Rica, n. 22, p. 16-19, set. 1994. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/1136>. Acesso em: nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. tradução de Adriana Lope; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EM 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. **G1**. [s. l.], abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/14/em-2019-brasil-tinha-quase-40-milhoes-de-pessoas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em abr. 2021.

GALOOZIS, Elizabeth; PINTO, Caro. Cultivating a Mind of One's Own: Drawing on Critical Information Literacy and Liberal Education. In.: Nicole Pagowsky and Kelly McElroy, eds. **Critical Library Pedagogy Handbook**. 2 vols. Chicago: Association of College & Research Libraries. v. 1, Cap. 17, p. 161-170. 2016.

GALLUP. Wellcome Global Monitor 2019: **Science and Society. Wellcome Global Monitor 2018: How does the world feel about science and health?** Junho 2019. Disponível em <https://wellcome.ac.uk/sites/default/files/wellcome-global-monitor-2018.pdf>. Acesso em: mai. 2020.

GARDNER, Carolyn Caffrey; HALPERN, Rebecca. At Odds with Assessment: Being a Critical Educator within the Academy. In.: Nicole Pagowsky and Kelly McElroy, eds. **Critical**

Library Pedagogy Handbook. 2 vols. Chicago: Association of College & Research Libraries, v. 1, Cap.5. 2016. p. 41-51.

GARVEY, William D. **Communication**: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p. 83-92, set. - dez., 2010.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Competência em Informação**: conceitos, características e desafios. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan. - jun. 2013. Disponível em: <www.atoz.ufpr.br>. Acesso em: nov. 2020.

GOMES, Wilson. A Esfera Pública política e media: Com Habermas e Contra Habermas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas et al. **Org. Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set. - dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: 31 maio 2019.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere – **Os Intelectuais. O princípio educativo. jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2. 2000. 334 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Volume 1**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: V. 2**. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: V.4**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. 5ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 3a. ed., Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1 (1910-1920).

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2 (1921-1926).

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Coleção perspectivas do homem. v. 48. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Editora civilização brasileira S.A., Rio de Janeiro – RJ. 1982.

GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana. Critical Information Literacy in Practice: A Bibliographic Review Essay of Critical Information Literacy, Critical Library Pedagogy Handbook, and Critical Literacy for Information Professionals. **Communications In Information Literacy** , v. 11, n. 2, 2017.

GSMA. **Number of Mobile Subscribers Worldwide Hits 5 Billion**. [s. I.], jun. 2017. Disponível em: <https://www.gsma.com/newsroom/press-release/number-mobile-subscribers-worldwide-hits-5-billion/>; Acesso em: mar. 2019.

GUIMÓN, Pablo. Os gurus digitais criam os filhos sem telas. **El País**. Palo Alto, abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: mar. 2019.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. v. 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus, uma breve história do amanhã**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HARVARD UNIVERSITY. Center on te Development Child. **How Racism Can Affect Child Development**. Harvard University. 2020. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/resources/racism-and-eed/>. Acesso em: dez. 2020.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: jun. 2017.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro.

HLEG - HIGH LEVEL EXPERT GROUP on FAKE NEWS AND ON-LINE DISINFORMATION. **A multi-dimensional approach to disinformation**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: http://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=50271. Acesso em: Ago 2018.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. *In Teoria social hoje*. Org. Anthony Giddens e Jonathan Turner; tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Sao Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 503 – 552.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

HORKHEIMER, M. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais [1931]. Trad. Carlos Machado e Maria Isabel Loureiro. **Praga: estudos marxistas**, n. 7, 1999, p. 121-132

IDOETA, Paula Adamo. **4 efeitos do racismo no cérebro e no corpo de crianças, segundo Harvard**. BBC News Brasil. São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55239798.amp?s=08>. Acesso em: dez. 2020.

ILGA. International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association: Lucas. Ramon Mendos, **State-Sponsored Homophobia 2019** (Geneva; ILGA, March 2019).

INTERNET das coisas em 2020.... **ITMÍDIA**. [s. I.], maio 2020. Disponível em: <https://cio.com.br/tendencias/internet-das-coisas-em-2020-mais-vital-do-que-nunca/>. Acesso em: mar. 2021.

INTERNET das coisas interligará tudo... **ESTADÃO**. [s. I.], maio 2019. Disponível em: <http://especiais.estadao.com.br/mundodigital/20-2/>. Acesso em: fev. 2021

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, Lda., 2007.

KAWANAMI, Silvia. **Mizaru, Kikazaru e Iwazaru**. Japão em foco. [s. I.] jan. 2013. Disponível em: <https://www.japaoemfoco.com/mizaru-kikazaru-e-iwazaru/>. Acesso em: abr. 2019.

KELLY, Jeff. 2013. Paul G. Zurkowski and information literacy: On his trip to the first European Conference on Information Literacy (ECIL). **Journal of Information Literacy**, v. 7, n. 2, p. 163-167. <http://dx.doi.org/10.11645/7.2.1867>

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil**. Orientadora: : Profa. Dra. Nilma Lino Gomes. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2014.

LAU, José. **Diretrizes sobre o desenvolvimento de habilidades em informação para aprendizagem permanente**. Bauru: Unesp, 2008.

LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. **Critical Theory for Library and Information Science. Exploring the Social from across the Disciplines**. Gloria J. Leckie, Lisa M. Given, and John E. Buschman, Editors. Libraries Unlimited. Santa Barbara, California. 2010.

LENHARD, Philipp. Introdução: As análises de Friedrich Pollock do nacional-socialismo. *In Crise e transformação estrutural do capitalismo*: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932 - 1941. Amaro Fleck; Luiz Philipe de Caux (Orgs.). Dados Eletrônicos. Florianópolis: NEFIPO/CFH/UFSC. 2019. Disponível em: <http://www.nefipo.ufsc.br/files/2019/09/Crise-e-transformação-Friedrich-Pollock.pdf>. Acesso em: out. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich K. H.; SEIFERT, Colleen M.; SCHWARZ, Norbert; COOK, John. Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. **Psychological Science in the Public Interest**. v. 13, n. 3, p. 106–131. 2012. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1529100612451018>>. Acesso: abr. 2019.

LIMA, Edwiges Inácia de; NAGAO, Fernanda Quinei Alves; SELMO, Jaqueline Tumitan; LANDIM, Sorrana Penha Paz; LIMA, Vanda Moreira Machado. **O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras**. Revista Pegada, v. 20, n.1, jan -Abril, 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes (Coleção Clássicos da Comunicação Social), 2008.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

LLORENTE, José Antonio. *in*. A ERA DA PÓS-VERDADE: realidade versus percepção. **Revista UNO**. n. 27. Desenvolvendo Ideias. São Paulo. 2017.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo. Cortez. 1996.

MACHADO, A. M. F.; SANTOS, T. C. M. D.; ARAÚJO, R. F. Inclusão digital e competência informacional no contexto da alfabetização em séries iniciais. **Ciência da Informação em Revista**, v. 1, n. 2, p. 32-41, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36437>. Acesso em: dez. 2020.

MALANGA, Eugênio. **Publicidade**: uma introdução. Atlas, São Paulo, 1979.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Trad: Giasone Rebuá. 4ª ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1973.

MARCUSE, Herbert. A luz de progresso à luz da psicanálise. *In*: **Cultura e Sociedade**. Trad. Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira, Isabel Loureiro. São Paulo. Paz e Terra. 1998.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. JC, 1999.

MARSHALL, Jonathan Paul. Disinformation Society, Communication and Cosmopolitan Democracy. **Cosmopolitan Civil Societies Journal**. v. 9, n. 2. 2017. p. 1-24.

MARSHALL, Jonathan Paul; GOODMAN, James; ZOWGHI, Didar; RIMINI, Francesca da. **Disorder and the Disinformation Society: The Social Dynamics of Information, Networks and Software.** Routledge, New York. 2015

MARTINS, Moisés de Lemos. Comunicação e Cidadania – Actas do **5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.** 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho). 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In: **Jesús Martín-Barbero**; Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997. 360 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Publicado pelo Instituto José Luis E Rosa Sundermann. 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino/Karl Marx e Friedrich Engels.** Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo. Centauro, 2006.

MARX, Karl. “Introdução”. In: **Grundrisse** – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. (18ª ed.)

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Histórias das teorias da comunicação.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MATTELART, Armand. **Sociedade do Conhecimento e Controle da Informação e da Comunicação.** Conferência proferida na sessão de aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, realizado em Salvador, Bahia, Brasil, de 9 a 11 de novembro de 2005.

MELO, Daniela Alves de. **Práticas Informacionais e a Construção da Competência Crítica em Informação: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba.** Orientador: Edvaldo Carvalho Alves. Coorientador: Felipe Sá Brasileiro. Dissertação (mestrado) UFPB/CCSA. João Pessoa. 2019.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. As transformações da memória indígena na contemporaneidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 163-175, 2017. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p163-

175. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/132904>. Acesso em: dez. 2020.

MELLO, R. P. S.; PIMENTA, R. M. Os repositórios públicos do estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99251>. Acesso em: dez. 2020.

MENÁRGUES, Ana Torres. **Os dependentes de telas: o “vício sem substância” que começa aos 14 anos**. El País. Madri, abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/23/actualidad/1553363424_494890.html. Acesso em: set. 2020.

MCNICOL, Sarah. **Critical Literacy for Information Professionals**. Facet. 2016. doi:10.29085/9781783301508

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p. [Coleção Educadores]

MORAES, Dênis. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e o virtual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, nov. 2017. p. 294-306. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088/3404>. Acesso em: mar. 2019.

MOTA, Renato. CEOs da Apple, Google, Amazon e Facebook depõem no Congresso dos EUA. **Olhar Digital**, [s. I.], jul. 2020. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/pro/noticia/ceos-da-apple-google-amazon-e-facebook-depoem-no-congresso-dos-eua/104214>. Acesso em set. 2020.

NATHANSOHN, Bruno Macedo; BRISOLA, Anna Cristina. Cruzando Fronteiras na Sociedade da Desinformação: A busca dos refugiados por cidadania. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-16, jul. - set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50227/31854>. Acesso em: dez. 2020.

NICHOLSON, Karen P.; SEALE, Maura. **The Politics of Theory and the Practice of Critical Librarianship**. Editors: Karen P. Nicholson and Maura Seale. Library Juice Press. California. 2018. 274 p. ISBN-10: 1634000307. ISBN-13: 978-1634000307.

O’CONNOR, Cailin; WEATHERALL, James Owen. **The Misinformation Age. How False Beliefs Spread**. Yale University Press. London. 2019.

O’CONNOR, Lisa. G. **Information literacy as professional legitimation: The quest for a new jurisdiction**. *Library Review*, v. 58, n.7, p. 493–508. 2009.

O’CONNOR, Lisa. G. **Librarians’ professional struggles in the information age: A critical analysis of information literacy (Doctoral Dissertation)**. Kent State University. 2006. Disponível em: http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=kent1153761756. Acesso em: mar. 2019.

OLINTO, Gilda. **Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura**. Orientador: Aldo Albuquerque Barreto. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.1993.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. 1. ed., Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ONU. **Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero**. [s. l.], nov. 2019a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>. Acesso em: jul. 2020.

ONU. **Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**. CEPAL. 2019b. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>. Acesso em: nov. 2020.

OTLET, Paul (1868–1944). **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Magno Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guillaume Achiles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercilia Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Max Evangelista da Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 742 p.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki; FURTADO, Renata Lira; YAFUSHI, Cristiana Portero. O estereótipo de gênero no contexto inteligência artificial: uma nova missão da competência em informação. **VIII Seminário em Ciência da Informação-SECIN**. Paraná. 2019.

PAGOWSKY, Nicole; MCELROY, Kelly (edt). **Critical Library Pedagogy Handbook**. 2 vols. Chicago: Association of College & Research Libraries. v. 1, Cap. 26, p. 229-232. 2016.

PARENTI, Michael, **Monopoly media manipulation**. Maio de 2001. Disponível em: www.mi.chaelparenti.org/monopolymedia.html. Acesso em: jun. 2019.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia, ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

PERA, Guilherme. **Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares**. Portal MEC, set. 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares>. Acesso em: set. 2020.

PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1981.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014

PÓS-VERDADE. Word of the Year 2016. In: **OxfordLanguages**. Oxford English Dictionary. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: abr. 2019.

PRISQUE, Emmanuel Dubois de. O Sistema de Crédito Social chinês: como Pequim avalia, recompensa e pune a sua população. **Fundação FHC**, [s. I.], 2020. Online. Disponível em: <https://medium.com/fundação-fhc/o-sistema-de-crédito-social-chinês-da933a6dd406>. Acesso em: set. 2020.

RABER, Douglas. Hegemony, Historic Blocs, and Capitalism: Antonio Gramsci in Library and Information Science. in. **Critical Theory for Library and Information Science. Exploring the Social from across the Disciplines**. Gloria J. Leckie, Lisa M. Given, and John E. Buschman, Libraries Unlimited. Santa Barbara, California. 2010.

RAMONET, Ignacio. O Poder Midiático, in MORAES, Dênis de (org.) **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lilian do Valle. Autêntica, Belo Horizonte. 2002.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Ciência bibliotecológica y de la informacion em el contexto de las ciencias sociales y humanas. **Epistemología, metodología e interdisciplina. Investigación Bibliotecológica**, v. 22, n. 44, enero/abril, México. 2008. p. 65-76.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.

RIDER, Rosa María Martínez; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecologica. **Rev. Interam. Bibliot.** Medellín (Colombia) Vol. 27 No. 1 enero-junio de 2004.

RIGHETTO , Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. #TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans*. Pimenta Cultural. 2019. ISBN: 978-85-7221-069-0 (eBook)

RIGUES, Rafael. Senado dos EUA vai discutir domínio do Google na publicidade online. **Olhar Digital**, [s. I.], jul. 2020. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/senado-dos-eua-vai-discutir-dominio-do-google-na-publicidade-online/104154>. Acesso em: set. 2020.

ROMANO, Vicente. **La información de la mentalidad sumisa**. Barcelona, El Viejo topo, 2007.

ROMEIRO, Nathália Lima; DOYLE, Andréa; BRISOLA, Anna Cristina. Por uma representatividade feminina nas bibliografias: um ensaio teórico militante. In: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro. (Org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 1 ed. Florianópolis: ACB, 2018, v. 1, p. 185-214.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019.

ROMERSTEIN, Herbert. Disinformation as a KGB Wepon in the Cold War. *in. The Journal of Intelligence History* 1. Summer 2001.

RUCHANSKY, Natali; SEO, Sungyong; LIU, Yan. **CSI: A Hybrid Deep Model for Fake News Detection**, Proceedings of the 2017 ACM on Conference on Information and Knowledge Management, nov. 06-10, 2017, Singapore, Singapore. 2017.

SAMPAIO, Denise Braga. **Mediação bibliotecária no desenvolvimento de competências em informação para o uso do portal de periódicos da Capes**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFPE-PPGCI, Pernambuco, 2016.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Estratégias Fact-Checking no combate à Fake News: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. XVIII ENANCIB, 2018, Anais... Londrina: UEL, 2018. p. 1665-1685.

SANCHES, Caio. Estratégia Push e Pull: Saiba o que são e quais as diferenças. **Geofusion**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://blog.geofusion.com.br/estrategias-push-pull>. Acesso em: set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; LIMA, Gláucio Barreto de; FREIRE, Isa Maria. Interfaces sociais da Ciência da Informação: competência em informação por pessoas LGBTI. *In: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Competência e mediação da informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos*. São Paulo: Abecin, 2019.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira** (1996). São Paulo: Cia. das Letras, 310 p. (EC)

SCHNEIDER, Marco. **A Dialética do Gosto**. Informação, música e política. Rio de Janeiro: Circuito / Faperj, 2015.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In: iKritika: estudos críticos em informação*. Org: Arthur Coelho Bezerra, Marco Schneider, Ricardo Pimenta, Gustavo Saldanha. Gramond. Rio de Janeiro. 2019.

SCHNEIDER, Marco. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. *In: Estudos em Comunicação*, n 12, p. 279-292, Portugal, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-14.pdf>
Acesso em: abr. 2020.

SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M. Walter Benjamin's Concept of History and the plague of post-truth. **IRIE - International Review of Information Ethics**, v. 26. 2017.

SERRANO, Pascual. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; YRUELA, Manuel Pérez; GINER, Salvador. Despotismo moderno y dominacion de clase. para una sociología del rrgimen franquista. **Papers. Revista de Sociologia**, 8. 1978. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v8-sevilla-guzman-perez-giner/pdf-es>. Acesso em: dez. 2020.

SHAPIRO, J.; HUGGES, S. K. Information literacy as a liberal art: enlightenment purposals for a new curriculum. *Educon Review*, n. 31, v. 2, 1996.

SHU, K; WANG S, Liu H. **Exploiting tri-relationship for fake news detection**. ArXiv:1712.07709. 2017.

SILVA, Franciéle C. Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. **Selo Nyota**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/sobre>. Acesso em: nov. 2020.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Orientadora: Mirian de Albuquerque Aquino. Coorientador: Edvaldo Carvalho Alves. João Pessoa. 2014.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SILVA JUNIOR, Jobson Francisco; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Gêneros digitais: expandindo a comunicação no movimento negro da Paraíba. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.** v. 12, n. 2, mai - ago. Campinas, SP. 2014.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. BAMIDELÊ: trajetória históricainformacional da organização das mulheres negras da Paraíba. *In: Mulheres negras na Biblioteconomia / Franciéle Carneiro Garcês da Silva (Org.) - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). p. 105-142.*

SINGHANIA, Sneha; FERNANDEZ, Nigel; RAO, Shrisha. 3HAN: A Deep Neural Network for Fake News Detection. In: Liu D., Xie S., Li Y., Zhao D., El-Alfy ES. (eds) **Neural Information Processing**. ICONIP 2017. Lecture Notes in Computer Science, v. 10635. Springer, Cham. 2017.

SOUZA, Eliane Almeida de; POLI, Cláudia Castro Lucchesi. Paulo Freire e seus diálogos com os Movimentos Sociais à luz da Lei 10.639/03 na Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande Do Sul. *In: IX ANPED SUL (Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.*

SOUZA, Renata Brás de. **Democratização da mídia no Brasil: impasses e tensionamentos políticos e econômicos**. Orientador: Marco André Feldman Schneider. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Comunicação Social, 2017. 117 p.

SOUZA, Tadeu de Paula. O método da cartografia: conhecer e cuidar de processos singulares. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. S75-S83. Universidad de Antioquia. Colombia. 2015.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário. Paulo Freire**. 2ª ed. Revista e ampliada, 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica. 2010. 734 p.

STRECK, Danilo (Coordenador). Euclides REDIN, Jaime José ZITKOSKI (Organizadores). **Dicionário. Paulo Freire**. Lima: CEAAL. 2015. 526 p.

TEWELL, Eamon C. The Practice and Promise of Critical Information Literacy: Academic Librarians' Involvement in Critical Library Instruction. In. **C&RL – College & Research Libraries**. v. 79, n. 1. 2018. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16616/18453>. Acesso em: mar. 2019.

TEWELL, Eamon; ANGELL, Katelyn . Authority and Source Evaluation in the Critical Library Classroom. In.:Nicole Pagowsky and Kelly McElroy, eds. **Critical Library Pedagogy Handbook**. 2 v. Chicago: Association of College & Research Libraries. v. 2, Cap. 7, p. 49-57. 2016.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.comminfolit.org/index.php?journal=cil&page=article&op=view&path%5B%5D=v9i1p24>. Acesso em: ago. 2018.

TORRE, Bruna Della. **A escola de frankfurt e as mulheres ou, por uma teoria crítica feminista**. Marxismo Feminista, set. 2020. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/09/14/a-escola-de-frankfurt-e-as-mulheres-ou-por-uma-teoria-critica-feminista/>. Acesso em: jan. 2021.

TREIN, Juliane Marlei; VITORINO, Elizete Vieira. A evolução da temática competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2006 a 2013. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 190-210, jun. - dez. 2015.

TRUMP. EUA testemunham "campanha... **NOTÍCIAS AO MINUTO**. New Adventures. Oeiras, jul. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1523316/trump-eua-testemunham-campanha-impiedosa-para-apagar-a-nossa-historia>. Acesso em: nov. 2020.

TZU, SUn. **A arte da guerra**. Tradução de Sueli Barros Cassal. L&PM (Coleção L&PM Pocket), Porto Alegre: 2006. 152 p.

URIBE, Gustavo. '**Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós**', diz Bolsonaro. Folha de São Paulo. São Paulo, jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso: nov. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio, ISEB – M.E.C. 2v. 1961.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados**. Orientador: Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mest. em Ciência da Informação) - IBICT/UFRJ-ECO. Disponível em:

http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/981/1/Dissertação_MESTRADO_2018_Carla%20Maria%20Martellote%20Viola.pdf

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set. - dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: out. 2017.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência informacional: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação**. Florianópolis: UFSC, 2019.

VOLKOFF, Vladimir. **Une petite histoire de la désinformation: du cheval de Troie à Internet**. Monaco: Editions du Rocher, 1999.

WARD, Dane. Revisioning information literacy for lifelong meaning. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 4, jul. 2006, p. 396-402.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2019: Essential Insights into how people around the world use the internet, mobile device, social media, and e-commerce**. New York. 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: jul. 2020.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2020: Essential Insights into how people around the world use the internet, mobile device, social media, and e-commerce**. New York. 2020. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: set. 2020.

WERNECK BRANDÃO, Helena. **Um grito que irrompe no silêncio: a experiência de ser corpo na academia** Orientador: João Batista Ferreira. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro, 2019. 112 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução: André Glaser. UNESP. 2011.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194 p. ISBN: 978-85-7652-176-1

WORLD ECONOMIC FORUM® (WEF), 2016, Davos, Suíça. **Survey Report – Deep Shift. 21 Ways Software Will Transform Global Society**, Global Agenda Council on the Future of Software & Society, November 2015. jan 2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/EF_GAC15_Technological_Tipping_Points_report_2015.pdf. Acesso em: 12 dez. 2017.

ZARZALEJOS, José Antonio. Comunicação, Jornalismo e ‘fact-checking’. *in*. A ERA DA PÓS-VERDADE: realidade versus percepção. **Revista UNO**, n 27. Desenvolvendo Ideias. São Paulo. 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York, PublicAffairs, 2019.

ZURKOWSKI, P. G. **The Information Service Environment Relationships and Priorities:** report 5. Washington, D.C., National Commission on Libraries and Information Science, Nov 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: abr. 2019.'de12,m...